



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro

Arthur Lobo Costa Mattos

**Estado ampliado nos complexos de favelas da metrópole capitalista
dependente: militarização da segurança e privatização da saúde no
Complexo do Alemão (1993-2023)**

Rio de Janeiro

2024

Arthur Lobo Costa Mattos

**Estado ampliado nos complexos de favelas da metrópole capitalista dependente:
militarização da segurança e privatização da saúde no Complexo do Alemão (1993-2023)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Planejamento e Administração em Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique de Almeida Rodrigues

Rio de Janeiro
2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

M444 Mattos, Arthur Lobo Costa

Estado ampliado nos complexos de favelas da metrópole capitalista dependente: militarização da segurança e privatização da saúde no Complexo do Alemão (1993-2023) / Arthur Lobo Costa Mattos. – 2024.
194 f.

Orientador: Paulo Henrique de Almeida Rodrigues

Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro.

1. Áreas de Pobreza – Complexo do Alemão (RJ). 2. Estado – Política Pública. 3. Privatização. 4. Serviços de Saúde. 5. Capitalismo. 6. Segurança. I. Rodrigues, Paulo Henrique de Almeida. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. III. Título.

CDU 316.334.56(815.3)

Bibliotecária: Julia Franco Barbosa – CRB 7 5945

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Arthur Lobo Costa Mattos

**Estado ampliado nos complexos de favelas da metrópole capitalista dependente:
militarização da segurança e privatização da saúde no Complexo do Alemão (1993-2023)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Planejamento e Administração em Saúde.

Aprovada em 29 de abril de 2024.

Banca Examinadora: _____

Prof. Dr. Paulo Henrique de Almeida Rodrigues (Orientador)
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro - UERJ

Prof. Dr. Marilena Cordeiro Dias Villela Corrêa
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro - UERJ

Prof. Dr. Roberta Dorneles Ferreira da Costa Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Thiago Oliveira Lima Matioli
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Carlos Eduardo da Rosa Martins
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Para meus pais, Lindalva e Carlos Eduardo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a CAPES, CNPq e a FAPERJ, sem as quais este trabalho não seria possível;

A meu orientador Paulo Henrique Rodrigues, pela direção, apoio, amizade, paciência e incentivo ao longo dessa jornada;

Aos professores do IMS, em especial a Marilena Correa, pelas boas palavras e pela animação;

Aos outros membros da banca, Carlos Eduardo Martins, Thiago Matioli e Roberta Dornelles, pela disposição, paciência, debate e acréscimos;

Aos membros do SEM, é bom demais estar com vocês, impulsionando a gente para o trabalho e pra vida, especialmente Roberta, Catalina, Leninha, Carlos, Daiane, Thauanne, Jefferson, Karol e Isabelle;

À minha família, que soube lidar com minha ausência e garantir todo incentivo que precisava: à Valentina Suarez, por tudo e mais um pouco, são dias perfeitos, caminhamos juntos; minha supermãe, Lindalva; meu pai Carlos e sua esposa, Mariza; a meu irmão, Philippe, e sua família maravilhosa, Fernanda e Gabriel;

À alguns amigos e amigas que tiveram um papel fundamental para conseguir chegar até o fim, Barbara Cabral, Raissa Castro, Fernanda Bhering, Filipe Boechat, Fanny Lecarpentier, Leonardo Villaforte, Stefano Sampaio, Glauco Basilio e Bruno Acioli e família;

À Maluca e ao Comuna que Pariu! Sem vocês não dá! Em especial Andrezão, Dani, Belle, Buchecha, Caique, Carol, Raquel, Hilde, Bel, Vitor, Arthuzinho, LG e Marceli.

RESUMO

MATTOS, Arthur Lobo Costa. **Estado ampliado nos complexos de favelas da metrópole capitalista dependente:** militarização da segurança e privatização da saúde no Complexo do Alemão (1993-2023). 2024. 194 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta Tese analisa as transformações socioespaciais ocorridas na metrópole carioca-fluminense com o advento de um tipo específico de favelas próprio deste momento histórico, os ‘complexos de favelas’, e na atuação e configuração territorial do Estado em relação a eles, caracterizada pela progressiva militarização da segurança pública e pela privatização da saúde pública, entre 1993 e 2023, a partir do estudo de um caso, o Complexo do Alemão. O foco recai nas influências de organizações da classe dominante sobre a atuação estatal, observando sua inserção ampla. O trabalho busca discernir os elementos de permanência e de novidade, focando nas ocupações militares e na gestão privatizada de unidades de saúde, e nas entidades privadas correlacionadas, observando normas, formas de organização e materialidades. A base teórica se apoia na Teoria Marxista da Dependência e em sua aproximação com a geografia crítica de inspiração marxista, a pesquisa histórica gramsciana e a Análise de Sistema-Mundo. A pesquisa se deu pelo cruzamento de fontes estatísticas, jornalísticas e acadêmicas sobre os fenômenos abordados. Foi estabelecida uma periodização baseada em padrões sistêmicos mundiais, econômicos e políticos em interação. O momento abordado é entendido como marcado pela globalização, por um padrão de reprodução do capital exportador especializado e pela passagem de um Estado Neoliberal para um Estado de Segurança. Foi circunscrita a evolução territorial e demográfica dos complexos de favelas, entendendo seu lugar como uma periferia no núcleo da metrópole. A pesquisa indica que a emergência dos complexos de favelas está associada a um padrão de intervenção estatal novo, marcado pela intensificação da violência estatal e a sofisticação de sua conduta no sentido de reativar práticas de contrainsurgência de modo sistemático, ocorrendo a articulação de forças de segurança com entidades privadas, no sentido de realizarem ações de cunho social, principalmente de saúde. A associação privada Viva Rio no Complexo do Alemão, por sua influência histórica na segurança e na saúde, bem como por sua articulação com as forças armadas, constitui um exemplo privilegiado de uma operação de dobradiça, desenvolvendo modernizações próprias do período iniciado na década de 1990, mas também introduzindo elementos que apontam para um processo de reformatação estatal.

Palavras-chave: Estado; Metrópole; Privatização; Ocupação Militar; Favelas.

ABSTRACT

MATTOS, Arthur Lobo Costa. **Extended State in favela complexes of dependent capitalist metropolis:** militarization of public security and privatization of Health in Complexo do Alemão (1993-2023). 2024. 194 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This thesis examines the socio-spatial transformations that took place in the Rio de Janeiro metropolis with the advent of a specific type of favela typical of this historical moment, the 'favela complexes', and the actions and territorial configuration of the state in relation to them, characterized by the progressive militarization of public security and the privatization of public health, between 1993 and 2023, based on a case study, the Complexo do Alemão. The focus is on the influences of ruling class organizations on state action, observing their broad insertion. The work seeks to discern the elements of permanence and novelty, focusing on military occupations and the privatized management of health units, and on related private entities, observing norms, forms of organization and materialities. The theoretical basis is based on the Marxist Theory of Dependency and its approximation with Marxist-inspired critical geography, Gramscian historical research and World-System Analysis. The research was carried out by cross-referencing statistical, journalistic and academic sources on the phenomena discussed. A periodization was established based on interacting global, economic and political systemic patterns. The period in question is understood to be marked by globalization, a pattern of reproduction of specialized export capital and the transition from a neoliberal state to a security state. The territorial and demographic evolution of the favela complexes was circumscribed, understanding their place as a periphery in the core of the metropolis. The research indicates that the emergence of the favela complexes is associated with a new pattern of state intervention, marked by the intensification of state violence and the sophistication of its conduct in the sense of reactivating counter-insurgency practices in a systematic way, with the articulation of security forces with private entities, in order to carry out social actions, mainly health. The private association Viva Rio in Complexo do Alemão, due to its historical influence on security and health, as well as its links with the armed forces, is a prime example of a hinge operation, developing modernizations typical of the period beginning in the 1990s, but also introducing elements that point to a process of state reformatting.

Keywords: State; Metropolis; Privatization; Military Occupation; Poverty Areas.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Evolução histórica da região metropolitana do Rio de Janeiro (1975-2014).....	75
Mapa 2 –	Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2019.....	76
Mapa 3 –	Regiões administrativas da Cidade do Rio de Janeiro (2000-2021).....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Esquema da dupla articulação entre situação imperialista e formação social dependente segundo a TMD.....	65
Quadro 2 –	Esquema das transições hegemônicas e ciclos sistêmicos de acumulação do capitalismo histórico segundo a ASM.....	67
Quadro 3 –	Maiores metrópoles do mundo, 1875 a 2015.....	74
Quadro 4 –	Estado do Rio de Janeiro – ocupação policial, instalação e extinção das Unidades de Polícia Pacificadora – UPP.....	138
Quadro 5 –	Cidade, Região Metropolitana e Estado do Rio de Janeiro – operações militares na segurança pública e em favelas.....	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Mundo; América Latina e Caribe; e Brasil – evolução da população total, urbana e em favelas, 1950-2020 (em 1 mil habitantes).....	78
Tabela 2 –	Mundo; América Latina e Caribe; e Brasil – evolução da população total, urbana e em favelas, 1950-2020 (em %)......	78
Tabela 3 –	Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana e Cidade do Rio de Janeiro – população total, urbana e população em favelas, 1950 a 2022.....	83
Tabela 4 –	Complexos de favelas (seleção) – população total, população em favelas, taxas de crescimento, proporções de população em favelas em relação ao complexo e à população em favelas no Rio de Janeiro, de 1960 a 2020...	88
Tabela 5 –	Regiões Administrativas da Cidade do Rio de Janeiro – principais indicadores compostos de desenvolvimento social, 1991-2010.....	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASM	Análise de Sistema-Mundo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CIEZO	Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste
COHAB-GB	Companhia de Habitação da Guanabara
CONSA	Conselho Comunitário de Saúde
CORE	Coordenadoria de Recursos Especiais
FAFERJ	Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
IABAS	Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde
IAP	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IAPC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes
IAPETEC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores das Empresas de Transportes e Cargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IMS	Instituto de Medicina Social
IPS	Índice de Progresso Social
IPP	Instituto Pereira Passos
IPLANRIO	Instituto Municipal de Planejamento
ISP	Instituto de Segurança Pública
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
NASF	Núcleo de Apoio ao Saúde da Família
ONG	Organização Não-Governamental
OSS	Organizações Sociais de Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PSF	Programa Saúde da Família
PMERJ	Polícia Militar do Rio de Janeiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
RA	Região Administrativa (Cidade do Rio de Janeiro)
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SERFHA	Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas
SMDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSAP	Superintendência de Saúde Pública (estado da Guanabara)
SUSEME	Superintendência de Serviços Médicos (estado da Guanabara)
SWAT	<i>Special Weapons and Tactics</i>
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UDAMA	União para Defesa e Assistência dos Moradores do Morro do Alemão
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
UTF	União dos Trabalhadores Favelados
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	ONDAS DE MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE (1875-2023)	22
1.1	A dupla articulação: imperialismo e dependência	23
1.1.1	<u>O desenvolvimento do subdesenvolvimento</u>	26
1.1.2	<u>Leis tendenciais do capitalismo dependente</u>	28
1.1.3	<u>Ondas de modernização</u>	32
1.1.4	<u>Padrões de reprodução do capital no sistema mundial e nos países dependentes</u>	35
1.1.5	<u>Ciclos sistêmicos de acumulação no capitalismo histórico e sua crítica</u>	38
1.2	Sistema de dominação e padrão de intervenção estatal nos países dependentes	41
1.2.1	<u>O papel das lutas de classes</u>	41
1.2.2	<u>O Estado no capitalismo dependente</u>	43
1.2.3	<u>Exercício do poder na metrópole: a sagrada aliança e a reprodução ampliada do capitalismo</u>	46
1.3	Do imperialismo à globalização	50
1.3.1	<u>Imperialismo, padrão exportador e Estado oligárquico</u>	50
1.3.2	<u>Transições a integração imperialista, ao padrão industrial e ao Estado desenvolvimentista</u>	51
1.3.3	<u>Integração monopólica imperialista, padrão industrial-dependente diversificado e o Estado desenvolvimentista</u>	53
1.3.4	<u>Integração monopólica, padrão industrial-dependente seletivo e Estado contrainsurgente</u>	55
1.3.5	<u>Globalização, padrão exportador com especialização produtiva e Estado neoliberal</u>	57
1.3.6	<u>Crise da globalização, do padrão exportador especializado e o Estado de Segurança</u>	61
2	A METRÓPOLE CARIOCA-FLUMINENSE E SEUS COMPLEXOS (1975-2023)	69
2.1	Da cidade à metrópole	72

2.2	O reconhecimento da metrópole.....	75
2.3	Das favelas aos complexos.....	77
2.4	A formalização dos complexos de favelas.....	83
2.5	Complexos de favelas como periferias socioeconômicas no polo da região metropolitana.....	89
3	O ESTADO NO COMPLEXO DO ALEMÃO NO PADRÃO INDUSTRIAL E SUA CRISE (1920-1993).....	94
3.1	Da fronteira para favela.....	95
3.2	Da arbitrariedade ao controle negociado.....	103
3.3	Remoções e favelas úteis.....	106
3.4	Das favelas ao Complexo.....	111
4	MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA E PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE NO COMPLEXO DO ALEMÃO NO PADRÃO ESPECIALIZADO (1993-2023).....	116
4.1	Das batidas policiais às operações de guerra.....	121
4.1.1	<u>Movimento pendular da segurança pública, estatização das violência e sua distribuição espacial.....</u>	123
4.1.2	<u>Militarização da segurança pública, policialização das forças armadas.....</u>	130
4.2	Dos serviços de saúde distantes aos próximos privados.....	144
4.2.1	<u>Do desenvolvimento humano ao progresso social.....</u>	145
4.2.2	<u>Da Organização Não-Governamental para Organização Social.....</u>	148
4.3	A via de mão dupla da contrainsurgência.....	156
4.3.1	<u>Do Rio de Janeiro a Porto Príncipe.....</u>	156
4.3.2	<u>De Porto Príncipe para o Complexo do Alemão.....</u>	158
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
	REFERÊNCIAS.....	179

INTRODUÇÃO

O **objeto** do presente trabalho é a atuação e configuração territorial do Estado em favelas cariocas no período contemporâneo. Considerando as permanências históricas, as novidades que se sobrepõem e as reconfigurações ocorridas, pode-se inquirir, passadas três décadas de período democrático, a profundidade das transformações pelas quais o Estado passou e como ela se expressou em favelas, igualmente em mutação.

Algumas **perguntas** que nortearam essa pesquisa são: as modificações ocorridas sinalizam uma nova forma de atuação estatal em favelas? Em que medida a sofisticação das ocupações militares e da gestão de unidades de saúde por entidades privadas fazem parte de um mesmo projeto estatal que atravessa todo o período, ou apresentam no seu desenrolar a emergência de um novo momento?

Com o **objetivo** de responder a estas questões, analiso as transformações socioespaciais ocorridas na metrópole com o advento de um tipo específico de favelas próprio deste momento histórico, os ‘complexos de favelas’, e a atuação e configuração territorial do Estado em relação a elas, caracterizada pela progressiva militarização da segurança e privatização da saúde públicas, entre 1993-2023, a partir do estudo de um caso, o Complexo do Alemão. Nesse sentido, como **objetivos secundários**, procuro periodizar e contextualizar esses fenômenos tomando por base os padrões econômicos e sociopolíticos que vigoram; circunscrever a evolução territorial e demográfica dos complexos de favelas e da metrópole; examinar a atuação e desenvolvimento espacial do Estado na saúde e segurança no Complexo do Alemão, focando nas ocupações militares e na gestão privatizada de unidades de saúde, e as entidades privadas correlacionadas, observando normas, formas de organização e materialidades.

O caso do Complexo do Alemão é paradigmático. O Complexo do Alemão é uma região administrativa localizada na Serra da Misericórdia, na Zona Norte do município núcleo da metrópole. Nele encontra-se um dos maiores e mais conhecidos conjuntos ou aglomerados de favelas, que extravasam da região administrativa de mesmo nome para outras duas RA vizinhas. Historicamente é uma das áreas mais pobres e menos desenvolvidas da cidade e região metropolitana.

Sua existência como local de moradia inicia-se na década de 1920, acompanhando a expansão das favelas pelo tecido urbano da metrópole em formação. Foi formalizado como Região Administrativa em 1986, junto a Rocinha, Jacarezinho e Maré, que também reúnem algumas das maiores concentrações de favelas da região metropolitana.

Este reconhecimento formal sinaliza mudanças na gestão estatal sobre as favelas, consolidando a invenção dos complexos de favelas, entendidas como a reunião de favelas contíguas, com diferentes origens e dinâmicas socioculturais, como uma unidade territorial. Esse entendimento foi motivado, por um lado, por novas formas de pensamento burocrático, de caráter técnico-científico, realizados por instituições nacionais e internacionais, e por outro, pela intensificação, durante a mais recente redemocratização, das lutas e conflitos sociais de longa duração dos favelados por melhorias e direitos (Matiolli, 2016).

A escolha deste complexo de favelas se dá por ter sido um local considerado estratégico, ou seja, sobre o qual o Estado recorrentemente intervêm, muitas vezes de modo pioneiro, com o Complexo do Alemão servindo de laboratório ou vitrine de políticas depois difundidas para outros lugares, não apenas da cidade e metrópole, mas também nacional e internacionalmente. Assim, permite tomá-lo como um caso representativo das transformações desta atuação, sendo um exemplo privilegiado de combinação de políticas, melhor que outras áreas para apreensão, sem desconsiderar, por essa mesma razão, seus aspectos excepcionais, tanto por escassez quanto pela condensação de intervenções em determinados momentos em relação a ação estatal em outras favelas e complexos de favelas, o que limita seu caráter generalizável.

Como ponto de partida, a seleção analítica para apreensão da atuação estatal buscou, dentre expressões locais de políticas públicas relacionadas a militarização da segurança e privatização da saúde aquelas com grande capilaridade e impacto, que trouxessem novidades ou que representassem inflexões bem marcadas, com transformações materiais imediatamente perceptíveis.

Desde 1994-1995, quando ocorria uma intensificação do conflito entre facções criminosas, o Complexo do Alemão foi uma das primeiras favelas cariocas a receber a expressão mais explícita da intervenção estatal militarizada, as ocupações militares; no contexto do primeiro impulso de implementação de equipes de Saúde da Família no Rio de Janeiro, realizado a partir de 1999, em 2003-2004 aparecem unidades básicas de saúde locais, geridas por uma entidade privada, a Organização Não Governamental CIEZO.

Em um momento crítico, denso de eventos, da história da metrópole, as transformações urbanas catalisadas por megaeventos entre 2007 e 2016, ocorrem inflexões simultâneas nas duas políticas.

Em 2010-2012, durante a vigência da política de pacificação, ocorre a mais longa ocupação militar em uma favela no Brasil, por 19 meses, que prepara a subsequente instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que permanecem ativas até hoje. A partir de 2010, em um momento de reformulação e expansão da saúde pública, centrada na ‘reforma da atenção primária a saúde’, unidades de saúde anteriormente instaladas são desativadas e novas unidades são criadas, tanto do tipo de atenção já existente, de atenção primária (‘clínicas da família’), quanto o aparecimento de novos tipos, de atenção secundária, com unidades de emergência, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), e de atenção psicossocial, um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). A privatização da gestão permanece, porém mudando sua modalidade: a gestão por ONG é substituída por Organizações Sociais de Saúde (OSS), a maioria das unidades sendo gerida pela associação privada Viva Rio¹, situação que se mantém no presente.

Tanto a militarização quanto a privatização refletem uma modalidade de atuação estatal que persiste, mesmo que seus resultados sejam altamente questionáveis, seja por sua limitação, ineficácia ou desvio de finalidade. A situação da segurança pública, marcada pela disputa entre facções criminosas pelo controle territorial de vastas áreas, e destas com forças policiais e militares, em três décadas de militarização em muitos aspectos se agravou: a diversificação criminosa e a maior capacidade de organização das facções; a concentração da letalidade em favelas e periferias, mesmo quando ocorre sua queda geral; no crescente volume de operações, nas quais prossegue a estigmatização dos moradores, as invasões domiciliares, a violação de direitos, os abusos de poder, as mortes e os ferimentos, banalizadas e naturalizadas (Pinheiro; Dias, 2022).

Na saúde pública, os recorrentes desperdícios, por gastos excessivos quando comparados com unidades públicas, e os desvios de recursos, por práticas fraudulentas, associados as OSS (Bravo; Lima; Correia, 2020), bem como a imposição de uma gestão que limita a produção de saúde em prol do controle dos trabalhadores, encontra-se muito aquém de atender as demandas dos moradores de favelas, mesmo quando recebem investimentos e expandem seus serviços (Pinheiro; Dias, 2022).

1 Entre 2010 e 2015 a UPA Alemão foi gerida pela Organização Social IABAS, substituída desde então pela Viva Rio.

A gravidade política e psicossocial da situação, além de exigir, para seu enfrentamento coletivo encabeçado pelos favelados, engajamento prático, apoio material e moral, permanente tomada de consciência, reiterada denúncia e a ampliação de sua relevância social reforçando seu tratamento como questão nacional urgente, pede igualmente um questionamento formal, funcional e histórico-estrutural que compreenda o ritmo dessa dinâmica e repetição histórica – e que esse conhecimento sirva para interrompê-lo, por necessidade não apenas de reparação, garantia de direitos ou reconstrução, mas também de abolição de práticas a serem enfim tornadas passado.

Trata-se de um estudo de ‘gabinete’, agregando e alinhando perspectivas, de modo exploratório, realizando um movimento básico teórico e investigativo, histórico e geográfico, para compreensão do Estado em favelas cariocas a luz da teoria marxista, procurando reforçar caminhos abertos por outros e preparar aprofundamentos. Contribui com estudos de geografia histórica urbana, oferecido como complemento a estudos sobre a classe dominante no Brasil e suas práticas²; mais especificamente, dentro desta mesma chave marxista gramsciana, no estudo da atuação estatal dentro do sistema de dominação de classes, de suas modalidades predominantes e sua racionalidade sistêmica³.

A pergunta da pesquisa surgiu em meio a uma investigação anterior, realizada no Mestrado (Mattos, 2016), onde foi possível, mediante produção cartográfica e escrutínio da literatura especializada, esboçar uma análise histórica e geográfica das transformações urbanas na metrópole do Rio de Janeiro durante o período Olímpico (2007-2015). O desencadeante desta investigação deve-se a ter vivenciado tais transformações não apenas como morador da cidade mas também como trabalhador da saúde – psicólogo do Núcleo de Apoio ao Saúde da Família (NASF) do SUS –, atuante por seis anos nos Complexos do Alemão e da Penha entre 2012 e 2019. A importância da determinação social do processo saúde-doença e do território para a Saúde Coletiva, seguida pelo Autor enquanto profissional, direcionou a pesquisa anterior de mestrado para a história e geografia. Trata-se também da pesquisa de um militante da saúde, comprometido com a luta por trabalho digno e remuneração adequada, pelo direito à saúde pública, gratuita e de qualidade e contra sua

2 Uma ampla rede de historiadores gramscianos brasileiros vêm realizando trabalhos nessa direção: partindo dos trabalhos de Rene Dreifuss e Sonia Regina Mendonça, Virginia Fontes, Pedro Henrique Pedreira Campos, Théó Pinheiro e pesquisadores ligados a eles. Um bom exemplo dessa produção é a coletânea sobre empresariado e ditadura no Brasil (Campos, Brandão, Lemos, 2020).

3 Uma das três linhas gerais de investigação e interrogação analítica das favelas com instrumental teórico marxista sugeridas por Marco Pestana (2022).

privatização, tendo atuado em mobilizações, ocupações, intervenções e greves ligadas à saúde ocorridas no período recente.

Esta tese realiza o primeiro movimento de um projeto mais amplo, vislumbrado na qualificação, que procura acompanhar, de modo comparativo e sincrônico ao nível do sistema mundial, as transformações urbanas e estatais na longa duração de duas metrópoles latino-americanas, Buenos Aires e Rio de Janeiro⁴. Corrobora também fortemente com as linhas de pesquisa desenvolvidas pela pesquisa "Saúde, Sociedade, Estado e Mercados", do Instituto de Medicina Social, coordenado pelo prof. Paulo Henrique de Almeida Rodrigues.

Este trabalho propõe uma aproximação teórica da geografia crítica de inspiração marxista com a Teoria Marxista da Dependência como uma maneira alinhar uma leitura geográfica e histórico-estrutural. As reflexões sobre o imperialismo e Estado de ambas perspectivas servem de ponto de amarração dessa aproximação, enriquecida por um lado, por uma leitura histórica de metodologia gramsciana acerca do Estado ampliado, e por outro, por um diálogo crítico com a análise de sistema-mundo.

As transformações urbanas e estatais são entendidas como reproduções ampliadas de desigualdades e iniquidades, se apoiam mutuamente e estão articuladas, parte de um projeto que expande relações capitalistas garantidas sob base de uma subalternidade internacional, mantendo largos contingentes populacionais superexplorados. Frente a esse processo de 'reforma', o foco do presente trabalho é a maneira como numa metrópole capitalista dependente, o Estado capitalista dependente incorpora novas formas de ação, 'modernizando-se', afinadas a modelos e experiências internacionais, ligadas a outros Estados e entidades supraestatais e privadas, internacionais e globais, participando ao mesmo tempo da conformação de um dos polos de pobreza de um espaço metropolitano marcado por extrema desigualdade. Sinteticamente, como o Estado passa por modernização dependente, que ajuda a conformar um espaço dependente.

Deste modo, concatenando as propostas de Milton Santos (2008b; 2012; 2020) e Pedro de Almeida Vasconcelos (2009), o estabelecimento de uma periodização de longa duração corresponde à circunscrição dos sistemas temporais envolvidos; o exame dos contextos e dos agentes aponta para sistemas de ações; a relação desses com sistemas de objetos implica o exame do desenvolvimento espacial.

4 Os próximos passos previstos apontam na direção de complementar a análise socioespacial e estatal do caso carioca-fluminense, a bem da verdade ainda um esboço, e realizar uma análise similar para o caso de Buenos Aires, no mesmo subperíodo e com foco na maneira como o Estado pensa e atua em *villas*.

Outras indicações metodológicas de Milton Santos são consideradas: o primado do dado histórico sobre o estatístico (Santos, 1979b); o entendimento do espaço como sistemas de ações e objetos indissociáveis regidos por um sistema temporal apreensível por um sistema de conceitos (Santos, 2012); a observação do meio geográfico a partir de suas infraestruturas técnicas e estruturas políticas (Santos, 2014); a abordagem em termos de totalidade, esquematicamente como processo, estrutura, forma e função de forma integrada, em três escalas: global, formação socioespacial e metropolitana, movidas a partir de variáveis-chave técnicas que definem períodos histórico-mundiais (Santos, 2008b); a observação de normas e formas de organização como parte de sistemas de ações e das materialidades locais como parte de um sistema de objetos (Santos, 2020); a dupla investigação na escala ampla da ação e na escala local dos resultados e impactos (Santos, 2020); necessidade de articulação da economia política da urbanização e da metrópole (Santos, 1994); a metrópole, dividida em dois circuitos econômicos, entendida como uma totalidade menor em relação a formação econômico-socioespacial e o sistema mundial (Santos, 1994; 2008a); o Estado e grandes grupos empresariais monopólicos e oligopólicos como principais agentes da produção do espaço metropolitano (Santos, 2008b).

O procedimento metodológico foi o cruzamento permanente de fontes de tipo estatístico, acadêmico e jornalístico sobre a formação, evolução e atuação estatal na segurança e saúde no Complexo do Alemão buscando a inserção ampla dos objetos e ações como sistemas, procurando nestas fontes responder a cada um dos objetivos específicos da pesquisa, ou seja, estabelecer os períodos e subperíodos a partir das técnicas empregadas, contextualizar, destacar os principais agentes estatais e empresariais articulados e seu desenvolvimento espacial.

O plano de redação do trabalho procura dar conta dos objetivos específicos em cada um dos capítulos, que tomam a forma de proto-artigos, que podem ser lidos independentemente, embora componham um todo.

No primeiro capítulo, procuro periodizar e contextualizar os fenômenos em tela tomando por base os padrões socioeconômicos e políticos que vigoram. Apresento inicialmente a teoria que compreende como esses padrões se definem num processo de dupla articulação, entre situação imperialistas no sistema mundial e estruturas econômicas de formação sociais dependentes, que explica a reprodução do ‘subdesenvolvimento’ pela sedimentação de leis tendenciais específicas, movimentado por ondas de modernização que definem o sistema temporal como um sistema de ações dos países centrais sobre os

periféricos. Abordo na sequência elementos básicos acerca da concepção de Estado, suas particularidades no capitalismo dependente e nas metrópoles capitalistas dependentes. Por fim, percorro esquematicamente a história brasileira, destacando seus momentos a partir das transformações do imperialismo, seus padrões de reprodução do capital e formas estatais articulados.

No segundo capítulo, procuro precisar os pressupostos deste trabalho, circunscrevendo a evolução territorial, demográfica e socioespacial dos complexos de favelas e da metrópole carioca-fluminense num olhar global e panorâmico de longa duração em seus termos mais amplos. Abordo primeiramente a magnitude global da urbanização brasileira e da região metropolitana carioca-fluminense; o seu reconhecimento territorial e suas composições; as diferenças globais dos resultados da urbanização entre países centrais e periféricos são observadas pela magnitude dos que vivem em favelas, assentamentos informais e moradias inadequadas (*slums*), bem como as dimensões da favelização ao nível do país, da metrópole e da cidade; a emergência da noção de complexos de favelas, sua formalização e dimensão demográfica; a inserção dos complexos de favelas na organização socioespacial da metrópole e suas transformações nas últimas décadas.

No terceiro capítulo, examino a atuação e desenvolvimento espacial do Estado na saúde e segurança no Complexo do Alemão até sua formalização. Sob o pano de fundo da ascensão e recuo da industrialização, o capítulo segue uma ordem cronológica que estabelece subperíodos baseados no modo de atuação geral do Estado em relação ao Complexo do Alemão: abordo a passagem desta parte da Serra da Misericórdia de fronteira da urbanização da cidade para a eclosão das primeiras favelas num ambiente fabril, impulsionadas por ações estatais; em meio a sua primeira expansão, as ações estatais mudam da arbitrariedade para um controle negociado, frente associações de moradores que se formam; durante a longa e violenta rodada de remoções que se segue, o Complexo do Alemão é qualificado como uma ‘favela útil’, apta a urbanização, que prossegue, sustentando sua expansão; após um hiato, sua segunda expansão, impulsionada pela crise social que emerge, traz a tona sua complexidade, fazendo confluir a luta organizada de diversas associações de moradores coligadas com novas compreensões propostas pela ação conjunta de atores estatais, regionais e nacionais, e instituições globais, culminando na sua conversão territorial em RA. Em cada parte, procuro destacar sua atuação específica do Estado na segurança e saúde, considerando sua evolução espacial em relação ao Complexo.

No capítulo final, sigo o exame da atuação e desenvolvimento espacial do Estado no Complexo do Alemão na contemporaneidade, focando as ocupações militares e a gestão privatizada de unidades de saúde, destacando as suas conexões com a principal entidade privada lá atuante, a associação privada Viva Rio. Abro o capítulo apresentando o contexto socioeconômico carioca-fluminense da crise social contemporânea, marcando suas agudizações, e de transformações no padrão de intervenção, frisando seus momentos de aceleração. A seguir, aprofundo a contextualização, observando a distribuição territorial: da militarização da segurança pública, que converte as batidas policiais em operações de guerra, sublinhando suas características gerais, a recorrência de operações policiais, com suas chacinas, e sua forma mais explícita, a policialização das forças armadas, parte de um processo de federalização, e sua articulação em torno da pacificação; da privatização da saúde pública, que, no quadro geral de um reduzido desenvolvimento humano e progresso social dos complexos de favelas, amplia a atenção, reduzindo a distância dos serviços oferecidos à população favelada, ao mesmo tempo que modifica suas formas de gestão, delegando-a a entidades privadas. Passo a investigar os nexos entre militarização e privatização através: das ações do principal aparelho privado de hegemonia no Complexo do Alemão, a Viva Rio, frente a segurança e a saúde; da ação conjunta desta APH junto às Forças Armadas, no Haiti e no Complexo do Alemão. Por fim, observo as continuidades, retrações e desconfigurações provocadas pela mais recente agudização da crise social.

1 ONDAS DE MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE (1875-2023)

A produção e reprodução de desigualdades entre países, regiões e no interior delas se dá de forma articulada, entrelaçada. Cada uma dessas totalidades se organiza num esquema centro-periferia, cada vez mais complexo. As mundializações estruturam-se ancoradas em um sistema interestatal, centrado num conjunto de países, um deles hegemônico; no interior de cada formação econômico social, regiões são funcionalizadas em relação a um centro de comando, interno ou externo; nas metrópoles, há um núcleo e suas periferias.

O Estado-nação é o principal elemento constitutivo desta composição entre desigualdades. O Estado sofre condicionamentos e determinações externas, pelo seu lugar em um sistema de Estados formalmente independentes que forma a base do mercado mundial sob o qual se assenta a acumulação de capital em escala global, assim como internas, pela mediação das lutas de classes através do choque entre organizações que disputam sua direção. Entre esses condicionamentos e determinações há uma interação complexa, nem mecânica nem unidirecional.

Além disso, o Estado é um dos principais agentes estruturadores do espaço, ao lado de grandes empresas monopólicas, em escala regional, nacional e mundial, incluindo a produção de um espaço metropolitano marcado por extrema desigualdade, com as favelas compondo um dos polos da pobreza urbana.

O objetivo dessa primeira parte é realizar um esforço de periodização, estabelecer o quadro geral, os padrões econômicos e sociopolíticos sem os quais não se pode compreender a atuação do Estado em favelas, apresentando a teoria que permite a interpretação dos fenômenos.

Essa teoria que entende a totalidade-Terra como um complexo de complexos, sendo cada parte igualmente complexa, tomando por base uma dupla articulação entre uma situação imperialista no sistema mundial condicionante e estruturas sociais de formações econômico-sociais e espaciais dependentes condicionadas, com suas leis tendenciais específicas inter-relacionadas, que permitem explicar a existência das favelas e ao mesmo tempo especificidades da atuação estatal em países periféricos.

O movimento desta dupla articulação, de longa duração, muda a cada tanto, atualizado por ondas de modernização técnica, econômica e política impulsionadas por países centrais

sobre periféricos. Essas ondas interferem em padrões de reprodução do capital, cuja mudança repercute nos padrões de intervenção estatal e de distribuição espacial.

1.1 A dupla articulação: imperialismo e dependência⁵

A abordagem adotada neste trabalho procura seguir os aportes da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e produções relacionadas, no interior da tradição marxista latinoamericana.^{6 7}

O ponto de partida metodológico da TMD são as críticas marxista e leninista das teorias do valor e do imperialismo, em diálogo crítico com elaborações marxistas diversas, como as produções europeias contemporâneas de Althusser e Poulantzas. Sempre tomando por referência o modo de produção capitalista tal qual formulado, em um alto nível de abstração, por Karl Marx, seus teóricos investigam as relações internacionais e a economia política em níveis de abstração menores, levando em conta fenômenos mais concretos, ao nível das formações econômico-sociais (com suas estruturas econômica, social, política e ideológica) e do sistema mundial (com suas relações militares-diplomáticas, geoeconômicas e geopolíticas). Além disso, propõem um nível de abstração intermediário para as investigações, o de padrão de reprodução do capital (o qual visa apreender, de modo

5 Partes desta seção foi produzida para o capítulo do livro “Notas sobre capitalismo dependente brasileiro e política de saúde (1988-2020)”, escrito junto a Valentina Sofia Suárez Baldo (Baldo; Mattos, A. 2023).

6 Alguns trabalhos de caráter introdutório, são: de Vania Bambirra (2019), “O capitalismo dependente latino-americano”; de Carla Ferreira, Jaime Osório e Mathias Luce (2012), “Padrão de reprodução do Capital”; de Mathias Luce (2018), “Teoria Marxista da Dependência”; de Jaime Osorio (2019), “Estado no centro da mundialização”. A exposição realizada neste capítulo se baseia fortemente nestas referências.

7 A TMD nasceu como leitura alternativa das relações internacionais e da economia política, realizada por acadêmicos membros da chamada nova esquerda latinoamericana das décadas de 1960-1970, fundamentando uma proposta política revolucionária, anti-imperialista e imediatamente socialista. (Luce, 2018, p. 208). Colocava-se em contraposição à leitura que a maior parte da esquerda latinoamericana fazia desses temas antes da instauração de ditaduras na região, leitura, *grosso modo*, similar a cepalina, de cunho nacional-desenvolvimentista, conciliatório e reformista, da qual Celso Furtado (1920-2004) era o maior expoente. Realizou a princípio o que pode-se entender como uma crítica da crítica que a CEPAL fazia da economia política liberal vigente – então keynesiana. Desenvolveu-se inicialmente em Brasília, encabeçada por três brasileiros: Vânia Bambirra (1940-2015), Ruy Mauro Marini (1932-1997) e Theotonio dos Santos (1936-2018), e um estrangeiro, o estadunidense-alemão Andre Gunder Frank (1929-2005). Na década de 1970, em paralelo ou com contatos não-sistemáticos, outros grupos de pesquisa no Rio de Janeiro e São Paulo, igualmente com abordagem marxista, convergiram com os resultados desse impulso inicial, com destaque para a obra do sociólogo paulista Florestan Fernandes (1920-1995), que já havia maturado seu marxismo.

articulado, a produção, circulação, distribuição, apropriação e acumulação, em conjunturas geográficas e históricas específicas).

Nas investigações da TMD, a análise de classes das formações sociais é central, buscando uma visão da totalidade, que não fragmente a vida social em compartimentos (evitando pensar o social separado da história; o político, do econômico; o econômico, do antropológico; a história, da geografia etc.). Ainda que avanços parciais possam ser desenvolvidas como momentos da investigação, trata-se de uma análise que leva em conta simultaneamente: a situação imperialista; a estrutura e o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção; o movimento da sociedade, suas lutas de classes, os choques entre grupos minimamente conscientes e organizados; as culturas, instituições e ideologias existentes (Bambirra, 2019).

Na análise da estrutura produtiva e relações de produção, a industrialização é o principal indicador de mudanças de qualidade. Vania Bambirra (2019), na construção de sua tipologia das formações sociais latino-americanas, justifica a escolha deste critério apontando que desde a primeira Revolução Industrial, o sentido do desenvolvimento de qualquer sociedade passou a ser dado pela indústria manufatureira; em outras palavras, a ideia de desenvolvimento aparece intimamente associada à industrialização. Onde ocorre, o processo de industrialização tende a subordinar os outros setores da economia à indústria e se transforma no elemento central da dinâmica de desenvolvimento econômico, político e social.

Na análise das formações econômico-sociais, deve-se incluir como uma de suas estruturas o espaço como relação socioambiental. Para Milton Santos (2008b, 2012), o espaço – a natureza modificada pelo homem através do trabalho, a natureza socializada, o território usado – é entendido como o conjunto maciço, contínuo, insolúvel, indissociável, solidário e contraditório de sistemas de ações e sistemas de objetos sendo assim um sistema de sistemas ou um sistema de estruturas, dinâmico, submetidos a um sistema temporal. Segundo o autor, não se pode entender uma sociedade sem entender a realidade imposta pelo espaço, assim como não se pode entender o espaço sem a sociedade que lhe dá vida e sem o sistema temporal vigente.

Os *sistemas de ações* remetem à sociedade, a uma rede de *relações sociais*, um campo de *forças* em interação, compondo *estruturas* sociais inter-relacionadas e relativamente autônomas, modos de organização, dinâmicas sociais, a vida que anima os sistemas de objetos, seu *conteúdo*, o trabalho vivo. Essas estruturas condensam-se, criam ou tornam-se formas (objetos, coisas, territórios) e ditam suas funções; quando ocorrem mudanças

estruturais, as formas adaptam-se, recompõem-se, ganham outro sentido. Os *processos* sociais, ações contínuas dirigidas a resultados, terminam “quando se objetiva[m] numa estrutura” (Santos, 1979b), sendo “a fração de tempo necessária a realização da estrutura” (Santos, 1979b), porém reiniciando-se incessantemente, em um movimento sempre retomado.

Por *sistemas de objetos* entende-se sua configuração territorial, ou seja, o território e objetos sobre ele. São *formas*, aparências ou aspectos visíveis de coisas, representativas de relações, responsáveis pela execução de *funções*, atividades socialmente esperadas delas. Refere-se à materialidade no sentido estrito: a natureza – transformada ou não pelo ser humano, sempre atravessada pelo social, mesmo quando integrado a ela ou ‘preservando-a’ – e o trabalho morto sobre ela, transmutado em objetos, estruturas técnicas, infraestrutura, máquinas, espaço construído etc. Trata-se do prático-inerte, porém dinâmico, que dá a experiência de finitude ao ser humano. Essas formas e suas funções atuam como limites para as estruturas sociais, com as quais estão soldadas como formas-conteúdos.

Os próprios territórios, entendidos como linhas e demarcações relativamente estáveis, traçadas de comum acordo ou pela força (Santos, 2012), são um desses limites, definidos fundamentalmente pelo Estado – porém não exclusivamente. São constituídos por frações funcionais diversas, funcionalidades dependentes da demanda de diversos níveis, do nível local ao mundial. A articulação entre os territórios se dá por fluxos, criados em função das atividades, da população e da herança espacial (Santos, 2008b), que atravessam os objetos nele fixados.

O espaço, a organização espacial ou estrutura espacial, é entendida como uma estrutura social, como as estruturas econômica, política, social, ideológico-cultural, dotada de uma autonomia relativa no todo, sendo não apenas um resultado, mas um condicionante ou limite. Trata-se de uma estrutura complexa, heterogênea, formada por outras estruturas mais simples:

[...] a estrutura espacial é algo assim: uma combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de classes específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes. (Santos, 2008b, p.17-18)

1.1.1 O desenvolvimento do subdesenvolvimento

O título deste subitem foi tomado de empréstimo do texto de Andre Gunder Frank (1965), que de certa forma deu partida à TMD. Conforme a leitura de Ana Ester Ceceña (2005), Ruy Mauro Marini leva às últimas consequências a ideia de que o desenvolvimento capitalista envolve etapas, porém considerando-o em sua totalidade⁸.

Deste modo, recusa entender este desenvolvimento separadamente, sendo replicado em cada nação de forma análoga, com seu momentos – de arranque (*‘take off’*) etc –, como sustentam a teoria da modernização e a teoria da dependência cepalina, guiadas por um nacionalismo metodológico. Em tal teoria os países, como em uma corrida com raias e obstáculos paralelos, uns, que iniciaram antes sua marcha capitalista, a frente de outros que, servindo-se da experiência dos mais maduros como modelos, receituários ou vias, ainda que próprias, mediante um esforço concatenado em determinadas direções, como o aumento da produtividade e da tecnologia, com o fator externo meramente como incentivo, poderiam acelerar ou talvez pular etapas, alcançando (*‘catching up’*) os demais. No caso dos primeira geração dos cepalinos, como Celso Furtado⁹, criticados no momento de surgimento da TMD, embora considerem as interferências entre países, a substituição de importações nacional aparecia como uma solução por si mesma, menos problemática, ainda que levem em conta a deterioração dos termos de troca e tenham ‘descoberto’ o centro e a periferia, como reconheceram autores europeus que o utilizaram depois, talvez o mais significativo, por ser o ponto de partida da análise de sistema-mundo, Fernand Braudel.

Na verdade, segundo os teóricos da dependência marxistas, o desenvolvimento capitalista e sua contrapartida, o subdesenvolvimento capitalista, seriam “produtos do mesmo processo que gerava condições díspares e polarizadas”, nas quais haveria múltiplas relações e determinações cruzadas, havendo “ciclos superpostos de acumulação”, entre um processo total e outros específicos a cada parte do todo, cada qual com alguma margem de manobra e em interações dialéticas, ocorrendo o “entrelaçamento de interesses e dinâmicas” entre “regiões de desenvolvimento distinto, mas com o mesmo objetivo de manter o sistema da

8 Em seu texto mais recente sobre debates contemporâneos sobre a superexploração da força de trabalho, Martins (2023) observa que há momentos em que Marini restringe sua análise ao aspecto nacional.

9 Posteriormente, no final de sua vida, Celso Furtado (1999) caminhou na direção de uma visão mais profunda, apontando para o problema da cultura de consumo e dos limites do crescimento impostos pelo esgotamento da natureza.

propriedade privada e acréscimo dos lucros” (Ceceña, 2005, p. 296). Assim, ao invés de atraso, haveria polaridade e contradição, um desenrolar desigual e combinado, interna e externamente.

A dependência é entendida como o resultado de uma relação entre nações formalmente independentes e substancialmente interdependentes, onde umas subordinam outras, ocorrendo uma dupla articulação entre uma situação condicionante das relações internacionais e uma estrutura socioeconômica condicionada de uma formação econômico-social (Bambirra, 2019; Fernandes, F., 1975). A articulação se dá seguindo movimentos dialéticos: entre o externo e interno e uma dialética negativamente determinada internamente (Luce, 2018)¹⁰.

Por um lado, a situação imperialista externa condiciona a conformação de uma estrutura socioeconômica limitada em suas possibilidades, tornando-a dependente da expansão sistêmica e estrangeira a qual está atrelada. Por outro lado, essa estrutura integrada de forma subordinada ao mercado mundial e ao sistema interestatal, para se desenvolver de modo capitalista – socializando a produção, privatizando os ganhos, mercantilizando a vida e garantindo a acumulação –, leva ao limite suas leis econômicas imanentes, exacerbando-as.

Assim, apresenta historicamente tendências particulares de desenvolvimento: tendência a transferir mais-valor para países centrais, em suas relações produtivas, comerciais e financeiras; a compensar esta perda de valor e riqueza com um modo de acumulação centrado na exploração redobrada da força de trabalho ou superexploração da força de trabalho, envolvendo diferentes formas de extração do mais-valor, sistematicamente articuladas; a dissociar a capacidade de produção da de consumo, desarticulando a estrutura econômica e seus circuitos, resultando numa industrialização incompleta e não-orgânica, viciando e emperrando sua reprodução, impondo ciclos que se encerram com graves crises.

10 Mathias Luce (2018, p.19-22), apoiando-se na leitura de Mario Dal Pra da dialética de Marx, procura se diferenciar de uma dialética vulgar, abstrata e mecânica que considera que toda tendência contraditória leva inexoravelmente a uma suprassunção ou superação (a um só tempo, negação, conservação e elevação a um nível superior), ou seja, a geração de uma nova unidade através de uma ruptura. Entende que existe ao menos uma outra possibilidade de desfecho ou solução do movimento dialético, restringindo-o e minorando suas potencialidades criadoras, na qual este encontra-se portador mais do elemento da continuidade que da ruptura, numa trama mais compacta de momentos de negação, que são menos profundos e radicais, em suma, uma dialética negativamente determinada. Essa restrição de movimentos dialéticos se expressa em um funcionamento diferenciado de contratendências que operam no modo de produção capitalista. Apresenta modificações, limitações (e não sua anulação) das contratendências: de nivelamento da taxa de lucro nas transferências de valor; da generalização da mais-valia relativa contra-arrestando a fixação da mais-valia extraordinária em certos ramos; da configuração de limites e valores normais da força de trabalho numa dada condição sócio-histórica como contrapeso ao seu esgotamento prematuro e desgaste acelerado.

Esta estrutura dependente, com suas leis tendenciais, a medida que se desenvolve reage à situação condicionante, reforçando os laços militares, político-econômicos e culturais e a complementaridade assimétrica entre países centrais/ imperialistas e periféricos/ dependentes, estabelecendo relações hierárquicas e associações de interesses, reproduzindo sua estrutura econômica e seu ‘subdesenvolvimento’ em escala ampliada, em um desenvolvimento desigual e combinado. Existem possibilidades de afrouxamento destes laços, de desenvolvimento com algum grau de autonomia, ainda que temporário, e mesmo da quebra da hierarquia, viabilizado por conjunturas excepcionais de crises e guerras mundiais (como no conturbado período de 1914 a 1945), em determinadas formações sociais, quando organizadas socialmente em direções nacionalistas ou revolucionárias.

1.1.2 Leis tendenciais do capitalismo dependente¹¹

As leis tendenciais particulares que se desenvolvem nestas formações sociais são expressões das leis do capitalismo¹² levadas ao seu limite, “com toda sua brutalidade” (Marini, 1991, apud Luce, 2018, p. 223). As leis tendenciais específicas no capitalismo dependente, destacadas por Luce (2018), são a **transferência de valor como intercâmbio desigual**, a **superexploração da força de trabalho** e a **cisão do ciclo do capital**.

A TMD considera que a condição de dependência se caracteriza pela transferência de valor do país dependente para as economias centrais do sistema capitalista, envolvendo diferentes processos, como a deterioração dos termos de intercâmbio, remessas de juros, royalties e dividendos ao exterior, o serviço da dívida pública e a apropriação de recursos naturais por monopólios. Estes fenômenos, entendidos como intercâmbio desigual ou de não-equivalentes (não ocorrendo o nivelamento da taxa de lucro), expressam traços de dependência comercial, financeira e tecnológica no âmbito da divisão internacional do trabalho, resultam em relações desfavoráveis duradouras, de subordinação, nas quais

11 Essa subseção foi originalmente produzida para o artigo “Estado e acumulação de capital na saúde brasileira sob a ótica da Teoria Marxista da Dependência”, junto aos pesquisadores Paulo Henrique de Almeida Rodrigues, Nercilene Santos da Silva Monteiro, Roberta Dorneles Ferreira da Costa Silva e Valentina Sofia Suárez Baldo (Rodrigues, P. et al, 2023).

12 Começando pela lei geral, segundo a qual quanto maiores forem as riquezas sociais e, conseqüentemente, o proletariado e a força produtiva, tanto maior será o exército industrial de reserva e, conseqüentemente, a superpopulação relativa e a pobreza (“pauperismo”) (Marx, 2013, p. 719).

economias imperialistas se apropriam de valor/riqueza, transferidos/perdidos pelas economias dependentes (Luce, 2018).

As economias dependentes concentram-se na produção interna de mercadorias primárias e de produtos industrializados de baixa incorporação tecnológica, encontrando-se reféns da importação de produtos industrializados e serviços mais complexos, os quais se valorizam no longo prazo em relação aos produtos periféricos exportados. Mesmo em períodos de crescimento econômico impulsionado pela valorização de produtos primários – por exemplo, durante o ‘boom das commodities’ do início dos anos 2000 –, a situação de dependência não se altera, uma vez que se trata de conjunturas instáveis e temporárias, sem mudanças estruturais nas relações econômicas. Esse intercâmbio desigual entre produtos de menor valor agregado em relação aos importados é afetado também pela variação cambial e a adoção do câmbio flexível. O tema pode ser investigado pela análise das balanças comercial, tecnológica e de pagamentos entre países.

A grande e crescente presença do capital estrangeiro também contribui: as empresas multinacionais dominam os setores mais dinâmicos e mais lucrativos, relegando para a burguesia interna os setores de menor intensidade tecnológica e lucratividade. Essa presença do capital internacional nas economias dependentes aumenta a transferência de valor destas para o exterior, em forma de lucros, royalties, patentes, dividendos, entre outras. Os movimentos de fusão e compra de empresas tecnológicas nacionais verificados ao longo das últimas quatro décadas são uma das expressões mais eloquentes deste processo.

A obrigação de transferir valor para as economias centrais condiciona as relações de produção nos países periféricos e, conseqüentemente, suas estruturas sociais; a divisão internacional do trabalho que se impõe sobre as economias dependentes limita as possibilidades de apropriação do valor criado em seu interior. Nos marcos desse condicionamento e limitação, uma das medidas que a burguesia dependente utiliza para extrair mais-valor e compensar essa transferência de valor e perda de riqueza, ocasionada pela tendência anterior, é tornar a *superexploração da força de trabalho*, uma possibilidade conjuntural onde quer que haja capitalismo, numa tendência estrutural e sistemática do capitalismo dependente.

A superexploração da força de trabalho, entendida como uma forma de extração de valor que envolve o pagamento pelo trabalho abaixo do seu valor, pelo prolongamento da jornada e o aumento da intensidade do trabalho além de limites ‘normais’ historicamente

estabelecidos, bem como pelo aumento do valor da força de trabalho sem a elevação absoluta ou proporcional de seus preços.

Provoca o desgaste prematuro dos trabalhadores, a redução de suas vidas e saúde, transformando o fundo de consumo do trabalhador em fundo para acumulação. Por seu caráter estrutural, se bem afeta o conjunto dos trabalhadores, seja em escala nacional ou, mais recentemente, mundial, reforça o fracionamento da classe trabalhadora e reconfigura divisões territoriais, raciais e étnicas, lançando grande parte da população numa situação caracterizada por baixos salários, longas jornadas, relações contratuais precárias, piores condições de trabalho em comparação àquelas que prevalecem nos países centrais e baixa incorporação tecnológica no processo produtivo.

Exprime-se de múltiplas maneiras, algumas bastante distintas, da privatização de aposentadorias e serviços públicos à redução da expectativa de vida de certas categorias submetidas a um processo de trabalho brutal, passando pela magnitude nacional, regional e setorial de acidentes de trabalho e afastamentos por problemas de saúde mental, para citar apenas alguns de seus efeitos.

A superexploração do trabalho reduz a capacidade de consumo de massa, o que prejudica o desenvolvimento do mercado interno, reforçando outro elemento do capitalismo dependente, que é a cisão no ciclo do capital (produção, circulação e consumo). O desenvolvimento capitalista, de modo geral, provoca fissuras no ciclo do capital (produção-distribuição-consumo), entre a estrutura produtiva e a circulação de mercadorias, entre a produção de bens “de luxo” (“suntuários”) e as demandas e necessidades de consumo, gerando desequilíbrios, impasses e contradições. Enquanto nos países centrais as esferas de produção e distribuição estão relativamente alinhadas ao padrão de consumo, ou seja, ao nível de renda e educação da população, ocorrendo uma industrialização orgânica, minimizando as fissuras, nas economias dependentes, inicialmente por suas relações com a circulação de capital dos países centrais, essas fissuras tornam-se cisões no ciclo do capital, entre o que o país produz e o que a população tem capacidade de consumir. Configura-se assim uma repartição *sui generis* das formas de ampliação da extração de mais-valor entre setores produtores, que se materializa numa industrialização não-orgânica a sua própria estrutura econômica e numa integração subordinada ao mercado mundial. Constituídas historicamente, essas cisões ocorrem inicialmente entre o mercado interno e externo e, posteriormente, no caso das formações sociais dependentes que se industrializaram, entre as esferas alta e baixa

de consumo no mercado interno¹³. Junto à superexploração, essa tendência explica o “divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas”, tão característico da América Latina (Luce, 2018, p. 85). A cisão do ciclo do capital pode ser analisada pelo fluxo dos mercados interno e externo, pela avaliação dos ramos e setores da produção, das distintas esferas de consumo e da difusão de bens e serviços.

As leis tendenciais no capitalismo dependente oferecem explicações, considerando longos períodos de tempo, do porquê a América Latina permanecer ‘estagnada’ economicamente, ser uma das regiões mais desiguais, com parcelas enormes da população vivendo em condições de péssima infraestrutura, sem direitos constituídos e/ou com direitos violados e expropriados, ainda que exista industrialização (com substituição de importações) e urbanização. Ao contrário dos efeitos esperados por teorias desenvolvimentistas e apostas políticas de centro-esquerda e progressistas, para as quais o crescimento econômico capitalista implicaria progressivamente a diminuição da desigualdade e da pobreza, a TMD mostra que quanto *mais desenvolvimento* capitalista nos países dependentes, *mais dependência*, demonstrando que o imperialismo é um fenômeno também interno e um elemento constitutivo do capitalismo latino-americano.

Dado que se trata de leis imanentes capitalistas exacerbadas, gerando tendências, neste processo de diferenciação desigual e combinada, é possível, e de fato se verifica, na esteira de uma redivisão internacional do trabalho operada na década de 1990, o aparecimento de algumas destas tendências nos países imperialistas, como recurso de burguesias estritamente nacionais para enfrentar a nova fase da economia mundial capitalista (Marini, 2015; Martins, 2011), gerando o debate sobre o caráter geral daquilo que é atribuído como específico, ampliando o alcance da formulação da teoria marxista da dependência para a compreensão do capitalismo contemporâneo (Fontes, 2010).

13 Mais recentemente, novos elementos se adicionam, com o advento da financeirização da economia. Luce (2018) sugere ainda, sem maior aprofundamento, que o ciclo do capital das economias dependentes sofre nova cisões: a partir da década de 1980, considerando a integração dos mercados de crédito e de títulos em escala mundial, a cisão entre a função capital-dinheiro e dinheiro-mundial ou a apropriação de valor sob a forma de lucros fictícios; a partir de 2000, menciona uma cisão entre a mundialização do capital e apropriação monopolista de lucros de ativos intangíveis.

1.1.3 Ondas de modernização

A estrutura espacial como combinação localizada de outras estruturas, reúne um mosaico de elementos de diferentes eras que são mantidos, criados, destruídos e recompostos. Para Milton Santos, o estudo do espaço implica sua história e um esforço de periodização, ou seja, delimitar o sistema temporal que forma o contexto geral sem o qual não se compreende como estes mosaicos são formados e modificados.

A noção de espaço é portanto inseparável da ideia de *sistemas temporais*, marcados pela evolução de um conjunto de variáveis que mantêm certo equilíbrio, comandados por uma variável significativa, uma variável-força ou variável-chave de cada período a ser levada em consideração, ainda que um estudo possa ser focado em outras delas.

Se por uma parte, apoiando-se em Braudel, Santos indica o caráter arbitrário de toda periodização, sustenta também que os períodos históricos “não passam de outro nome para a história da produção ou da divisão do trabalho”, que transforma a organização espacial, impondo seu ritmo (Santos, 2008b). Sua periodização é de longa duração, centrada nos efeitos que as alterações de ordem produtiva provocam no meio geográfico, nas relações entre ser social e natureza, movida sob égide do capitalismo e sua socialização. Para entender qualquer fase da história há dois elementos fundamentais: o estado das técnicas e o estado da política (Santos, 2001).

Os sistemas temporais envolvem considerações em escala mundial particularmente importantes para os países subdesenvolvidos/ dependentes, dado que o comportamento dos subespaços geralmente está condicionado pelas nações que estão no centro do sistema mundial. Nessa escala global, cada sistema temporal coincide com um período histórico, ainda que possam ser considerados subperíodos também em escalas menores, por exemplo, próprias a uma metrópole. A história local, regional, nacional, com seus subperíodos, não pode ser apreendida sem essa amplitude, ainda mais no tempo presente, dado o grau de integração atingido.

O sistema temporal é fundamentalmente um sistemas de ações entre grupos de Estados, mobilizado por variáveis chave em cada período. Santos (2008b) sugere considerar as relações entre países centrais e periféricos como definidora de sistemas espaciotemporais, cada um deles representando um conjunto coerente de formas de ação dos países centrais

sobre a periferia, impondo diferentes vagas de inovação ou modernizações¹⁴ comerciais, industriais, de infraestrutura e tecnológicas, que condicionam seu desenvolvimento, com interação complexa com a industrialização ou sua ausência. Essas modernizações permitem entrever os movimentos de dupla articulação.

Cada uma das secções de tempo de tais sistemas é caracterizada e controlada por um processo diferente, há uma variável significativa que comanda o conjunto de variáveis, que mantém entre si um certo equilíbrio. Sua difusão, respondendo às necessidades de crescimento ou funcionamento do sistema em relação ao centro, não atingindo todos espaços, existindo defasagens temporais, em diferentes escalas. Tais ondas permitem explicar

a história e as formas de colonização, a distribuição espacial dos colonizadores, a dispersão de raças e línguas, a distribuição de tipos de cultivo e as formas de organização agrícola, os sistemas demográficos, as formas de urbanização e de articulação no espaço, assim como os graus de desenvolvimento e dependência. A periodização fornece, também, a chave para entender as diferenças, de lugar para lugar, no mundo subdesenvolvido. (Santos, 2008b, p. 38)

As variáveis-chave que destaca são técnica, a tecnologia, a ciência, a informação e comunicação, aparecendo mais recentemente a demografia. No imperialismo ou período industrial,¹⁵ da “segunda revolução industrial”, iniciada em 1870, grandes progressos mecânicos permitindo os espaços produtivos se sobreporem as possibilidades diretamente oferecidas pelo meio natural, uma separação mais nítida entre espaços de produção e de consumo, este último concentrado nas cidades, conformando um meio técnico.

Em seguida, aparece o que ele chama de período tecnológico, de revolução técnico-científica conformando, primeiro um meio técnico-científico¹⁶, iniciado em 1945, que se

14 O uso do termo modernizações, no plural, embora ambíguo, visa afastar-se das teorias da modernização, à la Rostow, ressaltando a sincronicidade de sua difusão num mesmo período histórico, sendo os atrasos relativos, ao invés de uma repetição a-histórica de etapas de desenvolvimento, que tomam por modelo experiências históricas anteriores. Santos recusa a terminologia utilizada por ele mesmo entre “tradicional” frisando a formação conjunta do arcaico, atrasado.

15 Embora não frequente, Milton Santos utiliza o termo imperialismo ao longo de sua obra, em geral restringindo a um período. Há outros usos, como, no início da década de 1970, ao subscrever o subimperialismo brasileiro proposto por Marini, estendendo seu uso para todos “países subdesenvolvidos industrializados”, apontando a necessidade de compreender esse fenômeno em um sistema-mundo. Ao referir-se ao período atual sem frisá-lo, não significa que ele, terceiro-mundista convicto, flexibilize a dominação e os condicionamentos que regulam as relações internacionais – mesmo quando seu vocabulário e, até mesmo sua reflexão, parece se aproximar do pós-modernismo, no último período de sua obra, por exemplo, nos textos em que trata da globalização.

16 Santos usa período técnico-científico até a década de 1990, quando agrega sistematicamente o “informacional” a caracterização das variáveis chave do período. Entretanto não se trata de outro conceito, mas de realce: nos primeiros textos que trata diretamente do assunto, em especial no texto de 1973, republicado em Espaço e Método (2008), já se encontra, no cerne de sua argumentação, o papel da informação.

desdobra, a partir da década de 1990, num período informacional, conformando um meio técnico-científico-informacional. Esta fase mais recente, a globalização, de caráter perverso, um ‘globalitarismo’, “o ápice ou estágio supremo do processo de internacionalização do mundo capitalista” (Santos, 2001, p. 23), significa a “a ampliação em ‘sistema-mundo’ de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos, (...) uma refundição da ‘totalidade-terra’” (Santos, 2014, p. 145).

Trata-se de um novo patamar da divisão internacional do trabalho. Caracteriza-se pela grande indústria e o capitalismo das grandes corporações, servidas por meios de comunicação extremamente difundidos e rápidos, onde todos os espaços são convertidos em espaços de produção e de consumo, com a economia industrial ocupando praticamente todo espaço produtivo, urbano ou rural, seguindo um comando externo mundializado, presidido por firmas transnacionais, com um poder sem precedentes. Os motores dessa globalização, seus três dados constitutivos, são: sua base material, a unicidade técnica, um sistema técnico-científico-informacional globalizado que hegemoniza de maneira inédita todas as famílias técnicas; pela informatização, ocorre a convergência dos momentos como unicidade do tempo, tornando os acontecimentos solidários e interdependentes, instantaneamente mundiais; a mundialização do mais-valor como motor universal, movido por empresas globais e pela financeirização. Mais que qualquer outro momento da história humana, essas mutações são solidárias, causas e efeitos umas das outras. A administração dessa solidariedade se dá, via de regra, como uma nova forma de dependência, embora possa se dar como colaboração entre países e firmas. Milton Santos e María Laura Silveira (2001) estudaram a conformação desses meios no Brasil.

Essa globalização aponta no sentido de converter a sociedade industrial numa sociedade informacional ou demográfico-comunicacional (Santos, 2017), sem entretanto consumir essa transformação, ainda que as novas variáveis venham para ficar, fazendo com que vivamos ao mesmo tempo um período e uma crise ou a crise como um período (Santos, 2001).

1.1.4 Padrões de reprodução do capital no sistema mundial e nos países dependentes

Para mediar a apreensão dessa dupla articulação pode-se servir da categoria de padrão de reprodução do capital. Esta permite historicizar o movimento de diferenciação entre centros imperialistas, semiperiferias e periferias dependentes, e entre regiões no interior das formações econômico-sociais e espaciais, que, baseado na transferência de valor de umas à outras, conforma a estrutura heterogênea do capitalismo como sistema mundial. Essa história é reconstruída pelas diferentes formas, modalidades e mecanismos que a reprodução do capital, e suas relações econômicas (particularmente de apropriação-expropriação), assume em momentos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados. “Implica compreender as condições que tornam possível o ascenso, auge e declínio de um padrão ou sua crise, ao mesmo tempo que considera os momentos de transição” (Ferreira; Osório; Luce, 2012, p. 56). São consideradas

as metamorfoses sofridas pelo capital na passagem das esferas da produção e da circulação [...], os padrões históricos com pautas específicas nos valores de uso produzidos [...] e no processo de valorização e apropriação [...], assim como as contradições que esses processos geram. (Ferreira; Osório; Luce, 2012, p. 32)

Cada padrão de reprodução do capital, segundo as necessidades que sua metamorfose cíclica reclama, apresenta intervenções territoriais distintas e com usos específicos, definindo um padrão de distribuição espacial (Ferreira; Osório; Luce, 2012). Igualmente importante, uma certa reprodução capitalista exige também um certo sistema de dominação, com certas formas de governo, de intervenção estatal e de política econômica, modificando, adequando e reforçando suas funções (Osório, J., 2019). Cada estrutura de classes, com suas particularidades e sua distribuição espacial, é conformada seguindo os ditames destes padrões econômicos e do sistema de dominação.

A categoria em questão permite duas periodizações. Uma primeira pode ser feita ao nível da reprodução do capital como sistema mundial hierarquizado. Uma segunda periodização, sobreposta e com conexões com a anterior, opera a nível das formações sociais industriais-dependentes latino-americanas. São isolados propriamente os padrões de reprodução do capital que se manifestam nestas formações

Uma primeira pode ser feita ao nível da reprodução do capital como sistema mundial hierarquizado, onde tem maior peso os núcleos geográficos e econômicos que funcionam como eixos da acumulação a nível mundial. Para tal periodização, servindo-se da leitura de

Ernest Mandel dos trabalhos de Kondratieff, Osório sugere utilizar as ondas longas do desenvolvimento capitalista, com suas fases de ascenso (recuperação e crescimento) e descenso (estagnação e depressão), com duração aproximada entre 50 e 60 anos, que expressam ciclos do movimento da taxa de lucro e “implicam revoluções tecnológicas aplicadas a produção” e “reestruturações dos processos de reprodução do capital em todas suas dimensões” (Ferreira; Osório; Luce, 2012).

O período atual, que aqui nos interessa, está inserido em uma revolução tecnológica de longa duração – distinto da revolução industrial anterior, iniciada no final do séc.XVIII –, sendo marcado por três ondas, iniciadas em 1848 (descenso em 1873), 1894 (descenso em 1914) e 1940-45 (descenso em 1966). Carlos Eduardo Martins (2011) – utilizando a categoria de padrão de reprodução do capital e dialogando criticamente com Mandel –, retoma e amplia a periodização baseada em ondas longas, qualificada pelas inovações tecnológicas e reestruturações organizacionais, mensurada pelas oscilações da taxa de crescimento do PIB per capita e da taxa de lucro a nível mundial, esta última inferida pela taxa de lucro no país central. Acrescenta às ondas aludidas anteriormente uma quarta onda científico-tecnológica de ascenso (alto crescimento), iniciada em 1994, prevendo ou constatando (em 2018), seu esgotamento entre 2015-2020, ponto de virada para uma fase B. A crise econômica associada à pandemia parece confirmar essa previsão (Martins, 2023). Esta leitura contrasta – ou desbanca – aquela que sustenta que ainda estaríamos na fase de descenso iniciada em 1966, anormalmente mais extensa que o esperado – possibilidade justificada teoricamente.

Uma segunda periodização, sobreposta e com conexões com a anterior, opera a nível das formações sociais industriais-dependentes latino-americanas. São isolados propriamente os padrões de reprodução do capital que se manifestam nestas formações a partir da dupla articulação, precisando seu lugar na divisão internacional do trabalho e no sistema interestatal.

Nos termos de Vânia Bambirra (2015), o Brasil passou de uma formação capitalista-exportadora dependente, no final do século XIX, para uma capitalista industrial-dependente, na primeira metade do século XX. Atualmente há a recondução a um padrão exportador, porém com especialização produtiva, sem eliminar completamente o setor industrial, readequando-o. A formação econômica brasileira tem, entre seus traços distintivos, a industrialização, um processo alongado, que dura pouco mais de um século, entre o terço final do século XIX e o final do século XX, quando advém um período de desindustrialização (relativa).

Apesar de não haver um consenso sobre a demarcação, ponderando as propostas de Carla Ferreira, Jaime Osório e Mathias Luce (2012), Aruto (2019) e Jaime Osório (2019), pode-se demarcar: um padrão agromineiro-exportador (1822-1930); uma fase de transição nos anos 1930-35; um padrão estritamente industrial (1935-1975/79), subdividido numa etapa internalizada e autônoma entre 1935-1949/55, seguida de uma diversificada, em fase de integração dos sistemas de produção ao capital estrangeiro, entre 1949/55-75/79; outra etapa de transição entre 1975/79-1985; desde então, um padrão industrial exportador de especialização produtiva e, pode-se supor, atualmente sua crise.

Para apreender os momentos pelos quais passa a categoria de padrão de reprodução do capital pode-se servir das crises, observadas por diversos indicadores econômicos como desemprego, subemprego, inflação, recessões e depressões econômicas.

Ruy Mauro Marini (2015) chama a atenção para a formulação de Marx a respeito da contradição entre a pobreza e a restrição da capacidade de consumo das massas e o desenvolvimento capitalista das forças produtivas como razão última das crises econômicas.

As mudanças na economia são frutos de calamidades naturais ou sociais, como epidemias, guerras, catástrofes climáticas e as crises periódicas intrínsecas ao sistema capitalista. Provocam a centralização dos meios de trabalho, com eliminação dos menos eficientes, redução da força de trabalho com sua expulsão, ou mesmo a destruição, de atividades produtivas, e intensificação e extensão do uso da força de trabalho ativa. Aumenta a concentração de renda dos proprietários, favorecendo potencialmente investimentos, mas também consumo suntuário e especulações, concentrando a produção em grandes unidades econômicas, o que por sua vez agudiza a concorrência e incentiva a introdução de inovações técnicas.

A crise, como interrupção do processo normal de reprodução, é, em geral, respondida por novas políticas econômicas, de caráter conjuntural, englobando simultaneamente as gestões estatais da moeda e força de trabalho, intervenções imanentes aos elementos constitutivos da relação social capitalista entre dinheiro e mercadoria; além disso, o Estado desencadeia expropriações – a assim chamada acumulação primitiva, que de fato é permanente – e modifica regras limitantes ao esgotamento da força de trabalho (Brunnhoff, 1984).

1.1.5 Ciclos sistêmicos de acumulação no capitalismo histórico e sua crítica

Martins (2011, 2020, 2023) propõe também uma periodização centrada na análise das crises e transições sistêmicas, marcadas pela troca de Estado hegemônico, numa chave que procura articular criticamente o conceito de capitalismo histórico de extração braudeliana – onde situa os teóricos da ASM, principalmente Wallerstein, Arrighi e Silver – com o conceito marxista-engelsiano de modo de produção – com ênfase nos aportes da TMD.

Assim, além de levar em consideração as ondas longas e a crise da tendência decrescente da taxa de lucro, Martins também apropria-se da história do capitalismo na longa duração (a partir do século XV), considerando, entre outros aportes, aquele estabelecido por Arrighi e Silver, que toma por base o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação capitalista centrados em um país hegemônico.

Nestes ciclos, alternam-se momentos de hegemonia e de transição hegemônica (subdividida em fases de crise e de ruptura). Entende a Hegemonia com base em Gramsci. Os momentos hegemônicos são marcados pela reorganização do sistema por um Estado e pela imitação de sua forma estatal pelos demais Estados, levando a uma expansão do sistema. Nas crises hegemônicas que irrompem, inter-relacionam-se rivalidades estatais, competição interempresarial, conflitos sociais e o surgimento de novas configurações de poder. Essa crise evolui para a ruptura hegemônica, um período de caos sistêmico caracterizado por guerras e crises profundas de aproximadamente trinta anos de duração, e, em meio a ele, uma progressiva centralização das capacidades estatais que permitirá um novo *hegemôn*, repetindo o ciclo (Arrighi; Silver, 2001).

Em cada ciclo, os momentos de hegemonia estão associados a uma expansão da produção material seguidos por expansão financeira nas crises e rupturas. Arrighi interpreta essa alternância como a reafirmação da fórmula de Marx D-M-D', que retrataria não apenas a lógica das relações sociais capitalistas individualizadas, tomadas em alto grau de abstração, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial (Arrighi, 2013). A passagem entre momentos é demarcada por crises econômicas e financeiras mundiais (sinalizadoras e terminais), ocorridas no país hegemônico ou no principal país contra-hegemônico. Como tais ciclos se sobrepõe, durante a crise hegemônica, ocorre um período de “renascimento” ou “*belle époque*” que precede o caos, onde o novo ciclo que emerge dá vida ao “outono” do ciclo que se encerra (Arrighi, 2013).

A expansão e aprofundamento do poder capitalista está associada a competição interestatal pelo capital circulante (tornado motor da autoexpansão do capital em escala mundial) e à formação de estruturas organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em escala mundial (se tornar hegemônica). Num movimento pendular, estas oscilam entre estruturas organizacionais cosmopolitas-imperialistas de expansão geográfica (CSAs ibero-genovês e britânico) e corporativistas-nacionalistas de consolidação do sistema (CSAs holandês com seus sistema de entrepostos comerciais e companhias de comércio e navegação centrado em Amsterdam e Norte-americano com seu sistema de mercados nacionais e empresas transnacionais centrado nos Estados Unidos). Quanto mais poderosas são estas estruturas, quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas, mais curto o ciclo de acumulação capitalista, dado que a expansão material é apenas um meio para o lucro, para autoexpansão do capital (Arrighi, 1996. p.224).

Essa repetição inclui sempre elementos novos, que indicam tanto um padrão evolutivo, quanto anomalias. A evolução do sistema percebe-se pelo aumento do tamanho, do poder e complexidade do Estado hegemônico a cada ciclo, operado pela progressiva internalização dos custos de proteção militar, de produção industrial, de transação financeira e, tendencial e contemporaneamente, de reprodução socioambiental e da força de trabalho (Silver, Arrighi, 2012).

Em texto de 2011 (Silver e Arrighi, 2012), recuperando elaboração anterior realizada no final dos anos 1990 (Arrighi; Silver, 2001), Silver e Arrighi insistem como uma anomalia da transição atual em relação aos ciclos anteriores a bifurcação, sem precedentes, nas localizações geográficas dos poderes financeiro (Oriente) e militar (Ocidente), indicando a possibilidade de um longo período de caos sistêmico de novo tipo, entendendo a perda de força da classe trabalhadora como conjuntural e a mudança do equilíbrio de poder entre civilizações ocidentais e não ocidentais como condicionada pela inteligência ocidental em se adaptar a uma situação menos destacada e pela oferta de soluções sistêmicas para problemas sistêmicos pela civilização sino-cêntrica reemergente. Se bem não está descartado um caos inédito, os desenvolvimentos recentes das capacidades militares e do relacionamento de Rússia e China indicam que essa anomalia possivelmente será temporária, com rápida e progressiva diminuição da assimetria militar.

A crítica de Martins aos ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi e Silver realiza uma correção na sua periodização. No corte temporal que interessa aqui, marcado pelo Imperialismo, encontram-se dois ciclos: a fase de crise da hegemonia do Império britânico,

entre 1873-1914, e ruptura, entre 1914-1945; desde então, o ciclo hegemônico estadunidense, entrando em sua expansão financeira a partir das crises associadas aos “choques do petróleo” em 1973 e 1979, podendo-se interpretar a crise mundial de 2008-2010 ou, mais precisamente, a crise mundial climática, sanitária, econômica e militar recente (2020-23) como o início de um período caótico (Martins, 2023).

Há ressalvas sobre o limite de aproximação entre a TMD e a ASM. Um primeiro elemento a ser dito é a diversidade de análises do sistema-mundo, ainda que tenham na obra de Braudel um esteio. A perspectiva de Arrighi, ela mesma eclética, além de crítica tanto a análise de sistema-mundo de Wallerstein quanto a Gunder Frank, serve-se, além do marxismo, das leituras liberais de Weber sobre a competição interestatal pelo capital circulante, assim como de Smith, sobre o desenvolvimento paralelo e divergente entre Europa e China. Por outro lado, encontra no centro de seu aparato conceitual o marxismo: seja apoiado em Marx do livro I, considera o capitalismo como iniciando em torno de 1500 e passando por ciclos centrados em países, apresentando a fórmula D-M-D' como ciclo do capitalismo histórico, bem como a importância dada por ele ao sistema de endividamento nacional; seja em uma leitura geopolítica de inspiração gramsciana.

Sem negar as tentativas da TMD de fusão com a ASM – movimento quase sem contrapartida desta última –, Mathias Luce (2018, p. 203) e Rafael Seabra (2020, p. 401ss) ressaltam a diferença das origens, influências, pressupostos e rede de categorias mobilizadas para programas investigativos distintos, em outras escalas e com outras unidades de análise. As mais significativas aqui, a diferente compreensão do sistema mundial, por uma parte, como um sistema-mundo dividido em centro, semi-periferia e periferia ou, por outra, como atravessado relações de dominação e conexão entre formações econômico-sociais hierarquizando-as como imperialistas, subimperialistas dependentes, dependentes, semi-coloniais e coloniais. Luce lembra ainda o contraste existente na conceituação que fazem de capitalismo – por exemplo, o entendimento sobre o capital, patrimonialista em Braudel, relacional em Marx – e na maior ou menor importância atribuída à segunda Revolução Industrial na formação do mercado mundial; Seabra (2020), comparando referenciais teóricos e metodológicos de Marini e Wallerstein, acrescenta a divergência profunda entre perspectivas acerca da ruptura revolucionária.

Por outro lado, Seabra ressalta pontos sobre os quais os esforços de convergência podem se apoiar: o capitalismo entendido como expansivo, começando sua mundialização no século XVI; a análise do sistema capitalista mundial e da divisão internacional do trabalho

como dinâmica; a necessidade de crítica do desenvolvimentismo e da reprodutibilidade de etapas/modelos de países centrais; a superação da estrutura de exploração e dominação implicando a superação do capitalismo; a importância dada à organização, educação e preparação de movimentos políticos anti-sistêmicos e revolucionários. Cabe destacar também que, apesar da relação diferente com a ASM, ambas vertentes da TMD encontram-se no reconhecimento explicativo das ondas longas de Kondratieff, tal como elaboradas por Mandel, como um ponto de apoio fundamental.

1.2 Sistema de dominação e padrão de intervenção estatal nos países dependentes

1.2.1 O papel das lutas de classes

As contradições que movimentam a totalidade se expressam historicamente como **lutas de classes**, confrontos abertos ou velados, sejam antagonismos, conflitos ou guerras, civis ou mesmo entre Estados. Manifestam-se como conflitos políticos, econômicos, ideológicos, culturais e espaciais, perpassando cada uma das estruturas sociais. A condensação material delas, o Estado, é tomado como um sistema de ações e reações complexas.

Os grandes grupos sociais, divididos de múltiplas maneiras e travando diversos tipos de relações sociais entre si, são entendidos a partir do conceito de classes sociais, definidas primordialmente por sua relação com o modo de produção e as relações sociais de produção, em diversos níveis: trata-se de sua inserção objetiva nos modos de obter riqueza (através do mais-valor, renda, salário e mercantil simples), seu lugar num sistema de produção historicamente determinado (dominados/dominadores, explorados/exploradores), sua relação com os meios de produção (proprietários/não-proprietários), seu lugar na organização social do trabalho (controlam/não controlam o processo de trabalho) (Osório, J., 2019). Há diversos fracionamentos da classe trabalhadora na sociedade capitalista, o mais fundamental ligado à sua relativa “não-inserção”, sua inclusão forçada a um mercado no qual é uma mercadoria que pode se encontrar disponível como estoque, como descarte, como queima, como um exército industrial de reserva, uma superpopulação relativa.

Dessas diferentes inserções na estrutura de classes depreende-se interesses invariavelmente conflitantes, contraditórios, apresentando-se de diferentes maneiras ao longo da história, a depender do modo de vida do ser social, em lutas políticas, econômicas e culturais (inclusive teóricas nas ciências e na filosofia), que podem se apresentar em bloco.

Aspectos subjetivos amalgamam-se a partir das organizações desta lutas – com seu horizonte de emancipação almejado, sua consciência de pertencimento a uma classe, sua busca por reconhecimento, sua identidade e solidariedade, a “questão social” para qual aponta – retroagindo sobre os aspectos objetivos¹⁷. Estas variações nos aspectos subjetivos das classes podem ser inferidas, por exemplo, pelo aparecimento de grandes organizações nacionais e internacionais de proprietários e trabalhadores.

Há uma multiplicidade de **lutas de classes**, que podem ser agrupadas, de um lado, pelas lutas intraclasses exploradoras/dominantes, e de outro, entre classes exploradoras/dominantes e classes exploradas/dominadas. Daí o sentido de utilizar o plural, justificado por Losurdo, formalizado numa tipologia definida a partir de uma exegese da obra de Marx e Engels contextualizada com as lutas de seu tempo.

É assim que deve ser definido o objeto da teoria marxiana das “lutas de classes”. Há uma categoria geral, um *genus*, que pode subsumir *species* bastante diversas. (...). Impõe-se uma primeira distinção. Por um lado, há conflitos que opõem as classes exploradoras, as lutas de classes nas quais as burguesias dos diversos países levantam-se contra a aristocracia fundiária e o Antigo Regime para depois se enfrentarem uma contra outra em uma concorrência mais ou menos dura e suscetível de transformar-se em guerra. Por outro lado, temos as lutas pela emancipação, que constituem lutas de classes do ponto de vista dos sujeitos sociais engajados a consegui-la, assim como dos sujeitos sociais resolvidos a bloqueá-la ou impedi-la. É necessário, a esse ponto, avançar uma segunda distinção, mais exatamente, uma tripartição: a luta de classes que tem como protagonistas os povos em condições coloniais ou semicoloniais ou de origem colonial; a luta travada pela classe operária nas metrópoles capitalista (na qual se concentra a reflexão de Marx e Engels); a luta das mulheres contra a “escravidão doméstica”. Cada uma dessas três lutas põe em discussão a divisão do trabalho vigente em âmbito internacional, nacional e familiar. “Relação de coerção” (*Zwangsverhältnis*) é a que na sociedade burguesa existe entre capital e trabalho, mas pode-se fazer a mesma consideração para as outras duas relações. As três lutas de emancipação põem em discussão as três “relações de coerção” fundamentais que constituem o sistema capitalista. (Losurdo, 2015, p. 64)

Deve-se acrescentar outras, a mais importante as lutas dos “camponeses” e outros trabalhadores do meio rural, incluindo indígenas, assim como o alargamento das lutas contra o patriarcado em torno da diversidade sexual. Todas essas lutas se tornam progressivamente complexas, à medida que as próprias divisões que formam os grandes grupos sociais,

¹⁷ “A formação de uma classe não é apenas decorrência da posição de vida a que os homens e mulheres estão predestinados pela divisão do trabalho, mas é, ao mesmo tempo, causa e consequência da luta de classes” (Mattos, M. 2019).

baseadas em suas relações de subsistência, sofrem mutações, imbricando-se, associando questões dos “povos de origem colonial”, da “classe operária”, dos “camponeses” e “das mulheres”, e as estratégias de dominação da classe dominante passam abarcar as “lutas por emancipação”. Além disso, cada uma delas tem uma dimensão internacional.

As diversas “relações de coerção”, com seus fundamentos econômicos distintos, procurando se estabilizar, apoiam-se mutuamente, chegando a fundir-se, conformando um sistema, mantendo-se por múltiplos meios, por omissões, excessos, ações e capacidades de exercer a violência ou coerção, de corromper ou estabelecer consensos para ações coletivas frente os diferentes grupos sociais em permanente conflito, para induzir determinados comportamentos em agentes sociais diversos (Boito Junior, 2007).

Apenas analiticamente, aproveitando-se de suas manifestações, as relações sociais contraditórias entre classes podem ser separadas. Pode-se distinguir assim as relações de poder e dominação¹⁸ daquelas lutas relacionadas a produção, da luta de classes propriamente dita (com organização política da luta, quando os aspectos subjetivos tomam forma), e da luta revolucionária ou por uma ruptura, fora da ordem vigente, buscando afirmar outras relações (Lojkine, 1981a).

1.2.2 O Estado no capitalismo dependente¹⁹

O Estado é o mais importante dos meios utilizados para sustentar esse poder e dominação de classe, a forma de organização política de classe que um conjunto organizado de forças encontra para se impor a outras em uma sociedade fragmentada (Fontes, 2005), condensando materialmente as correlações de forças em disputa, tornando-se o principal fator de coesão social (Bichir, 2017).

A TMD segue a leitura de Marx e Engels acerca do Estado, que

18 Poder e a dominação frequentemente designam, sob inspiração weberiana, o primeiro termo o poder de fato (o uso da força, a coerção, a repressão, a violência, mais instável, ativa, abertamente conflitiva, arbitrária) e o segundo o poder legítimo (mais estável, consensual, coordenado, institucionalizado). Podem ser entendidos, entretanto, como indissociáveis.

19 Parte desta seção foi produzida para o capítulo do livro “Notas sobre capitalismo dependente brasileiro e política de saúde (1988-2020)”, escrito junto a Valentina Sofia Suárez Baldo (Baldo; Mattos, A. 2023).

[...] articula, de maneira orgânica e dialética, economia, política e [...] a dimensão social, [...] destacando o caráter de classe do Estado, relacionando poder político e econômico e revelando suas contradições [...] bem como a centralidade do Estado, enquanto principal fator de coesão de uma organização social. (Bichir, 2017, p. 43)

Somente através do Estado

[...] se cristaliza a hegemonia política e a definição dos projetos e modelos econômicos e políticos que prevalecem. Somente o Estado tem a capacidade de apresentar interesses sociais limitados como interesses societários de toda a comunidade. (Osório, J., 2019, p. 220).

Cabe destacar aqui que o Estado ocupa não apenas um lugar central tanto na estrutura jurídico-política e no sistema social de poder (com seus aspectos nacionalistas, classistas, racistas e sexistas), mas também um lugar destacado na estrutura econômica e seus múltiplos sistemas (incluindo o sistema de saúde e segurança).

Como lembra Virgínia Fontes (2017, p. 16-17), a configuração do Estado é uma das dimensões do capitalismo contemporâneo. Pode ser definido por “uma correlação de forças entre classes”, respondendo simultaneamente “às tensões e às lutas sociais intraclasses dominantes e entre as classes sociais”. A finalidade fundamental do Estado capitalista é “a preservação da forma de ser social predominante, isto é, aquela que reproduz o próprio capital” e “a garantia da permanência da dominação de classes”. Este é o caráter de classe do Estado. (Fontes, 2005). Sua permanente ligação com as lutas organizadas da sociedade civil permite falar de um Estado ampliado, com entidades privadas reforçando sua função de hegemonia de uma classe sobre outras e direcionando sua atuação, funcionando como um limite e ponto de partida a partir do qual ele se define.

Por uma parte, importa sublinhar que o Estado é extremamente importante em seu papel ou função contraditória de oferecer não apenas as contratendências às leis gerais do capitalismo, mas também de sustentar as leis tendenciais específicas do capitalismo dependente, a começar pela superexploração da classe trabalhadora (que envolve, por exemplo, os altos patamares de desemprego como pressão ao rebaixamento dos salários).

Espacialmente, o Estado é entendido como unidade mestra, espaço referência, sistema que inclui e do qual dependem todos os outros, cuja ação é exercida em todos os níveis e escalões, incluindo o exclusivo nível superior da armadura institucional (Santos, 2008), podendo chegar até a sobrepor o Estado-nação e a formação econômico social. De um ponto vista global, o Estado está no centro da mundialização vigente (Osório, J., 2019), conformando um sistema interestatal e compondo um mercado mundial.

Conforme sugere Jaime Osório (2019, p. 205), “o Estado no capitalismo dependente está atravessado pelo menos por dois processos que definem suas particularidades”, redefinindo as características gerais do Estado capitalista. O primeiro deles é o processo de subsoberania, definido pela condição dependente das formações sociais; o outro é sua subcidadania, a superexploração da força de trabalho, por seu efeito sobre as relações entre classes, frações e setores e relacionada com a sistemática superexploração da força de trabalho de grandes contingentes populacionais.

O Estado dependente é caracterizado, externamente, por uma soberania frágil, que tem, como contraparte interna, democracias restringidas (Luce, 2018, p. 231). Merece destaque a subordinação/associação das classes dominantes locais (nacionais) em relação às classes dominantes imperialistas (o que não exclui conflitos), resultando no enfraquecimento e mesmo na ausência de projetos *autônomos* de desenvolvimento. Os processos de monopolização e integração, mais recentes, provocaram uma reduzida expansão das classes dominantes, compensada pelo autoritarismo e internalização das relações de poder de Estados centrais e imperialistas. Nas metrópoles capitalistas dependentes, a permeabilidade do Estado às modernizações, incorporando “melhoramentos” nas áreas centrais, enquanto o restante da cidade, na maior parte das vezes, literalmente “cai aos pedaços” – o popular “para inglês ver”, como se diz no Brasil – exemplifica a subsoberania.

Nos capitalismo dependentes, as relações de classe estão baseadas na superexploração do trabalho, com tendência ao aumento da população trabalhadora pobre e miserável, esgotada física e mentalmente, subempregada ou desempregada, subcidadã, o que, por si só, já torna as contradições entre classes mais agudas. A cisão do ciclo do capital, por meio da qual geram-se processos produtivos voltados ao exterior ou a um mercado interno restrito, ignorando as necessidades da maioria da população, acentua ainda mais estas contradições (Marini, 1991 apud Luce, 2018). Mesmo que latente, há alto nível de conflito social, com fraturas sociais e, conseqüentemente, “exercício férreo do poder político”, em que “mecanismos coercitivos operam de forma recorrente” (Osório, J., 2019, p. 208-209). Da mesma forma, a recorrência de instabilidades, como crises políticas (um rompimento do ritmo da luta de classes onde podem ocorrer mudanças nas relações de forças e conseqüente mudança da forma do estado) que desembocam em estados de exceção (resposta a uma crise de hegemonia no bloco do poder) pode ser explicadas por sua determinação pela superexploração da força de trabalho.

Por isso tudo, o Estado no capitalismo dependente ganha relevância, ocupa um lugar central. Diante da barbárie predominante e da fragilidade social, se por um lado o Estado não produz sentido de comunidade (relegado, em grande parte, à religião), por outro, é idealizado como refúgio ou autoridade protetora, concomitantemente a uma tendência à despolitização. A debilidade produtiva, a restrição de opções dada a condição dependente, coloca a importância do intervencionismo, negado sistematicamente pela submissão política ao mercado, regido pelos grandes monopólios, entendido como agente neutro.

Conforme sugere Jaime Osório (2019), é possível periodizar os processos políticos (incluindo o Estado) a partir das correlações de forças (relações entre agrupamentos de dominantes e agrupamentos de dominados, com uma diversidade de forças no interior de cada um deles). Essa periodização tem a vantagem de que esta variável integra outras, como o bloco no poder e a hegemonia (quem detém o poder e qual é seu projeto social hegemônico ou padrão de reprodução proposto) e as formas de governo (como se exerce o poder).

As formas estatais – incluindo seus aparelhos privados de hegemonia – apresentam-se maneiras distintas de organização em cada contexto. Na América Latina como um todo, Jaime Osório (2019) fala de um Estado desenvolvimentista (1930/1945-1964/1976), um Estado de contrainsurgência (1964/1976-1980/1990), um Estado neoliberal (1980/1990-2009/2016) e um Estado de segurança do grande capital com verniz eleitoral (a partir de 2009/2016).

1.2.3 Exercício do poder na metrópole: a sagrada aliança e a reprodução ampliada do capitalismo

A maneira como esse sistema social de poder se manifesta nas metrópoles merece atenção. Conforme Karl Marx (1975), tratando das metrópoles e grandes cidades inglesas em 1870 – porém podendo ser, criteriosamente e com adaptações, generalizado por analogia às metrópoles –, o segredo da impotência da classe trabalhadora pelo qual a classe capitalista mantém seu poder é o antagonismo gerado pela **divisão da classe trabalhadora em dois campos hostis**, fundado sobre aspectos de sua origem geográfica e/ou identidade cultural – ingleses e irlandeses na Inglaterra, brancos pobres e negros nos Estados Unidos etc. –, aproximando um dos campos da defesa de interesses dominantes. A hostilidade é

artificialmente criada **por quaisquer meios necessários** – científica, política, midiática, econômica e cultural etc. As bases econômicas dessa divisão são as variadas matizes da superpopulação relativa e as imigrações forçadas as quais essas frações foram submetidas, estando ligada a regiões onde expressa-se a “assim chamada acumulação primitiva” – a rapina permanente que faz parte da acumulação capitalista, expropriações primárias e secundárias²⁰.

Essa divisão traz ainda consequências geopolíticas, na medida que os grupos que sofrem migrações dirigem-se a outros países (ou, pode-se acrescentar, outras regiões). Além dos efeitos internos de sua participação socioeconômica nos países que os recebem, passam eventualmente a apoiar tensões imperialistas (ou tensões separatistas) contra os países que provocaram sua imigração – como o ódio dos irlandeses emigrados para os EUA contra os ingleses –, impedindo a articulação da classe trabalhadora em nível internacional (ou nacional), além de suprir a necessidade de grandes exércitos permanentes²¹ nas áreas coloniais ou em guerras, que, em caso de necessidade, se lançam contra os próprios trabalhadores: “um povo que oprime outro povo forja suas próprias correntes” (Marx, 1981). Como se vê, as correntes de Marx antecipam o bumerangue de Foucault (Graham, 2016).

O processo de expansão urbana capitalista não ocorre apenas de modo quantitativo, meramente cumulativo – linear, progressivo, logarítmico... –, impulsionado por fatores externos – seja pelo fim da escravidão, expropriações no campo ou sua capacidade de atrair fluxos nacionais e internacionais de pessoas e de capital – mas também por saltos, mudanças qualitativas, momentos densos e conflituos internos, tanto na conformação da cidade quanto nas relações sociais. As chamadas reformas, renovações, modernizações, revitalizações ou simplesmente transformações urbanas são os mais importantes desses momentos, fenômenos recorrentes na história das metrópoles capitalistas, incluindo as latino-americanas.

Em linhas gerais, essas transformações urbanas ocorrem em um tempo relativamente curto, de um leque amplo e muito diverso de ações concentradas em determinadas áreas – grandes obras de infraestrutura urbana, destruição e remodelação de áreas e bairros, construções imobiliárias vultuosas ou em massa, alteração do sistema de transportes, criação e mudanças nas políticas públicas e intervenções estatais etc. Seus efeitos atingem, com diferentes graus, diretamente todas as cidades interligadas economicamente como metrópole e

20 Propondo o conceito de acumulação entrelaçada, Leite e Costa fazem um apanhado de diversas posições acerca da acumulação primitiva, entre outros, em Harvey, Fontes e Gunder Frank. (Gonçalves; Costa, 2020).

21 E instituições policiais, como o caso da formação da primeira polícia militar na Irlanda, consolidada nos anos 1822-36 (MONET, 2001).

indiretamente todo o território nacional, resultando em alterações significativas no avanço do tecido urbano e estabelecimento de novas conexões, com rearranjos na distribuição e circulação da população, provocando inflexões e variações nas taxas de mortalidade, morbidade e natalidade etc.

Desencadeadas por grandes empresas e pelo Estado, tais ações almejam, além dos objetivos modernizantes mais explícitos, sustentar processos de acumulação de capital e concentração de riqueza, acelerando o ciclo econômico, e garantir arranjos políticos, anteriores ou recompostos, frente às revoltas e manifestações populares – o que é conseguido com variável eficácia, gerando efeitos imprevistos, por vezes de difícil governo e manejo, ao se encadear com ações de outros agentes urbanos e internacionais, ao enfrentar a resistência de diversos grupos sociais locais e suas repercussões regionais e nacionais.

O Estado – executivo, legislativo, judiciário, em seus diversos níveis de governo e instituições, com mais ou menos atrito entre si, associado a variadas entidades privadas, na maioria das vezes impermeável a organizações populares e trabalhistas, efetua, em linhas gerais, políticas das classes dominantes – participa de diversas maneiras dessas ações coordenadas, estabelecidas por planos, projetos, aplicação de modelos etc., com assessorias públicas e privadas, nacionais e internacionais. Nas ações estatais, há inflexões em suas políticas, sejam mudanças de rumo ou intensificação de tendências anteriores, tanto nas políticas penais quanto nas políticas sociais, entre outras iniciativas. A reconfiguração do Estado e as transformações urbanas, servem de laboratório ou piloto, antecipando a ampliação de sua abrangência geográfica nacional, partindo do ponto de contato do interno com o externo, como portos, entroncamentos, encruzilhadas ou entrepostos.

Para que essa reconfiguração possa ocorrer há condições, estopins e catalisadores, entre os quais pode se encontrar a formação de consensos, através de campanhas educacionais, publicitárias, midiáticas e políticas, sobre os benefícios da ‘modernização’, da atração de investimentos, do enfrentamento de seus problemas concretos, sejam aqueles da cidade ‘da noite terrível’, ‘pestilenta’, ‘rebelde’, ‘partida’, sinteticamente, das diversas faces da sua “questão social”. Independente das justificativas ideológicas, sociais, políticas, econômicas e técnicas, tais ações expressam relações conflitivas entre classes e frações de classes sociais, e ocorrem respostas contraditórias a esses conflitos²². Não são, portanto,

22 Tentando evitar mal-entendidos, o que se quer frisar é a complexidade envolvida, sem negar o relativo progresso civilizatório quando se pode identificá-lo, o evidente sentido de vitória quando da imposição de reivindicações populares ou ainda a ocorrência de algum controle social e refinamento da dominação, para usar os termos de Topalov, ao se referir aos três posicionamentos dos intérpretes das relações entre

apenas modificações na disposição de objetos, mas também atualizações de relações sociais, entre elas relações de poder e dominação.

As transformações investem em certas áreas, privilegiam e são controladas por certas classes sociais enquanto abandonam e destroem outras áreas, prejudicando e submetendo outros grupos. No entrechoque de uma multiplicidade de organizações que se formam e se movimentam junto com a própria formação das classes, as classes dominantes, educam, convencem, ordenam, reprimem, perseguem, cedem, são constrangidas, contrariadas, derrotadas, desbancadas, enfrentam recorrentes conflitos internos; as classes dominadas são atendidas, violentadas, mobilizadas, concordam, obedecem, disputam, dividem-se, resistem, revoltam-se, fazem revoluções.

Em suma, as transformações urbanas e as modificações na intervenção estatal buscam responder aos problemas, principalmente jurídico-políticos e sanitários, mais imediatos que emergem nas metrópoles capitalistas desde o segundo terço do século XIX – nominalmente, as epidemias, as revoltas, as greves e a criminalidade – e utilizam-se de mecanismos de segregação social, em sentido amplo, cabendo ressaltar o reforço de modalidades de racismo estrutural²³.

Essa atuação se dá sempre em bloco com grandes empresas nacionais e estrangeiras monopólicas ou oligopólicas (Santos, 2008a). A ideia da ocorrência nos países latino-americanos industrializados de uma “sagrada aliança” entre esses agentes, proposta por Carlos Lessa e Sulamis Dain e recuperada por Ribeiro para o estudo das metrópoles, pode ser utilizada para investigar essa relação.

A ordem urbana que presidiu a metropolização também resultou do papel exercido pela acumulação urbana na viabilização da constituição de um bloco de poder fundado na aliança entre Estado, capital nacional e empresas internacionais, fato político conceituado por Lessa e Dain (1984) como “sagrada aliança”. Para os autores, o Estado teria sido o fiel da aliança garantindo duas cláusulas: a primeira, reservando aos capitais nacionais certos circuitos de acumulação não industriais como reserva; a segunda, estabelecendo formas de garantir uma partição horizontal da massa de lucros entre as duas órbitas, nivelando a rentabilidade. Os circuitos de valorização organizados pelos capitais imobiliário, empreiteiro de obras públicas, concessionários de serviços urbanos e pela propriedade da terra integraram a órbita protegida, fazendo constituir o segmento urbano da acumulação de capital, fato que está na base da histórica hipertrofia do papel da especulação na dinâmica da organização social do território em nossas metrópoles. (Ribeiro, L. 2018, p. 137)

reformadores e a população das metrópoles no início do século XX (Topalov, 1996). Busca-se ressaltar que há dominantes e dominados em um sistema social de poder movido por conflitos, onde a formação das classes e de sua consciência, suas relações e os espaços de disputa são entendidos historicamente.

23 Sobre racismo estrutural, ver Almeida (2019) e Oliveira (2023).

1.3 Do imperialismo à globalização

Apresentar-se-á agora o quadro sintético da leitura histórica da TMD sobre o Estado, fortemente baseado na leitura de Jaime Osório (2019), que forma o contexto geral da história de seus subsistemas de saúde e segurança. Ao final deste capítulo há uma visão esquemática e panorâmica, procurando resumir os aportes da TMD e ASM, apresentados neste capítulo, conforme o Quadro 1 e Quadro 2.

1.3.1 Imperialismo, padrão exportador e Estado oligárquico

Imperialismo é, sob uma base geoeconômica, a amarração de processos internos e externos de todos os países do mundo, a integração do mercado mundial, crescente desde então, um fenômeno que emerge apenas entre o terço e quartel final do século XIX, após um processo alongado, multissecular, desde a invenção, invasão e domínio da América em fins do século XV, processo simultâneo ao lento desenvolvimento capitalista nos seus pontos germinais. A subsunção real do trabalho torna-se possível em escala global. Portanto, imperialismo não é a política externa de um país hegemônico (embora tenha havido hegemonia de Gênova, Portugal e Espanha, da Holanda em formação, da Inglaterra e seu império – com base principal na Índia – ou dos Estados Unidos e seu consórcio capital-imperialista), nem mesmo a geopolítica vigente (o sistema posterior a Westfalia, Viena, Breton Woods, com suas instituições globais e conformação de uma internacional capitalista).

Conforme Luiz Felipe Osório (2018) em seu recolhido sobre o acréscimo de Lenin, que a seu ver sintetiza o grande e bem informado debate econômico realizado até então, seu mérito foi pensar o imperialismo como o advento de um novo estágio da sociabilidade capitalista, expresso por mudanças substanciais na esfera política, social e econômica do desenvolvimento capitalista nos países metropolitanos, com repercussões globais, com a integração mundial completa, de qualidade nova. Essa fase do capitalismo é marcada pelos monopólios, concentração e centralização de capital sob domínio de uma fusão de capitais industriais e bancários, o capital financeiro, que, com amplo poder de cooptação e submissão

de organizações operárias – que haviam se fortalecido no curso do século XIX nos países centrais –, impulsiona a exportação de capitais e não apenas bens, onde associações capitalistas (cartéis, oligopólios etc) repartem o mercado mundial entre si. O mundo todo, sob impacto dessas mudanças nas grandes potências estatais, divide-se em países dependentes, semi-colônias (China e Índia a frente) e colônias, constituindo polos de um desenvolvimento desigual e combinado. Como Luiz Felipe Osório (2018) recupera também de autores contemporâneos como Braunmühl, essa visão pode ser precisada, por poder induzir a ideia de um espraiamento, colocando peso na integração do mercado mundial e sua exigência por mercados compartimentados em um sistema de Estados como um elemento a ser considerado.

O capitalismo dependente brasileiro reúne diversas particularidades no interior das variações capitalistas latino-americanas. A primeira delas é dada por seu processo de industrialização particular. De um ponto de vista histórico-estrutural comparativo, encontra-se entre aquelas formações sociais que desenvolveram sua industrialização relativamente cedo, a partir da segunda metade/ terço final do século XIX (Bambirra, 2019). Diferentemente, grande parte das formações latino-americanas apenas se industrializaram após a Segunda Guerra Mundial, em contexto distinto, de influência direta estrangeira.

Não obstante essa industrialização germinal, assim como, de modo geral, na América Latina, do início no século XIX e se estendeu até a década de 1920, vigorava então um padrão de reprodução do capital agropecuário-mineiro-exportador. Os investimentos estrangeiros direcionaram a maior parte da produção para matérias primas necessárias ao desenvolvimento produtivo em alta escala que acontecia nos países que se industrializaram primeiro. A satisfação de demandas internas se dava de forma limitada por importações. Isso gerava uma cisão do ciclo do capital entre as esferas do mercado interno e do mercado externo nas periferias.

1.3.2 Transições a integração imperialista, ao padrão industrial e ao Estado desenvolvimentista

Advém uma conjuntura especial, excepcional, *grosso modo*, entre 1914 e 1954. O desenrolar do Imperialismo, sendo um processo que ignora seus efeitos deletérios e quaisquer

limites exteriores a reprodução ampliada capitalista, culmina nas conflagrações mundiais, na emergência do fascismo e do militarismo como fenômenos globais, na crise global e, por fim, no espraiamento na Europa e Ásia de métodos genocidas coloniais. Engendra também as primeiras experiências históricas de negação do capitalismo em vastas formações sociais, com o aparecimento de países socialistas a partir de processos revolucionários vitoriosos que alteram o caráter de classe do Estados que assumem²⁴.

Internamente as formações sociais imperialistas, a democracia liberal representativa e sua máquina estatal ainda fundamentalmente repressiva se apoiam nas mudanças no processo de reprodução do capital, do exponencial avanço da produtividade e da geração de novos e diversos valores de uso, para viabilizar aumentos dos salários, novas conquistas sociais e programas mais abrangentes de seguridade social (Osório, J., 2019, p.230).

A industrialização anterior, ainda que reduzida, articulada a setores-chave da economia, viabilizou a conversão de algumas **formações econômico-sociais** como o Brasil na direção **industrial-dependente**. Contribuíram para isso as marcas deixadas nas forças produtivas e nas relações de produção e pela formação de um mercado interno em expansão, simultâneo a expropriações primárias no campo e urbanização, permitia às classes dominantes reterem parcela maior das transferências de valor (superexploração); gerou-se progressivamente a afirmação política da fração industrial burguesa, em meio aos conflitos urbanos.

Até a reconfiguração das relações capitalistas que se seguirá, foram anos de reversão aparente do divórcio entre as fases do ciclo reprodutivo do capital, onde ocorria uma industrialização internalizada e autônoma, experimentando o estabelecimento de políticas de desenvolvimento, iniciando a afirmação de um Estado desenvolvimentista.

Nos países latino-americanos que vivem “a emergência e a expansão do mercado capitalista moderno”, com germes de industrialização, como o Brasil, frente a debilidade da fração burguesa industrial e manutenção da relevância política da classe proprietária fundiária, o bloco no poder se reacomoda, com crescente hegemonia da fração industrial, apoiada no poder estatal, tendo como aliados amplos setores da pequena burguesia, assim

24 Reivindicando o socialismo (ao nível da constituição nacional como um indicador importante) e praticando relações socialistas com variados graus e tipos; ao mesmo tempo mantendo, reconfigurando e mesmo instalando relações capitalistas. Resulta em múltiplas experiências socialistas, constituindo sistemas econômicos potencialmente de novo tipo, sob variados graus de desenvolvimento capitalista prévio ou dirigido, funcionando como um contraponto às ondas de modernização. A emergência e subsequente afirmação e permanência dessas experiências, que é dinâmica, pode ser identificada como uma crise no seio do capitalismo histórico como sistema mundial, tomando a dianteira do processo civilizatório.

como velhas e novas camadas da população operária. A articulação entre a situação internacional especial e estrutura socioeconômica com industrialização em andamento viabilizou o afrouxamento relativo dos laços de dependência, mediante a afirmação de um projeto industrializante com hegemonia burguesa, configurando-se um **padrão de reprodução do capital industrial internalizado**, situado aproximadamente entre 1935 e 1954.

Neste projeto, a modificação da atuação estatal era fundamental: emerge um **Estado desenvolvimentista** (1930/45-1964/76). Com recursos provenientes das rendas da exportação de matérias-primas e alimentos, os investimentos estatais neste projeto industrializante eram um elemento central, com importante participação do Estado no investimento na formação bruta de capital fixo (Luce, 2018), investindo em setores não rentáveis, em atividades de grande magnitude ou de papel estratégico importante. Acompanha este processo o crescimento do emprego estatal para sustentar funções e instituições necessárias ao modelo, aumentando, por outra parte, a demanda interna de setores industriais (Osório, J., 2019, p.210ss). Resultou no crescimento da indústria de transformação na composição do PIB, novas pautas na produção, principalmente a produção industrial para o mercado interno (bens-salário).

1.3.3 Integração monopólica imperialista, padrão industrial-dependente diversificado e o Estado desenvolvimentista

A hecatombe nuclear de Hiroshima e Nagasaki foi o ponto de virada para sua reconfiguração, reformulação, transformação ou reestruturação subsequente. A multiplicação da democratização, de países descolonizados significou, num certo sentido, a generalização da forma capitalista dependente, com novas modalidades e instabilidades.

Sobre os marcos dessas situações imperialistas condicionantes, considerando seus aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e geopolíticos, diversos teóricos marxistas da dependência assinalaram uma mudança, em torno de 1945, frente a prévia situação imperialista, estabelecida no terço final do século XIX. Se é possível destacar suas principais características, é preciso considerar que sua complexidade é a maior possível, dificultando sua

síntese. Procurarei aqui reunir alguns acúmulos de autores marxistas que debatem o imperialismo e a dependência a partir da década de 1970.

Bambirra (2019) fala de um processo de integração monopólica – empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural, com base no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos diversos meios de comunicação – que marca uma nova fase de desenvolvimento e expansão do capitalismo mundial, viabilizado pelas consequências da guerra para o novo país hegemônico, os Estados Unidos da América (EUA), e através da proliferação das “multinacionais” e mecanismos financeiros (Bambirra, 2019).

Deve-se acrescentar também a importância progressiva do sistema de bancos centrais e de novas instituições propriamente globais, os organismos multilaterais como FMI, Grupo Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, que estão nas raízes das relações econômicas internacionais e do atual imperialismo estadunidense, conforme sugere Michael Hudson (2021).

Florestan Fernandes (2021) fala de imperialismo total, em relação ao caráter relativamente restrito do anterior (do terço final do século XIX até meados do século XX), dado que a superpotência estadunidense e seus sócios menores organizam a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, em conjunção com a expansão de grandes empresas corporativas, que assumem a liderança internamente – por financiamento, corrupção, pressão, associação ou outros meios – trazendo outras formas de organização, produção, propaganda etc. Essa situação escancara as limitações estruturais para o crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas, dada a articulação de interesses burgueses externos e internos e a dependência forânea (Fernandes, F. 2021).

Após a Segunda Guerra Mundial, a América Latina teve progressivamente seu sistema produtivo integrado a economia global sob hegemonia dos EUA. Diante da necessidade interna de passar a novas fases da industrialização, a grande burguesia associada à burguesia estrangeira, encabeça um projeto em duas etapas, um redirecionamento da industrialização, primeiro no sentido estender e diversificar a produção, para em seguida caminhar rumo a uma industrialização seletiva e concentrada, com novos ramos industriais no centro. Este projeto impulsiona “políticas econômicas que fortalecem segmentos sociais de alto poder de consumo no plano local e, posteriormente, gera apoios para se lançar à conquista de mercados no exterior” (Osório, J., 2019), o que de fato ocorreu com os pactos de integração da região, assentando as bases que culminaram, décadas depois, no Mercosul.

A resultante das lutas de classes em escala nacional e mundial vai na direção de um **padrão industrial de integração monopólica ao capital estrangeiro**, com a abertura da indústria manufatureira, via Investimentos Estrangeiros Diretos e diversificação da produção industrial, provocando acelerada monopolização, com controle monopolista estrangeiro nos ramos mais dinâmicos, e com mudanças no mercado interno, ocorrendo fissuras e polarizações, que se aprofundaram nos anos subseqüentes.

Nas formações econômico-sociais dependentes que já tinham iniciado o processo de industrialização, como o Brasil, Argentina e México, a cisão se reconfigurou. Os bens de produção, a tecnologia e o capital para utilizá-los são obtidos externamente, fazendo com que, por um lado, a produção interna de bens de consumo de massa não precise reinvestir seus ganhos em bens de capital e por outro, fosse viabilizada a produção de bens de luxo, que dada a restrição do mercado interno em função dos baixos níveis de renda decorrente da superexploração do trabalho, não se universaliza e acaba destinada à exportação. Esse cenário configurou uma industrialização não orgânica e desintegrada, que resulta na cisão entre a esfera alta e a esfera baixa do consumo tornando esta última, irrelevante para o grande capital.

Transformações econômicas e sociopolíticas na situação de dependência enfraquecem o Estado desenvolvimentista, levando-o ao esgotamento. Por um lado, a emergência de novos ramos produtivos (automotriz, petroquímico, eletrônico etc), nos quais o capital estrangeiro se torna forte e predominante, visam o mercado interno de alto consumo, como plataforma para posteriores exportações. Por outro, realizam-se alianças e associações entre camadas das burguesias industriais locais com capital estrangeiro, propiciam divisões e conflitos nas classes dominantes, com emergência de importância de uma fração do grande capital (industrial, agrícola, comercial, financeiro), debilitando acordos com fração burguesa tradicional e setores sociais assalariados vinculados ao mercado interno.

1.3.4 Integração monopólica, padrão industrial-dependente seletivo e Estado contrainsurgente

No fim da industrialização diversificada, na primeira metade da década de 60, “a orientação do processo para uma industrialização cada vez mais seletiva marcou o esgotamento das possibilidades do capital latino-americano manter amplas alianças de

classes” (Osório, J., 2019, p. 216). Desfazê-las significa investir contra classes e frações de classe, e suas organizações, que se fortaleceram durante o processo de industrialização: operários (com o crescimento do setor secundário), pequena burguesia assalariada (com crescimento no setor público e privado), com parcela significativa organizada em sindicatos e partidos políticos, “em período de intenso ativismo popular por melhores condições de vida” e “protestos de pobres urbanos (por serviços básicos e por espaços na vida econômica, política e institucional” (Osório, J., 2019, p. 215).

O **Estado de contrainsurgência** é a forma política que surge neste contexto, em sua maior parte, como no caso brasileiro, na forma de ditaduras militares de novo tipo (com a participação das forças armadas como instituição, com uma doutrina unificadora e alto grau de coordenação em matéria de inteligência e de repressão). As ações do Estado são estruturadas pressupondo uma guerra indireta com o comunismo, mediante a existência de um inimigo interno vinculado ao exterior a ser eliminado e isolado. Este inimigo interno, se servindo de variados meios, como mobilizações populares, politização etc, trabalha permanentemente para a desestabilização e questionamento da ordem Ocidental ao qual o Brasil está integrado. O principal objetivo dessa contrainsurgência estatal é assegurar a “paz social” por décadas, para que, economicamente, possa se dar o “estabelecimento de novas modalidades de reprodução do capital com altos custos para as condições de vida e de trabalho da ampla maioria da população”, “com uma estrutura produtiva orientada a ignorar as necessidades do grosso da população, a não integrá-la ou integrá-la apenas marginalmente as mercado e redobrar os mecanismos de superexploração”. (Osório, J., 2019, p. 219). Seus principais meios:

fechar parlamentos, anular partidos políticos, submeter o poder judicial, destruir organizações políticas e sindicais, estabelecer um férreo controle sobre os meios de comunicação, implementar políticas de terra arrasada sobre vastos contingentes da população civil, executar políticas de extermínio de lideranças e dirigentes políticos, estudantis e sindicais e de todos aqueles catalogados como subversivos, fazendo uso da violência que não busca conter mas submeter a população civil pelo medo, pavor, terror, disciplinar a população (Osório, J., 2019, p.218).

Foi através do Estado de contrainsurgência que “a nova grande burguesia latino-americana conseguiu impor seu novo padrão de reprodução e readequar a sociedade para o exercício de sua dominação” (OSORIO, J. 2019, p.220).

1.3.5 Globalização, padrão exportador com especialização produtiva e Estado neoliberal

A partir de meados da década de 70, ocorrem mudanças na correlação de forças em escala mundial e nacional entre capital e trabalho, desfavorável a este último. Inicia-se uma guerra de classe, que perdura nas últimas quatro ou cinco décadas, impulsionada por novas revoluções técnico-científicas, pela eliminação de experiências socialistas (desintegração do campo socialista europeu, através de processos de democratização liberal), por uma expansão de meios espúrios de acumulação, por meio de atividades ilegais e a multiplicação do ‘dinheiro sujo’ (com destaque para produção e venda de drogas e armas), impulsionando a corrupção, em diversos níveis, incluindo altos postos do aparato estatal e classe política.

Nos países centrais, políticas neoliberais paulatinamente se impõe, aspirando resolver a tendência de longa duração à queda da taxa de juros, com perda de direitos e precarização do trabalho, e conseqüente deterioração das condições de vida, trabalho e seguridade social da ampla maioria da classe trabalhadora (seja através de redução dos salários, de incrementos nas jornadas de trabalho ou pela instabilidade dos empregos) bem como uma relativa desindustrialização, resguardando-se setores de ponta e estratégicos. Essas políticas de ajuste e austeridade são reverberadas como modelos por organizações internacionais (FMI, BM, OIT), controladas pelos principais países centrais.

Ocorre uma reestruturação produtiva mundial, com novas divisões internacionais do trabalho, desencadeando uma forte desindustrialização nas Américas (em particular na América Latina industrializada, principalmente Argentina, Brasil e México, mas também na Europa) e, em contrapartida, acelerando a industrialização, com substituição de importações, dos países asiáticos (em experiências capitalistas e socialistas). (Osório, J., 2019, p.223)

Desde fins da década de 1970, a trajetória anterior dos países industriais-dependentes de industrialização precoce, incluindo o Brasil, que envolveu empréstimos massivos, culmina na crise da dívida, devido a situação nova gerada pelas mudanças macroeconômicas em escala mundial impulsionadas pelos estadunidenses (que modificaram sua atuação em organismos internacionais existentes e impulsionaram a criação de novos, indicando seu poderio no sistema mundial).

Chega-se ao contexto, do qual não saímos, de crise social permanente, marcado por um **padrão de reprodução do capital exportador com especialização produtiva** (Osório,

J., 2019; Luce, 2018). O eixo sobre o qual esse padrão se apoia são os setores que possuem diferenciais para a exportação, em escala mundial, seja industrial ou agro-pecuário-mineirador, com menores ou maiores níveis de complexidade econômica, transformando a estrutura produtiva num segmento de cadeias produtivas globais, sob direção de um capital transnacional. Representa o fim do padrão de reprodução estritamente industrial, limitando enormemente as possibilidades numa formação industrial-dependente.

Em um período marcado por crises, flutuações, especulação, estagnação e desindustrialização, ocorre a destruição e reposicionamento de importantes indústrias (como a regressão da indústria de transformação), com mudanças das pautas e mercados de destino, ainda que mantenha-se uma parcela industrial relevante no caso brasileiro. Reeditam-se os enclaves econômicos, unidades produtivas praticamente desconectadas de relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local ou mesmo nacional, demandando equipamentos, bens intermediários diretamente ao exterior, agravando a permanente debilidade soberana dessas formações sociais. Modificam-se as relações entre frações do capital, submetidas ao novo projeto exportador, com importância industrial decrescente (em termos de composição do PIB atinge patamar comparável ao início do século XX).

Numa situação internacional de crises de hegemonia estadunidense, aberta com os “choques do petróleo” (1973-79), em uma correlação de forças na qual a grande burguesia, associada ao capital monopolista estrangeiro, se impôs. Frente a pressão exercida por uma rápida recomposição de diversos setores sociais durante a transição democrática (a passagem para governos civis, por consultas eleitorais, com legalização de partidos e outras organizações políticas), necessitava de nova modalidade de legitimidade.

Ocorreu então a transformação do Estado de contrainsurgência (a ditadura militar-empresarial-eclésiástica, dirigida pelo grande capital) que viabilizou um padrão de reprodução industrial restrito com integração monopólica ao capital estrangeiro, para um **Estado neoliberal** (uma democracia liberal, ao menos formalmente, mais ou menos restringida, em comparação a democracias centrais de países centrais, sem as idealizar), que fundamenta um padrão exportador com especialização produtiva na era da globalização, financeirização e neoliberalismo.

Este Estado neoliberal está orientado pela austeridade nas políticas sociais, processos de privatização variados e militarização das forças de segurança. A emergência de novo padrão de reprodução do capital é fortemente moldada a partir do Estado e suas políticas econômicas neoliberais e seus modelos estrangeiros, apropriados de forma parcial, com

justificativas de controle fiscal, tratadas cada vez mais como medidas neutras e técnicas (com a função ideológica e prática de separar economia e política, mercado e povo). Empreende-se medidas como privatizações, retirada de direitos vinculados a seguridade social, além de reformas trabalhistas que enfraquecem os sindicatos, implicando fortes perdas salariais e o aumento do desemprego, das jornadas de trabalho e da deterioração geral das condições de trabalho. “Drástico aumento da superexploração, oculta em categorias como ‘flexibilidade das leis trabalhistas’ ou ‘emprego precário’. Com isso, cresceu a camada da população em nível de pobreza” (Osório, J., 2019, p.233).

As privatizações (um número elevado de empresas estatais passou para mãos privadas, vendidas em geral a preços irrisórios), a abertura à iniciativa privada de serviços estatais como a saúde, educação e moradia, e particularmente o controle dos fundos de pensão dos trabalhadores como negócios (Osório, J., 2019, p.220) e a centralização do capital (com a quebra de empresas locais) fortalece os grandes capitais, incluindo empresas estatais gigantescas (em valor de mercado, importância no PIB etc), com crescimento das exportações, em meio a um processo de reestruturação produtiva, centrado industrialmente na Ásia (Osório, J., 2019, p.221).

Em meio a essa crise, da recessão e hiperinflação da década de 1980 e a estabilização macroeconômica de fins de 90, ocorrem mudanças na correlação de forças entre classes. Por um lado, “os grupos econômicos que começaram a se tornar fortes na etapa anterior, mantiveram ou aumentaram seu poderio, acentuando a polarização da sociedade e tornando a América Latina a região que apresenta os maiores índices de desigualdade” (Osório, J., 2019, p. 221). Os efeitos sociais dessa transformação são bem representados pelo novo patamar que o desemprego alcançou: ainda que os dados possam ser criticados e mais bem colocados, é ilustrativo o crescimento da taxa de desemprego, que, entre 1972 e 1990, teve seu ponto mais alto em 4,83% (1982) e o mais baixo em 1,92% (1976), saltando para uma variação entre 10,21% (1999) e 6,03% (1993) de 1992 a 2014 (World Bank, 2021d).

A passagem a essa nova experiência de democracia restringida se deu a partir de uma mudança da correlação de forças, com uma recomposição organizativa das classes trabalhadoras, numa Estratégia Democrático-Popular (EDP) (que combinaria ocupação do Estado com mobilização popular, acumulando forças para, em outro momento, realizar uma ruptura societária, a princípio socialista e democrática). À medida que os operadores políticos da EDP ampliaram a representação no Estado (com destaque para a sequência de eleições

presidenciais do PT), alargou-se progressivamente seu leque de alianças até incluir a grande burguesia (Iasi, 2019).

Sem perder uma gama de operadores políticos possíveis (com importante lugar do PSDB como partido cabeça de vasta coligação partidária), o grande empresariado e o setor financeiro, por sua vez, apostaram num “ativismo empresarial-político burguês” (Fontes, 2017a, p. 207), através de uma “malha de entidades sem fins lucrativos” (Fontes, 2017b, p. 16).

Enquanto isso, aumentava a violência do Estado, prosseguia, ainda que com a aprovação de reconhecimento leis etc, o “genocídio do negro brasileiro” (NASCIMENTO, 2016; Fernandes, F., 2016) e indígenas brasileiros, expresso também pelo aumento da população vivendo em áreas com infraestrutura urbana precária e do encarceramento em massa. A trajetória parece confirmar a permanência da autocracia, reunindo a democracia de cooptação (impulsionada por uma burguesia corruptora) com recrudescimento do despotismo burguês (Fernandes, F., 1976; Iasi, 2014).

A situação de dependência encontra-se num momento excepcional para uma economia voltada a exportação, estimulada pela demanda da Sino-estadunidense (OSORIO, 2019, p. 226). Resultado da recomposição das forças sociais ocorre “ascensão ao governo de forças políticas criadas recentemente, na transição democrática ou nas lutas contra o avanço das políticas neoliberais, um período bastante convulsivo em toda América Latina, governos populares e progressistas, limitando ofensivas e instaurando programas sociais em favor dos setores mais pobres, de setores operários e da pequena burguesia assalariada. A existência de governos populares e progressistas “permitiu a criação de uma política exterior com dimensões regionais disputando maior autonomia frente aos Estados Unidos, com acordos comerciais e financeiros inter-regionais (Mercosul)” (Osório, J., 2019, p. 226).

Sem alterações estruturais, mas também omissões, projetos políticos fundados na conciliações de classes procuram melhorar as condições de vida dos trabalhadores mais pobres e camadas da classe trabalhadora e da burguesia assalariada, através de um ‘reformismo de baixa intensidade’, com projetos tímidos ou mesmo nulos, ao mesmo tempo que mantendo ou aumentando importantes privilégios das frações e setores mais poderoso do capital, sem capacidade de reter sequer uma parte de seus volumosos lucros, mantendo assim a extrema desigualdade em novos patamares.

1.3.6 Crise da globalização, do padrão exportador especializado e o Estado de Segurança

Ao longo da década de 2010, a múltipla crise social mundial, a reação estatal e tensões dos países centrais inserem-se em um contexto de transformações no imperialismo, mobilizadas: pela entrada na fase depressiva do ciclo longo atual; pela abertura de um caos sistêmico, estimado em três décadas, onde se espera a ruptura com a hegemonia estadunidense (conformada em 1945/50 e em crise desde 1973/79), com numerosos elementos inéditos que tornam a transição menos previsível.

Na última década, a sobreposição de fenômenos drásticos de escala mundial chama atenção: pandemias; catástrofes climáticas; multiplicação de grandes manifestações e mobilizações de massa; guerras e conflitos de diversos tipos, tanto golpes de Estado que redundam em guerras civis e irregulares, quanto guerras convencionais, abertas ou ocultas entre Estados com apoio de empresas e grupos privados mercenários, até genocídios – para sublinhar apenas alguns deles. Frequentemente esse conjunto é referido como uma ‘policrise’, paradoxalmente simplificando-a, uma vez que sua significação se torna quase sinônimo de ‘mundo’.

Seu contexto é, principalmente e cada vez mais, urbano; entre seus principais efeitos, a produção de massivas levas migratórias e outros impactos demográficos. Evidentemente têm também expressão econômica, modificando rapidamente preços, rotas, trocas comerciais, competição, associações etc. Além disso, potencializam – precipitando, intensificando ou gestando – crises e instabilidades econômicas recorrentes e inerentes ao sistema capitalista. Impactam também a política: ressignificando instituições de atuação global – como na disputa geopolítica da Organização Mundial de Saúde durante a pandemia e na paralisação atual da Organização Mundial do Comércio; mediante a utilização de redes sociais de base estadunidense e novas técnicas de influência de massa através da interpretação de grandes conjuntos de dados populacionais cruzados, induzindo quebras ou inflexões de coalizões políticas nacionais, invariavelmente à direita – dentre as quais se destaca o crescimento das extremas direitas, com suas afinidades e entrelaçamento ideopolítico internacional.

Diante dessa crise complexa, de múltiplos aspectos interconectados em diversos graus, tem lugar modificações na atuação dos Estados dos países centrais. Elas são guiadas, por uma parte, pelo imperativo de uma profunda transição energética provavelmente lenta (estima-se

em torno de cinquenta anos), pelas dificuldades relacionadas a substituição da matriz produtiva, de sustentar seus níveis atuais, da infraestrutura e dos hábitos de consumo a serem criados; por outra parte, pela tensa e cotidiana disputa entre EUA e China pela dianteira tecnológica e influência econômica, militar, política e geopolítica – explícita desde a assunção dos governos de Obama (2009) e Xi (2013), crescentemente acirrada –, com a reconfiguração e formação de novos blocos econômicos e políticos, talvez as mais sintomáticas, respectivamente, a contraposição entre BRICS+ e o G-7 e as ampliações em 2017-23 Organização para Cooperação de Xangai e OTAN, com o G-20 mais ou menos emperrado.

Numa primeira visada, sem pretensão de esgotar suas características, tem-se a impressão que um novo papel dos Estados parece advir, sendo emblemáticas, envolvendo gastos trilionários, a reformulação geopolítica chinesa, com a Iniciativa Cinturão e Rota de 2017, e da política econômica estadunidense, sendo o mais recente o Ato para Redução da Inflação, de 2023. Em meio ao aumento de sanções, barreiras protecionistas e retaliações que pressionam contra um comércio internacional em desaceleração, a política externa e industrial passa a ter importância renovada, setores produtivos são considerados estratégicos, apontando para uma possível multiplicação de infraestrutura industrial de ponta.

Ao mesmo tempo, põe a prova organizações globais e regionais, revigorando monopólios e controles estatais, acordos bilaterais e associações entre países produtores, buscando, mantendo e trocando aliados, estabelecendo novas e rompendo antigas alianças e cadeias produtivas. Com a finalidade explícita de diminuir riscos (*de-risking*, em inglês) e estabelecer parcerias estratégicas ocasionados pelos fenômenos críticos citados na abertura deste tópico, entra no horizonte uma nova reestruturação produtiva, de duração estimada em ao menos uma década, um redesenho da divisão internacional do trabalho, deslocando e reconfigurando setores, processos, cadeias e investimentos, reindustrializando ou acelerando a industrialização de países tão diferentes quanto Vietnã ou México.

Está pautada, no lado ‘ocidental’ ou do Norte global, pela ideia de suporte (ou ancoramento) amistoso ou próximo (*nearshoring, friendly-shoring*, em inglês) e no lado ‘oriental’ ou do ‘Sul global’, pelos acordos bilaterais em torno da Iniciativa chinesa, com entrada de novos atores, potencialmente globais, como Novo Banco de Desenvolvimento, controlado por um ‘BRICS’ em expansão. A tensão aumenta sem que se pretenda desfazer, no médio prazo, completamente os antigos blocos e as relações umbilicais entre países – e suas respectivas burguesias, sendo nos casos pós-revolucionários, submetidas por forças populares.

Em suma, complexificam-se suas relações ao mesmo tempo que atualizam a perspectiva de uma guerra mundial.

Numa analogia com o planeta – e mesmo literalmente, pelos impactos ecológicos –, tais fenômenos sociais encadeados equivalem a abalos sísmicos devastadores, de grande magnitude. Assim como esses são reflexos de uma intensificação de movimentos de placas tectônicas, aqueles estão ligados a reestruturações de relações sociais encadeadas em diversos níveis e âmbitos. Essas alterações de diferentes velocidades e suas consequências mais ou menos abruptas, contribuem, em maior ou menor medida, para corroer e deformar o sistema mundial capitalista vigente, impulsionando sua reconfiguração ou, talvez, o seu desmantelamento.

No Brasil, o entrelaçamento das estratégias das classes em conflito, além de uma descrença na política (Fontes, 2017a), resulta no enfraquecimento organizativo da classe trabalhadora, mesmo com ocorrência recente das maiores manifestações de massa da história e um movimento grevista só comparável com os anos finais da redemocratização (DIEESE, 2021).

Respondendo à ofensiva econômica e política das classes trabalhadoras, entre os anos de 2012 e 2016, a grande burguesia (expressa nas movimentações de milhares de organizações setoriais), intensifica a pressão por mudanças macroeconômicas, que resultam numa elevação do patamar de desemprego, indo para os altos níveis de 11,6% em 2016 e 13,69% em 2020 (World Bank, 2021d). Modificações na dinâmica de características do Estado dependente confirmam essa mutação, que tem semelhanças com o Estado de contrainsurgência. A impossibilidade de avanço social confirma a leitura da TMD, de que mais desenvolvimento, implica mais dependência.

Aproveitando-se do contexto de corrupção (e de combate à corrupção, em escala mundial), a grande burguesia, associada ao capital estrangeiro, com fusões cada vez mais profundas de interesses, com vínculos e apoios estrangeiros, principalmente estadunidenses, desencadeia o processo social em andamento, mediante manobras golpistas midiáticas, jurídicas e militares. Colocando a necessidade do Estado dependente mudar de forma., as taxas de lucro em diversos setores caem, o grande empresariado brasileiro desencadeia uma crise no interior do agrupamento dominante, que conforma uma solidariedade de classe automática de que fala Fernandes (1975). Com o sentido de uma derrota para a classe trabalhadora, reorganiza o sistema político, e executa uma sequência de modificações no

Estado, em diversos âmbitos político-institucionais, indicando a emergência de um *Estado de Segurança com verniz eleitoral* (Osório, J., 2019).

A manobra e a nova forma estatal, que tem semelhanças com o ocorrido em Honduras e Paraguai, realiza nova sequência de contrarreformas (trabalhistas e sindicais, nas políticas sociais, como previdência, saúde e educação) e privatizações, indicando uma radicalização do modelo neoliberal, com a participação explícita e crescente das forças armadas nos poderes da República e um processo de autonomização/insubordinação das forças policiais. Tem pontos comuns com Estado de contrainsurgência: novas leis de segurança pública; acordos diplomático-militares com Estados Unidos; reorganização das forças armadas, policiais e aparelhos de inteligência e de segurança.

Quadro 1 – Esquema da dupla articulação entre situação imperialista e formação social dependente segundo a TMD

	1875	1880	1885	1890	1895	1900	1905	1910	1915	1920	1925	1930	1935	1940
Períodos do imperialismo	Imperialismo clássico								Transição nas relações imperialistas					
Desenvolvimento produtivo	Revolução tecnológica				2º revolução tecnológica						3º Revolução tecnológica			
Ondas longas	Fase B (descenso) Início: 1874				Fase A (ascenso) Início: 1894				Fase B (Descenso) Início: 1914				Fase A (ascenso) Início: 1940	
Situação imperialista	Repartição mundial				Disputas imperialistas				Período de crises e guerras					
Processos e tendências do mercado mundial (divisão internacional do trabalho)	Integração do mercado mundial capitalista								Período excepcional, de afrouxamento relativo dos laços de algumas formas da dependência na América Latina					
Caráter da formação econômico-social	Dependente-exportador											Industrial dependente (tipo A, de Industrialização precoce)		
Padrão de Reprodução do capital	Padrão agroexportador											Industrial Internalizado e Autônomo		
Contradições no Ciclo reprodutivo do capital	Cisão entre mercado externo e mercado interno											Anos de reversão aparente do divórcio entre as fases do ciclo reprodutivo do capital		
Forma política estatal (Formas de Estado)	Estado oligárquico											Estado Desenvolvimentista		
Bloco no poder	Bloco liberal-oligárquico											Bloco Nacional-Reformista		

Quadro 1 – Esquema da dupla articulação entre situação imperialista e formação social dependente segundo a TMD (continuação)

	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020	2025
Períodos do imperialismo	Imperialismo Pós-Segunda Guerra Mundial							Imperialismo na fase de Mundialização do capital									
Desenvolvimento produtivo	3ª Revolução tecnológica							4ª Revolução tecnológica									
Ondas longas	Fase A (ascenso) Início: 1940				Fase B (descenso) Início: 1966				Fase A (ascenso) Início: 1994						Fase B (descenso) Início: 2020		
Situação imperialista	Hegemonia				Integração hierarquizada e cooperação antagônica				Globalização neoliberal						Repolarização/ Multipolaridade		
Processos e tendências do mercado mundial (divisão internacional do trabalho)	Integração dos Sistemas de produção							Integração financeirizada entre Mercados de créditos e de títulos				Integração dos sistemas de máquinas sob cadeias globais de valor (segunda mundialização)					
Caráter da formação econômico-social	Industrial-dependente (tipo A, de industrialização Precoce)				Industrial-dependente no estágio subimperialista (estágio dos monopólios e capital financeiro)												
Padrão de Reprodução do capital	Industrial internalizado e autônomo	Industrial na fase de integração dos sistemas de produção						Novo padrão exportador de especialização produtiva									
		Industrialização Estendida e diversificada			Industrialização Seletiva e concentrada												
Contradições no Ciclo reprodutivo do capital	Anos de reversão aparente do divórcio entre as fases do ciclo reprodutivo do capital				Cisão das esferas alta e baixa de produção e consumo				Cisão entre as funções Capital-dinheiro e dinheiro mundial				Cisão entre a mundialização do capital e apropriação monopolista de lucros de ativos intangíveis				
Forma política estatal (Formas de Estado)	Estado Desenvolvimentista				Estado de Contrainsurgência (Ditadura militar-empresarial)				Estado neoliberal de quarto poder						Estado de segurança do grande capital com verniz democrático		
Bloco no poder	Bloco Nacional-Reformista				Bloco burguês-militar				Bloco Neoliberal				Bloco Neo-Desenvolvimentista		Bloco Ultraliberal Neoconservador		

Fonte: LUCE, 2018, 2022

Quadro 2- Esquema das transições hegemônicas e ciclos sistêmicos de acumulação do capitalismo histórico segundo a ASM

	1848-1870	1875	1880	1885	1890	1895	1900	1905	1910	1915	1920	1925	1930	1935	1940
Dinâmica das transições Hegemônicas	Hegemonia	Crise hegemônica								Ruptura hegemônica					
Desenvolvimento produtivo	Revolução tecnológica					2ª revolução tecnológica					3ª Revolução tecnológica				
Ondas longas	Fase A (Ascenso) Início: 1848	Fase B (descenso) Início: 1874				Fase A (ascenso) Início: 1894				Fase B (Descenso) Início: 1914				Fase A (ascenso) Início: 1940	
Ciclo Sistêmico de Acumulação	3º Ciclo Sistêmico de Acumulação														
Fases do ciclo	Expansão produtiva		Expansão Financeira												
Crises			Crise Sinalizadora				'Renascimento'				Crise Terminal				
Relações de Classe	Expansão Sistêmica		Surgimento de novas camadas/ classes/ grupos sociais		Conflitos sociais				Escalada da luta pelo poder entre nações (interestatais) e Intraestatais					Caos sistêmico	
					Intensificação dos Conflitos sociais									Desintegração do antigo bloco social hegemônico	
					Rivalidade interestatais e Competição interempresarial									Escalada de Conflito sociais	
Relações interestatais e Interempresariais			Intensificação das rivalidades das grandes potências e da competição entre empresas (intercapitalista)				Expansão financeira sistêmica, centrada na nação hegemônica em declínio				Desintegração da organização sistêmica existente				
transformações do sistema dominante			Surgimento de novas Configurações de poder								Centralização das capacidades Sistêmicas				
			Surgimento intersticial nas margens do raio de ação do Estado hegemônico em declínio de novos <i>loci</i> de poder e de novos sistemas de empresas comerciais								Centralização da capacidade militar e financeira nas mãos do Estado hegemônico em ascensão e e consolidação do novo sistema dominante de empresas comerciais				

Quadro 2- Esquema das transições hegemônicas e ciclos sistêmicos de acumulação do capitalismo histórico segundo a ASM (continuação)

	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020	2025	2030							
Dinâmica das transições Hegemônicas	Hegemonia						Crise hegemônica						Ruptura hegemônica												
Desenvolvimento produtivo	3ª Revolução tecnológica									4ª Revolução tecnológica															
Ondas longas	Fase A (ascenso) Início: 1940				Fase B (descenso) Início: 1966				Fase A (ascenso) Início: 1994				Fase B (descenso) Início: 2020												
Ciclo Sistêmico de Acumulação	4º Ciclo Sistêmico de Acumulação																								
Fases do ciclo	Expansão Produtiva						Expansão Financeira																		
Crises	Crise Sinalizadora						'Renascimento'				Crise Terminal														
Relações de Classe	Reorganização Sistêmica pelo Estado Hegemônico	Expansão Sistêmica						Surgimento de novas camadas/ classes/ grupos sociais		Conflitos sociais				Escalada da luta pelo poder entre nações (interestatais) e Intraestatais						Caos sistêmico					
	Formação do novo bloco social hegemônico							Intensificação dos Conflitos sociais		Desintegração do antigo bloco social hegemônico															
Relações internacionais e Interempresariais	Reestruturação do sistema interestatal e interempresarial							Rivalidade interestatais e Competição interempresarial				Intensificação das rivalidades das grandes potências e da competição entre empresas (intercapitalista)								Expansão financeira sistêmica, centrada na nação hegemônica em declínio				Desintegração da organização Sistêmica existente	
	Imitação do novo Estado Hegemônico							Surgimento de novas Configurações de poder		Centralização das capacidades Sistêmicas															
transformações do sistema dominante								Surgimento intersticial nas margens do raio de ação do Estado hegemônico em declínio de novos <i>loci</i> de poder e de novos sistemas de empresas comerciais				Centralização da capacidade militar e financeira nas mãos do Estado hegemônico em ascensão e e consolidação do novo sistema dominante de empresas comerciais													

Fonte: ARRIGHI; SILVER, 2001; ARRIGHI, 2013.

2 A METRÓPOLE CARIOCA-FLUMINENSE E SEUS COMPLEXOS (1975-2023)

Em todas as escalas, entre nações, regiões, cidades e locais, o desenvolvimento capitalista produz e reproduz complexos articulados de desigualdades e iniquidades humanas, no âmbito existencial, das condições de vida e de recursos²⁵, num esquema que contrasta núcleos e periferias. Inexoravelmente, dado que seu funcionamento ‘normal’ envolve expropriações, espoliações, explorações, opressões, desemprego permanente, recorrentes e profundas crises e a sustentação de divisões do trabalho prejudiciais a uns e benéfica a outros.

As metrópoles, como expressão máxima destas sociedades cada vez mais urbanas, conformam um desses conjuntos integrados de relações sociais entre desiguais, uma das ‘totalidades do diabo’ nos termos de Milton Santos (1979a), que envolvem processos de segregação, fragmentação e polarização. Neste inferno nosso de cada dia, as favelas são um dos polos desse *desenvolvimento* desigual e combinado.

A cidade do Rio de Janeiro é o núcleo de uma das mais antigas metrópoles latino-americanas, fundada em 1565-67, tão antiga quanto a articulação do Brasil ao processo de transformação capitalista pelo qual passam os sistemas de Estados europeu e a formação do mercado mundial. Conforme Guilherme Leite Gonçalves e Sérgio Costa (2020, p.38), desde sua fundação, o porto do Rio de Janeiro desempenha “função-chave como interligação ao porto de Buenos Aires, inscrevendo-se assim nas rotas comerciais que vinculavam Europa, África e domínios coloniais espanhóis e portugueses nas Américas”.

Sua longevidade implica permanências e atualizações, repetições e reproduções ampliadas, mas também mudanças profundas, reformatações, reconfigurações. A Cidade sempre acompanhou, com certa defasagem, as transformações urbanas europeias, passando, por exemplo, por transformações mercantilistas, no século XVIII, instaurando um urbanismo barroco no momento que perde sua condição de lugar estritamente periférico, simbolizada pela chegada do vice-rei em 1763 e ascensão à capital, fenômeno também ocorrido em outras metrópoles latino-americanas como Buenos Aires (Liernur, 2003, p. 24). Além disso, como a ‘Roma negra’, Salvador, seu espaço deriva também da África, de recriações de relações sociais de matriz africana por seus descendentes, cristalizadas no exemplo maior da constituição da Pequena África carioca na segunda metade do século XIX. Tal produção

25 Para usar, provisoriamente, a abrangente proposta de Goran Therborn (2015).

resistia e contrapunha-se a racionalidade ou desrazão de um tipo novo de escravismo, propriamente capitalista, que implicava o deslocamento forçado de milhões de pessoas para suprir a constante demanda, em escala já industrial, de reposição de trabalhadores usados como máquinas, gerando seu desgaste humano acelerado. Essa produção participava de um processo de acumulação fundada em triangulações comerciais, benéfica, com suas frotas, principalmente a estadunidenses e europeus, ingleses a frente, mas também a elites locais, sustentada por um violência absoluta, a desumanização completa de outrem, organizada militarmente, como tudo na época, justificado religiosamente.

No último terço do século XIX, quando, sob o signo do Imperialismo, a totalidade-mundo torna-se de fato completamente integrada em um mundo dividido por potências militares, geopolíticas e econômicas, com uma disputa entre Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Japão, impulsionado pela articulação de interesses imperialistas estrangeiros e um capitalismo exportador e mercantil e seus germes industriais, o Rio de Janeiro foi reorganizado como metrópole numa forma propriamente capitalista. Ocorre a evacuação do centro da capital do país onde, em torno da Bolsa de Valores, da sede dos principais bancos e do porto, modernizado em 1908, paulatinamente passa a se localizar a concentração fabril, sendo o epicentro original da industrialização então em seus inícios, e ponto de partida da consequente expansão urbana, seguindo as principais vias férreas recém-construídas (Liernur, 2003).

A partir desse momento, tendo como fatores motrizes a sobreposição da industrialização que emerge e as modernizações periódicas atreladas a sua inserção global, a expansão de sua população, já massiva, acelera-se vertiginosamente, garantida inicialmente por grandes levas de migrações, internas e externas, conformando uma sociedade urbana baseada no emprego de trabalho assalariado – com a liberdade, claro, de subempregar e desempregar – expressa a profunda transformação social, econômica, política, cultural e territorial que o país passa²⁶. A metrópole, em certa medida, manteve em nova forma a imensa desigualdade anterior, com a preferência pelo trabalho branco imigrante, cuja entrada alterou a composição étnico-racial, ampliando a classe trabalhadora. Tal preferência foi legalmente sustentada pelo menos até a Lei dos 2/3 de 1930 e ideologicamente por perspectivas eugenistas de branqueamento e a formação de uma “raça brasileira”, sob as bases da

26 Esse processo de reestruturação nacional se concluirá apenas quase cem anos depois, na década de 1980, com a integração territorial nacional atingida e o desinvestimento da industrialização.

miscigenação em andamento, que se converterá num “racismo mascarado”, reiteradamente denunciado há pelo menos meio século e contra o qual se trava uma luta ainda presente.

Ligada a esse processo, com origens e histórias múltiplas, entrecruzadas e justapostas, ligada a situações tão diferentes quanto reclamos de exércitos de “pacificações” internas, de operários de novas indústrias e quilombos de recém-libertos tornados pobres, as favelas são um dos resultados da violenta reformatação socioespacial ocorrida quando de sua expansão metropolitana e reestruturação capitalista, que destrói e soterra a cidade do escravismo tardio²⁷ e seu Império. Passa a fazer parte da forma urbana e das relações socioespaciais do Rio de Janeiro, como resistência frente ao redemoinho permanente que daí em diante sempre arrastará os mais pobres para mais longe. Um dos casos mais longevos desse tipo de moradia no Brasil, com seu mais de século e meio de história, em seu momento inicial mantém-se como lugares secundários da pobreza e miséria, que se encontrava concentrada em cortiços, somente se afirmando e se difundindo na paisagem metropolitana com a industrialização, pós 1930, e mais ainda depois com desindustrialização, a partir da década de 1980.

Após explicitar a leitura histórico-estrutural que embasa a pesquisa, que entende o Brasil como expressão de um capitalismo dependente, passo a uma visão panorâmica de longa duração do desenvolvimento demográfico e socioespacial em seus termos mais amplos, precisando os pressupostos acerca do objeto deste trabalho, sua existência como metrópole e o advento dos complexos de favelas num olhar global. Quais as dimensões do Rio de Janeiro enquanto metrópole capitalista? Quando surgem os complexos na história das favelas? Para compreender seu aspecto estrutural importa reter, mais que os valores absolutos, as relações e proporções entre eles. A utilização de dados nem sempre congruentes não impede a percepção do conjunto, uma vez que se trata aqui não da precisão mas de uma aproximação.

27 Clóvis Moura (1994) define escravismo tardio como o período posterior ao escravismo pleno, que perdurou até 1850, transição para a conformação de um capitalismo dependente, formalmente estabelecido em 1888-89.

2.1 Da cidade à metrópole

Pelo menos desde 1875, a América Latina foi uma das vanguardas do processo global de urbanização²⁸. Estima-se que em 1875 a taxa de urbanização em escala global, ou seja, a percentagem da população total vivendo em áreas consideradas urbanas, era de 7,8%, chegando a 13,6% em 1900, sendo que na Europa ocidental, a região mais urbanizada então, era de apenas de 28,4% (Nações Unidas, 1977, p. 36). O Brasil – junto com a Argentina e o Chile, que possuem entretanto taxas bem maiores –, sofreu uma urbanização precoce: calcula-se que possuía em 1900 mais de 10% da população vivendo em áreas urbanas (uma estimativa mais precisa indica 9,4%), em 1950 com mais de um terço da população em cidades de mais de vinte mil habitantes (Santos, 1979b, p. 86). Demoraria ainda meio século para atingir, em torno de 1965, o patamar acima de 50%, chegando a 55,9% (ou 56,8%) em 1970 (Santos, 2002, p. 33). Em 2018, a taxa de urbanização brasileira encontra-se em 86,6%, bem maior que os 55,3% mundiais (Nações Unidas, 2019a, p. 77).

Tomando por referência o ano 1875, o Rio de Janeiro foi a pioneira latino-americana no grupo das cinquenta maiores metrópoles mundiais, seguido logo depois por Buenos Aires e Cidade do México²⁹. Havia então no mundo quatro cidades de mais de um milhão de habitantes, seis de mais de meio milhão e somente vinte e cinco possuíam aproximadamente 200 mil – o que, neste período, era considerado uma grande cidade (Knob, 1879 apud Hobsbawm, 2005, p. 217ss). A cidade do Rio de Janeiro, que já crescia desde o início do século XIX, tinha 274.972 habitantes (num Brasil de quase dez milhões) quando do primeiro censo em 1872 (praticamente decuplicando a quantidade de moradores de 1808) e atingiu 522.651 (no país, mais de quatorze milhões) em 1890, variação de 90% em relação a 1872 (Abreu, 1996, p. 54).

Na alvorada do século XX, o Rio de Janeiro passa a integrar as 25 maiores metrópoles do mundo, grupo no qual permanece ainda hoje. Chegou a décima maior mundial em 1975 e, em progressivo declínio relativo, frente a ascensão urbana principalmente asiática, encontrando-se na décima sétima posição em 2015, com provável tendência declinante, dado

28 Posteriormente ao lado da União Soviética, conforme destaca Marini (2015), porém considerando a evolução urbana brasileira apenas depois da década de 1920.

29 O grupo das metrópoles latino-americanas entre as cinquenta maiores, ao longo do século XX, será integrado posteriormente por São Paulo, Lima, Santiago e, por um momento, Bogotá e Belo Horizonte.

a diminuição do crescimento populacional atual, conforme dados do censo de 2022. Ainda assim, sua dimensão é massiva: hoje a Região Metropolitana do Rio de Janeiro reúne 11,7 milhões de pessoas de um Brasil de 203 milhões (Tabela 1).

De 371 cidades milionárias que o mundo conheceu em 2000, passamos a 548 em 2018, um crescimento de aproximadamente 32% em menos de duas décadas, mais rápido que o brasileiro, que passa de 12 cidades milionárias para 15 no mesmo período, equivalente a um aumento de 25%. Na América Latina, depois de Buenos Aires em 1910, o Rio, pelo menos desde 1914, passou a integrar o grupo de cidades com mais de um milhão de habitantes, seguido por São Paulo, aproximadamente a partir de 1930. Até 1970, Rio de Janeiro e São Paulo formaram o núcleo bicéfalo do país e das principais regiões metropolitanas, sendo a dupla de cidades milionárias até aí (Santos; Silveira, 2001, p. LV), quando Recife, Belo Horizonte e Salvador passaram a ter também mais de um milhão de habitantes. Desde então, eclode a constelação metropolitana que não parará de crescer chegando a 12 metrópoles em 2015 (Thery; Mello-Thery, 2018, p. 224).

Do ponto de vista nacional, a história da metrópole do Rio de Janeiro no século XX é uma história de perda de primazia demográfica, econômica e política. Secundada demograficamente, em 1966, e economicamente, na década de 1920, por São Paulo, mantém-se nesta posição até o presente. Após uma longa promessa, estabelecida durante a fundação constitucional da República em 1891, a cidade do Rio é por fim reconfigurada politicamente em 1960, com a transferência da capital para Brasília. Torna-se então uma cidade-estado da Federação – a Guanabara – até 1975, quando ocorre a fusão com o Estado do Rio de Janeiro, tornando-se sua capital, substituindo Niterói.

Os ritmos de sua expansão foram similares ao de outras metrópoles, sendo o período de maior discrepância o primeiro quartel do século XX, no qual a expansão carioca diminui e estabiliza-se momentaneamente. O caso trilha uma expansão prolongada, garantida inicialmente pelas grandes levas de migrações e imigrações – com 55% da população composta por recém chegados em 1890, sendo 29% de migração de população negra, vinda do interior rural, expulsa com a desestruturação econômica da produção do café baseada no trabalho dos escravizados e a abolição; e 26% de estrangeiros, de uma maioria de portugueses (Liernur, 2003, p. 18). Sua expansão no terço final do século XIX até aproximadamente 1980 pode ser dividida em três momentos com cortes em 1894 e 1937, ocorrendo acelerações em 1902-1908 e entre 1918-22). A taxa anual de crescimento da região metropolitana atinge seu

pico de 4,36% entre as décadas de 1950 e 1960, decrescendo progressivamente, até 0,76% entre 2000 e 2009 (Silva, R. 2012, p. 233), e finalmente estabilizando-se.

Quadro 3. Maiores metrópoles do mundo, 1875 a 2015

Pos.	1875	1900	1925	1950	1975	2000	2015
1	Londres	Londres	Nova Iorque	Nova Iorque	Tóquio	Tóquio	Tóquio
2	Paris	Nova Iorque	Londres	Tóquio	Osaka	Osaka	Déli
3	Nova Iorque	Paris	Tóquio	Londres	Nova Iorque	Cidade do México	Xangai
4	Berlim	Berlim	Paris	Osaka	Cidade do México	Nova Iorque	Cidade do México
5	Viena	Chicago	Berlim	Paris	São Paulo	São Paulo	São Paulo
6	Beijing	Viena	Chicago	Moscou	Buenos Aires	Mumbai	Mumbai
7	Istambul	Tóquio	Ruhr	Buenos Aires	Los Angeles	Déli	Osaka
8	Filadelfia	São Petersburgo	Buenos Aires	Chicago	Paris	Xangai	Cairo
9	Tóquio	Manchester	Algiers	Calcutá	Calcutá	Cairo	Nova Iorque
10	São Petersburgo	Filadelfia	Osaka	Xangai	Rio de Janeiro	Calcutá	Beijing
11	Mumbai	Birmingham	Filadelfia	Los Angeles	Mumbai	Buenos Aires	Dhaka
12	Calcutá	Moscou	Viena	Ciudad de México	Moscou	Los Angeles	Buenos Aires
13	Guangzhou	Beijing	Moscou	Berlim	Nagóia	Rio de Janeiro	Calcutá
14	Liverpool	Calcutá	Boston	Filadelfia	Chicago	Beijing	Karachi
15	Glasgow	Boston	Manchester	Mumbai	Londres	Dhaka	Istambul
16	Moscou	Glasgow	Birmingham	Rio de Janeiro	Seoul	Moscou	Chongqing
17	Manchester	Osaka	Xangai	São Petersburgo	Cairo	Manila	Rio de Janeiro
18	Boston	Liverpool	São Petersburgo	Detroit	Xangai	Seoul	Manila
19	Birmingham	Istambul	Glasgow	Boston	Manila	Karachi	Tianjin
20	Naples	Hamburgo	Detroit	Cairo	Beijing	Paris	Los Angeles
21	Chicago	Buenos Aires	Calcutá	Tianjin	Jakarta	Istambul	Lagos
22	Madras	Budapest	Hamburgo	Manchester	Kitakyushu-Fukuoka	Nagóia	Moscou
23	Madrid	Mumbai	Budapest	São Paulo	Filadelfia	Jakarta	Guangzhou, Guangdong
24	Lyon	Ruhr	Beijing	Nagóia	Déli	Chicago	Kinshasa
25	Cairo	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Birmingham	São Petersburgo	Chongqing	Shenzhen

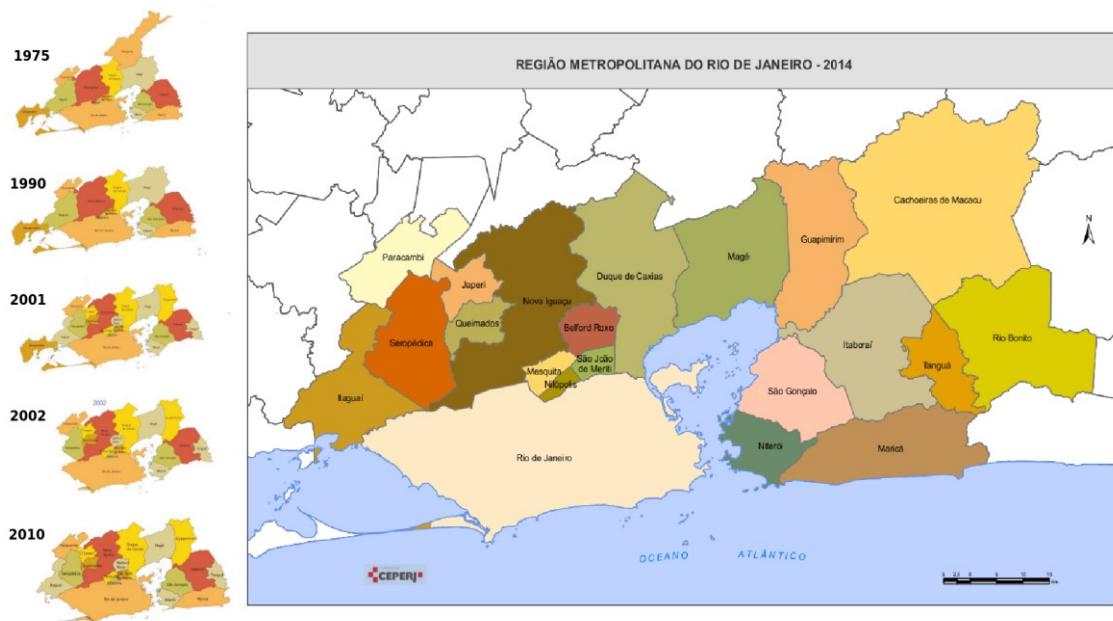
Fonte: Nações Unidas; Reba; Raitsma; Seto, 2016; Seto Lab. Dados disponíveis em: www.urban.yale.edu/data.

2.2 O reconhecimento da metrópole

No primeiro terço do século XX, a mancha urbana da região metropolitana em expansão já aglutinava a cidade-núcleo e seu entorno, também em crescimento, formando uma unidade que extravasava suas delimitações administrativas-territoriais imediatas.

Seu reconhecimento como metrópole – primordialmente estatístico e rudimentar em termos político-administrativos ainda hoje – ocorre na sequência. A atual Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), reconhecida estatisticamente em 1950, estabelecida em 1975 – em processo sincrônico à formalização de outras regiões metropolitanas no Brasil e no mundo –, passou por reformulações em relação à sua composição em 1990, 2001, 2002, 2010, 2013 e 2018, é composta hoje por 22 municípios num arco em torno da Baía de Guanabara.

Mapa 1: Evolução histórica da região metropolitana do Rio de Janeiro (1975-2014)



Fonte: Adaptada de IPEA; CEPERJ, 2012; Mattos, 2016.

Em 2018, a RMRJ – considerando população, valor adicionado bruto da agropecuária, indústria e serviços e escolaridade – tem o Rio de Janeiro como seu núcleo ou polo; os subpolos, num arco em relação a Baía de Guanabara, orientais de Nova Iguaçu e Duque de Caxias e ocidentais, de São Gonçalo e Niterói. A periferia tradicional próxima, toda no lado ocidental, de Itaguaí até Magé, passando pelos quatro municípios de Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo e São João de Meriti; a periferia tradicional distante ocidental, Paracambi,

em torno de Rio-São Paulo, enquanto Bruno Sobral (2017), questiona as expectativas da formação de uma megalópole, considerando a diferença entre as metropolizações do Rio e de São Paulo e as polarizações, hierarquias e assimetrias do mercado interno brasileiro. Um bom indicador desse processo e sua limitação, são as propostas, e o desinteresse, pela ligação entre as duas metrópoles por trens de alta velocidade, proposta estatal em 2015 e retomada em 2023, como projeto, de forma privada.

2.3 Das favelas aos complexos

Sendo o capitalismo um todo hierarquizado em escala global, por sua inserção no conjunto de relações internacionais e seu lugar no sistema mundial capitalista e na divisão internacional do trabalho, um dos traços marcantes de sua parte “ladina-amefricana”³⁰ (González, 2020) – uma forma reconhecidamente distinta, qualificada com diferentes sentidos, considerada atrasada, selvagem, periférica, tardia, subdesenvolvida, dependente, em todo caso dominada, subalterna, eufemisticamente ‘em desenvolvimento’ ou ‘emergente’, supostamente incompleta – é que ela expressa de forma mais extrema, aguda, violenta e dramática os diferentes resultados desiguais da sociabilidade capitalista. A aquisição de importância regional econômica, geopolítica, militar, seu relativo desenvolvimento social, tecnológico-científico, industrial e produtivo, o lugar semi-periférico global alcançado, ainda que temporariamente, a ideia de um Brasil potência e seu ‘milagre’, seu subimperialismo ou suas pretensões, ou ainda sua entrada subalterna no seletivo grupo de países que compõe o núcleo do capital-imperialismo, em suma, seu desenvolvimento capitalista sulca as desigualdades sociais, ao invés de nivelá-las, como seria esperado pela falaciosa curva de Kuznetz – que não se verifica nem para os países centrais³¹ –, que perdurou décadas e sobre o qual se podia fiar uma esperança de que mais desenvolvimento não significaria manter e

30 Lélia Gonzalez (2020) utiliza este termo designar os chamados latino-americanos, para assinalar, por um lado, o caráter societário historicamente profundamente mesclado tanto dos chamados europeus latinos com o norte da África, quanto entre povos indígenas e descendentes de africanos na América, que compõe a maioria da sua população.

31 “O U invertido de Kuznets [correlacionando concentração de renda e PIB *per capita*, que destaca tendências de longo prazo sustentando que, conforme o processo de desenvolvimento econômico, decorrente sobretudo de mudanças estruturais como industrialização e urbanização, a desigualdade primeiro aumentaria e depois diminuiria] foi virtualmente inexistente nos últimos cem anos nos países para os quais há informações” (De Souza, Pedro H. G. F., 2018, p. 277)

ampliar o subdesenvolvimento. O ‘progresso’ e a ‘ordem’ – e o ‘atraso’ e a ‘desordem’ que a acompanha –, quando muito, reproduz o abismo social em patamares superiores e, no longo prazo, para além de oscilações conjunturais, o aprofunda.

Tabela 1. Mundo; América Latina e Caribe; e Brasil – evolução da população total, urbana e em favelas, 1950-2020 (em 1 mil habitantes)

Região	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2020
Mundo								
Pop. Total	2.536.275	3.033.213	3.700.578	4.458.412	5.330.943	6.145.007	6.958.169	7.795.482
Pop. Urbana	750.903	1.023.846	1.354.215	1.754.201	2.290.228	2.868.308	3.594.868	4.378.994
Pop. Favelas (<i>slums</i>)	-	-	-	-	-	894.875	980.512	1.059.936
AL e Caribe								
Pop. Total	168.918	221.051	288.077	364.284	445.919	525.795	597.562	664.474
Pop. Urbana	69.759	109.282	165.056	235.161	315.343	397.062	469.583	539.427
Pop. Favelas (<i>slums</i>)	-	-	-	-	-	126.505	102.279	95.502
Brasil								
					(*)			(**)
Pop. Total	51.944	70.992	94.509	121.151	146.917	169.591	190.756	203.081
Pop. Urbana	18.783	32.005	52.905	82.013	110.876	137.756	160.926	-
Pop. Favelas	-	-	-	-	-	-	11.426	16.391
Pop. Favelas (<i>slums</i>)	-	-	-	-	-	49.441	30.213	-

Fontes: Mundo e América Latina e Caribe e Brasil favela (*slums*): United Nations, Popul. Division World Urbanization Prospects: The 2018 Revision; Slum estimates; Brasil: Censos demográficos do IBGE.

(*) Brasil: 1991; (**) Brasil: 2022.

Tabela 2. Mundo; América Latina e Caribe; e Brasil – evolução da população total, urbana e em favelas, 1950-2020 (em %)

Região	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2020
Mundo								
Pop. Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pop. Urbana	29,6	33,8	36,6	39,3	43,0	46,7	51,7	56,2
Pop. Favelas (<i>slums</i>)	-	-	-	-	-	14,6	14,1	13,6
AL e Caribe								
Pop. Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pop. Urbana	41,3	49,4	57,3	64,6	70,7	75,5	78,6	81,2
Pop. Favelas (<i>slums</i>)	-	-	-	-	-	24,1	17,1	14,4
Brasil								
					(*)			(**)
Pop. Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pop. Urbana	36,2	45,1	56,0	67,7	75,5	81,2	84,4	-
Pop. Favelas	-	-	-	-	-	-	6,0	8,1
Pop. Favelas (<i>slums</i>)	-	-	-	-	-	29,2	15,8	-

(*) Brasil: 1991; (**) Brasil: 2022.

Fontes: Mundo e América Latina e Caribe e Brasil favela (*slums*): United Nations, Popul. Division World Urbanization Prospects: The 2018 Revision; Slum estimates; Brasil: Censos demográficos do IBGE.

Pode-se ter uma ideia dessas diferenças de resultados no âmbito urbano considerando os dados da ONU acerca da porcentagem dos que vivem em favelas, assentamentos informais e moradias inadequadas (*slums*, em inglês, literalmente ‘barracos’, com sentido de ‘bairros degradados’). As favelas (*slums*) são definidos como possuindo populações que vivem juntos em uma área urbana na qual falta um ou mais dos seguintes elementos: moradia durável (que

protege de variações do clima), espaço suficiente (menos de 3 por cômodo), falta de acesso a água e saneamento básico e insegurança da posse. Em outros termos, ‘subnormalidades’.

Tomando os dados existentes, entre 1995 e 2020, enquanto a população urbana vivendo em favelas é praticamente nula nos países centrais, o Brasil oscila entre mais de 30% e em torno de 15% desta mesma população, próximo da média mundial e latino-americana, que oscila entre pouco mais de 30% e em torno de 20%. Segundo relatório de 2019, entre 2000 e 2014, enquanto Europa, América do Norte (Estados Unidos e Canadá), Austrália e Nova Zelândia tinham em torno de zero por cento da população urbana vivendo em ‘bairros degradados’, na África subsaariana, onde se encontram as maiores proporções, essa taxa decrescia de 65% para 56%, e na América Latina diminuía de 29% para 21%, próxima da média mundial, que caía de 28 para 23% (Nações Unidas, 2019b, p. 7).

Numa outra estimativa, entre 2000 e 2020, no nível mundial, a população urbana vivendo nestas áreas degradadas passa de 894,8 milhões de pessoas, equivalente a 31,2% da população urbana, para 1,059 bilhão de pessoas, 24,2%, sendo este último ano sua proporção mínima; na Europa, a população morando em favelas oscila de 10,7 milhões, em 2000, para 5,9 milhões, em 2020, decrescendo de 1,4 para 0,7%; na América Latina e o Caribe, passa de 126,5 milhões de pessoas, equivalente a 31,9% da sua população urbana, para 95,5 milhões, ou 17,7%, tendo atingido seu patamar relativo mínimo em 2016, com 17%. Por sua vez, o Brasil, em 2000, apresentava 49,4 milhões morando nessas condições, representando 34,7% da população urbana, e em 2016 (último ano com dados disponíveis) esse número caía para 26,6 milhões, ou 14,9%, proporção esta que se mantém desde 2012³².

Numa outra fonte de população morando em favelas, o Brasil cai de 34,5%, em 1995, para 16,3% em 2016, mantendo-se estável em 2018; a Argentina diminui de 31,7%, em 1995, para 14,7%, em 2016, valor que se mantém em 2018; México passou de 21,5%, em 1995, para 16%, em 2018, sendo que o ponto mais baixo, de 11,1%, foi atingido em 2014. Os países latino-americanos possuem taxas mais baixas que, entre outros, a Índia, cuja proporção de população morando em favelas decresceu de 48,2%, em 1995, para 35,2%, em 2018, com o ponto mais baixo, 24% ,em 2014; a China, que diminuiu de 40,5%, em 1995, para 24,6%, em 2014; a África do Sul, que passou de 39,7%, em 1995, para 25,6%, em 2018, com ponto mais

32 Conforme dados das Nações Unidas: “Slums estimative 2000-2020”. Disponível em: https://unstats-undesa.opendata.arcgis.com/datasets/17fc9a00640940f189527ad2fbed731_0/explore?location=0.210244%2C-144.370800%2C1.93

baixo de 23% em 2010 e 2014³³. O fato dos dados não serem congruentes entre si, ainda que seja preciso muitas ressalvas acerca sobre a qualidade e mesmo disponibilidade deles, o que permite desconfiar das suas indicações de queda ou subida, não impede que nos deem uma dimensão do problema.

Em 2020, a região metropolitana do Rio de Janeiro, era uma das dez mais desiguais globalmente, do país com a segunda maior discrepância de concentração de renda, no terceiro estado mais desigual (Regueira, 2020, s/p). Na verdade, o dimensionamento global das metrópoles e suas desigualdades ainda está em andamento, sendo que o primeiro relatório da ONU sobre o estado das metrópoles saiu apenas em 2020. Há principalmente dados das maiores cidades, núcleos de suas regiões metropolitanas. Numa seleção realizada em 2016, bastante parcial, com 75 países (somente aqueles ditos ‘em desenvolvimento’, excluídos os países ‘desenvolvidos’), e somente algumas cidades destes países (considera, por exemplo, apenas sete brasileiras), o coeficiente de Gini – uma medida que tem efeito de mascarar parcialmente a desigualdade³⁴ – do Rio de Janeiro, 0,57 (em 2009), só era menor que de cidades da África do Sul (nove cidades, sendo a menos desigual a cidade do Cabo, com 0,67, com dados de 2005), Lesotho (Maseru, 0,58, dado de 1993) e Kenya (Nairobi, 0,59, dado de 2006); igual ao de La Paz, na Bolívia, e Belo Horizonte; e atrás das ‘campêas’ brasileiras: Brasília e Curitiba (ambas com 0,67), Goiânia (0,65) e Fortaleza (0,60) (Nações Unidas, 2016, p. 221-222).

A título de dimensionar sua desigualdade interna, podemos considerar dados relativos à riqueza/pobreza. Por um lado, o Rio metrópole reafirma sua riqueza. Mantém seu segundo lugar histórico, tanto em termos de cidade, como de região metropolitana mais rica do país em termos de Produto Interno Bruto per capita (PIB pc). Está localizada na região concentrada (reunindo regiões Sul e Sudeste, estendendo-se a parte da região Centro-Oeste), também a mais rica do país. Segundo um levantamento realizado em 2012, no Rio de Janeiro viviam 550 multimilionários (com mais de 30 milhões de dólares), colocando-o na sétima posição entre as cidades dos BRICS originais (Soares, 2012, s/p). Dentre estes, pode-se supor um número significativo, e crescente (Benfica, 2024, s/p), dos pouco mais de sessenta bilionários brasileiros – que, afinal de contas, não são seres etéreos, existem e vivem em algum lugar –, sendo seu número sempre pequeno, a maior concentração mundial deles encontrando-se em

33 Conforme dados das Nações Unidas “Indicator 11.1.1 Proportion of urban population living in slums (percent)”. Disponível em: <https://www.landportal.org/book/indicator/un-enlndslum>

34 Sobre os limites do Coeficiente de Gini, subestimado comparado com resultados dos dados tributários, cf. De Souza, Pedro H. G. F. 2018, p. 249-253.

Nova York, reunindo pouco mais de uma centena (Zamora, 2023, s/p). Além disso, em 2010, a região metropolitana representava a segunda maior concentração nacional daqueles com maior renda (tanto daqueles que possuem renda entre três e dez salários mínimos quanto aqueles com renda maior de dez salários mínimos) e também a segunda concentração nacional de assalariados formalizados (Thery; Mello-Thery, 2018, p. 195).

A medida que se expandiu e envelheceu, a metrópole carioca-fluminense se tornou mais diversa, nuançado de alguma forma seus contrastes na mistura própria de seus espaços socialmente intermediários (Lago, 2015), os chamados “subúrbios”³⁵, que sofreram mudanças importantes, como o aumento geral da escolaridade. Ainda assim, as favelas (invasões) e periferias (municípios e bairros pobres distantes, incluindo favelas e loteamentos clandestinos) permanecem como principais polos históricos metropolitanos desse desenvolvimento desigual e combinado que reproduz simultaneamente sua riqueza e pobreza – onde se concentram moradias precárias, embora não sejam exclusivas destas áreas; onde se concentra pobreza, embora sejam espaços heterogêneos.

As favelas, como espaço específico³⁶, até pouco entendidas oficialmente como aglomerados subnormais (termo considerado negativo e portanto substituído, a partir de 2023, simplesmente por favelas ou comunidades urbanas), onde residiam, em 2010, 5,9% dos brasileiros, compõem todas as metrópoles brasileiras (Thery; Mello-Thery, 2018. P. 249-251). – principalmente as RMs de São Paulo, Rio de Janeiro e Belém, que concentraram, nesse ano, quase 43,7% deste tipo de domicílio (Catalá; Carmo, 2021, p. 7). Em 2022, conforme o Censo, aumenta a proporção de favelados no país, para 8,1% da população. Levantamento realizado em 2019, comparando com os dados de 2010, indica o crescimento do número de municípios com os então chamados aglomerados subnormais, de 323 para 734, com seu número mais que dobrando, de 6.329 para 13.151 municípios. O maior número de domicílios nesta situação encontra-se, em 2019, nos estados de São Paulo, com 1.066.813 domicílios, sendo metade, 529.921, apenas no município de São Paulo; Rio de Janeiro, com 717.326 domicílios, sendo que quase um terço, 453.571, está na capital; Bahia, com 469.677 domicílios, sendo a grande maioria, 375.291, em Salvador; e Pará, com 432.518 domicílios, metade em Belém, 225.577 (IBGE, 2020, p. 16).

35 Como assinala Nelson Fernandes (2008), ideologicamente chamados subúrbios, uma vez que, em relação ao Centro, Zona Sul e Barra da Tijuca são igualmente subúrbios.

36 Conforme os dados do IBGE. Mike Davis (2006), utilizando dados da UN-Habitat, considera como favela (slums, em inglês), não apenas as favelas propriamente ditas, mas também locatários informais, cortiços, loteamentos ilegais e as pessoas em situação de rua, conjunto heteróclito observado criticamente por Ermínia Maricato no posfácio.

Apesar de os assentamentos originados a partir da ocupação ilegal de terras urbanas serem, historicamente, mais uma regra do que uma exceção (Maricato, 2019) e não se restringirem às populações pobres (Gardini, 2009), a condição de ocupação do terreno continua decisiva nas definições utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde 1950, para classificar as áreas urbanas com precariedade na oferta de serviços públicos essenciais. Dentre essas definições, está o conceito de aglomerado subnormal, utilizado desde 1991, que inclui, além das áreas com “ocupação ilegal da terra no momento atual”, aquelas que eram assim caracterizadas “até período recente” (IBGE, 1991, 2000, 2011b), mostrando que, para o IBGE, o histórico de ocupação ilegal dos assentamentos é mais relevante do que sua condição atual de regularidade (Gonçalves, 2006). Outros fatores contribuem para limitar a posse legal da terra enquanto condição de “normalidade” das áreas urbanas do país, tais como as frequentes imprecisões nos registros de propriedade (Maricato, 2000, 2008), a insegurança da posse da moradia mesmo em casos de regularização fundiária (Vainer et al., 2013) e a existência de áreas de ocupação legal, normalmente periféricas, em condições de precariedade de infraestrutura urbana piores do que algumas áreas ocupadas ilegalmente (IBGE, 2011a). (Catalá; Carmo, 2021, p. 2)

As favelas são uma expressão da desigualdade que se concentra no núcleo: conforme o censo de 2010, a cidade do Rio concentrava 81,9% das favelas da região metropolitana. Embora não dispomos de informações confiáveis sobre a dimensão de sua presença na primeira etapa de seu passado, entre 1920 e 1940, baseado em estimativas da época, pode-se desconfiar de seu crescimento neste período, de 8,6% da população da cidade para 16,1%, sendo possível supor, a partir da primeira estimativa de 1920, uma progressão aritmética de sua evolução em termos absolutos, acompanhando o ritmo de crescimento da cidade (52,3%), permanecendo, assim, em proporcionalmente torno de 7,4% da população carioca em 1940.

Conforme a Tabela 3, sua importância demográfica entre 1950 e 1980 oscilou entre 7,1% e 13% da população da cidade; a partir daí cresceu a cada década, chegando a 22% em 2010, mantendo-se nesse mesmo nível em 2022 (21,7%). Seis favelas em 1920, nove em 1933; salto para o patamar das centenas: 52 em 1950 (ou 105, segundo outras fontes, já em 1948), 147 em 1960, 191 em 1980 (Machado da Silva; Valladares, 2016, p. 120); numa outra versão talvez mais precisa, 59 favelas em 1950, 377 em 1980 e 537 em 1991 (Campos, A., 2005, p. 80); novo salto (envolvendo também um maior conhecimento e reconhecimento) para o milhar nas últimas duas décadas: em 1999, 1010; em 2019, 1074 (IPP, 2021, p. 3); uma ponderação entre dados do IPP e do IBGE indica, em 2010, 1104 favelas³⁷. Em 2010, o percentual de moradores nessas áreas no Rio de Janeiro é maior que o da média da região metropolitana (14,4%); excluído o Rio de Janeiro, a região metropolitana possui 5,6% da população em favelas e comunidades, abaixo portanto da média brasileira – essa mesma

37 Conforme dados disponíveis no site do IPP (<https://www.data.rio/>), da Tabela 2248 – Índice de Desenvolvimento Social (IDS) por Áreas de Planejamento (AP), Regiões de Planejamento (RP), Regiões Administrativas (RA), Bairros e Favelas do Município do Rio de Janeiro – 2010.

proporção aumenta para 6,97% em 2022, mantendo-se abaixo da média nacional do mesmo ano.

Tabela 3. Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana e Cidade do Rio de Janeiro – população total, urbana e população em favelas, 1950 a 2022

População e %	1950	1960	1970	1.980	1.991	2.000	2.010	2.022
Estado								
Pop. Total	4.674.645	6.709.891	9.110.324	11.489.797	12.783.761	14.391.282	15.989.929	16.055.174
Pop. Urbana	3.394.422	5.300.629	8.013.057	10.546.547	12.177.144	13.798.096	15.464.239	-
Pop. Urb. s/ Total (%)	72,6	79,0	88,0	91,8	95,3	95,9	96,7	-
Região Metrop. (19)								
Pop. Total	3.026.195	4.493.182	6.879.183	8.758.436	9.796.649	10.869.255	11.835.708	11.629.771
Taxa de crescimento (%)	-	48,5	53,1	27,3	11,9	10,9	8,9	-1,7
Pop. Favelas	-	-	-	-	-	-	1.702.073	1.727.371
Pop. Fav. s/ Total (%)	-	-	-	-	-	-	14,4	14,9
Pop. Fav. Tx cresc. (%)	-	-	-	-	-	-	-	1,5
Rio de Janeiro								
Pop. Total	2.377.451	3.281.908	4.251.918	5.090.723	5.480.768	5.857.904	6.320.446	6.211.223
Taxa de crescimento (%)	-	38,0	29,6	19,7	7,7	6,9	7,9	-1,7
Pop. Favelas	169.300	335.000	554.300	628.170	882.483	1.092.958	1.393.314	1.349.942
Pop. Fav. s/ Total (%)	7,1	10,2	13,0	12,3	16,1	18,7	22,0	21,7
Pop. Fav. Tx cresc. (%)	-	97,9	65,5	13,3	40,5	23,9	27,5	-3,1

Fonte: Censos demográficos do IBGE.

2.4 A formalização dos complexos de favelas

O reconhecimento territorial das favelas é tardio. Em 1961-63, simultânea à estruturação da cidade-estado, instituíram-se as regiões administrativas, 20 delas, ampliadas em 1967 para 23 e por fim 24 regiões administrativas em 1972.

As RAs surgiram sob justificativa de “Coordenação dos Serviços Locais” que se fazia necessária perante a reorganização que a criação da cidade-estado exigia. Desta forma, foram criadas em caráter experimental, a partir do decreto 353 de 30 de janeiro de 1961, visando “uma maior eficiência no atendimento à população, tanto no âmbito dos serviços de educação, saúde, assistência social e recreação, quanto nos serviços do Departamento de Abastecimento da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio” (Além, 2010, p.3). (Bastos et al, 2019, p. 5)

Sobre essas bases, que ainda não reconheciam formalmente as favelas, uma nova reorganização territorial foi adotada em 1981. Como subdivisões de RA, conformam-se 153 bairros, alguns deles compostos majoritariamente por favelas, como Mangueira, Manguinhos, Vidigal, Costa Barros, Acari, Cidade de Deus e Vigário Geral. Neste processo, em 1985-86, seis novas RAs somam-se as 24 anteriores, reunidas agora em grandes Áreas de Planejamento

- AP (seis inicialmente, cinco a partir de 1985). Depois da criação, em 1985, de Pavuna e Guaratiba, o Decreto Municipal nº. 6.011, de 4 de agosto de 1986, reconheceu, formal e administrativamente, o Complexo do Alemão como a XXIX Região Administrativa, criando também as regiões da Rocinha (XXVII RA), Jacarezinho (XXVIII RA) e da Maré (XXX RA), naquele momento os quatro maiores aglomerados de favelas do Rio de Janeiro (Matiolli, 2016) de uma das cidades com maior concentração de favelas do Brasil. Das favelas e conjuntos de favelas criados em 1986, o Complexo será o último a ser delimitado, ou seja, o último ao Estado incidir e reconfigurar sua formatação territorial, com a produção de um novo espaço da cidade (Matiolli, 2016a). Após Maré (1988 e em 1994, como bairro), Jacarezinho (1992) e Rocinha (1993), a delimitação do Complexo do Alemão se dá com Lei Municipal n. 2.055, de 9 de dezembro de 1993, alterando os limites das X RA – Ramos e da XII RA – Inhaúma, e dos bairros de Olaria, Ramos, Bonsucesso, Inhaúma e Higienópolis³⁸. O número de RA chegou a trinta e três em 2000; destas, surgem duas novas regiões com aglomerados de favelas a partir de bairros criados em 1981, Cidade de Deus (XXXIV RA em 1998, ajustada em 2010) e Vigário geral (XXXI RA, em 2000)³⁹. Essa divisão permaneceu até recentemente. Em 2021, quando iniciou-se um novo processo de reorganização territorial, sendo ampliado seu número para trinta e quatro e, em seguida, para cinquenta e uma – quando foram criadas, de uma só vez, 17 regiões administrativas novas (O Dia: 21/01/2021)⁴⁰.

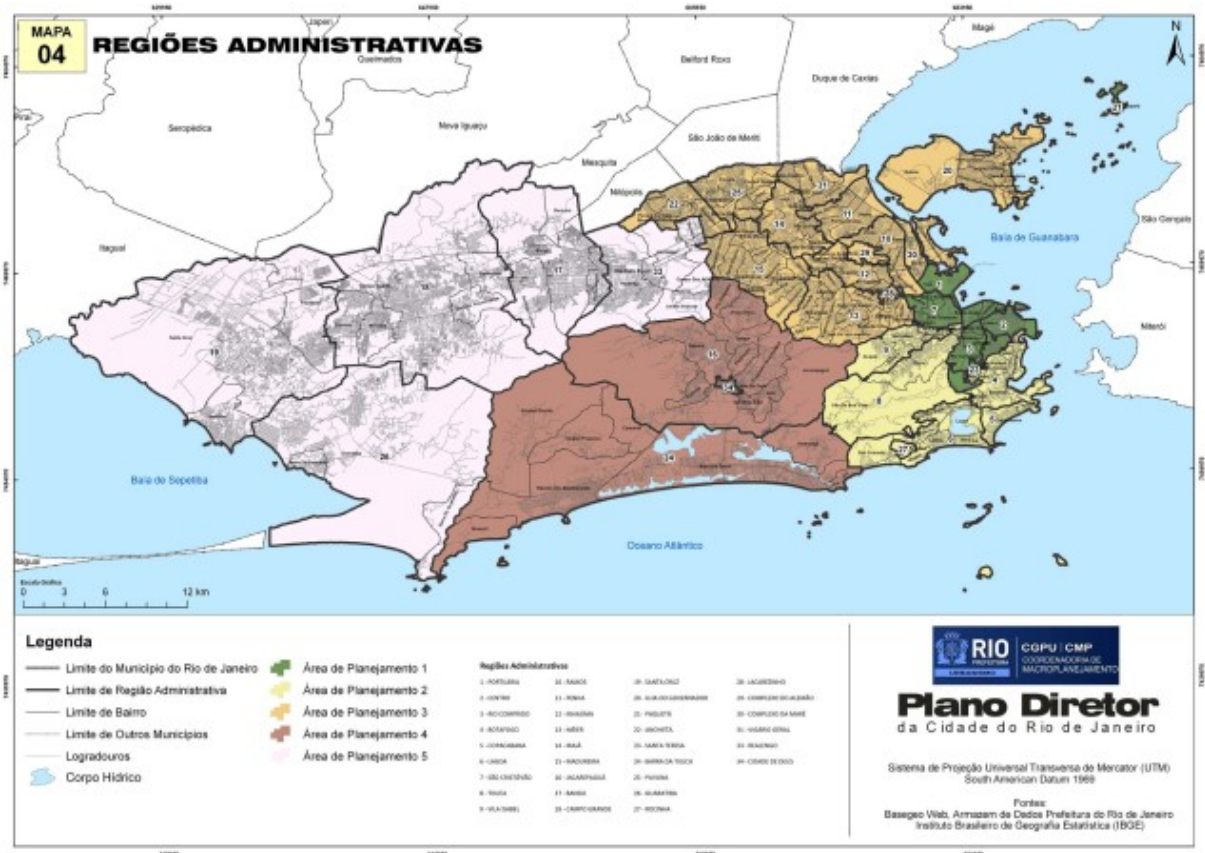
Cabe notar ainda que a reconfiguração intramunicipal entre 1981-2000 caminhou ao lado da reconfiguração metropolitana, impulsionada pela municipalização posterior a promulgação da nova Constituição: desmembrados de Nova Iguaçu aparecem Belford Roxo (1990), Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999); desmembrado de Magé, Guapimirim (1990); de Itaguaí, Seropédica (1995); de Itaboraí, Tanguá (1995).

38 Cf. A importante compilação das reconfigurações territoriais de 1961 até 2019 realizada por Além, 2020. Breve relato sobre a formação das divisões administrativas na Cidade do Rio de Janeiro.

39 A outra foi Realengo XXXIII RA em 1998. A XXXII Região Administrativa não foi criada.

40 A análise dessa nova reconfiguração e suas consequências está fora do escopo desta pesquisa. Serve aqui apenas para assinalar que há uma nova reestruturação espacial em andamento.

Mapa 3: Regiões administrativas da Cidade do Rio de Janeiro (2000-2021)



Fonte: IPP.

Além de um novo momento para a metrópole e a cidade núcleo, essa modificação territorial também marca a história das favelas do Rio de Janeiro, ainda que apenas uma parte das favelas estejam em complexos. Maurício Abreu (1996; 2003) e Lícia Valladares (2005) observam que, a despeito de sua existência anterior como habitação desde o terço final do século XIX, favela só se torna um termo genérico, uma categoria nova, na década de 1920, quando, descolando-se da designação do Morro da Favela no Centro (parte do Morro da Providência hoje), passa a designar um *habitat* pobre, ilegal, irregular, anormal, em geral em encostas e morros – que culminará com seu reconhecimento jurídico em 1937⁴¹ e estatístico no censo de 1950, quando pela primeira vez as favelas passam a figurar nos dados oficiais. Recuperando essa ideia, Thiago Matioli (2016a) sugere que, analogamente, partindo, principalmente, da criação do Complexo do Alemão como paradigma inicial (simultânea a de outras regiões administrativas com totalidade, ou quase, de sua área composta por favelas) e o ultrapassando, a noção de complexo de favelas passa agora a ser aplicável genericamente à “um conjunto contíguo de favelas, com histórico de ocupações e dinâmicas sociais distintas,

41 No Código de Obras do Distrito Federal, Decreto n. 6000, de 1 de julho de 1937.

(...) classificado como unidade territorial”, “espaços contíguos que [apresentam] uma homogeneidade geográfica, ainda que [mantenham] uma heterogeneidade social e cultural” ou ainda, conforme documento da prefeitura de 1995, “uma única realidade geoambiental, não obstante mantenham identidades socioculturais próprias” (Matiolli, 2016b, p. 91).

Refletindo o tamanho alcançado por algumas favelas e aglomerados de favelas, o termo ‘complexo de favelas’ surgiu na década de 1980, formulado em estudos científicos envolvendo instituições nacionais, internacionais e globais, e seu uso conflui com um ascenso das lutas sociais democratizantes, incluídos aí a luta dos favelados, organizados em associações e federações, com lideranças e apoios políticos diversos, em particular no Complexo do Alemão, visando ampliar os direitos sociais, serviços e equipamentos públicos historicamente deficitários. Essa confluência culminou na criação territorial dos complexos datada pela formalização de grandes favelas e conjuntos de favelas em regiões administrativas e bairros, de 1986 até 2000.

Nesse processo, ocorrem mudanças de escala ao nível da população e do Estado. Uma vez que se tratou de um olhar inicialmente externo em relação às localidades que o compõe, de cunho até mesmo pejorativo por sua associação com a ideia de ‘complexo penitenciário’, apenas com o tempo foi apropriado pelos moradores, inclusive como uma ‘marca’ (*branding*), mudando a escala de pertencimento espacial – embora, já envolvesse, em seu processo de consolidação, a participação política dos favelados. Sinaliza igualmente modificações subsequentes na atuação do Estado em favelas, implícita pela sua conversão em região administrativa, ainda que seus resultados possam ser vistos como muito parcialmente efetivos. A escala de intervenção estatal de qualquer forma mudou: cristalizou-se uma nova hierarquização de favelas, distinguindo pequenas, médias e grandes, estas últimas tendencialmente objeto de intervenções com participação federal; ao nível local, internamente a unidade complexa criada, mascara a percepção de desigualdades microescalares e afasta investimentos de áreas com maior dificuldade de acesso e menos contempladas com serviços públicos, concentrando-os em áreas já melhor servidas, como se contemplassem o todo (Matiolli, 2016b). Matiolli (2016a) levanta também a hipótese desse termo ser apropriado e esses espaços passarem a ser pensados a partir de uma lógica securitária e militarizada emergente neste momento, hipótese que procuro explorar no último capítulo deste trabalho.

Como bairro ou região administrativa, apenas o Complexo do Alemão leva complexo no nome. Entretanto, reforça esse argumento da ‘complexificação’ das favelas a existência, no censo de 2010, de Unidades de Desenvolvimento Humano assim referidas: Complexo do Rio

das Pedras (atualmente uma das maiores do Brasil em número de domicílios), Complexo da Serrinha, Complexo do Morro da Congonha, Complexo da Maré, Complexo do Pau Branco (em São João de Meriti) e Complexo da Lagoinha (em Niterói). Além disso, ainda que não estejam institucionalizados como tal, a partir dos anos 2000, tornou-se corriqueiro, na mídia por exemplo, falar de Complexo da Penha, Complexo de Acari, Complexo do Chapadão, Complexo da Pedreira e Complexo do Lins de Vasconcelos, entre outras.

Um estudo produzido pelo IPP sobre o município do Rio de Janeiro, considera existirem 147 complexos de favelas, reunindo 531 das 1108 favelas cariocas consideradas (cadastradas até 2017), ou seja, aproximadamente metade das favelas está isolada, a outra metade, ‘complexificada’⁴². Esta versão pormenorizada, que torna um ‘complexo’ duplas e trios de favelas conectadas, se ganha em detalhe, subdivide alguns aglomerados de favelas reconhecidos como unidade, como é o caso do Complexo da Penha repartido, não sem alguma razão, entre Complexo do Grotão e Complexo da Vila Cruzeiro – na contramão do fato do Complexo da Penha junto ao Complexo do Alemão poderem ser considerados como uma grande unidade, como o foram em Operações de Garantia da Lei e da Ordem das Forças Armadas⁴³, um “Complexão”, como diz uma música de *trap* (Proibidão, 2021).

Conforme a Tabela 4, dentre os quatro complexos criados em 1986-1993, em 2010, a Rocinha é uma região administrativa onde todos os moradores residem em aglomerados subnormais ou favelas e comunidades; o Jacarezinho, 85,7%; o Complexo do Alemão, 84,3%; a Maré, 59,3%. No mesmo ano, a Maré corresponde sozinha a 5,5% das favelas do Rio de Janeiro; a Rocinha a 5%; o Complexo do Alemão, 4,2%; o Jacarezinho a 2,3%; juntas os quatro ‘complexos de favelas’ reúne pouco mais de 237 mil pessoas, que representam 17% da população favelada carioca em 2010. Considerando também suas partes ‘normais’, de ‘asfalto’, como parte de seu complexo, reúnem 241 mil pessoas em 1991 para pouco mais de 306 mil pessoas em 2010; no Complexo do Alemão, de 62 mil moradores (51 mil favelados) para quase 70 mil (58 mil favelados).

42 Conforme dados disponíveis no site do IPP (<https://www.data.rio/>), da Tabela 3402 – População e número de domicílios particulares permanentes segundo as favelas cadastradas - Município do Rio de Janeiro – 2010.

43 Como veremos no último capítulo.

Tabela 4. Complexos de favelas (seleção) – população total, população em favelas, taxas de crescimento, proporções de população em favelas em relação ao complexo selecionado e à

População, taxas de crescimento e proporções /ano	1960	1970	1.980	1.991	2.000	2.010	2020*
Complexo do Alemão							
Pop. Total				62.037	65.026	69.143	72.177
Taxa de crescimento Pop. total (%)					4,82%	6,33%	4,39%
Pop. Favelas	7.766	34.275	36.047	51.591	56.271	58.284	
Taxa de crescimento Pop. Favelas (%)		341,35%	5,17%	43,12%	9,07%	3,58%	
Pop. Favelas/ Pop. Total (%)				83,16%	86,54%	84,29%	
Pop. Favelas/ Pop. Favelas Rio de Janeiro (%)	2,32%	6,18%	5,74%	5,85%	5,15%	4,18%	
Jacarezinho							
Pop. Total				41.079	36.459	37.839	38.856
Taxa de crescimento Pop. total (%)					-11,25%	3,79%	2,69%
Pop. Favelas				37.393	32.023	32.455	
Taxa de crescimento Pop. Favelas (%)					-14,36%	1,35%	
Pop. Favelas/ Pop. Total (%)				91,03%	87,83%	85,77%	
Pop. Favelas/ Pop. Favelas Rio de Janeiro (%)				4,24%	2,93%	2,33%	
Maré							
Pop. Total				95.201	113.807	129.770	141.535
Taxa de crescimento Pop. total (%)					19,54%	14,03%	9,07%
Pop. Favelas				62.458	69.851	77.027	
Taxa de crescimento Pop. Favelas (%)					11,84%	10,27%	
Pop. Favelas/ Pop. Total (%)				65,61%	61,38%	59,36%	
Pop. Favelas/ Pop. Favelas Rio de Janeiro (%)				7,08%	6,39%	5,53%	
Rocinha							
Pop. Total				42.892	56.338	69.356	78.951
Taxa de crescimento Pop. total (%)					31,35%	23,11%	13,83%
Pop. Favelas				42.892	56.338	69.356	
Taxa de crescimento Pop. Favelas (%)					31,35%	23,11%	
Pop. Favelas/ Pop. Total (%)				100,00%	100,00%	100,00%	
Pop. Favelas/ Pop. Favelas Rio de Janeiro (%)				4,86%	5,15%	4,98%	
Complexos selecionados							
Pop. Total complexos				241.209	271.630	306.108	331.519
Pop. complexos/ Pop. Rio de Janeiro (%)				4,40%	4,64%	4,84%	5,34%
Pop. Favelas complexos				194.334	214.483	237.122	
Pop. Favelas complexos/ Pop. Favelas Rio de Janeiro (%)				22,02%	19,62%	17,02%	

população em favelas no Rio de Janeiro, de 1960 a 2020

*2020: Estimativa IPP.

Fonte: Censos demográficos do IBGE; IPP; Rodrigues, R. 2016, p. 58, Tabela 1.

Conforme as Tabelas 3 e 4, a comparação das taxas de crescimento, em relação a dez anos antes, da população municipal, em favelas e no Complexo do Alemão permite compreender a dinâmica em jogo. Dois momentos são destacados: de 1960 até 1980, a desaceleração da taxa de crescimento de favelas, respectivamente, de 97,9% para 13,3%, cruza a desaceleração da taxa de crescimento do município, de 38% para 19,7%; entre 1991 e 2010, a taxa de crescimento municipal cresce no patamar de 7%, bem abaixo da taxa de crescimento de favelas, que desacelera, no mesmo intervalo, de um pico de 40,5% para 27,5%, formando um U, com 23,5% em 2000.

Entre 1960 e 2010, a variação da taxa de crescimento do Complexo do Alemão acompanha essas duas oscilações decrescentes dos moradores de favelas ao nível municipal, porém de forma mais acentuada, extremando a partida e a chegada. A oscilação cai de uma taxa de crescimento de 343,3% em 1970 para 5,1% em 1980; de 1991 a 2010, de 43,1% para 3,6%.

Um terceiro momento surge recentemente: os primeiros resultados e as estimativas para a segunda década do século XXI indicam uma estagnação ou leve decréscimo do crescimento municipal e em favelas, porém uma manutenção do crescimento, num nível historicamente baixo, não apenas do Complexo do Alemão, mas também nos outros Complexos 'irmãos' surgidos em 1986. A despeito dessa semelhança neste terceiro momento, entre 1991 e 2010, Maré e Rocinha apresentam patamares distintos de um progressivo decréscimo das taxas de crescimento em favelas e o Jacarezinho uma trajetória singular.

2.5 Complexos de favelas como periferias socioeconômicas no polo da região metropolitana

Para compreender como se divide socioespacialmente a metrópole e quais suas transformações, a tipologia baseada em categorias sócio-ocupacionais permite uma visão sintética. Conforme Maurício Abreu (1996) e Luiz César Queiroz Ribeiro e Marcelo Gomes Ribeiro (2015), a metrópole é composta por um tipo superior (ou o núcleo), médio superior (zona de transição), médio, popular médio (periferia imediata), popular operário (periferia intermediária), popular e popular agrícola (periferia distante) e agrícola. O uso do termo

superior e inferior se dá pela hierarquia socioespacial, definida a partir do quanto detém de capital econômico e cultural, permitindo identificar oposições de classe e de suas frações⁴⁴.

A organização social do território da metrópole do Rio de Janeiro [entre 1980 e 2010] tem como principal princípio explicativo de sua estruturação o antagonismo de classe. Significa que os grupos sociais (ou classes) estão, em grande medida, distribuídos no território metropolitano de acordo com a posição que ocupam na estrutura social, o que revela a existência de concentração relativa no espaço físico de grupos sociais de posições mais elevadas da estrutura social, de um lado, e de grupos sociais de posições inferiores, de outro lado, expressão da existência de polarização social no território. (Ribeiro, L.; Ribeiro, M., 2015, p. 177)

A polarização ocorre não obstante a transformação metropolitana, com perfis sociodemográficos instáveis, ainda ocorrendo mudanças significativas na caracterização interna da população: com a eliminação das áreas periféricas agrícolas; a expansão e regressão de áreas médias, com breve oscilação para médias superiores; a expansão do tipo superior; a cristalização de complexos de favelas como tipo popular operário no interior de áreas de tipo superior, médio e popular médio⁴⁵.

Da década de 1980 até 2000 as áreas periféricas ainda populares agrícolas (em Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Magé, Guapimirim, Maricá e Itaboraí) e agrícolas (em Itaboraí, Tanguá e Maricá) tornam-se populares operárias e, cada vez mais, entre 2000 e 2010, populares. Diferentemente, Nova Iguaçu passa a possuir uma área médio superior em 2000 e uma popular médio em 2010, além dos tradicionais setores populares e popular operário, diversificando essa parte da periferia.

O tipo popular médio, intermediárias em relação a periferia popular e operária e aos tipos médios, praticamente mantém-se de Campo Grande a região central carioca e, pulando a Baía, até São Gonçalo, passando por Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti e parte de Belford Roxo, deixando o Centro de fazer parte dela em 2000, tornando-se de tipo médio.

No Rio de Janeiro, sua porção média, reunindo regiões administrativas de Jacarepaguá, Méier, Ilha do governador, Rio Comprido e Santa Teresa em 1980, alarga-se primeiro para envolver as RAs do Centro, Madureira e Irajá em 1991; torna-se, como um todo, médio superior em 2000, ao mesmo tempo que segue seu avanço sobre áreas

44 Estratificação social elaborada por meio da variável ocupação segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) existente nas pesquisas domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando o conceito de espaço social de Bourdieu como orientação teórica. Segundo Gomes Ribeiro e Chetry (2015), tal abordagem permite incorporar contribuições da estruturação de classe por meio das relações de produção, de corte marxista, e, ao mesmo tempo, do *status* social, de corte weberiano.

45 Como se vê nos resultados das equipes de trabalho ligadas ao Observatório das Metrôpoles, que reconstituíram a estrutura socioespacial detalhadamente a partir dos censos nos últimos 40 anos (Ribeiro, L.; Ribeiro, M., 2015), além da importante referência que continua sendo o trabalho de Abreu (1996).

anteriormente populares médias, envolvendo as RAs de Inhaúma, Penha e Ramos; em 2010 regride do Rio Comprido e das RAs para as quais tinha se expandido em 1991-2000, com exceção do Centro e Irajá, esta última permanecendo em 2010 ilhada como médio superior numa área popular médio.

A área superior, no eixo Barra da Tijuca-Zona Sul, envolvendo parte da Zona Norte (região da Tijuca e Vila Isabel), expande-se para incluir Niterói em 2010, que por sua vez era um tipo médio em 1980 e 1991, e médio superior em 2000.

Em 1980 e 1991, os três complexos da zona norte se encontravam de forma indiferenciada numa área popular médio, circundada por áreas médias, uma das quais se expandia no sentido Jacarepaguá-Irajá; Cidade de Deus se encontrava numa área média; a Rocinha no interior de uma área superior. A partir de 2000, observa-se um transformação, provavelmente pela melhoria dos dados em função de seu reconhecimento territorial: complexos de favelas – Cidade de Deus na Zona Oeste, Rocinha na Zona Sul, Complexo do Alemão, Maré e Jacarezinho na Zona Norte – passam a ser um tipo destacado em relação ao entorno. Em 2010 estes cinco complexos são de tipo popular operário, numa escala decrescente de polarização com o entorno: Rocinha, Cidade de Deus, Jacarezinho, Maré e Complexo do Alemão. Rocinha se encontrava no interior de um tipo socioespacial superior, aparecendo desde 2000 como popular operário. Jacarezinho, na divisa entre setor médio superior e popular médio, e Cidade de Deus, em um meio médio superior, passam primeiro à popular médio em 2000, depois para popular operário em 2010. Em 2000, Complexo do Alemão e Maré aparecem destacados como popular operário, permanecendo assim daí em diante; seu entorno, que em 2000 foi médio superior, retrocede em 2010 ao popular médio de décadas anteriores, em 1980 e 1991.

Queiroz Ribeiro e Gomes Ribeiro (2015) falam de “proximidade geográfica e distância social” acerca da relação das favelas cariocas com seu entorno, tanto maior quanto mais central, ilustrando-a com a comparação de rendimentos médios de favela e não-favela dentro de cada tipo socioespacial. Complementando, podemos falar também, inversamente, de uma “proximidade social e distância geográfica” entre as favelas, a maioria concentradas no núcleo da região metropolitana, e a periferia – excetuando, é claro, as favelas periféricas, que, como exposto acima, existem em menor número, quase não possuindo discrepância em relação ao seu entorno. Neste sentido, cabe recuperar a ideia de Milton Santos de periferias socioeconômicas (Santos, 1979a, p. 65), contrapondo-se a sua leitura estritamente

“geográfica”, em termos de distância, sendo as favelas expressões da *periferia no pólo* – o que não significa igualá-las inteiramente.

Essa leitura que aproxima as periferias e complexos de favelas se vê fortalecida quando se considera outros aspectos sociais e ocupacionais. Pela correlação de longa duração histórica entre pauperização e racialização, da mesma forma que a periferia, a população dos complexos de favelas é predominante negra, isto é, parda e preta – o que faz com que a estigmatização característica que sofrem seja uma expressão de um racismo mascarado. Considerando a geografia do trabalho, embora escapem e sejam resistência às longas e penosas distâncias que fazem o movimento pendular diário dos periféricos em busca do emprego que se concentra no Rio de Janeiro, os complexos assemelham-se pela escassez de empregos formais, sendo uma expressão extrema dela. Considerando dados do IPP, Rocinha, Complexo do Alemão e Jacarezinho apresentam valores nulos, ou quase nulos no caso de Maré e Cidade de Deus, em todos os anos entre 2005 e 2021 do estudo acerca do número de empregados por atividade econômica⁴⁶.

Os aspectos demográficos permitem perceber algumas nuances. A densidade demográfica carioca não para de crescer: partindo de 247 hab./km² em 1872, chega a 722 hab./km² em 1906 – desigualmente distribuída, alcançando neste último ano, na zona urbana, 3928 hab./km², e, nos subúrbios, um pico de 1568 hab./km² em Inhaúma, com nenhuma outra área suburbana alcançando mais que 300 hab./km² (LOBO, 1978, p 469). Entre 1940 e 2010, considerando toda região metropolitana, a densidade parte de 388 hab./km² em 1940 e chega a 2221 hab./km² em 2010. Dentro da região metropolitana, as maiores densidades apresentadas em 1950 – encabeçadas pelos ex-distritos de Nova Iguaçu, emancipados em 1947, os municípios de Nilópolis (2417 hab./km²) e São João de Meriti (2190 hab./km²) seguido pela capital federal, Rio de Janeiro (1880 hab./km²), e estadual, Niterói (1413 hab./km²) – parecem pequenas comparadas com as maiores em 2010 – São João de Meriti (13024 hab./km²) e Nilópolis (8117 hab./km²) seguem à frente, seguidas por um novo município desmembrado de Nova Iguaçu em 1990, Belford Roxo (6031 hab./km²), Rio de Janeiro (5265 hab./km²), Mesquita (4310 hab./km²), São Gonçalo (4035 hab./km²) e Niterói (3640 hab./km²)(SILVA, R. 2012, p. 233).

46 Conforme dados disponíveis no site do IPP (<https://www.data.rio/>), da Tabela 2631 – Número de empregados por atividade econômica segundo as Áreas de Planejamento (AP), Regiões Administrativas (RA) e Bairros - Município do Rio de Janeiro – 2021.

A densidade populacional alta, embora seja característica de algumas favelas, não é distintiva, também presente em outras áreas da cidade, de todos os tipos. Na verdade, conforme dados do Censo, em 2010, a densidade demográfica média de favelas carioca (2570 hab./km²) é quase metade da densidade demográfica carioca e pouco maior que a densidade metropolitana; representa praticamente o dobro da densidade demográfica de favelas da região metropolitana (1377 hab./km²). No complexos de favelas há discrepância: Cidade de Deus (3843 hab./km²) e o Complexo do Alemão (2648 hab./km²) apresentam densidades maiores que a média das favelas e menores que a densidade da cidade; entretanto estão entre as 12 maiores densidades citadinas e abaixo apenas das sete maiores densidades dos municípios da região metropolitana; por outro lado, Rocinha (7684 hab./km²), Jacarezinho (7530 hab./km²), Maré (6175 hab./km²) tem as três maiores densidades de todas as regiões administrativas e algumas das maiores de toda metrópole, menores apenas que São João de Meriti e Nilópolis⁴⁷.

47 Os dados do Rio de Janeiro podem ser encontrados em <https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/index.php?uf=33&dados=0>. Os dados sobre favelas são encontrado dentro dos resultados do universo aglomerados subnormais (Tabela 1 - Algumas características dos setores censitários de aglomerados subnormais, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação, os municípios, os distritos e os subdistritos – 2010).

3 O ESTADO NO COMPLEXO DO ALEMÃO NO PADRÃO INDUSTRIAL E SUA CRISE (1920-1993)

Neste capítulo⁴⁸ abordaremos como as modernizações atingiram o Complexo do Alemão antes do período da globalização, sob o pano de fundo da ascensão e recuo da industrialização, com severos impactos na Leopoldina, região ainda fabril onde o Complexo se localiza. São levadas em consideração as modificações espaciais ocorridas, considerando as normas territoriais apresentadas no primeiro capítulo, o modo de atuação geral do Estado em relação às favelas e sua atuação específica na segurança e saúde, considerando sua evolução espacial em relação ao Complexo. O objetivo aqui dessa recuperação histórica é observar como se formou sua complexidade e os aspectos que perduram da relação umbilical que mantêm com o Estado, bem como destacar, no capítulo final, as diferenças ocorridas no período posterior.

A instauração de uma urbanística moderna, a partir da reforma ocorrida em Londres entre 1848 e 1865, se repete nas principais metrópoles capitalistas do mundo, primeiro, até 1870, europeias e norte-americanas – dentre as quais a mais notória foi a reforma efetuada em Paris (1853-1869) –, depois latino-americanas (Benevolo, 1981). Modernizando seus portos e funcionalizando a região central, as cidades latino-americanas passaram por reformas, a princípio, análogas àquelas europeias, adotando uma forma urbana própria ao capitalismo daquele momento, da segunda revolução industrial, num molde industrial-financeiro monopolista, em fase imperialista e liberal centrada na Inglaterra. O Rio de Janeiro realiza as primeiras reformas portuárias a partir de 1870, em processo que ganha tração a partir de 1894, antes mesmo da modernização do porto para o centenário da abertura dos portos entre 1902-1908, seguindo até a próxima intensificação, a preparação para a Exposição Mundial, entre 1918 e 1922.

Esse porto, através da expansão da malha ferroviária ocorrida no mesmo momento, passam a se comunicar de forma mais rápida com outras regiões e com o próprio espaço interno da cidade em expansão, reconfigurando-o. Entretanto, tais reformas são aparentemente análogas às europeias e estadunidenses, pois, a título de comparação, se a reforma haussmaniana em Paris tinha por função a transformação da cidade numa “máquina do

48 A linha mestra do capítulo é dada pelo importante trabalho organizado por Rute Imanishi Rodrigues (2016).

Capital”, articulando diversos setores econômicos internos, pode-se dizer que os latino-americanos, ao menos nas reformas da virada oitocentista-novecentista, têm máquinas truncadas, que emperram, pois seus circuitos não são inteiramente endógenos – desembocando em crises especulativas, com repercussão internacional, como a falência da banca Baring e o Encilhamento (Liernur, 2003).

A presença estatal em favelas, condicionante e constitutiva, de modo geral excessivamente penal e escassamente social, passa a impressão imediata de uma continuidade histórica de longa duração. Seria tão longeva quanto a conformação das próprias favelas em meio a reconfiguração capitalista da forma urbana carioca no quartel final do século XIX – de certa maneira, “desde que o samba é samba é assim”, considerando seu surgimento, ou sua formatação cultural, também neste período. Factualmente, neste longo processo, recaem repetidamente sob a população favelada cercos policiais, a constituição de redes de informação, a utilização de forças repressivas estatais e paraestatais, as remoções ou sua ameaça (por exemplo, a dança das favelas do centro no início do século XX), a falta de infraestruturas básicas (relativas a cada momento histórico) e o autoritarismo, classismo, racismo e moralismo da assistência, mínima, focalizada e protocolar, quando há, associada a estigmatização dos moradores, associando-os a aproveitadores, criminosos e vagabundos, enfim, encarnação tupiniquim das ‘classes perigosas’.

Essa persistência entretanto não é pura repetição, assemelha-se mais a uma reprodução ampliada da “matriz” ou “entrave estrutural” colonial⁴⁹, incluído aí o modo de dominação burguês, autocrático, truculento, apoiado recorrentemente na exceção, com dinâmicas do Estado oscilantes entre tolerar e reprimir, com suas pacificações. Essas estruturas não são só herdadas, mas também atualizadas; mais que reforçadas, reconfiguradas, muito parcialmente contrabalanceadas pela longa e limitada democratização brasileira.

3.1 Da fronteira para favela

Sem necessidade de precisar as datas, tomando-as como indícios, podemos demarcar um período inicial de ocupação da Serra da Misericórdia, prévio a existência das favelas,

⁴⁹ Nos termos de Clovis Moura, considerados por Denis de Oliveira (2022) para sua avaliação do racismo estrutural.

entre as décadas de 1920 e 1940. Neste momento, sua localização estava na periferia imediata da cidade (Parisse, 1969 apud Abreu, 1996, p. 105), na fronteira do processo de expansão do tecido urbano, rumo a aglutinar-se com a Baixada Fluminense: Inhaúma praticamente dobra entre 1906 e 1920 – crescimento de 92%, bem mais lento nas décadas seguintes –, sendo uma das áreas que mais cresce, junto a Irajá, ambas na Zona Norte.

A ocupação original do então chamado Morro da Misericórdia remete a década de 1920 (posterior a Primeira Guerra Mundial), simbolizado pelo imigrante polonês – no popular virou alemão – Leonard Kaczmarkiewicz, que, do mesmo modo que outros proprietários de fazendas na região, alugava o terreno (‘chão’), formando-se núcleos de casebres, ao lado de arrendamentos de terras para pequenos produtores hortifrutigranjeiros (Rodrigues, R., 2016). Essa modalidade de ocupação primeira, o aluguel de chão, antes frequente em favelas em geral, tornara-se minoritária no final deste período (6,4%, contra 38% pagando alugueis)⁵⁰ – o próprio loteamento das terras do ‘alemão’ ocorre em 1928⁵¹. Sua paisagem era praticamente rural, com algumas ruas abertas (Couto; Rodrigues, R., 2013), começando pelo Caminho do Itararé, com a infraestrutura urbana praticamente toda por fazer.

No início de século, as modernizações que atingem tanto o sistema de saúde quanto o sistema de segurança brasileiro ilustram bem a sincronicidade entre as transformações urbanas e alteração da intervenção estatal, atingindo a região da Leopoldina em expansão. O Estado acompanha o avanço da cidade, dando contorno a seus limites.

Nos sistemas de segurança, as progressivas reformas da segurança pública carioca, principalmente entre 1892-1912 (Felite, 2023), profissionalizam e aumentam seus efetivos, que chega a cifras maiores que de países centrais em 1914 (Bretas, 2018), havendo intercâmbios técnicos com referências europeias (Galeano, 2012). A segurança era fragmentada, sobreposta e limitada – a “guerra das ruas” no termos de Marcos Bretas (2018) – e tão mais rarefeita quanto mais distante do Centro, composta pela Policia Civil, a Guarda Civil e a Policia Militar.

No meio da reforma estatal, em 1903, a Policia Civil e a recém criada Guarda Civil organizam-se em vinte e oito distritos, sendo a circunscrição responsável pelo Morro da Misericórdia uma das oito consideradas “suburbanas”, distritos levemente ampliados para trinta em 1933-34, circunscrita ao 20º distrito, ‘Bomsucesso’, assim permanecendo com a

50 Cf. Censo de favelas em 1948. Cf. Rodrigues, R., 2016.

51 Cf. Historia dos bairros produzida pelo IPP, disponível em: <https://www.data.rio/apps/PCRJ::hist%C3%B3rias-dos-bairros/about>

reforma de 1944. Em resumo, a divisão territorial policial surgida em 1903 na qual se inseria o futuro Complexo foi praticamente mantida até a próxima reforma em 1962.

A Polícia Militar, completamente reconfigurada em relação a organização e funções que cumpria anteriormente durante o Império e a escravidão, passa toda a primeira república por um processo de modernização e precariedade. Destinava-se a conter recorrentes manifestações, explosões de raiva popular e revoltas urbanas, civis e principalmente militares⁵². Tornada oficialmente auxiliar das forças armadas desde 1917 (Felite, 2023) e comandada por militares do Exército, permanece a maior parte do tempo aquartelada, não sendo responsável pelo patrulhamento ostensivo até 1969. A expansão de sua abrangência segue um movimento em direção a periferias: durante o Estado de Sítio que perdurou entre 1922 e 1927 na Capital, em 1924 é criado o 6º BPM (Tijuca)⁵³; em 1945, surge o 9º Batalhão (na época 7º BPM do Distrito Federal) da Polícia Militar, o mais distante do centro, em Rocha Miranda, na Zona Norte, responsável por uma imensa área periférica, que chegava até Bangu, na Zona Oeste. A Serra da Misericórdia estava, sucessivamente, na extremidade destas jurisdições.

Nos sistemas de saúde do início do século XX há um entremeado financeiro e político entre um Estado, que cresce e organiza-se, e entidades privadas (filantrópicas, religiosas, beneficências e sociedades de ajuda mútua etc.), das quais são bons exemplos a rede de Santas Casas. É notável a inflexão, pelas sequências de reformas da saúde pública carioca, entre 1881 e 1904, culminando na reestruturação da Diretoria Geral de Saúde Pública, e, a partir de 1916, com a criação dos pródromos do que hoje chamamos “atenção primária”, com os Centros de Profilaxia Rural, que se expandiram da periferia do Rio para o território nacional com a reforma sanitária da década de 1920 (Campos; Cohn; Brandão, 2016). A entrada de novas

52 Roberto Ferreira (2014) argumenta que o desenho dos batalhões forma um “cinturão que protege o núcleo da cidade: o 1º BI ocupa o Quartel da Rua Evaristo da Veiga, protegendo os principais prédios públicos do Governo, como o Senado Federal (no Antigo Palácio Monroe), a Câmara de Deputados, o Tribunal de Justiça, entre outros. O 2º BI garante a Zona Sul, protegendo o Palácio do Catete, principalmente de um levante vindo da região da Praia Vermelha, a exemplo do que acontece em 1904 e vemos se repetir em 1935. O 3º BI estabelecido no Méier tem condições de impedir que tropas da Vila Militar que se sublevem, cheguem ao centro da cidade. O 4º BI Passa a guarnecer a região de São Cristovão, onde estão situadas algumas unidades do Exército. O 5º BI garante a região da Saúde e do Porto, por onde poderiam chegar tropas rebeladas a partir de Niterói. O 6º BI está próximo a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, que a época está localizada onde hoje é o 1º Batalhão de Polícia do Exército, na Tijuca. O Regimento de Cavalaria, no Estácio, localiza-se próximo das instalações do Exército no Centro. Esta disposição faz com que a Corporação possa neutralizar um golpe militar, dando tempo de que o governo mobilize forças leais. Um exemplo disto vai ocorrer em 1935, quando o 2º BI da PMDF é a primeira unidade a cercar o prédio do 3º RI (EB) sublevado” (Ferreira, R., 2014, s/p).

53 E os primeiros batalhões fora da Capital, sob jurisdição do Estado do Rio de Janeiro, o posteriormente 7º BPM (São Gonçalo) e 8º BPM (Campos dos Goytacazes) Cf. Musumeci; Muniz, 2000.

entidades privadas internacionais, como a presença crescente da fundação Rockefeller na América Latina a partir de fins da década de 1910, indica a complexidade das relações em jogo (Cueto, 1996).

A restrita atenção à saúde avança, centrada na ideia de um cordão sanitário que procura isolar o foco de epidemias (Abreu, 2003), conforme um esquema europeu (Foucault, 1979) já bem assimilado. Os Postos de Profilaxia Rural e Delegacias de Saúde instalados a partir de 1916-19, convertem-se nas décadas seguintes em Centros de Saúde, de inspiração principalmente estadunidense (Rosen, 1994), com ativo estímulo da Fundação Rockefeller (Campos, 1999). Atravessando diferentes governos, mudanças de endereço dentro da mesma área, reconfigurações institucionais e reformas estatais, os Centros de Saúde foram a principal referência dos moradores da região até a década de 1980. Em 1927, na região próxima a Serra da Misericórdia, institui-se o Centro de Saúde de Inhaúma, o primeiro do tipo no Distrito Federal (o quarto nacionalmente, após a criação de três em São Paulo), seguido pela conversão em Centros dos Postos de Bangu e Jacarepaguá, na Zona Oeste, e Penha, na Zona Norte, em 1929-30, todos em áreas periféricas. Foi precursor da profunda reconfiguração do setor público do sistema de saúde entre 1931-39, com criação de outros oito Centros a partir de 1934, organizando-os em doze distritos de saúde que cobrem toda cidade (Campos, C., 1999)⁵⁴.

No bojo da reforma da década de 1930, multiplicam-se os hospitais, não apenas aqueles impulsionados com o surgimento dos Institutos de Aposentadorias e Pensões em 1933, mas também estritamente públicos. Já no Estado Novo – com o principal artífice da reforma em questão, Pedro Ernesto, preso sob suspeita de comunismo –, surge em 1938 outra grande referência histórica, tanto da região foco da pesquisa quanto do município, o Hospital Getúlio Vargas (primeiramente Hospital da Penha), cumprindo função de maternidade e pronto-socorro, criado na sequência de outros cinco hospitais, igualmente periféricos⁵⁵ – de

54 Conforme Carlos Henrique Campos (1999), “o município foi dividido em 12 Distritos Sanitários: 1º) Gávea, Copacabana e Lagoa (população de 133 mil habitantes); 2º) Glória e Santa Teresa (população 122 mil); 3º) Santo Antonio, Sant’Anna e Espírito Santo (população 156 mil); 4º) Gamboa, Santa Rita, Candelária, Sacramento e São José (população 152 mil); 5º) São Christóvão e Engenho Velho (população 125 mil); 6º) Andaray e Tijuca (população 156 mil); 7º) Engenho Novo e Meyer (população 156 mil); 8º) Inhaúma oeste (145 mil); 9º) Jacarepaguá e Irajá sul (população 167 mil); 10º) Inhaúma leste, Irajá (subúrbios da E.F. Leopoldina), com subcentro na Ilha do Governador (população 145 mil); 11º) Madureira e leste de Realengo, com subcentro em Anchieta (população 111 mil); 12º) Realengo oeste, Bangu, Guaratiba, com subcentros em Campo Grande e Santa Cruz (população 122 mil)” (Campos, C., 1999, p. 47).

55 Ao todo seis hospitais: Hospital Regional Policlínica de Campo Grande (atual Rocha Faria); Hospital Regional Periférico de Marechal Hermes (atual Carlos Chagas); Hospital periférico da Gávea (atual Miguel Couto); Hospital Jesus e Hospital Pedro Ernesto (em Vila Isabel); Hospital Getúlio Vargas (na Penha). Além disso foram criados dispensários em: Campo Grande (atual Rocha Faria), Ilha (atual Paulino Wenerck),

certa maneira complementar aos novos Hospitais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs)⁵⁶, alguns dos quais em áreas mais centrais (Fonseca, C. 2008, p. 105).

A forma de ocupação inicial desta parte da Serra da Misericórdia será suplantada pela formação das favelas, na década de 1940. Os anos de 1942-46 como indicativo do início deste período propriamente favelado são bastante significativos, entre outras razões, por estarem na década de “maior proliferação de favelas no Rio de Janeiro” (Abreu, 1996, p. 106).

Em 1941, o Estado, na figura do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC, criado em 1934), compra parte de uma fazenda, na área atualmente da Nova Brasília. Nas décadas de 1940 e 1950, consente com ocupações, às vezes por meio de cartas de autorização, feitas para funcionários do Instituto e para reassentar pessoas removidas de outras favelas – utilização recorrente dada, de modo geral, aos terrenos dos IAP. Esse povoamento, ainda esparso, cria as condições para inquilinos do polonês – que já passavam a construir moradias fora da área permitida, nas partes mais elevadas –, ‘invadirem’ propriedades privadas – uma delas a emblemática “A propriedade S.A.” – e do IAPC (Rodrigues, R., 2016). Em 1942, Nova Brasília tinha suas primeiras ocupações em torno da Praça do Terço, com participação de moradores de outras favelas, como Jacarezinho (Perlman, 1974). Em entrevista de 1980, Manoel Hermógenes reivindica ser o morador mais antigo do Morro do Alemão, tendo chegado em 15 de dezembro de 1946 (Matiolli, 2016a).

As favelas que formarão o Complexo do Alemão nascem já com a perda da condição limítrofe anterior, encontrando-se dentro do núcleo da região metropolitana em consolidação, que avança seu tecido urbano, com maior integração do local com o restante da cidade – em 1946 a rede de bondes elétricos chegava, por um lado, a Inhaúma, e por outro a Bonsucesso, Ramos e Penha; sendo cortada por duas vias férreas, que multiplicam suas estações, liga-se a periferia intermediária da Baixada, que se subdivide, aparecendo Duque de Caxias (1943), São João de Meriti e Nilópolis (ambas em 1947) a partir de Nova Iguaçu. Mais especificamente, essa parte do território será fortemente impactada pelo vetor que deslocou a atividade industrial do Centro para a Leopoldina, num movimento de longo prazo que parecia

Méier (atual Salgado Filho), Sapê (atual Carmela Dutra), Paquetá (Hospital Manoel Arthur Villaboim) e Cascadura (atual Maternidade Estadual Herculano Pinheiro). Cf. Fonseca, C., 2008.

56 Hospital Federal dos Funcionários Públicos (Atual Hospital Federal dos Servidores, na Saúde), dos Comerciários (atuais hospitais de Ipanema e de Cardiologia em Laranjeiras), Hospital dos Bancários (atual Hospital da Lagoa), dos Funcionários dos Transportes (atual Hospital de Bonsucesso) e dos Marítimos (atual Hospital do Andaraí), entre outros. Cf. Fonseca, C., 2008.

se encaminhar em direção à Baixada, entretanto, com a desindustrialização dos anos 1980 e 1990 estancou, murchando.

A clássica definição de favela de Leeds passa a se aplicar, distinguindo-a de áreas pobres (formadas por moradias decadentes, oficialmente registradas, com aluguéis relativamente altos e serviços abaixo da média) que melhor caracterizaria o período anterior de ocupação da Serra e os cortiços.

As favelas, em sua maioria [em 1964], são áreas de valorização existindo por meio de um investimento privado geralmente de proprietários de casas pobres, mas independentes, que são posseiros em terras de outros, nas quais, com o correr do tempo, os serviços tendem a melhorar, embora tendam a estar abaixo do padrão médio. (Leeds, A.; Leeds, E., 2015, p. 42)

Consequentemente, passa a sofrer e a resistir à pressão das forças centrífugas de periferização, conforme o esquema geral de inserção das favelas na ordem metropolitana (RIBEIRO, 2015), em vigor ainda hoje – como, veremos no próximo capítulo, cuja leva recente de remoções não deixa negar. As favelas desta parte da Serra da Misericórdia neste processo passam a ser resistência popular aos altos custos de habitações, à limitação e distância das habitações sociais promovidas pelo Estado e como acolhimento a migrantes (RODRIGUES, 2016).

A paisagem da favela que se instala, composta por seus barracos de madeira, suas casas de estuque, de pau-a-pique, suas roças e criações de animais, guardando ainda feições rurais, representou um contraponto da metamorfose industrial urbana que ocorria na Leopoldina. Muitos ficaram com a impressão de arcaísmo ou tradicionalismo à sua novidade, e de paralelismo, à sua relativa autossuficiência e subsistência, inclusive em relação a construção de infraestrutura urbana mínima, criada em geral em mutirões.

Esta forma contrastante de cidade ensejou a ideia de uma marginalidade urbana: nas favelas surgiria uma nova classe, excluída, destacada, lateral, que engordaria o excedente populacional relativo e preservaria arcaísmos, presa de clientelismos e populismos, sendo a imagem deslocada – literalmente, por conta das migrações que absorve, não apenas do Nordeste, mas do interior do Rio de Janeiro também – de um passado a ser superado, um componente ativo do atraso, atraído pelo desenvolvimento urbano.

Denunciado como um mito por Anthony Leeds e Elizabeth Leeds em 1970, Machado da Silva em 1971 e Perlman em 1974, a realidade da favela era de uma heterogênea composição de frações de classe com uma maioria de trabalhadores pobres, integrados a diversos setores econômicos, encapsulados num espaço juridicamente segmentado,

crescentemente organizada em associações de moradores. Contra esta pretensa marginalidade soma-se também Milton Santos (2013) quando fala de uma cidade dual sem dualidade, um espaço dividido em dois circuitos econômicos formados ao mesmo tempo, igualmente modernos, diferenciados porém interconectados, um subalternizado pelo outro, diferenciados pela qualidade e quantidade de tecnologia, capital e organização neles, sendo o circuito subalternizado ligado a uma pobreza urbana, que ultrapassa as favelas, mas tem nela uma expressão das mais relevantes.

Conforme Rute Rodrigues (2016), a partir da década de 1950 até a década de 1990, sobrevêm sua longa expansão territorial do Complexo do Alemão, em dois momentos, entrecortada por um hiato na década de 1970. A expansão, em seus dois impulsos, esteve relacionada diretamente com a atuação governamental para urbanização das favelas, sempre precedidas por ações de movimentos populares por moradia e serviços urbanos essenciais. O padrão de ocupação do solo resultante é caracterizado pelas moradias construídas pelos moradores, sem loteamento prévio ou com lotes imprecisos, a partir da década de 1950 com mediação progressiva e parcial de associações de moradores, maior na segunda expansão a partir da década de 1980, incluindo a prática de loteamento clandestino⁵⁷. Esse padrão se mantém até o presente, fundado nas necessidades básicas de abrigo e acesso a recursos fundamentais, como água e luz.

A primeira fase dessa expansão se dá entre 1950 e 1975 e corresponde a ascensão e auge da cidade sob impulso industrial. Na década de 1950 crescem os núcleos originais do Morro do Alemão (que inclui hoje Morro dos Mineiros, Pedra do Sapo, Mina, Lagoinha e Areal); Grota (ou Joaquim de Queiroz); Nova Brasília (incluindo hoje Morro da Alvorada e Alto Florestal, com uma parte de asfalto dividida com a XII RA – Inhaúma); Morro do Adeus e Morro do Piancó (antigo Morro de Bonsucesso). Nas décadas seguintes, advêm Itararé (uma remoção de moradores da Estrada do Itararé) e Mourão Filho (Reservatório). Em 1971 é inaugurado um conjunto habitacional, COHAB-GB, em um dos terrenos do IAPC, ao lado da Nova Brasília, com moradores oriundos de remoções (talvez da favela do Esqueleto).

Durante essa primeira expansão do Complexo (1950-1975), pode-se demarcar dois momentos do padrão de intervenção estatal em favelas: entre 1937 e 1956; segue-se um período de transição até o novo momento entre 1963 e 1974.

⁵⁷ A favela-loteamento passou a ser difundida principalmente no desenvolvimento de favelas na Zona Oeste nos anos 2000, conforme assinala Rute Rodrigues (2016).

A relação do Estado com as favelas havia mudado em 1937, com o Código de Obras. Criada sob influência de elaborações remocionistas do Clube de Engenharia, reconhece juridicamente a favela e estabelece sua remoção, tendo como contrapartida o envolvimento do Estado, assegurando sua substituição por habitações de tipo mínimo. Tal determinação tomou a forma de uma política de Parques Proletários Provisórios, a serem posteriormente tornados definitivos. Contrapartida de remoções, eram previstos para abranger 300 mil cariocas (Gonçalves, R., 2013, p. 130) – abrangendo mais que os favelados da cidade, pois tal número só foi atingido em 1960 –, terminam por envolver apenas 7 ou 8 mil (Pestana, 2018, p. 121)⁵⁸. Talvez o único parque proletário definitivo tenha sido a Vila Proletária da Penha, terminada em 1943, quando um conjunto de 400 habitações mínimas com alguma infraestrutura urbana foi construído, sob os terrenos cedidos por uma Irmandade da Igreja Católica, na mesma Serra da Misericórdia dos futuros Complexos da Penha e do Alemão. Destinada à moradores da “favelinha da Penha”, na região da Vila Cruzeiro, existente desde fins do século XIX – provavelmente fazendo parte de uma rede quilombola (centrada no Morro da Serrinha, em Madureira) – bem antes dos primeiros registros, de 1933, que indicavam 140 habitações (Rodrigues, R., 2014).

Com a pequenez da proposta dos Parques Proletários que realizariam a ordem remocionista, a regra passou a ser... seu descumprimento sistemático, ou seja, um regime que *funciona* com base na exceção às suas próprias normas. Uma certa modalidade de quebra da regra se instaura: o congelamento urbanístico, como sintetiza Rafael Gonçalves (2013). O Estado intervém em conflitos fundiários no sentido de consolidar a ocupação, por exemplo, desapropriando terrenos, sem entretanto garantir a regularização urbanística e fundiária definitiva dos terrenos. O Complexo nascente serve de exemplo, quando passa a cumprir uma função de absorver removidos, como mostra o surgimento da Nova Brasília no terreno do IAPC.

Neste momento o advento do chamado período técnico-científico se demonstra com o crescente número de estudos sobre áreas de favela, com um novo tipo de conhecimento, mais aprofundado, abordando sua amplitude e complexidade. São marcos importantes o pioneiro relatório “Favelas do Distrito Federal”, de 1943, pelo médico Victor Tavares de Moura (que em 1946 assumiu o Departamento de Assistência Social); os primeiros censos de Favelas de 1948 e 1949; o recenseamento geral de 1950, sob direção de Alberto Passos Guimarães.

58 Segundo Rafael Gonçalves (2013), foram 4000 removidos.

Paralelamente, até a década de 1960, no âmbito geral da regulação urbana, o Estado procurou seguir uma tendência internacional, que recomendava controle do mercado de locação e assumir a produção ou financiamento da moradia. Entre 1942 e 1964 instaura-se a popular política de congelamento dos aluguéis para atenuar o aumento do custo de vida, com proibição de imóveis vazios fechados e reajustes consideravelmente inferiores à inflação. Embora existissem nas décadas de 1940 e 1950 plenas condições para implementar uma massiva política habitacional social de qualidade, que pelo menos limitasse o processo de favelização e periferação em curso, a opção estatal foi pela construção de moradias através dos IAP, cuja dimensão dos resultados foi irrisória frente a necessidade – embora significativa em certos momentos e quando comparada com as poucas iniciativas anteriores (Bodunki, 1995 apud Gonçalves, 2013), como a criação de Marechal Hermes e Bento Ribeiro (Fernandes, N. 2008).

Essas ações, somadas a preferência estatal por grandes obras públicas com seus deslocamentos forçados e, afora ações pontuais, o *laissez-faire* nas favelas e subúrbios, acabaram agravando a crise habitacional, reduzindo investimentos em moradias de aluguel, multiplicando ações de despejo e estimulando um mercado imobiliário informal em constituição. Ao mesmo tempo, reduziram o custo de reprodução da força de trabalho, uma grande vantagem particularmente para setores econômicos que demandavam muita mão de obra, estimulando indiretamente a indústria, construção civil e incorporação imobiliária.

3.2 Da arbitrariedade ao controle negociado

Com a prática do congelamento urbanístico a ideia de supressão das favelas pelo Estado não foi apagada, como sinalizava a formação, em 1947, de uma comissão federal com esse objetivo (Valladares, 2005). Desde fins da década de 40, ainda que sem uma política governamental de remoções massivas – a última havia sido a leva de destruição final no Centro que forma a Presidente Vargas, que despejara 18 mil pessoas (pouco mais de 1% da população) que, ao mesmo tempo, pôs fim a era dos Cortiços no Centro e cortou a Pequena África, que chegava a Praça Onze (incluindo a casa onde morou Tia Ciata) –, uma multiplicidade de processos judiciais de proprietários (e pretensos proprietários, como algumas empresas ligadas ao setor imobiliário) desencadeava despejos dos favelados. Isto

intensificava a luta, envolvendo sua defesa jurídica, a mobilização política e diversas manifestações na cidade, além do dia a dia de resistência e da organização da luta a nível local. Quando tudo ainda era simples no futuro complexo, eram corriqueiros os despejos e suas ameaças, as intimidações de grileiros, o vandalismo de proprietários contra as poucas infraestruturas urbanas existentes, a derrubada de barracos à noite pela Guarda Municipal – esta última a imagem sincera da função essencial do Estado como “vigia noturno” das classes dominantes.

Esta luta urbana se acirrou e culminou na vitória parcial da aprovação da Lei das Favelas (Lei n. 2875) de 1956, que suspendeu por dois anos despejos e liberou recursos para urbanização. A lei indicava que determinadas ações sociais da Prefeitura que já ocorriam no Jacarezinho – executados lá desde 1946 junto a Arquidiocese do Rio de Janeiro da Igreja Católica Apostólica Romana, no ano seguinte encampada pela recém-criada Fundação Leão XIII e expandida para outras favelas, complementada depois por ações da Cruzada São Sebastião, criada em 1955 –, poderiam ser estendidas para núcleos provisórios, em terrenos estatais, de pessoas removidas de outras favelas – o que fazia das favelas do futuro Complexo, por conta principalmente dos terrenos do IAPC, um provável destino. Em 1957 é realizado o primeiro congresso de favelados do Rio de Janeiro, indicando a autonomia, capacidade de mobilização e coordenação do seu movimento.

Esta luta representa a afirmação da favela no espaço urbano, mantida sua subalternidade social, conforme a argumentação de Machado da Silva (2016), recuperada recentemente por Pestana (2018). Ocorrem modulações: o encapsulamento de suas práticas, separando-as de reivindicações mais amplas. As ações que até então se dava mediante decisões administrativas arbitrárias, totalmente de cima para baixo, passa a ser realizado em um controle negociado, ligando diretamente às grandes forças sociais do período os atores coletivos favelados, agora levados em consideração – o que não significa que suas demandas e suas propostas sejam respeitadas ou respondidas. Tal forma de relação perpetua-se até hoje, como ficou patente no programa favela-bairro a partir de 1995 e na UPP social, entre 2010 e 2017 (Pestana, 2018, p. 274).

No mesmo ano da aprovação da Lei, a criação do Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA) marca esse “controle negociado”.

Até 1960, o Serviço experimentou escassez não apenas de dotações orçamentárias, como também de poder de atuação. Por conta dessas limitações, atuou inicialmente como um ponto de apoio para a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião, especialmente na fiscalização e repressão a obras irregulares nos barracos. Nessa

fase, mesmo nos casos em que o SERFHA chegou a instalar alguma estrutura de atendimento em favelas, a efetiva ação assistencial permanecia sendo dependente de parcerias com a Cruzada. Sua única iniciativa mais independente e de maior repercussão foi a publicação, em 1959, de um comunicado proibindo a cobrança de aluguéis nas favelas da cidade. (Pestana, 2018, p. 265)

Exatamente a partir do ano de criação da SERFHA e da Lei das favelas forma-se, por exemplo, a União para Defesa e Assistência dos Moradores do Morro do Alemão (UDAMA), uma das primeiras associações de moradores, sob influência da União dos Trabalhadores Favelados (UTF, criada em 1952), principal organização de luta dos favelados daquele momento, com influência e participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), expressão de seu enraizamento social, que ocorria principalmente após 1945 através de Comitês Populares Democráticos em diversas favelas, ainda que sem ampla aderência, bastante capilarizado. Algumas das associações pioneiras mantinham contatos com a prefeitura de Negrão de Lima (do Partido Social Democrático, PSD, entre 1956-58) e com um vereador do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – fechando a lista que indica sua conexão com as principais forças políticas da hora (Rodrigues, R., 2016). Em 1959, a maior organização não elimina uma possibilidade de despejo que ainda assombra as favelas da Serra da Misericórdia, reforçando sua luta.⁵⁹

Neste primeiro momento de forte expansão horizontal das favelas, os proprietários de terras devolutas no entorno apressaram-se em vender as terras ainda não invadidas. Na maioria dos casos, empresas industriais compraram essas terras, instalando-se na parte plana de terrenos já parcialmente ocupados por favelas, nas partes altas da região [incluindo a venda de um desses terrenos para um grupo de investidores privados que construiu um conjunto habitacional pelo sistema Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (Cohab-GB)]. Muitas vezes as empresas tinham que negociar e brigar judicialmente pela posse dos terrenos e pela expulsão dos moradores, caso da indústria Tuffy Habbib. (Rodrigues, R., 2016, p. 53)

A autoridade das associações provinha de seu viés organizativo na luta por melhorias, pelo seu papel cartorial, mantido até hoje, e pelos estímulos e acordos com o governo – cooptações por vezes – e também por sua relação com “grupos de segurança que tomavam conta do morro para a bandidagem não entrar” (Rodrigues, R., 2016, p. 53); tinham seu poder limitado por outros “grupos de segurança” ou pela “bandidagem”, por proprietários ativos, que realizam vandalismos em infraestruturas criadas pelos moradores, e grileiros, com intimidações.

Neste momento de afirmação da favela é realizado um profundo estudo sobre favelas cariocas que demonstra a nacionalização e internacionalização alcançada: após pesquisa

⁵⁹ Cf. História dos bairros produzida pelo IPP, disponível em: <https://www.data.rio/apps/PCRJ::hist%C3%B3rias-dos-bairros/about>.

realizada em 1957-1959 em 16 favelas cariocas financiada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, é publicado em 1960 o relatório SAGMAGS, encabeçada pelo padre dominicano francês, Lebret, fundador do movimento *Économie et humanisme* e dirigida operacionalmente por José Arthur Rios. Apesar de aparecer a noção de “complexos sociais”, esta era mais ampla que a futura ideia de “complexos de favelas”, referida a “aglomerações urbanas” (Valladares, 2005).

3.3 Remoções e favelas úteis

Conforme Marco Pestana (2020), no avesso da luta das classes populares faveladas, a partir de 1958 começa a se gestar a longa rodada de remoções que virá: é criado o Instituto de Pesquisas e Estudos de Mercado (IPEME), organizado e instrumentalizado por um grupo de empresários do setor imobiliário. Representa a evolução da produção imobiliária capitalista, com a afirmação do capital incorporador ou de promoção imobiliária, que evoluía desde 1930, frente o capital construtor, que passa a lhe ser subordinado. Este instituto realiza dois estudos em 1957-58, sobre as características das favelas e a “vida mental” dos favelados – este último marcado pelo mais transparente racismo – que racionalizam a política de remoções, definindo critérios claros, com objetivo de aprofundar a diferenciação espacial dada. Dividia o espaço urbano carioca em cinco setores, classificando as favelas dentro deles como “úteis” e “parasitas”. Estas últimas, localizadas na Zona Sul (setor 1) e Grande Tijuca e São Cristóvão (setor 3) caracterizar-se-iam pela presença de criminosos, precariedade exacerbada de suas moradias e por um baixo percentual de trabalhadores regulares. Inversamente, as “úteis”, localizadas no setor 2 (Centro, Caju e Ilha do Governador), setor 4 (Engenho Novo e Méier) e setor 5 (Penha, Irajá, Madureira e Realengo), apresentariam melhores índices nestes aspectos. As ‘soluções’ propostas a todas eram a detenção de seu crescimento e intensificação da ação policial; a urbanização das favelas dos setores 2 e 5; a remoção, para áreas mais próximas de zonas industriais, das favelas dos setores 1, 3 e 4 – esta última, apesar de considerada ‘útil’, foi incluída pela distância de grande parte de seus moradores de seus locais de trabalho, segundo a pesquisa.

Pela sua própria configuração como um instituto de pesquisa, era capaz de ampliar a legitimidade de seus posicionamentos junto à opinião pública ao apresentá-los como decorrentes da aplicação de modernos métodos científicos, e não como expressão de interesses econômicos e pessoais. Ainda que não tenha obtido sucesso no curto prazo, a manutenção do remocionismo como uma possibilidade no horizonte das

políticas para as favelas não deixou de cumprir certo papel no processo de acúmulo de forças que resultaria na adoção das remoções sistemáticas como política pública a partir de 1962 (Pestana, 2020, p. 64)

A crise econômica e política dos anos 1960-64 vem acompanhada da transferência da capital, transformação em cidade-Estado até 1975 e da consequente reorganização estatal da agora Guanabara, o que ocorre principalmente a partir de 1963. Mauro Osório (2005) argumenta que desde então instaura-se uma crise especificamente carioca que se aprofundará nas décadas seguintes, que se arrastará até o século XXI.

No primeiro momento do governo Lacerda, até 1962, a relação do Estado com as favelas guarda certa continuidade com o processo anterior de reconhecimento da favela e de controle negociado da luta dos favelados. A Coordenação de Serviços Sociais do Estado da Guanabara comandada por José Arthur Rios, assume funções análogas a SERFHA, articulada a fundação Leão XIII, ainda sob controle da Igreja Católica. Com as remoções suspensas, ocorrem investimentos na melhoria das condições de vida, realizados via autoconstrução através da Operação Mutirão, e sequência do estímulo à organização dos favelados, ocorrendo a criação de dezenas de associações de moradores (entre 50 e 75) (Pestana, 2018, p. 268). Essas ações visavam quebrar a intermediação clientelística anterior e obtiveram algum sucesso, conectando as associações diretamente com o Estado, procurando cooptá-las.

A partir de meados de 1962, mudanças profundas acontecem. A fundação Leão XIII torna-se organismo público, absorvida pela recém-criada Companhia de Habitação da Guanabara (COHAB-GB), de capital misto, que passa a ser responsável pela criação de conjuntos habitacionais, em sua maioria em locais distantes. Extingue-se a SERFHA. Com a constituição das Regiões administrativas, as ações sociais em favelas, de urbanização e serviços públicos, passam a ficar submetidas a elas.

Sob influência do embaixador estadunidense, o governo Lacerda firmou acordo com a USAID no âmbito do programa Aliança para o Progresso, liberando considerável volume de recursos que viabilizou a nova rodada de remoções em massa com participação estatal, reforçada, a partir de 1964, pela criação federal do Banco Nacional de Habitação (BNH). A reativação das remoções, iniciada em 1962, atravessando o caminho conturbado da entrada da ditadura e diferentes governos dentro dela, seguirá até 1973, deslocando violentamente aproximadamente 140 mil (139.218) cariocas (Valladares, 1976 apud Gonçalves, 2013, p. 258), quase um quarto dos pouco mais de 554 mil favelados que havia em 1970 (arrefecendo apenas em 1966-67, por conta de fortes chuvas e suas consequências).

Institucionalmente, na Coordenação de Serviços Sociais ocorre a saída de Arthur Rios em 1962, assumindo Sandra Cavalcanti, cuja trajetória é elucidativa do caráter antecipatório que as remoções tiveram em relação ao golpismo e autoritarismo da ditadura civil-militar. Cavalcanti foi funcionária da Carvalho Hosken S.A; pertencia ao IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, aparelho privado de hegemonia criada em 1961, que congregava militares, intelectuais orgânicos burgueses e empresários de variados setores, incluindo fabricantes de cimento, construtoras, imobiliárias, bancos hipotecários, lideradas por aqueles que mantinham relações econômicas multinacionais e associadas, que, além de apregoar propostas remocionistas, foi instituição chave na desestabilização e deposição do governo Goulart, bem como na reformulação do Estado posteriormente; logo depois assumir a CSS, torna-se a primeira presidente do BNH (Pestana, 2020).

Na verdade, o Complexo do Alemão em meio a onda de remoções, representa bem a contraface dessa política, a urbanização de determinadas favelas, vizinhas a áreas industriais, distantes de áreas mais valorizadas e ‘nobres’, assumindo, por excelência, o lugar de favela útil segundo os termos do estudo do IPEME: estava entre as 35 favelas para as quais se previu a urbanização parcial⁶⁰. Embora tenha ocupado esse lugar, e não tenha havido notícias, ameaças ou ações concretas no sentido da remoção geral ou parcial para áreas periféricas de que quaisquer favelas do Complexo (ocorreram remoções dentro da própria área), ainda assim o Morro do Alemão (talvez o aglomerado de favelas) foi incluído em 1969 num conjunto de 61 favelas a serem removidas onde 10 delas seriam urbanizadas (sem indicação precisa de quais delas); Nova Brasília apareceu em uma lista de remoções na década de 1970 (RODRIGUES, 2016).

Rute Rodrigues (2016) aponta ainda duas importantes inflexões que ocorreram no Complexo a partir do governo Lacerda: o arrefecimento dos conflitos fundiários e a entrada de serviços urbanos essenciais. Por um lado, prometendo indenizar proprietários de terrenos que apresentassem títulos cartoriais das terras, libera os terrenos para a ocupação, cessando conflitos históricos, ainda que sem a posse completa, conforme o esquema do congelamento urbanístico. Além disso, a partir daí introduzem-se serviços urbanos essenciais, como água (bicas, bombas e reservatórios) e energia elétrica (através de comissões de luz, depois individualizada) – seguindo assim, tardiamente no caso do Complexo, um modelo de atuação do congelamento urbanístico que, mesmo quando havia disposições legais restritivas a esse tipo de intervenção em favelas, as realizava, descumprindo não apenas a ordem de remoção

60 Ao lado destas, estava prevista a urbanização total somente da Vila Proletária da Penha.

como também a proibição de melhorias existente. As obras são viabilizadas por associações de moradores, que, parcialmente, controlam o processo de ocupação territorial e assumem a gestão dos serviços implantados – progressivamente, nas décadas seguintes, diminuindo suas funções. Em outros termos fixa o estabelecimento de novos patamares infra-históricos de moradia e infraestrutura urbana, com melhorias evidentes, mesmo saltos, porém inferiores ao restante da cidade.

Assim, as associações de moradores do Alemão, da Grota e da Nova Brasília, com estatutos regidos com auxílio da Fundação Leão XIII a partir de 1961, registradas (oficializadas) entre 1963 e 1965, passam a seguir sempre próximas aos governos desde 1960, com o governo Lacerda (UDN, União Democrática Nacional).

Com a formalização das associações de moradores e dos acordos com a Coordenação de Serviços Sociais do estado, a favela assumia um caráter dúbio: transformava-se em um local reconhecido pelo governo como área de moradia popular, onde este poderia inclusive realocar moradores de outras áreas, mas mantinha uma administração aparentemente autônoma, assumida pelas associações de moradores. (Rodrigues, R., 2016, p. 49)

Neste momento o futuro Complexo aprofunda seu lugar de favela de removidos, e a função perversa que combina exceção e regra, com novas relações, torna seus moradores reféns políticos ao mesmo tempo que canaliza a luta numa direção prática (Gonçalves, R., 2013).

Na Segurança ocorrem igualmente inflexões importantes.

[Em 1957] emerge com força uma outra modalidade de ação policial que impactou diretamente o cotidiano dos favelados. Trata-se dos chamados “esquadrões da morte”, grupos de policiais que enxergam a estrutura legal e judiciária como um entrave ao efetivo combate à criminalidade e, por isso, passam a contornar as normas emanadas dessa estrutura. Com isso, agregavam à sua atuação na repressão à criminalidade, elementos do julgamento e da execução penal, frequentemente assassinando os que consideravam culpados de crimes. (Pestana, 2018, p. 289)

Esse tipo de modalidade multiplica-se pela cidade.

Em outra frente, os mesmos políticos [que assumiram a urbanização de favelas distantes das áreas mais valorizadas] tentavam evitar que os novos moradores, para escapar da pobreza, partissem para a prática de roubos, colocando em risco a população rica da cidade. Com a Invernada de Olaria, delegacia criada a partir de 1962 no bairro de Olaria, cujos métodos inspirariam outros grupos de extermínio nos anos seguintes, a violência policial tornou-se um procedimento para demonstrar autoridade e assustar ladrões que ousassem desrespeitar a lei. (Manso, 2020, p. 129)

Não apenas estes expedientes de exceção, mas a própria organização policial sofre uma alteração que perdura até hoje: em 1969 ocorre a dualização da polícia, com a Polícia Militar passando a ser responsável pelo patrulhamento ostensivo e a Polícia Civil pela investigação. A instalação de batalhões continua a avançar em direção a periferia: em 1971

aparece em Olaria o 10º BPM, que se tornará 16ºBPM com a fusão estadual em 1974, até hoje responsável pela área do Complexo do Alemão.

Na saúde, com o advento da cidade-Estado, começa um processo de passagem de instituições para a administração, por assim dizer, estadual-municipal. Essa mudança, desde 1960, vem acompanhada de outra: os institutos, como o IAPC, foram extintos em 1966, com a criação do INPS.

O estado da Guanabara recebe a saúde pública em péssimo estado e uma das primeiras formulações desse novo governo foi a criação, em 1962, das Regiões Administrativas, a transformação do Departamento de Saúde Pública em Superintendência de Saúde Pública (SUSAP) e a criação da Superintendência de Serviços Médicos (SUSEME). Esses órgãos foram estratégicos na reestruturação da Secretaria Municipal de Saúde desse governo, com a SUSEME coordenando os serviços hospitalares e a SUSAP assumindo a coordenação dos tradicionais serviços de saúde pública (CAMPOS, 1999). Com a justificativa de se superar a dicotomia existente entre a saúde pública e a medicina previdenciária e com o objetivo de integrar as práticas de prevenção e assistência no interior dos Centros de Saúde, a SUSAP foi integrada, em meados da década de 60, à SUSEME. Essa integração significou uma subordinação da SUSAP às políticas traçadas pela SUSEME. Não houve um rompimento rigoroso com as práticas já exercidas nos Centros de Saúde e sim um incremento, visto que foi inserido o atendimento médico ambulatorial e procedimentos diagnósticos antes realizados somente no ambiente hospitalar. Com essas modificações na assistência os Centros de Saúde passaram a ser denominados de Centros Médico Sanitário(CMS) (CAMPOS, 1999). (Lima, 2014, p. 61-62)

A Aliança para o Progresso, programa de ajuda financeira para os países latino americanos, financiado pelos EUA em resposta à guerra fria, aportou recursos para a Guanabara, tendo inclusive financiado a construção de novos agora denominados Centros Médico Sanitários (CMS). A organização sofreu mudanças pontuais até 1965. (...) Em 1965 havia 39 CMS e oferecia medidas preventivas contra a Varíola, a Febre Tifoide, a Poliomielite e a Tuberculose. Na gestão seguinte, entre 1966 e 1971, deu-se início a uma reformulação dos CMS numa concepção mais ampla, ainda que acabasse limitada a algumas unidades sem uma expansão significativa. Foram construídas unidades em substituição aos antigos, ao longo dos anos 1960 (...) Em 1974, o Rio de Janeiro passou a ser a Capital do estado do RJ. Recriou-se então a Secretaria Municipal de Saúde. A nova legislação sanitária municipal, com relação às atribuições da organização, manteve basicamente o mesmo rol de princípios e funções. (...) A SMS possuía dois grandes Departamentos Gerais: o de Assistência Hospitalar e o de [Saúde Pública]. Eram à época 23 CMS, 11 Unidades Satélites e 1 Instituto. (Campos, C., 2016, p. 1357)

O controle negociado que vigorava era atravessado pela problemática da segurança nacional, própria a Guerra Fria, desde sua emergência, sendo a materialização dos temores da “infiltração” comunista e da revolução proletária. Entre seus exemplos mais antigos encontra-se a série de reportagens sobre favelas “A batalha do Rio de Janeiro” de 1948, com importante repercussão, escrita pelo então jornalista Lacerda, que vaticinava: “se o governo quer eliminar as fontes do comunismo, começa por deixar que se melhorem as condições de vida dos favelados” (Lacerda, 1948 apud Gonçalves, R., 2013, p. 146)

No pós-II Segunda Guerra Mundial, a esses estigmas longamente associados às favelas, da ilegalidade de suas construções e da criminalidade de seus moradores,

veio associar-se um novo, fortemente sintonizado à dinâmica da Guerra Fria, o de que esses espaços estariam sendo crescentemente dominados pelos comunistas. Essa percepção foi tão difundida que (...) foi mobilizada para justificar tanto o programa de ação assistencial e educativa da Leão XIII, quanto as propostas de remoção imediata apresentadas pelo IPEME. (Pestana, 2018, p.309)

Vale observar que as ações sociais da Fundação Leão XIII, de cunho filantrópico, quando são estatizadas em 1962, absorvidas pela COHAB-GB, significavam não apenas sua laicização – na medida do quão laico é o Estado brasileiro – e a reconversão de seu funcionamento, mas também a incorporação estatal desse caráter que, mesmo antes da doutrina conformar-se, podia ser caracterizado como contrainsurgente. A preocupação de instituições internacionais, como a Igreja Católica, e locais, como as propostas do IPEME, reaparece e assume propriamente uma forma de ação de contrainsurgência – estabelecida por franceses e estadunidenses entre 1956-1962 – nos marcos dos aportes estrangeiros da Aliança para o Progresso, tanto para realização das remoções e urbanização de favelas quanto para investimentos em saúde, diretamente reativa em relação a Revolução Cubana de 1959 e a contenção de seu espraiamento na América Latina. E isto antes mesmo da ditadura militar, e sua preocupação com o inimigo interno, estar instaurada.

3.4 Das favelas ao Complexo

Após um estancamento do crescimento imediatamente após o período das remoções, uma segunda fase de expansão de 1979 até 1995 alarga o Complexo a leste e oeste, quando consolidam-se: Morro da Baiana; Morro das Palmeiras; Parque Alvorada (ou Fazendinha, incluindo Canitar e Inferno Verde); Vila Matinha; Itararé e Morro dos Mineiros. Pode-se acrescentar a constituição e reforço neste período da Rua Armando Sodré e da Estrada do Itararé, além de outras partes de ‘asfalto’ que compõe a RA. Posteriormente ao período de expansão encerrado na metade dos anos 1990, surgirão ainda a Rua 1 pela Ademas e Relicário (essas últimas na atual XII RA), concluindo as partes do futuro Complexo.

No segundo momento de expansão, o ritmo segue o processo de abertura política – a etapa de contrarrevolução democrática nos termos de Renato Lemos (2017) – e suspensão das remoções em massa, com estímulos à autoconstrução. As favelas voltam ao centro do debate em um ambiente favorável à regularização da posse, expresso na campanha e no governo

Brizola (PDT) (1983-1987) encampando reivindicações, ainda que os resultados do programa Cada família um lote não tenham tido a amplitude esperada.

O tipo de arranjo político estabelecido na década de 1960 e sua continuidade nas décadas seguintes, estimulará, neste segundo período de expansão do Complexo em formação, a multiplicação de associações, subdividindo ou anexando novas áreas, desenvolvendo um mercado imobiliário ‘informal’ como forma de acesso à moradia. Movimentos populares de ‘invasão’ de terrenos no entorno do Complexo organizam-se em associações, surgindo cinco na década de 1980, apoiadas pela Pastoral das Favelas (criada em 1976) e pela Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ, criada em 1963, como FAFEG), principais elementos aglutinadores da luta dos moradores de favelas então.

A paisagem que opunha concreto e madeira, canal e vala, deixará, *grosso modo*, de existir ao longo do processo, na mesma medida que a cidade se desindustrializa. Isto não significa de modo algum a erradicação completa seja do setor industrial e fabril que ainda existe e se concentra na região; menos ainda, do fim da desigualdade, seja ao nível local ou deste em relação a metrópole. Ao nível local, tendencialmente, sem que ocorra uma mudança completa, o espaço vai se tornando mais homogêneo, ocorrendo em certa medida a generalização de técnicas, sem igualar o ‘asfalto’, que empobrece e se torna decadente, às favelas, que elevam o patamar de sua infraestrutura, mantendo ainda assim modalidades de moradia e de vida das mais precárias. Tampouco significa o fim dos circuitos urbanos distintos e hierárquicos a nível metropolitano, seja entre locais e regiões na cidade e entre municípios, cujas relações por um lado se complexificam, havendo interpenetrações, mas, por outro lado, se desconectam e se aprofundam, em particular impulsionada pela instauração uma violência urbana cotidiana de novo tipo, concentrada nas favelas.

A década de 1980, atravessando diferentes governos, representa uma quebra no padrão de urbanização até então: a eletrificação é praticamente universalizada pela concessionária Light, distribuída de forma individualizada, substituindo as comissões de luz, ao mesmo tempo que multiplicam-se os ‘gatos’; a CEDAE, com apoio da prefeitura, realiza ampliação da adução de água, com novos reservatórios e bombas, do saneamento básico e, pela primeira vez, instalação de um sistema de esgotamento sanitário – com parte das obras restando incompletas e restrita as partes mais baixas e menos interiores ao Complexo que se consolida. O papel mediador das associações na gestão e manutenção dos serviços mantêm-se, mas reduzindo-o progressivamente.

O Espaço dependente torna-se mundializado e um espaço nacional da economia internacional, cujos impactos sobre os territórios multiplicam-se. Novos atores, globais, entram em cena, refletindo mudanças na orientação das modernizações, no sentido não mais de remoções e substituições por habitações de tipo mínimo mas sim para a urbanização de favelas, pautada pela I Conferência da agência Habitat da ONU, realizada em 1976. Em 1980-83, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), parte do Grupo Banco Mundial, firma com a prefeitura o financiamento de projetos de desenvolvimento social – da ordem de US\$500 mil –, o qual leva a realização de estudos sobre favelas, o Projeto de Desenvolvimento Social de Favelas do Rio de Janeiro, incluindo o Complexo em questão. Realizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), reunindo estudo jurídico, socioeconômico e físico urbanístico, desenvolvidos pelo Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pelo Instituto Municipal de Planejamento (Iplanrio), incluindo propostas de intervenção urbanística e programas nas áreas de saúde e educação. Este estudo abre uma sequência de investigações sobre as favelas, efetuada principalmente pelo Iplanrio mas também pelo IBGE, entre 1980 e 1985, buscando precisar dados dispersos de diferentes agências (IBGE, Iplanrio, SMD, BID e Fundação Leão XIII), na qual se consolidará a noção de complexo de favelas (Matiolli, 2016a).

Novos tipos de luta dos moradores emergem: por um lado a luta pelo reconhecimento territorial, por outro as lutas por investimentos em saúde pública. Durante o governo de Saturnino Braga, sob a perspectiva de uma descentralização administrativa e refuncionalização das Regiões administrativas, que operavam como guichês burocráticos sem impacto sobre a realidade local, buscou-se torná-las Conselhos Governo-Comunidade, liderados por moradores filiados ao partido e sem vetos dos movimentos sociais locais. A criação de novas RAs em 1985-86 convergiu com a crescente integração das associações de moradores. Uma liderança do Morro do Adeus, Mariza Maria da Conceição do Nascimento, que atendia aos requisitos, além de compor a FAFERJ, tornou-se a primeira administradora da XXIX RA do Complexo do Alemão, contando com apoios diversos, de associações de moradores (Associação de Moradores do Bairro Nova Brasília; da Associação de Moradores do Morro do Itararé; da Associação de Moradores do Parque Alvorada e Cruzeiro; do Centro Comunitário do Morro da Baiana; do Centro Social Joaquim de Queiroz; e da União de Defesa e Assistência do Morro do Alemão), assim como do Rotary Club de Ramos e da Associação Comercial e Industrial Leopoldinense (Matiolli, 2016a).

Em paralelo, emerge a luta sanitária.

A história de luta para o acesso à saúde pública no Complexo do Alemão teve início na década de 1980 e tornou-se mais sistemática no final dos anos 1990. Relatos de moradores indicam que, nessa época, os serviços de saúde mais utilizados pela população local eram: o SAMDU de Ramos (Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência [criado em 1949]), o PAM Ramos (Posto de Assistência Médica [hoje CMS Maria Cristina Paugartten, criado em 1952, com modificações em 1960]); o posto de saúde Américo Veloso na Praia de Ramos (hoje CMS Américo Veloso [criada em 1970]) e o PAM de Del Castilho [hoje Policlínica Rodolpho Rocco, criado na década de 1960, realocado em 1982, com ampliação em 1985]. Nenhum deles estava dentro do Complexo do Alemão e os dois últimos localizavam-se consideravelmente distantes de onde a maior parte da população vivia. Apesar das narrativas de moradores evidenciarem a qualidade desses serviços de saúde e do atendimento recebido ali, muitos relembram também as noites em claro passadas na espera e o longo tempo que levavam para serem atendidos. (Cabral; Nascimento; Fazzioni, s/d)

Um marco na emergência da luta é a criação do Grupo Executivo Local da área programática 3.1, composto por representantes comunitários, diretores de serviços de saúde, que se reunia mensalmente e repassava informações para a então instância deliberativa municipal, a CEAP (Comissão executiva da área de planejamento). Este grupo será extinto em 1994 por conta do advento do deliberativo Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1 nos marcos de implementação do Sistema Único de Saúde.

No âmbito da segurança, note-se que desde o final da década de 1960 e início de 1970 a imprensa já esporadicamente noticiava a existência de bocas de fumo e conflitos violentos, sobretudo em localidades de Nova Brasília (Rodrigues, R., 2016, p. 63).

Antes dos comandos, nas décadas de 1970 e 1980, apesar da relativa tranquilidade nos morros, já havia uma cena conflituosa com pequenas quadrilhas e bandos em disputas pelo poder (...). Mesmo tendo uma população maior do que boa parte das cidades brasileiras, o Complexo do Alemão sofria investidas das forças de segurança, sempre usadas contra seus moradores; nunca no auxílio deles. Com a ausência da autoridade do Estado na região, foram surgindo diversos bandos nas comunidades. Eles se organizaram em pequenas tiranias, tentando se impor pelo uso da violência contra desafetos e contra aqueles que desobedecessem às regras locais instituídas por eles. Com armas e disposição para arriscar a vida, muitos criminosos tentavam exercer o poder territorial para assumir o papel de polícia. (...) [Nos anos 1980] ainda não havia fuzis, pistolas e tinha poucas drogas. No máximo, uma carabina, uma escopeta calibre 12. Mas muita morte acontecia por facada, paulada e pedrada. A forma de exercer o poder foi mudando com o tempo (...). (Manso, 2020, p.129)

O advento da chamada sociabilidade violenta (Machado da Silva, 2016) atravessou as associações de moradores.

Assim, a visibilidade das favelas da região na cena política da cidade deixava de ser dada pelas reivindicações dos moradores e das ações do governo em torno dos serviços urbanos básicos, para ser motivada pelos conflitos em torno do tráfico de drogas e da repressão policial. Ao mesmo tempo, a política de segurança pública tornava-se o centro do debate público sobre a violência urbana, e conseqüentemente sobre as políticas para as favelas e outras áreas tidas como dominadas pelo tráfico (Machado da Silva, 2010). Do ponto de vista interno às favelas, as relações de poder também sofreram transformações profundas. Embora em nossa pesquisa poucos

depoimentos tenham se referido às relações entre associações de moradores e o tráfico local, alguns líderes de associações de moradores durante os anos 1980 referiram-se aos chefes do tráfico daquela época como os donos do morro. Segundo um deles, com a morte de um importante chefe do tráfico, em 1994, a maioria dos presidentes de associações de moradores, inclusive ele próprio, foi obrigada a deixar o complexo, sendo substituídos por outros. Esta situação minou a representatividade das associações junto aos moradores, ao mesmo tempo que reduziu o grau de autonomia de suas decisões (Rodrigues, R., 2016, p. 66).

4 MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA E PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE NO COMPLEXO DO ALEMÃO NO PADRÃO ESPECIALIZADO (1993-2023)

A crise social que se aprofunda e se intensifica há pelo menos quatro décadas trouxe novos elementos econômicos, políticos e espaciais. Impulsionado por reconfigurações de escala mundial, da divisão internacional do trabalho e das relações no sistema interestatal, o país passa um processo de reestruturação socioespacial nacional, consolida sua unificação nacional em termos capitalistas, incluindo seu componente urbano, impactado, especialmente no caso fluminense, pela desindustrialização. Um Rio de Janeiro industrial diversificado converte-se num centrado na petroquímica, seu lugar até hoje em um padrão exportador industrial especializado. Esse setor petroquímico tentou completar sua modernização em 2007-2015, com retomada modesta a partir de 2018, com a refinaria de Itaboraí, fracassando entretanto (Binsztok; Barbosa, 2018). Na região do Complexo do Alemão, a Leopoldina, a desindustrialização é relativa, pois permanece como um polos industriais da região metropolitana, ainda que milhares de empregos tenham sido perdidos.

Os momentos agudos dessa crise, precedidos e atravessados por grandes mobilizações da classe trabalhadora, desembocam em reformulações estatais como usual, correspondendo importante alteração do papel do Estado – com íntima relação com entidades privadas e grandes capitais, tanto locais quanto estrangeiros – em reformas administrativas nacionais e normativas sucessivamente aprovadas. Dois momentos de ruptura e aceleração das reformas estatais podem ser identificados, como vimos no primeiro capítulo: ancorado na nova constituição, a emergência de um Estado Neoliberal, que passa a adotar um modo de governo de referência neoliberal, em torno da Reforma do Estado em 1995; a mutação para um Estado de Segurança, impulsionada modificações normativas sociais, políticas e econômicas viabilizadas pelo golpe jurídico-midiático-militar de 2014-2018, que culmina no governo Bolsonaro, com nova leva de modificações durante a pandemia de 2020-2023.

Nas cidades, essa governança neoliberal, aplicada como ‘empresariamento’ urbano (Dos Santos Junior, 2015), gira em torno de iniciativas estatais pró-mercado, através de parcerias público-privadas ou privatizações, que, focada em intervenções em lugares específicos sem perspectiva de conjunto (rejeitando o planejamento tradicional), visa atrair fontes de financiamento externo, de investimento direto e empregos, com alto grau especulativo e de risco. Submetendo as relações sociais – e consequentemente a produção do

espaço – a uma lógica capitalista expansiva, multiplica expropriações; estimulando a concorrência, aumenta a exploração; converte condições de vida e direitos em mercadorias, realizando inclusões forçadas ao mercado e remoções ('tomadas de terra'). Resulta na homogeneização do espaço ao mesmo tempo que reforça os padrões históricos de segregação, impulsionando o aumento de desigualdades territoriais.

Esse empresariamento vem acompanhado também da emergência de um Estado Penal (Franco, 2018), um urbanismo militar (Graham, 2016), envolvendo a guerra contra as drogas e o encarceramento em massa, a introdução de operações e lógicas de guerra urbana nas forças de segurança, conformando uma sociabilidade violenta (Machado da Silva, 2016) e numa progressiva militarização da vida social (Valente, 2016; Leite et al, 2018) que impacta sobremaneira as favelas, absorvendo, ressignificando e desfazendo organizações populares anteriores, como sindicatos, associações de moradores e igrejas.

A conversão carioca a essa governança empreendedorista e militarista ocorre principalmente em torno de dois momentos densos de transformações urbanas (Vasconcelos, 2009), com alinhamento político-partidário entre entes estatais, os anos 1995-1998 e 2009-2016.

A renovação assume uma primeira forma com a elaboração ao plano estratégico em 1994-1995 (Gonçalves, R., 2013, p. 324-325), que toma por modelo, seguido desde então, os planos executados em Barcelona, exemplo mundial para reconfigurações urbanas. Com grande consenso político-partidário e uma articulação midiática formada em torno da busca pela realização de megaeventos de escala global, em particular as Olimpíadas, as modalidades e efeitos deles nas cidades foram similares, por exemplo, a privatização de serviços e terrenos públicos, o encarecimento do solo, expulsão de populações pobres de regiões centrais e expansão urbana, com forte violência segregadora.

Essa reformatação espacial implicou novas conexões entre regiões da cidade, das quais se destaca os complementos do projeto de cidade anterior, em torno do Plano Doxiadis de 1965, com a construção da Linha Amarela e a Linha Vermelha, com importante quantidade de desocupações, impondo uma força centrífuga, na direção da periferia, constituindo barreiras entre partes da cidade, novos limites, mudando sua configuração territorial.

Paulatinamente local de moradia de cada vez mais cariocas e fluminenses (como visto na Tabela 3, no segundo capítulo), as favelas mudam de forma, solidificam-se, com melhorias

de infraestrutura, ao mesmo tempo que se complexificam e aumentam as desigualdades em seu interior.

A atuação do Estado em relação as favelas modifica-se no sentido da sua urbanização, com o Programa Favela Bairro. Entre 1993 e 2008, recebeu aportes totais em torno de US\$600 milhões, mais da metade financiado pelo BID. Inicialmente destinado inicialmente a 16 favelas de médio porte (menos de 500 domicílios, categoria que representava 40% das favelas então); em sua segunda fase, Favela Bairro 2, entre 2000 e 2008, chega a atingir outras 96 favelas de médio porte, além de três grandes favelas (com mais de 2500 domicílios) e outras 33 pequenas favelas (com menos de 500 domicílios), atingindo 20% da população de favelas em 2010 (Ximenes; Janesch, 2021, p. 464-65; Cavalieri, 2023, p. 368). Neste primeiro momento, de 1995 até 2008, quando inicia-se o PAC favelas, o Complexo do Alemão não recebe nenhum destes investimentos, demonstrando sua seletividade e restrição.

As favelas passam a ser diretamente afetada pelos novos patamares da ‘violência urbana’, pelos conflitos, entre grupos criminosos armados territorializados, que aumentam sua abrangência territorial e populacional em bairros, favelas e periferias, e destes com as forças policiais, cada vez mais militarizadas, e, como novidade do momento histórico, com forças militares, em um contexto de expansão de mercados, ilegais, de drogas e de armas, e legal, da segurança privada. Teve como um dos seus marcos significativos iniciais as ocupações das forças armadas em favelas (Operações Rio I e II) em 1994-1995.

Ao lado da expansão, esperada e lenta, de serviços públicos que acompanhou a conquista de direitos, alguns inéditos como a saúde, fruto de lutas seculares, impulsionado pela intensa mobilização política popular nacional que derrotou a ditadura, persistem pendências de infraestrutura urbana, serviços, pessoal e equipamentos, a partir de então crescentemente mensuradas, com indicadores como ‘IDH’. Pouco depois das mudanças na segurança, na saúde transformações mais profundas ocorrem com a implementação do programa saúde da família, com seu primeiro impulso entre 1999 e 2004, muito associado a favelas (Lima, 2014).

A aplicação da governança empreendedora-militarizada acelera-se no período entre 2009 e 2016, durante um período denso de transformações espaciais catalisadas por megaeventos de ordem global, modificações simultâneas em diversas políticas públicas aglutinaram-se, mobilizado por um excepcional alinhamento político e econômico entre níveis de governo e destes com grandes capitais.

Nesta aceleração, ocorreu nova onda de transformações urbanas, envolvendo, grandes obras de mobilidade, com a construção de novas vias expressas, como o Arco Metropolitano na periferia da região. Em sua maior parte, entretanto, nuclearam-se no município do Rio de Janeiro, em áreas que concentram relativamente a maioria dos empregos formais, também lugares escolhidos para os megaeventos: além da Zona Sul e Deodoro, principalmente na região Portuária, nomeada Porto Maravilha (como a derrubada do Elevado da Perimetral e construção do túnel Marcelo Alencar), e da Barra da Tijuca, interconectando a Zona Oeste, com a Transolímpica e a TransOeste, incluindo o túnel Vice-Presidente José Alencar, e conectando o Aeroporto Internacional, na Zona Norte, com a Barra, através da Transcarioca. Essas implicaram modificações violentas de territórios, não apenas as desapropriações implícitas a essas obras, mas também operações de caráter higienista chamadas "choques de ordem" (com "acolhimentos" da ordem de mais de 60 mil pessoas).

A atuação do Estado em relação as favelas se altera novamente, com um nova rodada de remoções em massa, que não ocorriam há décadas. Em contexto de preparação para megaeventos e investimento em infraestrutura, com 'justificativas' ecoambientais, ligada as severas chuvas de 2010, removeram, somente entre 2009 e 2013, mais de 67 mil pessoas, mais de 22 mil famílias até 2015 (Azevedo; Faulhaber, 2015, p. 35), estimando-se 77 mil removidos até 2016 (em uma população de quase 1,4 milhão de moradores de favelas) (Comitê, 2015, p. 20), magnitude somente comparável às remoções anteriores de 1963-1974.

Antes e em paralelo às remoções, a partir de 2008, vultosas obras relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) chegam a grandes favelas que até então concentravam menor ou mesmo nenhum investimento, além de outras que já faziam parte do Favela-Bairro e de sua mutação, em 2010-2017, para Morar Carioca, complementando-o. Envolvendo essa articulação e outros programas, a urbanização chega a alcançar 40% da população de favelas na cidade em 2020, atingindo 143 favelas do milhar existente (Cavallieri, 2023, p. 368).

No PAC Favelas, foram contempladas 23 aglomerados de favelas (Cardoso et al., 2018, p. 109). Iniciadas um ano após lançamento, o Complexo do Alemão foi uma das seis favelas mais emblemáticas dessas intervenções (ao lado dos outros Complexos, como Manguinhos e Rocinha, além da Providência e Babilônia/Chapéu-Mangueira), sendo aquela que mais recursos recebeu, chegando já em 2010, ao montante de 833 milhões de reais, envolvendo obras como a do teleférico, em conexão com os trens, de mais de 250 milhões, por construtoras de porte internacional como Odebrecht e OAS, além da Delta (Pereira;

Oliveira, 2018, p. 118-119). Diretamente associadas a estas ações, ocorreram 3930 remoções de unidades habitacionais no Complexo (Cardoso et al., 2018).

Na segurança, ocorre primeiro o recrudescimento da violência policial, que operou chacinas, seguido de uma "Pacificação", instalando-se Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no interior de favelas localizadas nas regiões mais centrais da metrópole, quase exclusivamente na Cidade do Rio de Janeiro. Verifica-se o aumento do efetivo em aproximadamente 20% (Mattos, A., 2016, p. 115) e investimento em armamento bélico de guerra (digno de menção o uso crescente de helicópteros) da sua principal força policial, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), que passa a se concentrar em favelas das áreas de maior valorização imobiliária e realizar grandes operações de ocupação militar-policial (junto às forças armadas) em bairros e favelas, dentre as quais se destacou a operação no Complexo do Alemão e da Penha.

Na saúde, a expansão de serviços de saúde, como a instalação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) – inicialmente com pessoal do corpo de bombeiros militares, seguido por terceirizações – e a ‘reforma do atenção primária à saúde’ – mediante a terceirização e quarteirização das atividades estatais, com precarização dos vínculos empregatícios –, aumentou a capilaridade de serviços de saúde e o efetivo de profissionais de saúde, ampliando a cobertura populacional assistida, em especial da população de favelas, assim como na expansão inicial, e modificando o acesso a outros níveis de atenção, centralizando-o, ao mesmo que tempo que fragmentou a infraestrutura informacional dos prontuários eletrônicos.

Até 2009, a atenção primária carioca em seus dez primeiros anos de implementação, aumenta principalmente nos últimos anos, a partir de 2007, quando, provavelmente por razões estatístico-administrativas, sai de 5,73% e, em 2009, cobre quase 23% da população, sendo pouco mais de 9% através do PSF (Costa et al., 2021). Daí em diante, sob impulso da reforma, sofre um rápido crescimento até em torno de 70% em 2016-17, reduzindo-se progressivamente a 45,9% em 2020, retornando a um patamar próximo de 70% a partir de 2022 (Prefeitura, 2024). Entretanto, o aumento da amplitude e sua variação envolveu, por um lado, uma população coberta excessiva em relação às capacidades das equipes; por outro lado, equipes com número reduzido ou incompleto de profissionais – agravado pela leva de demissões em 2018-19, quando mais de 4000 profissionais foram demitidos, após quase dois anos de resistência e luta trabalhista (Rêgo, 2020, p. 74).

O consenso em torno dessas ações – politicamente expresso pelo raro e temporário alinhamento de níveis de governo e coligações de quase todos os partidos, com apoio

mediático de peso – se formou em torno de um ‘legado’ a ser deixado e renovação da imagem da cidade (a ‘marca Rio’), com a suposta ‘chegada da cidadania’ através da complementaridade entre as UPPs e a chamada UPP social, desenvolvida pela Prefeitura, e os Territórios da Paz, do governo estadual, entre as quais se encontram investimentos em saúde.

Essas modificações aceleraram processos anteriores e expandiram contraditoriamente tanto direitos sociais (sob uma base terceirizada privada) quanto a capacidade de exercer violência (por um momento, sob uma capa pacificante, sugerindo uma reforma das instituições policiais no sentido da atuação comunitária, de proximidade, democrática). Serviram de modelo para sua reprodução e adaptação em outros lugares, nacional e internacionalmente. Essa expansão traduzia-se espacialmente num aumento da capilaridade estatal (reduzindo “vazios sanitários”, aumentando a área patrulhada), viabilizado parcialmente por novas estruturas arquitetônicas, conformando uma paisagem pós-moderna de contêineres, e novas regulações jurídico-administrativas, no sentido de privatização de gestão e da garantia das ações militares.

Buscando compreender essa transformação, discernir as continuidades, evolução e rupturas, cabe retomar seus aspectos gerais e ver como se inserem nos principais traços do período na segurança e na saúde.

4.1 Das batidas policiais às operações de guerra

No presente, há uma constante. Avenida Brasil, outubro de 2023, seis da manhã. No céu primaveril sem nuvens, dois helicópteros das polícias civil e militar do Estado do Rio de Janeiro – Hues, variantes dos utilizados pelos estadunidenses no Vietnã há cinquenta anos – sobrevoam o bairro da Maré, que reúne um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro, onde vivem aproximadamente cento e quarenta mil pessoas. Voando baixo sobre as lajes, apoiam aproximadamente mil policiais, civis e militares, realizando mais um dia de operação, simultânea também em favelas na Penha e na Cidade de Deus. Em uma conjuntura conflagrada em diversas partes da região metropolitana, com disputas territoriais entre grupos armados, facções criminosas e milícias,⁶¹ e ‘megachacinas’ por parte do Estado⁶², a operação

61 Para ilustrar a amplitude dos conflitos, um levantamento jornalístico de abril de 2023, indicava alta conflituosidade no Rio de Janeiro (na Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Penha), Nova Iguaçu e Queimados

visa cumprir cem mandatos de prisão contra o Comando Vermelho (CV), ou Comando Vermelho Rogério Lemgruber, a “maior facção do Rio de Janeiro”⁶³ e uma das duas maiores facções criminosas nacionais. O CV reproduz localmente o conflito geral, contra uma milícia e outra facção, de cunho regional, o Terceiro Comando Puro (TCP). Dezenas de milhares de pessoas arriscam-se para trabalhar e estudar, outras dezenas de milhares permanecem trancadas em casa; dezenas de escolas, unidades de saúde e comércios fechados. As cenas se repetem ao longo da operação, que durou uma semana.

Meses antes, em fins de maio, o Complexo da Penha e do Alemão – onde o Comando Vermelho, desde sua criação em meados dos anos 1980, atua e exerce poder – foi cercado, numa operação que durou quatro dias. Nos dias seguintes, foram realizadas operações simultâneas em Mangueiras, Complexo da Serrinha e outras cinco favelas; depois, em dez favelas no mesmo dia.

Em 2 de junho de 2023, segundo Renato Moura em matéria publicada no jornal *Voz da Comunidades*,

[...] a cidade do Rio de Janeiro se encontra em estado de alerta devido a operações policiais em mais de 20 favelas em diferentes zonas da cidade. De acordo com as primeiras informações, essas ações policiais acontecem na Zona Norte, Zona Sul e Zona Oeste. [A.] Na Zona Sul, a operação está ocorrendo na Rocinha, onde a polícia está dando apoio a uma ação da Prefeitura do Rio. [B.] As favelas na Zona Norte onde as operações estão em curso incluem o Morro do Urubu, Malvinas, Para Pedro, Morro do Juramento, Complexo da Pedreira e o Complexo do Chapadão. [C.] Na Zona Oeste, as operações policiais estão sendo realizadas em Rola I, Rola II, Cesarão, Vila Vintém, Conjunto Habitacional Vila Paciência, Três Pontes, Jesuítas, Az de Ouro, Proença Rosa, Curral das Éguas, Cosme e Damiano, Selvinha e São Bento, Jardim Novo, 77, Light e Minha Deus. (Moura: 02/06/2023)

Esse inverno e primavera de 2023, terrivelmente, não é uma ocorrência isolada, ou pontual. Envolvendo situações semelhantes, na Maré, somente nas 52 semanas de 2022, foram 27 operações policiais e 8 confrontos entre grupos armados. “Entre 2017 e 2021, aconteceram 132 operações policiais e 114 confrontos entre os grupos armados nas favelas da Maré”, ou seja, algo como 26 graves conflitos por ano em média, causando “157 mortes e

envolvendo o CV contra Milícias e o TCP (em alguns locais estes dois últimos como aliados). (G1 abril de 2023). O estopim da ação está relacionado a disputas territoriais na Barra da Tijuca e Jacarepaguá, que somaram-se a filmagens pelo helicóptero da Rede Globo, de uma “escola preparatória do crime” na Maré.

62 Conforme o termo utilizado pelo grupo de Pesquisa Geni, da UFF.

63 Termo utilizado pelo jornalismo da ‘maior emissora de televisão do país’, a Rede Globo, do bilionário Grupo Globo. Tendo sido o grande alvo sob o qual se concentrou a pacificação, frente um contexto criminal cada vez mais fragmentado e em expansão, seu domínio controle e monitoramento (em termos de áreas e população) vem, relativamente, declinando, embora continue como a primeira facção do estado e metrópole.

interromperam por 94 dias o funcionamento das unidades de saúde e por 70 dias as aulas nas escolas da Maré” (Redes, 2021, p. 3).

No Alemão, considerando a série de dados de 2016 a 2021 (até novembro) da plataforma Fogo Cruzado, foram registrados 1012 tiroteios e disparos, com 80 mortos.

De 2016 a 2021, a plataforma Fogo Cruzado iniciou a coleta de dados de violência no Alemão. Segundo a plataforma, apenas em 2016 foram ao todo 100 registros de tiroteios/disparos na comunidade, sete pessoas mortas e 23 feridos (...) No ano seguinte, (...) 172 registros (...), 11 pessoas mortas e 36 feridos. A crescente da violência se perpetua em 2018. O número de ocorrências chegou a 265. Foram ao todo 16 pessoas mortas e 26 feridos. Em 2019, os números continuaram aumentando. Foram 275 tiroteios/disparos, 27 mortos e 26 pessoas feridas. (...) Em 2020, os números de tiroteios/disparos diminuíram em mais de 50% comparados a 2019. Foram registrados 121 confrontos no Alemão, 18 mortes (...). Contudo, destas 18 mortes, 13 foram em menos de 24h. Na manhã do dia 15 de maio de 2020, em meio ao isolamento social da pandemia da Covid-19, a Polícia Civil e o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do RJ (BOPE) realizaram operação no Complexo do Alemão. O dia ficou marcado pela cena dos moradores de algumas localidades descendo a comunidade com corpos de homens considerados suspeitos pela polícia. [Até novembro de 2021], houve 79 confrontos no Complexo do Alemão, uma morte e 10 pessoas feridas. (Andrade: 27/11/2021)

Essa dinâmica tampouco é momentânea, mas uma forma de ação policial sistemática e específica em favelas na metrópole, como veremos.

4.1.1 Movimento pendular da segurança pública, estatização da violência e sua distribuição espacial

Antes de mais, importa perceber como a violência atual nas favelas faz parte de um ciclo que se repete, com momentos de intensificação e afrouxamento. A forma mais global e crua, com uma série mais longa, que permite se aproximar ao mesmo tempo de como evolui a gravidade da situação violenta e como o Estado participa dela é comparar as taxas de letalidade violenta⁶⁴ (1991-2020) e mortes por intervenção estatal (1998-2020) por 100 mil habitantes no município do Rio de Janeiro, do ISP⁶⁵.

⁶⁴ Definida como morte decorrente de ação intencional, envolvendo: roubo seguido de morte ou latrocínio; homicídio proveniente de oposição à intervenção policial; lesão corporal seguida de morte e homicídio doloso.

⁶⁵ Conforme séries históricas do ISP, que podem ser encontradas em: <https://www.isp.rj.gov.br/sites/default/files/2022-05/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>

A taxa de letalidade violenta no município segue uma trajetória descendente, dividindo-se em quatro grandes momentos: dos altíssimos valores entre 1991 e 1995 (de 65,2 em 1991, ao pico de toda série, 75,9, recuando a 69,2 em 1995), segue-se uma acentuada queda entre 1996 e 1998 (de 56,8 em 1996 até um mínimo de 38,4 em 1998); oscila em patamares ainda altos entre 1999 até 2009 (saindo de 46,1 em 1999, passando a valores entre 50,6 em 2001 e 58,3 em 2002 e 2003, retornando para 46,2 e 46,3 em 2008 e 2009); cai em 2010-11, até seu patamar mais baixo entre 2012 e 2015 (entre 24 e 25,1 entre 2012 e 2015); eleva-se a um patamar um pouco mais elevado entre 2016 e 2019 (de 29,4 em 2016 para 28,5 em 2019, com pico de 32,5 em 2017). O ano de 2020, excepcional, há uma queda para 21, valor mais baixo dos 30 anos cobertos pela série.

Em números absolutos de mortes, a letalidade violenta no município mantêm-se acima de 3500 mortos entre 1991 e 1996 (pico de 4192 mortos em 1994); entre 2000 e 3000 mortes entre 1997 e 2001 (com exceção do ano de 2000, com 3147); aumenta entre 2002 e 2007, girando em torno de 3300 mortes; queda entre 2008 e 2010 para o patamar entre 2200 e 3000; mantendo abaixo dos 2000 mortos desde então (com exceção do ano de 2017, com 3131 mortos).

Entre 2000 e 2020, a taxa de mortes por intervenção de agente do Estado no município do Rio de Janeiro mostra movimento pendular, em três níveis. Partindo de uma taxa mais baixa em 2000 (4,7), sobe acentuadamente até altos patamares entre 2002 e 2009 (mínimas de 10,3 em 2002 e 2009, aos máximos de 13,3 em 2003 e de 14,6 em 2007); cai em 2010, sustentando um patamar mais baixo entre 2011 e 2015 (4,5 em 2011, com mínima de 3,5 em 2013 e 4,7 em 2015); mantendo-se num patamar intermediário entre 2016 e 2020 (crescendo progressivamente, de 7,1 em 2016 até 8,3 em 2018, com uma forte subida em 2019, chegando a 10,8, caindo para 6,2 em 2020).

Em termos absolutos, de um patamar abaixo de 400 mortes até 2001 (381 mortes por ação policial em 2001), o número salta para um patamar acima de 600 entre 2002 e 2009 (615 mortes em 2002, pico de 902 em 2007, 643 mortes em 2009); entre 2010 e 2016, permanece abaixo de 500 mortes (485 em 2010, 459 em 2016, com valores abaixo de 300 entre 2011 e 2015, mínima de 224 em 2013); em 2017-2019 acima de 500 e menor que 800 mortes (variando entre 522 em 2017 e 726 em 2019); retorna para valores mais baixos em 2020, com 415 mortos.

O número de operações policiais foi aumentando ao longo do tempo. Pode-se observar oscilações nas operações e mortos desde 1990 até 2007, embora os dados sejam bastante

imprecisos, excessivamente subdimensionados. De acordo com um levantamento em jornais de operações policiais no Rio de Janeiro feito pelo NEV em 2015⁶⁶: em 1990, apenas duas operações noticiadas (sem ocorrência de fatalidades) e 1992 com 6 operações (com oito mortos); o número sobe até 10 em 1994 (com 26 mortos) e 13 em 1995 (com 19 mortos); na década seguinte, diminui para sete relatos em 2000; a partir daí cresce: atinge 12 em 2002, 37 em 2003 (com 76 vítimas fatais) e, no ano seguinte, 41 operações (com 78 mortos); nos anos seguintes, as operações caem até 5 em 2006. Nos dois anos seguintes, sobem novamente para 53 operações, 118 vítimas fatais; em 2008, 50, 122, respectivamente.

Tomando estes últimos anos por referência, os quais temos dados mais precisos pela fonte do GENI, que indica um número aproximado de 750 operações ocorridas no Rio de Janeiro (caso se mantenha neste ano a concentração de 79,9% das operações no Rio de Janeiro do período), pode-se estimar, muito grosseiramente, a discrepância: o número de operações foi aproximadamente treze vezes maior que os noticiados. Assim, se é que essa proporção entre as ações e seus relatos se mantém, em 1994 e 1995, supõe-se terem ocorrido respectivamente em torno de 130 e 169 operações; o patamar alto de 2003 e 2004 devia girar em torno de 481 e 533 operações.

Na região metropolitana, no período 2007-2020, com informações mais confiáveis, a média anual do número de operações policiais é de pouco mais de 800 operações, com um número de mortos médio por ano de 832. O número de operações descreve três ondas: de um patamar elevado, 957 em 2007, atinge em 2008, 973 operações, caindo para uma das mínimas, em 2012, com 542 operações. Eleva-se acentuadamente até novo pico em 2014, com 1194 operações, seguido por queda acentuada até outra mínima, 554, em 2016; salta para um pico em 2017, 1178, caindo até 785 em 2019, até a mínima de todo o período, de 320 em 2020, ano pandêmico, marcado pela ADPF (Hirata et al., 2021a, p. 9-12).

Nestes 14 anos na metrópole carioca-fluminense, o número de mortos nas operações policiais parte de 1281 em 2007 e segue em queda (mais forte em 2010-2011), até 2013, quando 398 morreram após intervenção dos agentes do Estado. Daí em diante, praticamente numa constante, esse número aumenta todos os anos até 2019, quando chega a 1643. No excepcional ano de 2020, mantém-se ainda num alto patamar, com 1087 mortes.

66 Conforme dados do NEV, da USP, disponíveis em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/04/Dossie-Opera%C3%A7%C3%B5es-Policiais-RJ.docx>

Dando sentido político a esses dados, Ganem Misse (2021), recuperando diferentes elaborações de Beato Filho e Soares no final do século passado, identifica um movimento pendular da segurança pública no contexto político-intelectual do Rio de Janeiro. Considerando a alternância entre, de um lado, os governos Brizola (1983-1987 e 1991-1994) e, do outro, os governos Moreira Franco (1987-1991) e Marcelo Alencar (1995-1998), identifica-se uma oscilação entre, respectivamente, discursos de respeito ao cidadão, em políticas passivas de garantia e defesa de direitos humanos, entendendo o crime como resultado de fatores socioeconômicos, na direção de uma reforma social, para discursos de uso da força policial, em políticas repressivas, marcadas por sua arbitrariedade, na direção da dissuasão individual. Os autores recuperados por Ganem Misse consideram ambas ineficazes, havendo “descontrole crescente da situação, degradação das instituições policiais, aumento da criminalidade, revolta da população duplamente violentada – pela polícia e pelos criminosos” (Soares, 2000 apud Misse, 2019). Os autores discordavam acerca da possibilidade de mediação entre os dois discursos dicotômicos, inviável para Beato Filho e superável para Soares. Para Ganem Misse essa oscilação na política de segurança das décadas de 1980 e 1990 continua ocorrendo nas duas primeiras décadas do século XXI, entendendo a ascensão e queda da pacificação como uma tentativa de mediação entre discursos e, mais recentemente, um movimento do pêndulo de retorno ao polo repressivo.

Considerando as séries históricas e o sentido da política de segurança, percebe-se que a taxa de letalidade violenta cai progressivamente e a taxa de letalidade por intervenção policial oscila e, neste mais recente movimento pendular, aumenta. Assim, aumenta também a proporção da participação do Estado na violência urbana, a chamada estatização das mortes (Hirata et al., 2021b, p. 8-10).

Uma vez apreendida as características gerais da dinâmica da violência e da política de segurança pública, podemos passar a sua distribuição espacial, que é extremamente desigual. Considerando o período entre 2007 e 2018, a maior concentração de operações policiais concentra-se no Rio de Janeiro, seguido por Duque de Caxias, São Gonçalo e Niterói, num patamar bem menor. Os cinco municípios com maior número de operações registradas foram o Rio de Janeiro (79,9% ou 8164), Duque de Caxias (4,4% ou 450), São Gonçalo (4,4% ou 450), Niterói (3,5% ou 358) e Belford Roxo (1,9% ou 194). Os cinco bairros do Rio de Janeiro com maior porcentagem de operações foram o Complexo do Alemão (5,5%, equivalente a 562 operações), Maré (4,8%, ou 491), Penha (4,5% ou 459), Bangu (3,6% ou

368) e Costa Barros (3,6% ou 368) (Hirata; Grillo, 2019, p. 10) – a maioria com alta concentração de favelas.

No que se refere à distribuição espacial dos resultados violentos das operações, podemos observar certa similaridade com a distribuição espacial das operações de um modo geral. Dentre os cinco municípios com maior número de mortes em operações, encontram-se o Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo e Belfort Roxo. Dentre os bairros, os cinco com maior número de mortes foram Penha, Maré, Complexo do Alemão, Costa Barros e Santa Cruz (Hirata; Grillo, 2019, p. 22).

A expressão mais escrachada da participação do Estado nesta violência urbana são as chacinas policiais, sintoma do movimento pendular e expressão de sua seletividade geográfica. Os bairros cariocas onde mais ocorreram chacinas neste período (2007-2021), todos com concentração de favelas, em ordem decrescente, são: Costa Barros, Maré, Penha, Jacarezinho, Santa Cruz, Senador Camará, Vicente de Carvalho, Bangu, Complexo do Alemão e Cidade de Deus (Hirata et al., 2022, p. 11).

O Jacarezinho é a localidade que mais acumula letalidade resultado de operações nas quais ocorreram chacinas, ou seja, onde as operações, quando ocorrem, são mais violentas: nas 290 incursões policiais entre 2007 e 2021 (uma média de 19 operações anuais), 186 pessoas foram mortas, ferindo outras 139 (Hirata et al., 2021b, p. 3-4).

Apenas no Complexo do Alemão, numa contagem possivelmente incompleta, de 1994 até hoje, ocorreram pelo menos 16 chacinas. Indicando que não são apenas uma manifestação recente, em 1994 uma chacina com 14 mortos; em 1995, outros 13; em 2004, outros 12. Entre 2007-2021 foram 13 chacinas, correspondendo a 3,4% do total no período, com 75 mortos (Hirata et al., 2022, p. 11).

Em 2007, ocorreu a mais letal ação policial em um dia até hoje no Complexo do Alemão, ocorrida em meio a realização dos jogos Pan-Americanos (Corsini, 2022). Em 27 de julho, forças policiais mataram 19 pessoas, que, segundo a Secretaria de Segurança Pública, eram suspeitas de participar do crime organizado, havendo indícios de execuções.

Na ocasião, treze corpos foram recolhidos pela própria polícia e outros seis foram deixados à noite numa van em frente à 22ª DP (Penha). Dos mortos na operação, oito não tinham antecedentes criminais. Entre os feridos, sete pessoas foram vítimas de balas perdidas, além de um policial e cinco suspeitos atingidos. (Andrade: 27/11/2021)

A ação se deu durante um cerco em torno do Complexo do Alemão, entre os meses de maio e julho, uma megaoperação das Polícias Civil e Militar estaduais com apoio da Força de Segurança Nacional federal, a maior operação policial já realizada ali até aquele momento, envolvendo aproximadamente 1350 policiais, três blindados ("caveirões"), um helicóptero e

dez viaturas. No contexto da realização de um megaevento, os Jogos Panamericanos, foi desencadeada como uma resposta à morte, em 2006, de dois policiais do 9ª Batalhão da Polícia Militar em Oswaldo Cruz, Zona Norte do Rio de Janeiro; o saldo macabro total do cerco de dois meses foram 44 mortos e 78 feridos (Salles apud Alvarenga Filho, 2016, p. 10).

Essa ação, em um dos anos com maior número de operações e maior letalidade, fez parte de chacinas encadeadas, quebrando recordes, um recrudescimento da política de segurança que antecedeu a “pacificação”. Em 2007: em fevereiro, pela Polinter, no próprio Complexo do Alemão, com seis mortos; em abril, no Morro da Mineira, em meio a um conflito que envolvia, além da polícia, facções rivais, o Comando Vermelho e os Amigos dos Amigos, com 13 mortos; em junho no Jacarezinho, com oito mortos; em agosto, na Favela do Muquiço, com seis mortos; em setembro, no Fumacê, em Realengo, Zona Oeste, com sete mortos. Em 2008: em janeiro, novamente duas no Jacarezinho, uma pela Polícia Militar, com seis pessoas mortas e depois, pela Polícia Civil, mais seis; em abril, pela Polícia Civil, nas Favelas da Coreia e Vila Aliança, dez pessoas mortas; ainda em abril, pelo 16º BPM junto ao BOPE, nove mortes; em agosto, operação da Polícia Civil na Favela da Lagoinha em Duque de Caxias resultou em 10 pessoas mortas.

Recentemente, no Complexo do Alemão, em 21 de julho de 2022, foi realizada uma operação policial de larga escala, coordenada pela polícias militar (encabeçada pelo BOPE) e civil (CORE a frente), considerada uma das mais letais ações policiais registradas. Envolveu mais de 400 policiais, dez blindados e quatro helicópteros, com custos estimados em mais de 300 mil reais, segundo a pesquisadora Jacqueline Muniz. Dirigia-se a traficantes e ladrões (de carros, cargas e joias) do Comando Vermelho foragidos. Após quase 12 horas de tiroteios, o resultado foram 18 mortos (um policial, um “inocente” e o restante de “suspeitos”), que chegaram a maior parte para a UPA (dois no Hospital Getúlio Vargas, o mais próximo, na Penha). Mototaxistas fizeram uma motociata contra a operação. Quatro fuzis e uma metralhadora .50 (‘capaz de derrubar um helicóptero’) foram apreendidos. Serviços públicos pararam (creches, escolas, unidades básicas de saúde e centros de atenção psicossocial), bancos e lojas fecharam, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) entrou em... “estado de emergência”. O *modus operandi*, pela estética dos uniformes camuflados, pelos procedimentos e equipamentos utilizados, remete imediatamente à invasões e ocupações militares estadunidenses e europeias no chamado Oriente Médio, no Iraque por exemplo.

Da mesma maneira que a ação mais antiga e letal, não foi um evento isolado, compondo uma série de grandes operações, executadas pela PM e Polícia Civil, que

resultaram igualmente em rios de sangue. No próprio Complexo do Alemão, em maio de 2020, com 12 mortos; no Jacarezinho, em maio de 2021, com 28 mortos (um deles policial, a mais letal já registrada no estado do Rio de Janeiro); em novembro de 2021, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, com nove mortos; em 2022, duas no Complexo da Penha, na Vila Cruzeiro, em fevereiro, com nove mortos, e em maio do mesmo ano, com 25 mortos; para citar apenas algumas, estas não foram as únicas⁶⁷. Somente no governo Witzel (2019-20) e Castro (2020-22), foram 178 operações com três ou mais mortos (consideradas chacinas), totalizando, somente nestas, 722 mortos, num crescente do aumento da taxa de letalidade neste tipo de operação de 3,8 no primeiro governo para 4,5 no segundo (Albuquerque, 2022, s/p).

Dentro desse contexto, a sequência de ações de 2020-2023 se destaca por sua brutalidade, indicando uma escalada. Sua regularidade mudou, assumindo um caráter mais sistemático e maior frequência acompanhando o movimento pendular, particularmente após a integração das UPP aos batalhões e desmontagem de seus sistemas de metas, embora tenha sido parcial e momentaneamente contrabalanceada pela ADPF via STF que limitou as operações em favelas a partir da pandemia.

Ainda que apareça em 2022 um programa que recupera, de certa forma, a política de pacificação, prometendo uma “cidade integrada”, um projeto-piloto desenvolvido no Jacarezinho e depois Muzema – sem previsão, ou pretensão no momento, de sua ampliação, desenvolvido sem grandes pretensões, desinvestido ao longo do tempo, sob risco de um fracasso total –, seu mero aparecimento, ainda que residual, em meio a atual intensificação da violência, completa a impressão de repetição: primeiro, o recrudescimento da guerra, como nas chacinas de 2007-2008, depois a ocupação com a eterna promessa da paz, com a suposta chegada, finalmente, de serviços e ações sociais, como na pacificação que se seguiu, a partir de 2008-2010.

67 Cf. a impressionante lista realizada pela equipe do Dicionário de Favelas Marielle Franco: https://wikifavelas.com.br/index.php/Linha_do_tempo_das_principais_chacinas_no_Rio_de_Janeiro.

4.1.2 Militarização da segurança pública, policialização das forças armadas

Esse apanhado de informações serviu para dimensionar o quão cotidiano tornaram-se ações policiais militarizadas na tragédia da violência urbana, considerando sua dinâmica. Diante dessa realidade, há a percepção banalizada de que o Rio está em guerra. Afinal, helicópteros, blindados, tropas paramentadas, ruas bloqueadas, barricadas, tiroteios, escolas fechadas, rajadas de fuzil nas paredes, carros e ônibus em chamas fazem parte da paisagem. As consequências psicossociais deste fenômeno, emergenciais para quem sente na pele, envolvem toda a metrópole, caracterizada, por exemplo, como fobópolis (Souza, M., 2012), com efeitos banais como ansiedade, depressão e suas conexões nutricionais como efeitos compensatórios ou relacionados, seja uso abusivo de drogas, em primeiro lugar o álcool, seja como consumo excessivo de açúcar, relacionado a diabetes, e de sal, relacionado a hipertensão arterial.

Os efeitos deste fenômeno não se restringem ao campo da segurança ou da saúde, mas se espalham por toda sociedade: se é fato que não constituem um poder paralelo – mas imbricado por suas conexões com o executivo (incluindo militares), legislativo e judiciário, além de seus laços econômicos –, os choques frequentes e toda a ‘lógica’ guerreira – com suas alianças, traições, guerras, tréguas, que envolve as relações entre grupos armados, polícias e forças armadas – permite falar, por seu espraiamento, da emergência de uma nova sociabilidade, qualificada de violenta por Machado da Silva (2016). Nela o uso da força, de meio de obtenção de interesses, torna-se princípio de regulação das relações sociais, justapondo-se à ordem institucional-legal anterior, com a sociabilidade econômica, política e moral que prometia desenvolvimento, ascensão social, para além da “cidadania regulada”. Tal sociabilidade passa por uma recente racionalização, com o monitoramento constante do território, segundo Paloma Menezes (2015), que apresenta-se num clima de vigilância e paranoia constante.

Como vimos no terceiro capítulo, em diferentes favelas e conjuntos de favelas cariocas, as práticas de batidas, cercos policiais, ‘enquadramento geral’, revistas coletivas sem mandatos, abusos, execuções, invasões e até mesmo destruição de casas, visando criminosos e grupos de criminosos ou indiscriminadamente contra os moradores, por represália ou pela situação ilegal ou irregular de sua moradia, a disputa por controle de pontos envolvendo grupos armados ou facções criminosas, grupos paraestatais, justiceiros, jagunços e esquadrões

da morte são recorrentes em toda sua história, quaisquer que tenha sido sua origem, desde seu surgimento na paisagem da cidade, no quartel final do século XIX, momento também de reformas policiais e urbanas modernizantes, com mudanças importantes com sua normalização em relação a cidade. Deste modo, o peso duplamente repressivo de ações legais autoritárias e toda brutalidade da exceção recaem sobre os moradores de favelas, sendo uma constante histórica.

O traço distintivo contemporâneo – atravessando, contraditoriamente, o período democrático mais recente –, parece ser o uso crescente e cada vez mais organizado por forças policiais e militares de equipamento e táticas de guerra urbana nas grandes operações contra grupos armados criminosos⁶⁸. Numa escalada: maior organização, força e poder. Esse processo envolve significativas mudanças organizacionais, articulando diferentes ‘agências’ estatais e níveis de governo, em especial a entrada de novas forças federais, num processo de sofisticação de suas práticas, desencadeando uma homogeneização organizacional entre elas (Costa Lima, 2014). Não basta dizer que essas operações “enxugam gelo”, que “são para inglês ver”, que “funcionam como um ‘juiz de fora’ que todos ignoram quando vai embora”, a despeito de tudo isso se verificar – e os próprios policiais e militares são os primeiros a concordar. De todo modo, elas representam um aprendizado organizacional, um aumento da capacidade estatal.

Uma das expressões institucionais de uma polícia cada vez mais militar – mesmo quando já militarizada – é a criação de ‘polícias especiais’. No Rio de Janeiro, as primeiras formas organizacionais desse tipo, em estado germinal, institucionalmente menor, surgem durante o Estado Novo, exatamente sob esta alcunha ‘Polícia Especial’, diretamente ligada ao controle direto militar e ideológico sobre a sociedade. Mais recentemente, sob outra forma institucional, maior e mais profundamente militarizada, surge a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), a partir de 1969-1971, e do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), estabelecido em 1978-1991. Formam parte de uma onda de modernização, refletindo o aparecimento de unidades semelhantes estadunidenses, as *Special Weapons and Tactics* (SWAT), a primeira estabelecida em Los Angeles em 1967-69, concebidas originalmente para

⁶⁸ Ao contrário do se esperado, observando o conjunto, os grupos armados não só mantêm como expandem seus domínios, diversificam seus crimes, aumentam seu controle e monitoramento. Conforme aponta pesquisa recente de Paloma Menezes (2015) em áreas pacificadas, a até mesmo reforçam sua organização e sua capacidade operacional. O enfraquecimento eventual de uma facção é oportunidade para outras afirmarem-se. O crime, a medida que se empresaria, caminha uma marcha lenta e sangrenta na direção da monopolização.

realizar operações de contrainsurgência, visando grupos políticos armados de esquerda, como os Panteras Negras.

Em 1995, respondendo ao aumento do poder de fogo de grupos criminosos ligado ao tráfico de drogas e ao tráfico de armas (principalmente brasileiras, das forças armadas e de segurança, mas também importadas por conexões internacionais estadunidenses e europeias), uma liminar passa liberar a utilização de fuzis e metralhadoras por policiais militares, cujo marco sangrento inicial foi a chacina de maio de 1995 no Complexo do Alemão. A utilização de helicópteros e blindados, de modo sistemático, ocorre a partir de 2001-2002, com a aquisição de veículos blindados, “caveirões”, pelo BOPE e a Criação do Grupo Aeromóvel (GAM) (Piloto, 2021).

A atenção aqui concentra-se nas grandes operações militares-policiais e as políticas de segurança envolvendo as atualmente chamadas “ações interagências” – inclusive a pacificação, com suas novas unidades e o apoio militar, policial e político federal para sua implementação. Elas envolvem diferentes normativas: Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), regulada entre 1999-2004, modificadas para Operações Urbanas em 2021; a instituição da Força Nacional, constituída a partir de forças policiais estaduais reagrupadas, criada em 2004 (cujo surgimento indica alguma mudança na parte menos alterada do aparato estatal posterior a 1988); e as Intervenções Federais, previstas na Constituição, com diferentes experiências, por exemplo no Rio de Janeiro, na área da saúde, entre 2005 e 2008, e na área de segurança pública em 2018, entre outras (Silva, F., 2021).

O dilema federal frente a segurança pública, entre a utilização da Força Nacional ou das Forças Armadas, representam um conflito intraburguês, ocorrido no Ministério da Defesa e Ministério da Justiça, onde se coloca um sistema de ações bastante complexo, principalmente por suas conexões internacionais (Vianna, 2021). Esse conflito fica pacificado quando se trata da ação externa, por conta do interesse, por um lado, em adquirir capacidade, conhecimento e experiência pelo Ministério da Defesa, e, por outro, pela intenção em projetar o Brasil geopoliticamente, visando o Conselho de Segurança da ONU.

O caso do Complexo do Alemão representa bem duas das principais formas de ação interagências no Brasil atual: através das forças armadas mediante Operações urbanas, anteriormente chamadas de Garantia da Lei e da Ordem, como veremos a frente; e pelo uso da Força Nacional, como no cerco mencionado um pouco acima, dentro do qual ocorreu a Chacina do Pan. O fato do Complexo expressar as principais formas de atuação estatal

integrada entre diferentes níveis de governo confirma seu interesse estratégico, um território sob o qual não pode deixar de agir.

Além do cotidiano violento e da consolidação institucional do processo de militarização da polícia, aparece sua forma mais explícita, custosa e menos frequente, a policialização ou securitização das forças armadas, o foco aqui, dentro das ações interagências. Trata-se da estruturação de uma força militar cada vez mais policial, pelo recorrente emprego das Forças Armadas na Segurança Pública e na manutenção da Ordem Pública, fortemente associada a aglomerados e conjuntos interligados de favelas, os “complexos”, embora não exclusiva, enfrentando os Agentes Perturbadores da Ordem Pública, ou “Apopes”.

Segundo Castro et al. (2023, p. 13), das 145 Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs) executadas entre 1994 e 2021, 59 (40,7%) tinham esta finalidade. Conforme documento do Comando Militar do Leste (Silva, F., 2021, p. 86-90), das 48 ações deste tipo ocorridas entre maio de 1992 e maio de 2018 nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, a maioria, 40, foram fluminenses, sendo pelo menos 16 em “complexos”, “morros” e “comunidades”. Ocorreram também operações referentes a segurança pública não direcionadas a uma favela, como a Operação Carioca em fevereiro de 2017.

Conforme o Quadro 5, elas cobrem praticamente todo o período, em sete momentos, fortemente associadas aos complexos de favelas: 1) Operação Rio I ou Rubi e Topázio, em 1994-1995, por dois meses, em pelo menos 15 favelas, no Rio de Janeiro e Niterói, dez delas localizadas nos Complexos do Alemão e da Penha; 2) Operação Abafa ou Asfixia, em 2006, com duração de uma semana, em 14 diferentes favelas cariocas, incluindo o Complexo do Alemão, Maré, Rocinha e Jacarezinho; 3) Operação Guanabara, em 2008, por oito dias, em 26 favelas do Rio de Janeiro, Duque de Caxias e São Gonçalo, incluindo Complexo do Alemão, Maré, Jacarezinho, Rocinha; 4) Operação Arcanjo I a VII, em 2010-2012, por 19 meses, nos Complexos do Alemão e da Penha; 5) Operação São Francisco I a VII, em 2014-2015, por 15 meses, no Complexo da Maré; 6) Operação Furacão I a XIV, em 2017, com operações de um a três dias, em 25 favelas do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São Gonçalo e Niterói, incluindo na Rocinha (em duas ocasiões), Jacarezinho, Complexo do Lins de Vasconcelos, Complexo de São Carlos, Complexo do Caramujo e Complexo do Salgueiro; 7) Intervenção Militar da Segurança Pública, em 2018, com ações pontuais, em pelo menos 8 favelas cariocas, incluindo o Complexo da Penha. Como se vê, o Complexo do Alemão foi palco de quatro dos sete momentos de GLO, com ocupações recorrentes entre 1994 e 2012.

O número de operações militares em favela é certamente maior, pois, com características diferentes, ocorreram tanto operações *ad hoc*, sem o dispositivo GLO, justificadas, por exemplo, por razões relacionadas a segurança da proximidade de quartéis, como a trágica Operação Muquiço, em 2019, conhecida pela “regra de engajamento”, ou sua desconsideração, que resultou em 81 tiros num carro de uma família (Vianna, 2021); quanto por ordem judicial, como em 15 de agosto de 1994, antes da operação Rio 1, realizando busca e apreensão de oito armas roubadas de um quartel, que levou a uma ocupação de 30h das favelas do Fubá, de São José Operário e de Campinho, por 400 soldados de um regimento e três batalhões, incluindo Forças Especiais, auxiliados por tanques e helicópteros, com bloqueio de entradas, resultando em 45 detidos.

A sequência de GLO ocorrida entre 2010 e 2018 não pode ser compreendida sem entender o processo de ‘pacificação’ ocorrido justamente no mesmo período. Entre 2008 e 2014 foram ocupadas algumas das principais favelas cariocas e instaladas 38 UPP. Conforme o Quadro 4, o diagrama de seu desenrolar privilegia relativamente o Centro e Zona Sul: após ações limites na Zona Oeste em 2008-09, concentra-se entre 2008 e 2010 em ocupações no Centro, Zona Sul e região da Grande Tijuca; seguem-se ocupações de monta na Zona Norte, em 2010-2011; retorno ao Centro e Zona Sul em 2011; entre 2012 e 2013, expansão em todas as regiões. Sua seletividade é explícita: apenas cinco de todas trinta e oito UPP se localizavam em áreas de outras facções que não o CV, maior facção do Rio de Janeiro.

Após sua incorporação aos batalhões em 2017, em 2018 foram encerradas 9 UPP: as mais periféricas (três da Zona Oeste e uma na Baixada Fluminense, três em áreas do CV e uma de milícia), três no Centro (em áreas dominadas pela ADA, duas delas em disputa com outras facções), uma na Zona Sul e outra na Zona Norte (em áreas do CV). O CV durante o período de ocupação e instalação de UPP, continuou seu crescimento entre 2006 e 2015 e, após a pacificação, até 2021, manteve, com oscilação, sua abrangência territorial e populacional, frente o enorme crescimento de diferentes milícias (expandido áreas urbanas sobre domínio de grupos armados), o enfraquecimento da ADA e o fortalecimento do TCP (GENI; IFC, 2022).

Se inicialmente havia a pretensão de reformar a polícia, no sentido de realizar um policiamento de proximidade, comunitário, cidadão, com um contingente especializado, distinto daqueles lotados em batalhões, a quase ‘reforma’, por embates e tensões políticas, por insuficiências financeiras e organizacionais, por erros táticos e estratégicos, depois de mudanças em seus processos de trabalho, como o término do sistema de metas, e de perda de

autonomia frente aos batalhões, com um reordenamento de sua coordenação, além do ajuste de seu escopo, diminuindo unidades, caminhou no sentido da homogeneização institucional em relação a estrutura básica vigente, uma polícia militarizada articulada a forças estritamente militares, capaz de realizar operações de guerra urbana.

A ocupação militar por 19 meses dos Complexos do Alemão e da Penha em 2010 e 2012, foi um momento crítico, um marco tanto na formação da conduta das Forças Armadas quanto das forças policiais e um ponto de inflexão importante, em especial em termos de gastos, para operações deste tipo. Seu objetivo principal era abrir caminho para a instalação das UPP. Em 2012 foram instaladas quatro UPP no Complexo do Alemão e outras quatro no Complexo da Penha, todas ainda em funcionamento, mesmo após o recuo e reconfiguração institucional deste tipo de unidade. Além disso, indicando o status de posição estratégica que o ‘Complexão’ do Alemão-Penha assume, foi instalada em 2011, em Bonsucesso, no limite com a RA do Complexo do Alemão, o ‘quartel-general’ das UPP, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora. A Maré, em 2014 e 2015, por catorze meses, foi ‘palco’ das sete Operações São Francisco, que abririam caminho para a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora, o que entretanto não ocorreu. Além disso, das 12 partes da Operação Furacão que ocorreram em favelas ou complexos de favelas em 2017 e 2018, dez delas tinham UPP instaladas.

Essa seleção estratégica e articulação entre ações militares e policiais parece indicar o que Alessandro Visacro (2009, p. 320-331) antecipou: tal qual a mudança da relação do Estado com cangaço e o banditismo rural em fins do século XIX, na atual (em seus termos) “guerra oculta” com o narcotráfico, ocorre a passagem de um problema de segurança pública para um de segurança interna, cuja resposta seria da competência também das forças armadas (e não apenas das forças policiais), com pelo menos uma das facções passando a ser considerada uma ameaça a estrutura político-social vigente – ainda que, como Visacro reconhece, essa ameaça seja latente, sem agressão direta, motivação explícita em quebrar a estabilidade institucional ou reduzir a eficiência estatal, seja política, econômica, psicossocial e/ou militar.

A militarização não é um fenômeno isolado, abundam trocas de experiências, influências, referências e absorção de modelos entre diferentes países, seguindo tradição secular entre aparatos repressivos. A militarização em curso envolve o combate ao crime, em primeiro lugar a “guerra contra as drogas”, que tem uma dimensão nacional e internacional imediata, embora vise principalmente o varejo do tráfico local; além disso, dada a diversificação criminosa dos grupos armados envolvidos, está vinculada também a outros

crimes (roubos sistemáticos de cargas e joias, controle de apostas e comércio ilegal, loteamento e construções irregulares ou ilegais, ‘guerras’ por controle de territórios etc), que envolvem também redes nacionais e transnacionais. Embora o Rio de Janeiro guarde sua singularidade ‘ultraviolenta’ – mesmo quando caem indicadores fundamentais, como a taxa de homicídios por habitante – e especificidade fragmentada – a divisão entre três grandes facções e um número incerto de milícias, redundando o país, que tem mais de cinquenta facções em atividade, com pelo menos o CV e o Primeiro Comando da Capital (PCC) com amplitude nacional e internacional –, uma similar organização militarizada da violência estatal desenvolve-se não apenas em outras metrópoles brasileiras, latino-americanas e periféricas, mas também em países centrais, se não em favelas, em locais análogos (*slums*) ou dentro do espectro da pobreza urbana.

Entretanto também bebe de outras fontes. Sejam ações de um Estado sobre outro, ou em seu interior, seus efeitos organizacionais sobre aparatos repressivos aproximam diferentes experiências, ainda que o contexto cultural, social, político e econômico de sua aplicação seja no mais das vezes bastante discrepante e a motivação explícita de sua necessidade se dê por variadas razões (como o enfrentamento ao terrorismo, contra grupos separatistas ou insurreições, invasões militares explicitamente imperialistas etc). A ocupação militar dos Complexos do Alemão, da Penha e da Maré, por exemplo, teve como preâmbulo a missão da ONU comandada pelas forças armadas brasileiras, em especial do Exército Brasileiro, no Haiti, com importantes trocas de experiência militar com outros países que a compunham, em especial os Estados Unidos, que desenvolvia ações no Iraque (Castro; Marques, 2019)⁶⁹.

Mesmo considerando apenas o âmbito da segurança pública, o caráter repetitivo, pontilhado ou em rodadas, das grandes operações chancela a ilusão de uma ausência anterior, como se antes delas o Estado – através de membros políticos, militares e policiais –, não fosse promotor direto (envolvido ou corrompido, de modo subterrâneo ou aberto) ou indireto (por desinteresse, negligência, ineficiência ou incompetência) dos ilegalismos que se queria combater, funcionando invariavelmente como organizador de uma violência que monopoliza seletivamente, com todos seus benefícios principalmente econômicos e políticos.

O domínio territorial armado conforma um controle político significativo, que reforça gramáticas políticas vigentes pelo menos desde a década de 1970, formando os chamados

⁶⁹ Mesmo considerando que a missão não contou diretamente com tropas estadunidenses, a não ser por alguns meses após o terremoto de 2010, o contato ao níveis hierarquicamente superiores e a inspiração prática aplicada cotidianamente remetem a ações militares no Iraque, como observado por Sotomayor (2014).

‘currais políticos’. Sua base é um circuito econômico que envolve o processo de acumulação, com a produção de armas e drogas nacional e no exterior e suas formas de circulação, absorvida sistemicamente via um sistema interbancário global que absorve sua acumulação “prévia”, primitiva, mas permanente – um expediente sempre presente em qualquer parte capitalista, fundador e sustentador de ciclos econômicos –, que permite falar de um tipo de “mercantilismo urbano”.

Quadro 4: Estado do Rio de Janeiro – ocupação policial, instalação e extinção das Unidades de Polícia Pacificadora – UPP (início)

Município	UPP	Bairro	Zona	Área Progr.	RA	Grupo armado na Ocupação	Data da ocupação	Data da instalação	Data da extinção	Área Plan. Saúde	Gestão do Saúde da Família no território (2009-2014)
Rio de Janeiro	Batam	Realengo	Oeste	5	XXXIII	Milícia	12/7/2008	18/2/2009	01/06/2018	5.1	CIAP (2010) IABAS (2011-14)
Rio de Janeiro	Cidade de Deus	Cidade de Deus	Oeste	4	XXXIV	CV	11/11/2008	16/2/2009	01/07/2018	4.0	IABAS (2011-14)
Rio de Janeiro	Santa Marta	Botafogo	Sul	2	IV	CV	19/11/2008	19/12/2008		2.1	VIVA RIO
Rio de Janeiro	C. Mangueira / Babilônia	Leme	Sul	2	V	CV	11/5/2009	10/6/2009		2.1	VIVA RIO
Rio de Janeiro	Pavão-Pavãozinho	Copacabana	Sul	2	V	CV	30/11/2009	23/12/2009		2.1	VIVA RIO
Rio de Janeiro	Tabajaras	Copacabana	Sul	2	V	CV	26/12/2009	14/1/2010		2.1	VIVA RIO
Rio de Janeiro	Providência	Centro	Centro	1	II	CV	22/3/2010	26/4/2010		1.0	GLOBAL (2010) FIBRA (2011-12) SPDM (2013-14)
Rio de Janeiro	Borel	Tijuca	Tijuca	2	VIII	CV	28/4/2010	7/6/2010		2.2	CIAP (2009-10) FIBRA (2011-14)
Rio de Janeiro	Formiga	Tijuca	Tijuca	2	VIII	CV	28/4/2010	1/7/2010		2.2	CIAP (2009-10) FIBRA (2011-14)
Rio de Janeiro	Andaraí	Andaraí	Tijuca	2	IX	CV	11/6/2010	28/7/2010		2.2	CIAP (2009-10) FIBRA (2011-14)
Rio de Janeiro	Salgueiro	Tijuca	Tijuca	2	VIII	CV	30/7/2010	17/9/2010		2.2	CIAP (2009-10) FIBRA (2011-14)
Rio de Janeiro	Turano	Rio Comprido	Centro	1	III	CV	10/8/2010	30/10/2010		1.0	GLOBAL (2010) FIBRA (2011-12) SPDM (2013-2014)
Rio de Janeiro	Macacos	Vila Isabel	Tijuca	2	IX	TCP	14/10/2010	30/11/2011		2.2	CIAP (2009-10) FIBRA (2011-14)
Rio de Janeiro	Nova Brasília	C. do Alemão	Norte	3	XXIX	CV	28/11/2010	18/4/2012		3.1	VIVA RIO
Rio de Janeiro	Fazendinha	C. do Alemão	Norte	3	XXIX	CV	28/11/2010	18/4/2012		3.1	VIVA RIO
Rio de Janeiro	Adeus / Baiana	C. do Alemão	Norte	3	XXIX	CV	28/11/2010	11/5/2012		3.1	VIVA RIO
Rio de Janeiro	Alemão	C. do Alemão	Norte	3	XXIX	CV	28/11/2010	30/5/2012		3.1	VIVA RIO
Rio de Janeiro	Parque Proletário	Penha	Norte	3	XI	CV	28/11/2010	28/8/2012		3.1	VIVA RIO
Rio de Janeiro	Vila Cruzeiro	Penha	Norte	3	XI	CV	28/11/2010	28/8/2012		3.1	VIVA RIO
Rio de Janeiro	São João / Matriz / Quete	Engenho Novo	Norte	3	XIII	CV	6/1/2011	31/1/2011		3.2	SPDM (2010-14)

Quadro 4: Estado do Rio de Janeiro – ocupação policial, instalação e extinção das Unidades de Polícia Pacificadora – UPP (conclusão)

Município	UPP	Bairro	Zona	Área Progr.	RA	Grupo armado na Ocupação	Data da ocupação	Data da instalação	Data da extinção	Área Plan. Saúde	Gestão do Saúde da Família no território (2009-2014)
Rio de Janeiro	Coroa / Fallet / Fogueteir	Rio Comprido	Centro	1	III	CV/ADA	6/1/2011	25/2/2011	01/12/2018	1.0	GLOBAL (2010) FIBRA (2011-12) SPDM (2013-14)
Rio de Janeiro	Escondidinho / Prazeres	Santa Teresa	Sul	2	IV	CV	6/1/2011	25/2/2011		1.0	GLOBAL (2010) FIBRA (2011-12) SPDM (2013-14)
Rio de Janeiro	São Carlos	Estácio	Centro	1	III	ADA	6/1/2011	17/5/2011	01/11/2018	1.0	GLOBAL (2010) FIBRA (2011-12) SPDM (2013-14)
Rio de Janeiro	Mangueira	Mangueira	Centro	1	VII	CV	19/6/2011	3/11/2011		1.0	GLOBAL (2010) FIBRA (2011-12) SPDM (2013-14)
Rio de Janeiro	Vidigal	Vidigal	Sul	2	VI	ADA	13/12/2011	18/1/2012		2.1	VIVA RIO
Rio de Janeiro	Rocinha	Rocinha	Sul	2	XXVII	ADA	13/12/2011	20/9/2012		2.1	VIVA RIO
Rio de Janeiro	Chatuba	Penha	Norte	3	XI	CV	27/6/2012	27/6/2012		3.1	VIVA RIO
Rio de Janeiro	Fé / Sereno	Penha	Norte	3	XI	Milícia / CV	27/6/2012	27/6/2012		3.1	VIVA RIO
Rio de Janeiro	Arará / Mandela	Benfica	Centro	1	VII	CV	13/10/2012	6/9/2013		1.0	GLOBAL (2010) FIBRA (2011-12) SPDM (2013-2014)
Rio de Janeiro	Jacarezinho	Jacarezinho	Norte	3	XXVIII	CV	14/10/2012	16/1/2013		3.2	SPDM (2010-14)
Rio de Janeiro	Manguinhos	Manguinhos	Norte	3	X	CV	14/10/2012	16/1/2013		3.1	FIOTEC
Rio de Janeiro	Barreira do Vasco / Tuu	São Cristóvão	Centro	1	VII	CV	3/3/2013	12/4/2013		1.0	GLOBAL (2010) FIBRA (2011-12) SPDM (2013-14)
Rio de Janeiro	Caju	Caju	Centro	1	I	ADA / CV / TCP	3/3/2013	12/4/2013	01/12/2018	1.0	GLOBAL (2010) FIBRA (2011-12) SPDM (2013-14)
Rio de Janeiro	Cerro-Corá	Cosme Velho	Sul	2	XXIII	CV	29/4/2013	3/6/2013	21/12/2018	2.1	VIVA RIO
Duque de Caxias	Mangueirinha	Parque Centenário	Baixada Fluminense			CV	5/8/2013	7/2/2014	01/06/2018	-	
Rio de Janeiro	Lins	Lins de Vasconcelo	Norte	3	XIII	CV	6/10/2013	2/12/2013		3.2	SPDM (2010-14)
Rio de Janeiro	Camarista Méier	Méier	Norte	3	XIII	CV	6/10/2013	2/12/2013	21/12/2018	3.2	SPDM (2010-14)
Rio de Janeiro	Vila Kennedy	Bangu	Oeste	5	XVII	CV	13/3/2014	23/5/2014	01/06/2018	5.1	CIAP (2010) IABAS (2011-14)
Rio de Janeiro	Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP)	Bonsucesso	Norte	3	X	-	-	1/6/2011	-	3.1	VIVA RIO

Fonte: ISP; Mapa histórico dos grupos armados, GENI; SILVA, V. ET AL, 2016 ; VIEIRA, J.P. 2016.

Quadro 5: Cidade, Região Metropolitana e Estado do Rio de Janeiro – operações militares na segurança pública e em favelas (início)

GLO	Favelas	Área Progr.	Município	Grupo armado na Ocupação	UPP	Data da ocupação	Data da extinção
Operação Rio I ou Rubi	Borel (Tijuca); Pavão-Pavãozinho (Copacabana)	2	Rio de Janeiro	-	-	11/11/1994	14/01/1995
	Juramento (Madureira/Inhaúma/Irajá); Complexo do Alemão (Alemão, Nova Brasília, Guadalajara, Fazendinha e Adeus); Complexo da Penha (Vila Cruzeiro, Parque Proletário, Caixa D'Água e Sereno); Morros do Dendê (Ilha do Governador);	3		-	-		
	Cavalão (em São Francisco)	-	Niterói	-	-		
Operação Topázio Ou Alvorada	Complexo do Alemão (Alemão, Nova Brasília, Guadalajara e Fazendinha)	3	Rio de Janeiro	CV	-	12/01/1995	15/01/1995
Operação Rio II	-		Rio de Janeiro	-	-	04/1995	06/1995
Crime organizado	-	-	RMRJ	-		2001	Não consta
Operação Entorno	-	-	RMRJ	-	-	22/01/2005	Não consta
Operação Abafa ou Asfixia	Morro da Providência (Centro); Morro do Pinto (Centro); Parque Alegria (Portuária); Mangueira (São Cristovão);	1	Rio de Janeiro	-	-	08/03/2006	15/03/2006
	Pavão-Pavãozinho (Copacabana); Borel (Tijuca); Rocinha;	2		-	-		
	Morro do Dendê (Ilha do Governador); Nova Brasília (Complexo do Alemão); Jacarezinho; Jardim América (Vigário Geral); Manguinhos (Ramos); Vila dos Pinheiros (Complexo Da Maré)	3		-	-		
	Favela da Metral (Bangu);	5		-	-		

Quadro 5: Cidade, Região Metropolitana e Estado do Rio de Janeiro – operações militares na segurança pública e em favelas (Continuação)

GLO	Favelas	Área Progr.	Município	Grupo armado na Ocupação	UPP	Data da ocupação	Data da extinção
Operação Alerta	-	-	RMRJ	-	-	01/2007	Não consta
Operação Guanabara (eleições)	Rocinha, Vidigal (Lagoa),	2	Rio de Janeiro	-	-	11/09/2008	19/09/2008
	Alemão (Complexo do Alemão); Vila Cruzeiro (Complexo da Penha); Complexo da Maré (Vila do João, Conjunto Esperança, Vila Pinheiros e Nova Holanda); Jacarezinho;	3		-	-		
	Barbante (Ilha do Governador); Acari (Pavuna); Amarelinho (Pavuna)	4		-	-		
	Rio das Pedras (Jacarepaguá); Gardênia Azul (Jacarepaguá); Cidade de Deus	5		-	-		
	Sapo (Bangu); Vila Aliança (Bangu); Taquaral (Bangu); Carobinha (Campo Grande); Coréia (Santa Cruz); Antares (Santa Cruz)	-		Duque de Caxias	-		
	Lixão; Gramacho; Pilar; Beira Mar	-	São Gonçalo	-	-		
Operação Arcanjo I a VII	Complexo do Alemão; Complexo da Penha	3	Rio de Janeiro	CV	Pré-UPP	26/11/2010	30/07/2012
Operação São Francisco I a VII	Complexo da Maré	3	Rio de Janeiro	TCP / CV / ADA	Pré-UPP	05/04/2014	30/06/2015

Quadro 5: Cidade, Região Metropolitana e Estado do Rio de Janeiro – operações militares na segurança pública e em favelas (Continuação)

GLO	Favelas	Área Progr.	Município	Grupo armado na Ocupação	UPP	Data da ocupação	Data da extinção
Operação Carioca	-	-	RMRJ	-	-	14/02/2017	22/02/2017
Operação Rio de Janeiro	-	-	RMRJ	-	-	28/07/2017	31/12/2018
Operação Furacão I	-	-	RMRJ			28/07/2017	01/08/2017
Operação Furacão II	Complexo do Lins de Vasconcelos	3	Rio de Janeiro	CV	UPP	05/08/2017	Não consta
Operação Furacão III	Complexo do Caramujo, Igrejinha, Grotta, Ititioca e Atalaia	-	Niterói	CV	-	16/08/2017	17/08/2017
Operação Furacão IV	Jacarezinho; Manguinhos (Ramos); Bandeira 2 (Inhaúma)	3	Rio de Janeiro	CV	UPP	21/08/2017	Não consta
Operação Furacão V	Rocinha	2	Rio de Janeiro	CV	UPP	22/09/2017	29/09/2017
Operação Furacão VI	Sapinho; Barro Vermelho (ambas em Gramacho)	-	Duque de Caxias	CV/TCP	UPP	27/09/2017	Não consta
Operação Furacão VII	Morro da Babilônia (Copacabana)	2	Rio de Janeiro	ADA/ TCP	UPP	2017	Não consta
Operação Furacão VIII	Morro dos Macacos (Vila Isabel)	2	Rio de Janeiro	TCP	UPP	06/10/2017	Não consta
Operação Furacão IX	Rocinha	2	Rio de Janeiro	CV	UPP	10/10/2017	11/10/2017
Operação Furacão X	Complexo de São Carlos (Estácio)	1	Rio de Janeiro	TCP	UPP	27/10/2017	Não consta

Quadro 5: Cidade, Região Metropolitana e Estado do Rio de Janeiro – operações militares na segurança pública e em favelas (Conclusão)

GLO	Favelas	Área Progr.	Município	Grupo armado Na Ocupação	UPP	Data da ocupação	Data da extinção
Operação Furacão XI	Complexo do Salgueiro	-	São Gonçalo	CV	-	07/11/2017	Não consta
Operação Furacão XII	-	-	RMRJ	-	-	17/11/2017	18/11/2017
Operação de reforço à segurança do Arsenal de Guerra	-	-	Rio de Janeiro	-	-	18/11/2017	
Operação Furacão XIII	Barbante; Vila Joaniza (ambas na Ilha do Governador)	3	Rio de Janeiro	CV		30/11/2017	01/12/2017
Operação Furacão XIV	Mangueira; Tuiuti; Parque Arará; Mandela I; Mandela II; Barreira (todas em São Cristovão)	1	Rio de Janeiro	CV	UPP	06/12/2017	07/12/2017
Intervenção Militar	-	-	ERJ	-	-	16/02/2018	31/12/2018
	Complexo da Penha	3	Rio de Janeiro	CV	UPP		
	Bateau Mouche; Caixa D'Água; Chacrinha; Mato Alto; Barão (José Operário); Covanca; Pendura-Saia (todas em Jacarepaguá)	4	Rio de Janeiro			19/05/2018	

Fonte: SILVA, F. 2021; VIANNA, 2021; Mapa histórico dos grupos armados.

4.2 Dos serviços de saúde distantes aos próximos privados

As grandes operações militares e policiais, as unidades, equipamentos e organização utilizadas, a política de segurança e de defesa que as embasam – e o rompimento cotidiano e sistemático de suas próprias normas de ação, bem como seus “danos colaterais” – são a face mais visível – e bárbara – da maneira como o Estado intervém especificamente em favelas. Sem olharmos para a trajetória completa dessa violência organizada, seus vínculos políticos e geopolíticos e os circuitos econômicos transnacionais que a embasam, compreendemos muito pouco do Estado em favelas.

Entretanto, não podem ser consideradas, quase automaticamente, as únicas intervenções, ainda que outras sejam insuficientes ou precárias – e, por isso, igualmente barbárie⁷⁰. Escolas, creches, serviços de assistência social, unidades de saúde, obras e equipamentos de infraestrutura urbana, como escadas, praças e saneamento básico, e de transporte, como teleféricos e planos inclinados, são algumas das mais evidentes de sua presença múltipla⁷¹, em geral parcial, fragmentada, intermitente, a princípio mal articulada – com exceções à sua exceção como regra. Somente encarando sua violência, sem levar em conta uma diversidade de intervenções e políticas sociais, ainda que mínimas, a apreensão do Estado em favelas igualmente nos escapa.

Se desconsiderarmos as ações sociais existentes, perdemos de vista a luta social organizada, fundamentalmente local e municipal, para a conquista até mesmo do mínimo, e a pressão, praticamente constante, de organizações populares e políticas, locais e municipais, para sua ampliação. Ofusca também a percepção de múltiplas entidades privadas, inclusive de atuação global ou internacional, conectadas ao Estado, que influem e dirigem muitas destas ações.

Mais ainda, o Estado viabiliza e participa, como um dos principais agentes, junto a grandes empresas de escala monopólica e oligopólica, da criação e constituição de infraestruturas, em primeiro lugar de engenharia, que qualificam todo o espaço metropolitano,

70 Denunciada por diversos movimentos sociais e políticos, de favelas, negros e partidários, como um genocídio negro. Academicamente, o tema vem sendo tratado nesses termos desde 1978 (Nascimento, 2016; Fernandes, F., 2016).

71 Recupero as intervenções avaliadas na Rocinha e no Complexo do Alemão por Carvalho, Fridman e Strauch (2019).

além, como vimos no segundo capítulo, conformar política e administrativamente o território – mesmo quando conflituoso.

A barbárie, por insuficiência ou brutalidade, não é sem projeto. Repetidas vezes denunciada⁷², insistentemente ressuscitada, a suposta ‘ausência’ de Estado procura tranquilizar, pelo conforto psicológico, acadêmico e político de imaginar uma chegada triunfal num futuro sempre postergado, que mascara a contraditoriedade, complexidade e o caráter pensado, como parte de um projeto, com que ele se presentifica, limitado, autoritário e brutal, incorporando seletivamente indicações dos representantes da luta popular, alijados, via de regra, do seu direcionamento⁷³.

4.2.1 Do desenvolvimento humano ao progresso social

De fato há uma carência histórica de ações sociais no Complexo do Alemão, assim como em outros complexos de favelas. Ao longo das últimas décadas uma série de indicadores de uso internacional, impulsionados pela ONU, passaram a permitir uma visão comparativa em múltiplas escalas por todo o globo. Esse indicadores compósitos *grosso modo* possuem um fundo ideopolítico que toma resultados de relações sociais desiguais como causas, numa chave liberal que fala mais sobre os efeitos das oportunidades e capacidades do que as causas das impossibilidades e restrições, como se a pobreza fosse um conjunto de variáveis sobre as quais se pode intervir cirurgicamente, atenuando seus efeitos, e não uma parte sistemicamente reproduzida de estruturas sociais as quais se deveria transformar. Ainda assim, servem de aproximação a realidades e suas variações e proporcionalidades são significativas.

As modificações de seus componentes, que foram se tornando mais abrangentes, também guarda interesse. O Índice de Desenvolvimento Humano visa mensurar as condições de vida de uma população a partir de três dimensões, Educação, Renda e Saúde, reunindo ao

72 Por exemplo, no clássico texto de 2002, “A continuidade do problema da favela”, de Machado da Silva (2016).

73 Luta popular organizada que tem sua própria agenda, como se vê no Plano de Ação Popular do CPX (Pinheiro; Dias, 2022).

tudo quatro indicadores (Amorim; Dias, 2003). O Índice de Desenvolvimento Social reúne oito indicadores de renda, saúde e educação, tanto relativas as pessoas quanto aos seus domicílios⁷⁴. Já o Índice de Progresso Social, utilizado mais recentemente, exclui – pasmem – a dimensão da renda, e aumenta para 36 seus indicadores, tanto de pessoas, domicílios quanto localidades, observando as seguintes dimensões (e componentes): necessidades humanas básicas (nutrição e cuidados médicos básicos; água e saneamento; moradia; segurança pessoal), fundamentos do bem-estar (acesso ao conhecimento básico; à informação; saúde e bem-estar; qualidade do meio ambiente) e oportunidades (direitos individuais; liberdades individuais; tolerância e inclusão; acesso à educação superior) (Pulici et al., 2022).

Conforme a Tabela 5, nos anos 1991 e 2000, os quatro complexos criados juntos em 1986 são os quatro piores IDH da Cidade do Rio de Janeiro, sendo o Complexo do Alemão o menor deles. Os quatro também estão entre os seis piores IDS em 2010, acima apenas de Santa Cruz e Guaratiba, na periferia da Região Metropolitana, embora dentro do município do Rio de Janeiro.

O IPS apresenta uma variação muito maior entre os resultados ao longo dos anos, como se pode ver nos dados disponibilizados pelo IPP⁷⁵, mensurados desde 2016 a cada dois anos. Pode-se aqui considerar dados de 2016, além do ano 2020, apresentado na tabela, acrescentando um olhar sob a categoria Necessidades Humanas Básicas, que indica se a população tem mínimo necessário para viver, isto é, acesso a cuidados médicos e alimentos suficientes, água potável e saneamento, moradia e segurança pessoal.

Embora o Complexo do Alemão apresente, em 2016, o pior “índice de desenvolvimento social” geral de todo o município, na categoria Necessidades Humanas Básicas, com 61,82, encontra-se a frente Portuária (59,10), Rio Comprido (58,97), Pavuna (58,44), Rocinha (57,07), Jacarezinho (56,45) e Guaratiba (53,70). Neste mesmo ano, no subitem nutrição e cuidados médicos básicos desta categoria, é o sexto menor (57,01), atrás de Guaratiba (17,54), Rocinha (30,76), Cidade de Deus (32,51), Jacarezinho (46,46), e Ramos (54,91).

74 Conforme dados disponíveis no site do IPP (<https://www.data.rio/>), da Tabela 2248 – Índice de Desenvolvimento Social (IDS) por Áreas de Planejamento (AP), Regiões de Planejamento (RP), Regiões Administrativas (RA), Bairros e Favelas do Município do Rio de Janeiro – 2010. Acesso em: 19 abr. 2024.

75 Conforme dados disponíveis no site do IPP (<https://www.data.rio/>), da Tabela 3726 - Índices das dimensões e componentes do Índice de Progresso Social (IPS) , segundo as Regiões Administrativas (RA) - Município do Rio de Janeiro – 2016-2022. Acesso em: 19 abr. 2024.

Em 2020, encontra-se no quarto menor valor do IPS geral, a frente apenas de Guaratiba, Pavuna e Portuária; na categoria Necessidades Humanas Básicas, com 57,18, fica atrás apenas de Guaratiba (54,92) e Jacarezinho (54,61). Em relação ao subitem nutrição e cuidados médicos básicos desta categoria, mantém-se no mesmo nível, com 51,47, a frente da Jacarezinho (37,52), Penha (43,14) e Pavuna (51,21).

Tabela 5. Regiões Administrativas da Cidade do Rio de Janeiro – principais indicadores compostos de desenvolvimento social, 1991-2010

1991			2000		2010		2020	
Ord.	Reg. Administrativa	IDHM	Reg. Administrativa	IDHM	Reg. Administrativa	IDS	Reg. Administrativa	IPS
1	VI Lagoa	0,910	V Copacabana	0,956	VI Lagoa	0,764	IV Botafogo	85,03
2	IV Botafogo	0,902	VI Lagoa	0,951	IV Botafogo	0,735	V Copacabana	80,23
3	V Copacabana	0,899	IV Botafogo	0,947	V Copacabana	0,730	VI Lagoa	79,02
4	XXIV B. da Tijuca	0,870	VIII Tijuca	0,923	VIII Tijuca	0,697	IX Vila Isabel	73,05
5	VIII Tijuca	0,869	XXIV B. da Tijuca	0,918	IX Vila Isabel	0,679	VIII Tijuca	71,61
6	IX Vila Isabel	0,866	IX Vila Isabel	0,916	XXIV B. da Tijuca	0,676	XXIV B. da Tijuca	69,70
7	II Centro	0,825	II Centro	0,894	II Centro	0,643	XIII Méier	64,61
8	XIII Méier	0,816	XXIII Santa Teresa	0,868	XIII Méier	0,629	XIV Irajá	64,57
9	XX I. do Governador	0,808	XIII Méier	0,865	XX I. do Governador	0,627	XXIII Santa Teresa	63,26
10	XXIII Santa Teresa	0,806	XX I. do Governador	0,862	XXIII Santa Teresa	0,624	XX I. do Governador	62,97
11	XVI Jacarepaguá	0,798	XIV Irajá	0,851	XIV Irajá	0,610	XVI Jacarepaguá	61,94
12	XIV Irajá	0,790	XVI Jacarepaguá	0,844	XXI Paqueta	0,608	XVIII Cpo Grande	58,68
13	III Rio Comprido	0,783	III Rio Comprido	0,836	XVI Jacarepaguá	0,600	X Ramos	57,04
14	XII Inhaúma	0,780	XV Madureira	0,834	III Rio Comprido	0,596	XI Penha	56,96
15	X Ramos	0,778	XII Inhaúma	0,833	X Ramos	0,591	XII Inhaúma	56,92
16	XXI Paqueta	0,774	X Ramos	0,828	XI Penha	0,591	XXXIII Realengo	55,76
17	XV Madureira	0,772	XXI Paqueta	0,822	XV Madureira	0,590	XXII Anchieta	55,72
18	XXXIII Realengo	0,754	VII São Cristóvão	0,814	XII Inhaúma	0,588	XV Madureira	55,61
19	XI Penha	0,752	XXXIII Realengo	0,813	VII São Cristóvão	0,582	II Centro	55,59
20	VII São Cristóvão	0,750	XI Penha	0,805	XXXIII Realengo	0,578	III Rio Comprido	55,50
21	XXII Anchieta	0,750	XXII Anchieta	0,805	XXII Anchieta	0,575	XXXI Vigário Geral	54,93
22	XVIII Cpo Grande	0,738	XVIII Cpo Grande	0,792	XVII Bangu	0,568	XXVII Rocinha	52,27
23	XVII Bangu	0,734	XVII Bangu	0,792	XVIII Cpo Grande	0,562	VII São Cristóvão	51,86
24	I Portuária	0,728	I Portuária	0,775	I Portuária	0,561	XVII Bangu	51,84
25	XXV Pavuna	0,726	XXV Pavuna	0,767	XXXI Vigário Geral	0,559	XIX Santa Cruz	50,82
26	XIX Santa Cruz	0,694	XXXIV C. de Deus	0,754	XXXIV C. de Deus	0,559	XXXIV C. de Deus	47,84
27	XXXIV C. de Deus	0,693	XIX Santa Cruz	0,747	XXV Pavuna	0,553	XXX Maré	47,20
28	XXVI Guaratiba	0,683	XXVI Guaratiba	0,746	XXX Maré	0,547	XXVIII Jacarezinho	45,15
29	XXVII Rocinha	0,678	XXVII Rocinha	0,735	XXVIII Jacarezinho	0,534	XXIX C. do Alemão	43,68
30	XXVIII Jacarezinho	0,678	XXVIII Jacarezinho	0,731	XXVII Rocinha	0,533	XXVI Guaratiba	43,54
31	XXX Maré	0,666	XXX Maré	0,719	XXIX C. do Alemão	0,532	XXV Pavuna	42,97
32	XXIX C. do Alemão	0,657	XXIX C. do Alemão	0,709	XIX Santa Cruz	0,528	I Portuária	42,06
-	XXXI Vigário Geral	ND	XXXI Vigário Geral	ND	XXVI Guaratiba	0,493	XXI Paqueta	ND

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal; IDS – Índice de Desenvolvimento Social; IPS – Índice de Progresso Social.

Fonte: Elaboração própria, com base em dados calculados pelo Instituto Pereira Passos (IPP) disponíveis no sítio eletrônico do Data Rio.

4.2.2 Da Organização Não-Governamental para Organização Social

Como na cena da primavera carioca aludida na seção anterior, um dos impactos sobre o população das ações violentas estatais se dá justamente pelo emperramento cotidiano que provocam em ‘equipamentos coletivos’, materialização de direitos sociais conquistados em lutas históricas... geridos por entidades privadas de escopo nacional e internacional. No âmbito da saúde, que nos interessa aqui, tanto na Maré, na Penha, no Complexo do Alemão, na Rocinha e diversas outras favelas, as unidades de saúde municipais locais são geridas há mais de duas décadas pela Viva Rio, uma associação privada de atuação internacional, autodesignada como uma “empresa social”, contratada como Organização Social de Saúde.

Cabe rever a história de chegada destas organizações no Complexo do Alemão e seu escopo, como parte de um processo de privatização da saúde. No contexto de implementação das primeiras equipes de Saúde da Família no Rio de Janeiro, realizado a partir de 1999, uma luta de décadas por acesso a saúde e saneamento travada por moradores organizados do Complexo do Alemão toma novo impulso em 2000, através da formação do CONSA - Conselho Comunitário de Saúde - reunindo Associações de Moradores, Igrejas Evangélicas, Igrejas Católicas, Centros Espíritas, SOS Complexo do Alemão e outras organizações locais, além de pesquisadores ligados ao antigo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC/UFRJ) e o CEPEL (Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina). Essa luta culmina, em 2003 e 2004, na criação de cinco unidades de atenção básica (Alemão, Adeus, Esperança, Nova Brasília e Baiana)⁷⁶, com a inserção de novas categorias de trabalhadores de saúde, moradores da área onde atuam, os agentes comunitários de saúde (Fazzioni, 2018).

Tais unidades, de responsabilidade municipal, contam com financiamento de organismos internacionais, como o Banco Mundial, recebendo recursos do PROESF, através do Ministério da Saúde. Foi uma das primeiras partes do município a receber esse tipo de unidades – quando a cidade do Rio encontrava-se abaixo da média nacional e estadual de cobertura de equipes de saúde da família –, e isso atravessando a crise sanitária instaurada pelo conflito entre entes estatais – em torno da municipalização de hospitais –, que perdurou entre 2004 e 2008.

⁷⁶ Documentação de 2006 no antigo site da CIEZO acrescenta, à leitura de Fazzioni et al, também uma próxima ao Morro da Baiana, conferir em: <https://web.archive.org/web/20110525084432/http://www.ciezo.org.br:80/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

Contrariando propostas dos moradores organizados que almejavam autogerir as novas unidades através do CONSA – o que era possível, uma vez que o município firmava contratos com uma diversidade de entidades, inclusive associações de moradores – novas relações com entidades da chamada sociedade civil são estabelecidas. A gestora dessas unidades foi a ONG Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste (CIEZO).

A **CIEZO** foi criada em 2002, pela Sociedade de Educação e Assistência Realengo, mantenedora das Faculdades São José, e outras mantenedoras de seis instituições de ensino superior – o Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos, Faculdades Bezerra de Araújo, Faculdades Machado de Assis, Faculdades Integradas Simonsen, Fundação Educacional Unificada Campograndense e Universidade Castelo Branco –, sob a justificativa de responsabilidade social e de fomentar o desenvolvimento socioeconômico da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro (Faculdade São José, 2016).

Torna-se rapidamente uma das maiores e mais atuantes ONG do Estado do Rio de Janeiro, sendo responsável por vários projetos e ações de grande porte, assistenciais, sanitárias, educacionais, em parceria com a Prefeitura, Governo do Estado, Governo Federal e organismos internacionais. Além de gerir cinco Vilas Olímpicas, e serviços municipais de saúde mental no Instituto Municipal Nise da Silveira e Complexo Juliano Moreira, tornou-se, entre 2002 e 2009, responsável pela implantação e gerenciamento de 42 postos de saúde do Programa de Saúde da Família (PSF), com 122 equipes de Saúde da Família, e 32 postos de saúde do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), com 41 equipes, totalizando aproximadamente 2.000 profissionais, cobrindo quase 750 mil pessoas, em todas Áreas de Planejamento da cidade, incluindo, além do Complexo do Alemão, Complexo da Maré e Complexo do Caricó (parte do Complexo da Penha), entre outras (CIEZO, 2009).

A partir de 2010, em um momento de reformulação e expansão da saúde pública, centrada na ‘reforma da atenção primária a saúde’, algumas unidades de saúde são desativadas: em 2009, a SAMDU de Ramos, e, no Complexo, foram mantidos apenas CMS Alemão e Esperança, posteriormente fechados, em 2016. Concomitantemente, novas unidades são criadas, tanto do tipo de atenção já existente, de atenção primária (agora nomeadas ‘clínicas da família’), quanto o aparecimento de novos tipos, de atenção secundária, com unidades de emergência, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), e de atenção psicossocial, um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Assim, em 2009, a SAMDU de Ramos foi fechada e, em 2010, houve a inauguração da UPA do Alemão, que passou a fazer o atendimento de emergências. Entre 2009 e 2012, apenas o CMS Alemão e Esperança (que funcionavam em casas diferentes,

mas eram de responsabilidade da mesma gerência) foi mantido e os demais tiveram suas equipes transferidas para a Clínica da Família Zilda Arns, inaugurada em 2010. Além dela, houve ainda, em 2010, a inauguração da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), do CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial) João Ferreira Filho, da Clínica da Família Zilda Arns e da Clínica da Família Rodrigo Roig. Todos esses serviços estão situados não dentro das favelas, mas na Estrada do Itararé, principal via de acesso à maior parte das comunidades que compõem o conjunto de favelas no lado leste, mais próximo aos bairros de Bonsucesso e Ramos. Do outro lado, conhecido como lado oeste do Complexo – vizinho aos bairros de Inhaúma e Engenho da Rainha –, houve a inauguração da Clínica da Família Bibi Vogel e a incorporação de parte da população nas equipes de ESF, criadas dentro da Policlínica Rodolpho Rocco, antigo PAM de Del Castilho.

Já em 2014, houve a inauguração da Clínica da Família Palmeiras, instalada na estação de mesmo nome do Teleférico, na parte mais alta do Complexo, que passou a atender a população antes assistida na Policlínica Rodolpho Rocco. A mesma clínica, no entanto, foi fechada em 2016 em razão da violência no local e suas equipes foram transferidas para a CF Zilda Arns, sendo posteriormente reduzidas. Também em 2016, o CMS Alemão foi fechado e suas equipes foram transferidas para a recém-inaugurada Clínica da Família Valter Felisbino, em Ramos, e as equipes do CMS Esperança foram transferidas para a também recém-inaugurada CF Klebel de Oliveira Rocha, em Olaria. Podemos ver nesse momento um movimento de retirada dos serviços de saúde de dentro da favela para os bairros próximos ou para as grandes avenidas que margeiam o Complexo. (Cabral; Nascimento; Fazzioni, s/d)

A privatização da gestão permanece, porém mudando sua modalidade: a gestão por ONG é substituída por Organizações Sociais de Saúde (OSS): com exceção da UPA Alemão gerida pela IABAS desde 2010, a maioria, e após 2015, a totalidade das unidades locais passou a ser gerida pela associação privada Viva Rio.

As OSS são uma figura jurídica que mantêm relação direta com a Reforma do Estado executada em 1995.

Um dos resultados do neoliberalismo foi a criação do que se chamou Terceira Via, no Reino Unido, para implementar algumas das diretrizes do modelo econômico. Contudo, nem todos os países economicamente mais ricos adotaram essa alternativa. Os Estados Unidos, por exemplo, inseriram as organizações não governamentais (ONG) e a França lançou mão do modelo de Economia Social. No Brasil, optou-se pela alternativa do Terceiro Setor.

Institucionalmente, as organizações que compõem o Terceiro Setor têm o seu crescimento ancorado nas políticas públicas. Comportam-se como não-estatais e não-mercantis, assumindo características privadas, porém sem fins lucrativos e, concomitantemente, almejam objetivos sociais, públicos ou coletivos, características atribuídas ao Estado. Para além das características beneficentes e dos espaços de atuação política, o Terceiro Setor se oferece como alternativa para a transferência das responsabilidades sociais do Estado. O governo assume o papel de regulador e as instituições não governamentais apoiam e substituem o Estado. Essa transferência da gestão pública para entidades não governamentais pautou-se nas diretrizes do *New Public Management* (NPM – Nova Gestão Pública), sendo a principal e mais influente teoria de modernização do aparelho estatal contemporâneo. O NPM é o dispositivo para reduzir o peso de um Estado abrangente como o Estado de Bem-Estar Social e orientou a Reforma do Estado brasileiro nos anos 1990.

Em 1998, a Lei Federal n.º 9.637 criou as organizações sociais de saúde (OSS) sob o argumento principal da desburocratização e da redução de custos, baseadas no

tripé canônico da administração: eficácia, eficiência e efetividade. Contudo, dados empíricos apontam para aumento de despesas do Estado com a transferência da gestão de serviços públicos de saúde para as OSS. Ademais, o levantamento sobre os contratos de gestão de OSS com secretarias estaduais de saúde demonstram uma elevação desse movimento. (Turino et al., 2022, p. 1)

Além da modernização e mudança normativa, uma mudança significativa é a elevação da escala da privatização, pelo volume de recursos e pelas dimensões nacionais e internacionais das entidades privadas atuantes.

Desde a instituição da Lei [municipal das OSS municipal em 2009] até o ano de 2019, (...) dez celebraram contratos com o município, de acordo com os Contratos de Gestão publicados no site da SMS. As contratadas pelo município foram: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM); Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (FIOTEC); Instituto de Ação Básica e Avançada a Saúde (IABAS); Viva Rio; Centro de Estudos e Pesquisas 28 (CEP-28); Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” (CEJAM); Sociedade Espanhola de Beneficência; Instituto Gnosis; Hospital Maternidade Therezinha de Jesus e Cruz Vermelha. Outras Organizações Sociais, já desqualificadas, também assumiram a gestão de unidades de saúde no período de 2009-2015. As Organizações Sociais desclassificadas foram: Associação Marca para Promoção de Serviços (A. Marca); Associação Social Global Soluções em Saúde – GLOBAL; BIOTECH – Humanas Organizações Sociais de Saúde; Centro Integrado e Apoio Profissional (CIAP); Fibra Instituto de Gestão e Saúde (FIBRA); Instituto SAS; Instituto Unir Saúde (SMS/RJ, 2016). (Bravo; Lima; Correia, 2020, p. 132)

A IABAS e Viva Rio estão entre as três maiores organizações sociais que gerem unidades e serviços de saúde no município. Somente entre 2009 e 2018, entre contratos e aditivos, dos quase 16 bilhões gastos em nove anos – com crescimento contínuo até 2016, retornando em 2018 para o patamar de 2011-2013 – a IABAS foi a que mais recebeu, com R\$ 4.021.487.089,41 (25,22% do total), seguida pela SPDM, R\$ 3.672.846.594,99 (23,04%) e, em terceiro lugar, a Viva Rio, com repasses da ordem de R\$ 3.420.539.046,97 (21,46%), com as outras restantes somando 4.827.831.366,69 (30,28%) (Turino et al., 2022, p. 5).

Fundado em 2008, o **Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (IABAS)** é uma associação privada, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde, rapidamente habilitada a atuar na administração de projetos e prestação de serviços na área da saúde. Conforme Vieira (2016), uma particularidade do IABAS, é a presença, em seu Conselho, das pessoas jurídicas Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas e Associação Brasileira de Cirurgiões Dentistas, “além de pessoas com parentela com políticos do PMDB e membros do executivo no governo do PSD em São Paulo” (Vieira, 2016, p. 40). Sua história está atravessa por irregularidades, como as práticas de sobrepreço de serviços, documentação falsificada e quarteirizações (Oliveira, C. 2015); talvez a mais escandalosa, a não entrega de cinco dos sete hospitais de campanha para pacientes com COVID-19 para os quais foi

contratada, o que lhe obrigou a devolver 180 milhões de reais e levou a prisão de diretores e do Secretário da Polícia Civil, por acobertar as investigações.

Está certificada para atuar em diferentes estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Maranhão; em municípios do estado de São Paulo, como a capital, Santo André, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Franca, Mauá, Caieiras, Taubaté, Cajamar, Guarujá, Santos, Caçapava e Pindamonhangaba; municípios do estado do Rio de Janeiro, como a capital, Niterói e Quissamã; na capital do estado do Espírito Santo, Vitória; municípios do estado de Minas Gerais, Contagem e Uberaba; em Goiás, Aparecida de Goiânia; na capital do estado do Paraná, Curitiba.⁷⁷

Em 2016, contava com mais de nove mil ‘colaboradores’ no Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Junto a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, o instituto está presente na Zona Norte e no Centro, gerenciando 74 serviços de saúde, entre Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades de Assistência Médica Ambulatorial (AMA) e Prontos-Socorros (PS). Com a Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul, atua no atendimento de solicitações de regulação e treinamento de profissionais para a utilização do sistema inter-hospitalar de Urgências e Emergências no estado, cobrindo 79 municípios e 1400 unidades.

No estado do Rio de Janeiro, em 2016, o IABAS desenvolveu parceria com a Secretaria Estadual de Saúde para administrar os Hospitais Rocha Faria e em Adão Pereira Nunes, encerradas, respectivamente, em 2017 e em 2020.⁷⁸

Na cidade do Rio de Janeiro, além de sua presença na UPA do Complexo do Alemão, geriu também outras UPA, na Cidade de Deus, Costa Barros, Madureira e Vila Kennedy, reduzidas a partir de 2015 a estas três últimas. Além disso, conduzia o Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso (nos hospitais Miguel Couto, Salgado Filho, Lourenço Jorge, Pedro II e Francisco da Silva Teles), o Programa de Saúde nas Escola em 160 unidades e a Estratégia Saúde da Família nas AP 4.0, 5.2 e 5.1. Em 2018, a população coberta pela IABAS na

77 Cf. informações do portal das OS, disponível: <https://www.portaldasos.com.br/organizacao-social/instituto-de-atencao-basica-e-avancada-a-saude-iabas/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

78 Cf. perfil da OSS IABAS na rede social LinkedIn: <https://br.linkedin.com/company/institutoiabas/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

Estratégia Saúde da Família cobria 77 unidades, totalizando quase 835 mil pessoas, envolvendo 449 equipes de saúde da família, com 4757 ‘colaboradores’.⁷⁹

A **Viva Rio**⁸⁰, criada em 1993 como um movimento em torno de questões relacionadas a violência e segurança pública, torna-se uma ONG em 1995, passando a executar uma imensa diversidade de projetos, assistenciais, de assessoria jurídica, convivência inter-religiosa, educacionais, sanitários, humanitários, esportivos, habitacionais (que lhe valeu uma premiação pela Habitat da ONU), ambientais e econômicos (microcrédito e microempreendedorismo). Em 2007, passa por uma nova transformação, tornando-se uma associação privada sem fins lucrativos, qualificando-se como OSS em 2009, tornando as ações de saúde sua principal vertente de atuação e fonte de recursos. Viva Comunidade era o nome da OSS composta inicialmente, porém em 2015 se tornou homônimo de sua ONG matriz (Vieira, 2015, p. 40). Em 2016, passa a se autodenominar uma empresa social. Possui subsidiárias em outros países, como Haiti desde 2007, pelo aprofundamento progressivo de sua atuação junto as forças de paz da ONU comandadas pelas Forças Armadas brasileiras, e nos Estados Unidos, desde 2014, para facilitar a captação de doações. Além do Brasil, já prestou consultorias em países africanos, como o Congo, e em países latino-americanos como a Colômbia e o Panamá, e desenvolveu trabalhos no Haiti, na Jordânia e na África subsaariana (Bergier: 18/05/2015).

Liderada originalmente pelo sociólogo Herbert de Souza, do IBASE, e o antropólogo Rubem César Fernandes, do ISER, contava entre seus membros fundadores representantes de diversas entidades: João Roberto Marinho (O Globo); Joaquim Falcão (Fundação Roberto Marinho); Zuenir Ventura (Jornal do Brasil); Walter de Mattos Jr. (O dia); Luiz Fernando Ferreira Levy (Gazeta Mercantil); Carlos Manoel C. Lima (Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro); Humberto Mota (Associação Comercial do Rio de Janeiro); Clarice Pechman (Pensamento Nacional das Bases Empresariais); Rubem Cesar Fernandes (ISER); Caio Fábio D’Araújo Filho (Associação Evangélica Brasileira); Maria Cristina Noronha de Sá (Pastoral do Menor da Arquidiocese do Rio de Janeiro); Miguel Darci de Oliveira (IDAC/ Comunidade Solidária); Itamar Silva (Centro Bento Rubião, líder comunitário do Santa Marta); Ricardo Amaral (empresário do entretenimento); Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira (FIRJAN). Por essa composição original e suas práticas, ficou conhecida como ‘Viva Rico’.

79 Documentação no antigo site da CIEZO, disponível através do: https://web.archive.org/web/20160322114743/http://iabas.org.br/?page_id=356. Acesso em 30 jun.2023

80 Diversas informações neste trecho do trabalho (p. 153-155) foram retiradas em sua maioria do sítio da Viva Rio (VIVA, s/d).

Em sua trajetória forma uma notável rede de ‘amigos’ e conselheiros: José Murilo de Carvalho (historiador), Bernardo Sorj e Simon Schwartzman (sociólogos), Edmar Bacha (economista), Elísio Medeiros Pyres Filho (publicitário), Isabel Salgado (jogadora e treinadora de vôlei), Mauro Ventura (jornalista), Osmar Vargas (liderança de favela e comunicador), Sebastião Santos (jornalista, liderança em Movimento pelos Direitos Humanos na Baixada), Miguel Darcy de Oliveira (Cientista Político e Diplomata), Orlando Diniz (presidente do SENAC-RJ) e Lusmarina Campos Garcia (pastora luterana), entre outros.

Ao longo de sua história estabelece também múltiplas relações com: instituições internacionais e supraestatais (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, ONU, incluindo UNICEF, UNESCO, Organização Mundial de Saúde – OMS, ONU-Habitat, Corporação Andina de Fomentos – CAF, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO, OEA e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE); grandes empresas (Rede Globo, Petrobras, Coca-Cola, Castrol, Brascon, Gestetner, Cisco, EBX, IBM, Fininvest); com todos os níveis estatais, do Governo Federal (Polícia Federal, Exército Brasileiro, Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Fiocruz, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), Estadual (do Governo do Estado do Rio de Janeiro, PMERJ e Polícia Civil) e Municipal (Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social, Assistência Social, Meio Ambiente e Saúde do Rio de Janeiro, bem como outras Secretarias Municipais de Saúde de diversos municípios); instituições religiosas (Conselho Mundial de Igrejas, CNBB, CONIC e Visão Mundial); instituições privadas (Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Instituto Moreira Salles); ONG de porte internacional (ONG Espacios, ONG Companheiros das Américas); fundações privadas de grande porte (FIRJAN e Fundação Roberto Marinho); concessionárias de serviços públicos (distribuidora de energia AMPLA).

Participa pelo menos de duas importantes associações de classe: a Federação das Misericórdias, Entidades Filantrópicas e Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ, fundada em 1984) e do Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS, fundado em 2015).

Mantém na última década e meia diversos contratos na área de saúde. Em julho de 2021, a Viva Rio possuía 8376 profissionais, sendo 3869 técnicos e auxiliares. Naquele momento atuando em 91 unidades de saúde de diversos municípios do Rio de Janeiro, era responsável pela cobertura assistencial de 2.672.000 pessoas, sendo 1.600.000 na assistência básica, 950.000 nas emergências e 122.000 em hospitais. (Fernandes, R.: 18/05/2021).

Em contratos firmados com a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, a partir de 2009, se encarregou da rede de atenção primária à saúde de uma enorme área da cidade, assumindo a gestão de ‘clínicas da família’ nas Áreas Programáticas 2.1, 3.1 e 3.3, chegando a envolver, em 2016, 62 unidades, organizadas em 300 equipes de saúde da família, com 4484 ‘colaboradores’. Após o rompimento de contrato em 2020, permaneceu apenas na área 3.1, onde se localiza o Complexo do Alemão. Em 2021, reamplia sua abrangência incorporando as AP 2.2 e 5.2.

Também com a prefeitura da cidade, assumiu diversas outras unidades: entre 2011 e 2020, a UPA da Rocinha; entre 2015 e 2020, a UPA do Alemão, retornando a sua gestão em 2021 e acrescentando também neste ano a UPA Manguinhos; em 2010, assumiu quatro Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e dois Centros de Atenção Psicossocial para usuários de Álcool e outras Drogas (CAPS-AD), deixando outros em 2020, quando os contratos são rompidos, saindo de unidades como CAPS da Rocinha e Alemão; a partir de 2015, Unidade de Acolhimento Adulto Metamorfose Ambulante; entre 2015 e 2018; o Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, até o contrato ser encerrado também abruptamente pela Prefeitura; mais recentemente, em 2021, passa a gerir o CER Realengo e Hospital Albert Schweitzer. Atualmente, a grande quantidade de contratos firmados com a prefeitura do Rio de Janeiro violam pontos de um decreto do próprio prefeito, Eduardo Paes, que limita o número de contratos a serem assumidos por uma mesma OSS. Só em 2021, a OSS Viva Rio acumula quase R\$ 1,5 bilhão em acordos com a Prefeitura do Rio (O Dia: 15/12/21).

Atua também junto a outras Secretarias Municipais de Saúde no estado do Rio de Janeiro: em Paraty, a partir de 2015, o Hospital São Pedro de Alcântara e em 2019 o Hospital Hugo Miranda; em Pinheiral, em 2015, renovado em 2021, o Pronto Socorro do Hospital Prefeito Aurelino Gonçalves Barbosa; com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paraíba (reunindo 12 Municípios: Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda), assumindo o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU); em Nova Friburgo, a partir de 2019, assumindo a UPA Conselheiro Paulino; em Niterói, a partir de 2020, no Hospital municipal Oceânico (VIVA RIO: 15/10/2023). Além disso, em 2023 assume o Hospital Municipal de Araucária (HMA), no Paraná.

Por fim, encerrando esta lista incompleta, passa a administrar em 2014 cinco Unidades de Pronto Atendimento do Governo do Estado do Rio de Janeiro, situadas na Ilha do Governador, Engenho Novo, Penha, Irajá e Maré. Com exceção da Penha, estes contratos são

renovados em 2019. Em 2020, assume também UPA Tijuca, Botafogo, Copacabana e Jacarepaguá.

4.3 A via de mão dupla da contrainsurgência

Buscando os nexos entre militarização da segurança pública e privatização da saúde, destaca-se nesta investigação aquela que pode ser considerada o maior aparato privado de hegemonia das classes dominantes atuante no Complexo do Alemão, a associação privada Viva Rio. Além da influenciar a saúde pública, pela ampla gestão privatizada de unidades de saúde, relacionou-se diretamente com a política interna – procurando influir na segurança pública fluminense – e externa – ao participar das ações militares e empresariais brasileiras na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti – MINUSTAH, cooperação que se repetiu durante a ocupação militar no Complexo na primeira etapa da pacificação.

Suas iniciativas frente a segurança pública⁸¹ podem ser reunidas em três grandes direções: mobilizações pela paz, promoção do desarmamento e a reforma das práticas policiais. Neste último âmbito, que interessa aqui, sua influência, culminará na criação da polícia pacificadora, fazendo a ponte entre as ações militares em Porto Príncipe e o Rio de Janeiro.

4.3.1 Do Rio de Janeiro a Porto Príncipe

Em 1994, inicia sua influência direta na reforma e modernização da polícia, atuando em conjunto com o comando da PMERJ, então chefiada pelo Cel. Nazareth Cerqueira, num projeto piloto de policiamento comunitário em Copacabana, na favela do Pavão-Pavãozinho,

⁸¹ Diversas informações do tópico 4.3.1 deste trabalho foram retiradas em sua maioria do sítio da Viva Rio (VIVA, s/d).

que prioriza as ações de prevenção para evitar a violência, o enfrentamento e o uso de armas nas comunidades, procurando coibir a corrupção e violência policial, reduzindo por três anos a taxa de homicídios, tendo como inspiração uma experiência da Polícia de Boston, nos EUA. Alguns anos depois, em 2000, se transforma no "Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais" (GPAE).

Em 2004, ampliando sua atuação na segurança, a Viva Rio, junto as prefeituras de Resende, Niterói, Macaé, Itaboraí e Campos dos Goytacazes, elabora Planos Municipal de Ordem Pública, elaborando soluções de curto, médio e longo prazo para os principais problemas identificados a partir de um diagnóstico da criminalidade nas regiões, dos recursos humanos, institucionais e financeiros disponíveis e dos principais atores e parceiros capazes de gerenciar a implementação do projeto, visando a prevenção da violência e a promoção da ordem pública.

Em 2005, prossegue sua ação reformista e modernizante da polícia, elaborando um plano e um diagnóstico da realidade da instituição com propostas de melhoria nos serviços prestados e por mais segurança tanto para a população quanto para os profissionais da áreas, o Desenvolvimento Institucional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (DIPOL). Este inclui um processo de consulta interna e externa, com a chamada 'sociedade civil', a princípio inédito no país, reunindo milhares de propostas de mudanças, chamado "A Polícia que Queremos". No ano seguinte, é realizado, junto Casa de España, UERJ e TV Globo, um seminário sobre esse tema, apresentando um relatório final entregue aos candidatos ao governo do estado do Rio de Janeiro.

Em paralelo, em 2005, a Viva Rio cria, em convênio com o governo do estado do Rio de Janeiro, um Projeto de Avaliação e Revitalização dos Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais, o PRO-GPAE. Esse projeto seleciona e qualifica policiais militares para desenvolver um modelo de gestão de policiamento comunitário em algumas favelas do Rio de Janeiro e Niterói, como o Morro do Cavalão, que observa queda nas taxas de homicídios após quatro anos de implementação. Entre as ações desenvolvidas neste local, em 2006, está um projeto artístico-cultural realizado pela Viva Rio junto ao GPAE. Em 2007, seguindo a parceria com a PMERJ, o Viva Rio passa a oferecer cursos de aprimoramento da atuação policial para o GPAE, visando ao aumento de sua eficiência, tendo como prioridades a prevenção, a ética profissional, o respeito à lei e a valorização do papel comunitário na atividade policial, além do conhecimento da rede de assistência para encaminhamento de casos específicos.

No mesmo período, suas iniciativas frente a segurança pública desenvolvem seu escopo nacional e internacional. Em 2006, promove o estabelecimento de uma Rede de Polícias e Sociedade Civil da América Latina, realizando encontros, debates e trocas de experiência entre policiais, ONGs e pesquisadores da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Peru e Venezuela. Essa rede produz uma coletânea de artigos que apresenta um panorama da segurança pública na região. Ainda na seara da capacitação profissional de cunho internacional, em 2008, a Viva Rio, junto a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) do Ministério da Justiça, realiza um Curso de Pós-Graduação para Policiais, cujo objetivo é modernizar e tornar mais eficiente a polícia, aproximando-a do conceito de polícia cidadã, valorizando medidas preventivas contra a violência e incentivando a participação da sociedade nas questões de segurança pública. Neste mesmo ano, participa da primeira reunião de Ministros de Segurança das Américas, realizada no México, evento que marca o início de uma série de encontros periódicos entre os ministros do Interior, Segurança e Justiça dos países membros da OEA com o objetivo de promover, fortalecer e acompanhar políticas de estado em segurança pública com pleno respeito aos direitos humanos.

Esta série de ações, ainda laterais em relação a instituição policial militar fluminense, culmina na Pacificação e criação das UPP, quando as propostas impulsionadas pela Viva Rio passam a primeiro plano na forma de organização policial, ao menos temporariamente. A origem da pacificação carioca remete diretamente a atuação da Viva Rio, articulada as forças militares da MINUSTAH, comandadas por oficiais brasileiros, no Haiti. Antes de explicitarmos como ocorre essa exportação-importação ocorreu cabe compreender a trajetória das operações de contrainsurgência no Brasil.

4.3.2 De Porto Príncipe para o Complexo do Alemão

Para que se compreenda a relação entre políticas de saúde privatizadas e políticas de segurança militarizadas é indispensável acompanhar a evolução das práticas de

contrainsurgência. Uma longa citação do militar Visacro (2009), ajuda a compreender em que consistem as ações de contrainsurgência.

Não existe muita divergência acerca dos fundamentos das operações contra forças irregulares. Os manuais militares de contrainsurgência, em todo mundo, versam basicamente sobre as mesmas ideias. Eles apontam, de um modo geral, para a necessidade de uma **abordagem civil-militar integrada; a ênfase na promoção de reformas sociais e no desenvolvimento de políticas públicas** focadas na melhoria das condições de vida da população, em detrimento da condução de operações de combate de maior envergadura; apontam para a necessidade preponderante de isolar os guerrilheiros e os terroristas da população civil; a necessidade de privar as forças irregulares de seus apoios domésticos, de seus locais de refúgios e de seus patrocinadores externos; enfatizam a **importância das operações psicológicas, das atividades de inteligência e das missões tipo polícia**; advogam o emprego moderado da força letal e o **uso de forças nativas de segurança**.

A dificuldade, portanto, reside em colocar essas ideias efetivamente em prática. Os maiores óbices encontram-se no grau de deterioração do cenário político-social (frequentemente irreversível); na capacidade, ou melhor, na incapacidade de o Estado promover as reformas necessárias; no potencial militar das forças irregulares e, ainda, na aptidão das forças convencionais de conduzirem a bom termo o combate aos rebeldes. A esse respeito, destacam-se como principais atributos de um exército qualificado para a contrainsurreição as seguintes características: cultura organizacional que fomente a liderança em todos os níveis da cadeia hierárquica, desenvolva a iniciativa dos comandos subordinados e permita a condução de ações descentralizadas de forma eficiente; capacidade de empregar força letal mínima e controlar seus danos colaterais; persistência, capacidade de operar por longos períodos de tempo, convivendo com a frustração, a ausência de resultados efetivos e com um número crescente de baixas, sem se desgastar politicamente ou amargar um colapso moral; capacidade de interagir com a população local, dando-lhe de forma tangível segurança e de forma abstrata esperança; **capacidade de interagir com a mídia e com organizações não governamentais; capacidade de operar em conjunto com corporações policiais e forças de segurança nativas**; capacidade de colaborar com outras agências estatais; disponibilidade de instrumentos jurídicos adequados e capacidade para fazer bom uso deles; grande adaptabilidade, ajustando-se às rápidas transformações das organizações militantes e às frequentes mutações do combate irregular; capacidade para aprender com a cultura nativa; disponibilidade de agências de inteligência e forças de operações especiais competentes. (...)

Muito embora a tarefa de uma força de contrainsurgência seja normalmente definida pelo verbo “pacificar”, sua missão precípua consiste em erradicar a ameaça irregular, especificamente seu braço armado, isolando-o de seus apoios locais, desmantelando sua infraestrutura e neutralizando seu poder de combate. É claro, isso não será obtido por meio da distribuição gratuita de alimentos, panfletos e sorrisos. Porém focar exclusiva e excessivamente essas ações táticas provocará uma ênfase indevida nas ações de combate. Para desarticular as forças irregulares, *é necessário atender a dois pré-requisitos básicos: vencer a guerra da informação e conquistar o apoio da população.* (Visacro, 2009, p. 345-347. Grifos meus)

Talvez o *debut* da contrainsurgência *ipsi literis* como ação militar brasileira ocorreu em 1972, a Operação Sucuri do Exército, envolvendo 20 mil militares – mobilização semelhante a Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial –, contra a Guerrilha do Araguaia – que se desenvolvia desde 1969, reunindo pouco mais de 100

guerrilheiros, que procuravam emular uma estratégia maoista, de longa duração, de cerco as cidades a partir do campo.

Após duas primeiras investidas fracassadas, a última se diferenciou pois, além do uso da força – envolvendo prisões indiscriminadas de supostos apoiadores, ocupação de terras e destruição de plantações, culminando em prisões, fuzilamentos, cabeças cortadas e sobrevoo de um helicóptero com uma das lideranças guerrilheiras mortas pendurada “a fim de mostrar a população que morrerá o tão popular e carismático [Osvaldão]” – os militares, odiados pela população local devido as medidas repressivas, articularam-se a órgãos públicos e lançaram a Ação Cívica e Social. Nela, o governo levou para a região dentistas e médicos, distribuindo remédios e vacinas; o Incra distribuiu terras nas áreas próximas às bases da guerrilha; foram prometidos lotes de terra para Bate-Paus que atuassem como guias; além de apoios e cooptações de locais que serviam de base para estímulos à deserções (Zaconne, 2015, p. 286).

O Exército passa a usar serviços essenciais em locais de ausência de políticas públicas como estratégia militar de conquista do apoio da população do território ocupado para a pacificação. Nada mais antigo como o passado recente! [na expressão cunha pelo escritor Nelson Rodrigues] A ACISO em muito se assemelha com o programa denominado UPP social, que pretende levar cidadania para as favelas do Rio de Janeiro, ocupadas por forças policiais. (Zaconne, 2015, p. 247-248)

Antes que aborde como a contrainsurgência foi praticada no programa de pacificação e as GLO de 2010-18, nas operações de 1994-1995, observa-se elementos da mesma. A justificativa para a fim das operações foi justamente esse.

O Exército deixou o comando da Operação Rio e, como a Marinha e a Aeronáutica, só voltará às favelas cariocas em caso de necessidade extrema e convocado pelo governo estadual. Desde sexta-feira, as Forças Armadas consideram encerrada sua participação em ações de ataque e ocupação de favelas dominadas por traficantes de drogas. Agora, a responsabilidade pela repressão ao tráfico é da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio, dirigida pelo general da reserva Euclimar da Silva. (...) Por determinação do secretário, só invadirão as favelas os policiais militares do Bope (Batalhão de Operações Especiais) e dos Batalhões de Choque 1 e 2. A fase de transição do comando da Operação Rio foi encerrada quando o Exército passou à Polícia Militar 705 soldados que trabalharam em ações nos morros. O Exército decidiu não mais se envolver na repressão ao tráfico, a não [ser] com seu serviço de inteligência ou em grandes operações em que haja um pedido formal do governador Marcello Alencar (PSDB), ao presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). **Os militares admitem voltar às favelas em caso de "apoio social". Nessa hipótese, seriam enviados médicos, dentistas e engenheiros para atender favelados em ocupações feitas pela PM.** Desde o fim de semana, o Bope tem exercido nas favelas o papel que era feito por tropas militares. (Torres: 31/01/1995. Grifos meus)

A ‘missão Haiti’, na qual o exército comandou as tropas da MINUSTAH, se coloca em prática justamente esse tipo de ações que os militares não conseguiram implementar em

1994-1995, adquirindo experiência fundamental para aplicá-las posteriormente no Brasil, em particular no Rio de Janeiro.

A pacificação da favela de Bel-Air, no centro de Porto Príncipe, realizada entre 2004 e 2005, serviu de paradigma para outras pacificações, por exemplo, para a favela de Cité Soleil, entre 2006 e 2007. Em Bel-Air, a ocupação militar passou a ser permanente, superando as incursões pontuais, de patrulha, cerco e vasculhamento, realizadas até então, que redundavam em confrontos que, após a saída das tropas da MINUSTAH, reforçavam a moral das gangues que dominavam o local. A pacificação teve por base um antigo posto policial desativado, que foi recuperado e fortificado, localizado em uma pequena elevação, o que oferecia vantagem tática para operações repressivas desempenhadas para companhia lá destacada. Passava a ser um ‘ponto forte’ (*strong point*), servindo de ponto de apoio tanto para as operações militares quanto para ações sociais essenciais e humanitárias, como abertura de poços de água com a engenharia; asfaltamento da favela; instalação de rede elétrica; estímulo a reabertura de escolas. Foram também instalados dois postos de saúde que, assim como as operações militares, funcionavam 24h por dia, chegando a realizar 40 mil atendimentos, com médicos orientados a coletar informações e cooptar informantes, aproveitando-se da fragilidade própria aos adoecidos. Dentro de Cité Soleil havia três ‘pontos fortes’, reunindo mais de 100 homens, realizando patrulhas dia e noite, contando com apoio de blindados, caminhões, equipamentos e pessoal de engenharia e medicina.

Somadas a outras ações de cunho social realizadas pela Viva Rio, esta articulação tinha por base ganhar os ‘corações e mentes’ da população.

*One of the most interesting civil-military initiatives that flourished during MINUSTAH was the arrival of the Brazilian NGO Viva Rio, which implemented numerous development projects in Bel-Air. (...) The project, Honor and Respect for Bel-Air, included programs designed to empower women, to distribute water, to collect garbage, and to organize cultural programs. **Although most of these projects were run independently of the Brazilian peacekeeping contingent, others actually relied on them.** Blue helmets from Brazil partnered with Viva Rio to clean water canals, to train emergency brigades in Bel-Air communities (providing first aid in cases of natural disasters), to provide goods for development projects (blankets, mattresses, stoves, etc.), and to perform patrols to protect staff members from extortions and threats from gang members. (Sotomayor, 2014, p. 143. Grifos meus)*

Embora os militares apresentem seus resultados como um sucesso (Castro et al., 2023), os efeitos esperados sobre a população foram limitados pela excessiva violência posta em prática.

The military compound in Cité Soleil, which housed about one hundred soldiers (...), was heavily fortified and inaccessible to locals. The patrolling postures included

*heavily armored soldiers with high-ammunition weapons that were never concealed (mostly rifles), face visors, anti-bullet helmets, and body armors (vest neck protectors and knee pads). So much for the soft presence so often mentioned by international NGOs in the IDP camps. Patrols took place roughly every three hours; the standard procedure was intended to reduce risk by assuming a “ready to fight” position. Patrols usually involved four to five vehicles, with four to six blue helmets in each. Every vehicle had one soldier with a rifle pointing to the front, while two monitored the sides and one guarded the rear with a shotgun. **This procedure resembled an urban counterinsurgency operation more in tune with military missions in places like Afghanistan or Iraq, rather than a UN peacekeeping.** Ultimately, the heavy anti-riot and military posture assumed by blue helmets inhibited any cooperative or integrated interaction with residents. (...) The image of the Brazilian soldier as an aggressive police enforcer and not a peacekeeper spread. If anything, inhabitants from Cité Soleil appeared to be intimidated by the presence of Brazilian patrols. As a result, Haitian became increasingly impatient with the presence of Brazilian troops. Their efforts to win the hearts and minds of locals failed time and again. (...) **The civilianizing effects of peacekeeping were consequently limited to the Viva Rio experience.** Even so, Brazilian soldiers failed to adjust to the circumstances of the mission after the earthquake. If they struggled to adopt their rules of engagement on the field (a minor logistical change), one has to wonder how this peacekeeping experience could have possibly changed individual identities, let alone military organizations. On the contrary, **it would appear that the peacekeeping in Haiti replicated and then reinforced policing roles, thus failing to effectively change practices, behavior, or military identities.** The Brazilian socializing experience clearly diverted from the civilianizing model suggested by the Moskos, Williams and Segal (2000) framework. (Sotomayor, 2014, p.150. Grifos meus)*

Malgrado a situação de absoluta penúria das favelas haitianas e a limitação do tráfico de drogas por parte das gangues, bem como o amparo jurídico e regras de engajamento melhor delineados lá aplicados quando comparados às ações em favelas cariocas, essa experiência foi precursora das UPP, como confirmam as ligações diretas que os *force commanders* da Missão Haiti fazem entre as duas experiências, vendo como muito semelhantes as características do emprego militar num e noutro cenário (Castro et al., 2023, p. 13).

Conforme o levantamento realizado por Adriana Abdenur et al. (2017) da até então limitada literatura acadêmica sobre como o engajamento do Brasil no Haiti teria influenciado a ação de militares brasileiros nas operações de pacificação em território nacional, em especial na instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), diversos autores identificam relações, ainda que caiba a ressalva de que as raízes no plano interno de pacificação sejam anteriores ao início da MINUSTAH.

Para Palma (2015), o sucesso inicial da atuação militar no Haiti teria tornado propícia a retomada do debate doméstico sobre o emprego das Forças Armadas no combate à criminalidade no âmbito interno. Oliveira (2009) defende que as lições extraídas por meio do enfrentamento de gangues no Haiti teriam servido como uma espécie de laboratório para o combate ao narcotráfico em favelas do Rio de Janeiro. De maneira similar, Salgado (2015) argumenta que o modelo de ocupação permanente de áreas estratégicas e simbólicas praticado em Porto Príncipe,

denominado de “pontos fortes”, teria sido replicado em comunidades cariocas. (Abdenur et al., 2017, p. 109)

Sotomayor (2014), combatendo o mito do ‘pacificador democrático’ através da análise das experiências argentina, brasileira e uruguaia como capacetes azuis da ONU, vai além e sustenta mais diretamente que atuação militar brasileira no Haiti tinha por objetivo não exatamente pacificar nos termos das missões de manutenção da paz da ONU, promovendo ‘efeitos civilizatórios’ tanto para a população quanto para as forças armadas, mas pacificar no sentido brasileiro, que remete aos massacres realizados na Balaiada, Canudos, Contestado ou Araguaia (Zaccone, 2015, p. 207-259), treinando para ações internas, exportando as ações contrainsurgentes já realizadas internamente.

*The country’s engagement in MINUSTAH serves as a training ground for developing the military’s urban operations skills, with a view to using the forces for the so-called pacification of favelas (slums). In this case, the emphasis is not on developing new professional skills to help reorient the armed forces toward external missions; rather, the focus is on developing skills to reinforce the military’s traditional inward-looking approach. (...) the acquired training for peacekeeping is then used as a model for the military’s domestic mission, as it applied not only in Haitian slums but also in Brazilian’s favelas in the so-called pacification strategy (BARNES 2010). **Most of the military staff members that participaed in the “pacifying” operation ironically had been trained for and participated in UN peacekeeping.** (...) General Fernando José Lavaquial, appointed by the ministry of defense to be in charge of the Complexo do Alemão, was a former brigade commander in MINUSTAH.*

The use of military as peacekeepers or “favela pacifiers” is not exceptional or sporadic. The pacification strategy has expanded to more tha twenty federal states. Rio de Janeiro is at the center of this strategy, in part because is under international scrutiny to reduce its high crime rate after being chosen as the venue for the 2014 World Cup and the 2016 Summer Olympics. Military policing roles in Brazil are literally up and coming, and all highly reinforced by peacekeeping.

*The brazilian case is critical because peacekeeping provides strong incentives to reinforce inward-looking military missions and contributes to what Zavarucha (2000, p. 8-31) once refereed to as “the militarization of public safety”. Such militarization is a process by which military models, methods, concepts, doctrines, procedures, and personnel are applied to public nonmilitary spaces such as policing, public security, law enforcement, judiciary, politics, and now peacekeeping. In this context, peacekeeping adds an additional layer of legitimacy to the military by fostering the general perception that if troops are being trained, used, and even authorized by international bodies to “pacify” slums abroad, they can be used at home for a similar purpose. **In the Brazilian case, peacekeeping is not reforming military organizations. Rather than importing new doctrines and training programs from overseas, Brazilian troops export their conventional policing roles and apply them to peacekeeping strategies with unintended consequences for democratic civilian control.** (Sotomayor, 2014, p. 86-88. Grifos meus)*

A ponte mais concreta entre a experiência do Haiti e Brasil, se deu em 2007. Conforme o Gen. Heleno (Castro; Marques, 2019, p. 38-39), a Viva Rio convidou o então comandante da PMERJ, Cel. Ubiratan Ângelo, para conhecer a pacificação das favelas de

Bel-Air e de Cité Soleil, movimento essencial para a elaboração das UPP. Cabe destacar que, além de ter trabalhado, como oficial da PMERJ, em projetos anteriores na área de segurança pública desenvolvidos pela Viva Rio, posteriormente o Cel. Ubiratan passou a compor seus quadros, entre 2011 e 2020, como Coordenador de Segurança Humana, e atualmente como Coordenador de *Compliance*.

Um capítulo mais recente das relações da Viva Rio com as forças armadas, se deu durante a intervenção militar de 2018. Em carta pública assinada pelo conselheiros e fundadores, coloca a disposição dos comandantes das operações sua experiência adquirida.

Criado pela sociedade civil fluminense há 25 anos, o Viva Rio desenvolveu e implementou dezenas de projetos de integração, pacificação, qualificação profissional, assistência de saúde e inclusão social não só no Estado do Rio como no Haiti. Se necessário for, a experiência acumulada ao longo deste tempo estará à disposição dos comandantes que lideram mais esta iniciativa de combate à criminalidade e de restabelecimento da segurança pública no Rio de Janeiro. (...) Sugere (...) que as incursões militares que se fizerem necessárias tenham como prioridade a segurança [das] populações [de baixa renda que vivem nas áreas controladas pelo crime organizado ou próximo a elas] assim como a recuperação duradoura de sua integridade e dignidade de cidadãos. (...) Os territórios ocupados pelo crime organizado terão que ser resgatados e o comando do crime organizado neutralizado. Caso contrário, a desordem e a violência só recrudescerão quando a intervenção se encerrar em 31 de dezembro vindouro. (Viva, 2018)

Conforme Gois e Sá (2020), suas “estratégias bem-sucedidas”, suas “tecnologias de inserção territorial e social” e sua “capacidade operacional na gestão de territórios considerados carentes ou periféricos qualificam esta entidade a desempenhar papéis de crucial importância para o avanço de um modelo liberal de desenvolvimento (entendido como modernização) e paz”. Esta entidade torna-se “um importante elemento nas engrenagens, discursivas e práticas, que unem segurança e projetos sociais em nível local”, no qual o nexo entre militarização e avanço das forças de mercado é estreito, instrumentalizados para os fins não apenas dos interventores militares e econômicos externos, mas também vendida explicitamente como um serviço internamente (Gois; Sá, 2020, p. 178-180). Apesar das diferentes realidades onde atua, a experiência adquirida da associação privada nos programas de mediação de conflitos e sua dinâmica de trabalho segue uma mesma lógica, replicada para fins de legitimação, junto à população-alvo, de intervenções militares ou econômicas em suas comunidades: “o fundamento das ações é entrar na comunidade, oferecer serviços e programas sociais e, por meio deles, ganhar a confiança da população, conquistando os ‘corações e mentes’ dos moradores-alvo” (Gois; Sá, 2020, p. 179).

Ainda para estes autores, é ilustrativo desse *modus operandi* o caso em que o Viva Rio foi contratada pela empresa de distribuição de energia elétrica Ampla, de atuação no interior

do estado do Rio de Janeiro, para pacificar e fazer a mediação na comunidade Reta, da cidade de Itaboraí, região metropolitana do Rio de Janeiro, com o objetivo de viabilizar sua entrada no local. Foram realizadas primeiramente reuniões com lideranças locais para criar vínculos e ganhar simpatia; depois a construção de uma sede local, a partir da qual foram desenvolvidas ações sociais voltadas principalmente à juventude, nas áreas de capacitação profissional e esportes. Ao invés da suspeita inicial, que levou a contratação da Viva Rio, foi identificado que os obstáculos à entrada da empresa não eram traficantes, que inclusive apoiavam iniciativas e programas sociais, mas sim pessoas ligadas a associações de moradores que se beneficiavam e lucravam com o impedimento, tendo sido, ao longo do processo, alijadas das suas articulações locais.

Em dois anos de trabalho (...), o resultado foi a troca de praticamente toda infraestrutura da rede elétrica, bem como a diminuição nos casos de consumo não pago de energia que, antes do Viva Rio chegar, alcançava cerca de 85%, sendo reduzido para apenas de 5% após o trabalho social-filantrópico realizado neste território (Gois; Sá, 2020, p. 180).

Resta uma importante lacuna a um nível mais operacional sobre como este tipo de atuação social mais ou menos articulada com forças de segurança se presentificou no município do Rio de Janeiro, em particular no Complexo do Alemão, ainda que a simultaneidade, mesmo que em paralelo, sem contatos diretos explícitos, seja suficiente para demonstrar um dos princípios da ação contrainsurgente. Deste modo, a Viva Rio por sua atuação tanto promovendo mudanças na segurança pública quanto se engajando na política de saúde, aparece como o principal aparato privado de hegemonia do Complexo do Alemão.

No período mais recente, pode-se considerar o melhor exemplo de complementaridade e articulação entre ações sociais e de segurança, próprias as práticas contrainsurgentes, a UPP Social, “estratégia adotada pela Prefeitura do Rio de Janeiro para promover a integração urbana, social e econômica das áreas” pacificadas, “incluindo o acesso e melhoria aos serviços públicos nesses territórios” através de “um planejamento conjunto e integrado das políticas públicas dos diversos setores da administração municipal – e sua articulação com o governo estadual, federal, iniciativa privada, universidades e terceiro setor” (La Rocque, 2013, s/p).

Posteriormente renomeada Rio+Social, foi desdobrada no Pacto do Rio, um conjunto de Parcerias Público-Privadas Participativas, buscando a efetividade e eficiência dos projetos em andamento – uma maneira de legitimação nos moldes de planejamento estratégico. Entre as principais ações sociais referidas neste projeto, está a ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família, que “passou de 3% em 2008 para 41% em toda a cidade e 75% nas áreas

pacificadas. Sendo que em 12 comunidades já é de 100%”, considerada uma prova “da intenção da atual administração em promover um pacto social pela paz e ir além da segurança pública” (La Rocque, 2013, s/p).

Por fim, duas peculiaridades das práticas da UPP no Complexo do Alemão chamam atenção, aproximando-a, por um lado, da experiência haitiana – além da ações da Viva Rio junto as forças armadas – e, por outro, questionando o discurso oficial sobre elas.

Conforme assinala Cano (Betim: 11/03/2018), no Complexo do Alemão ela “nem deveria se chamar de UPP” uma vez que sua presença foi um fator constante de conflito, justo o contrário “do seu espírito inicial”, de evitar confrontos, estabelecendo policiamento de proximidade ou comunitário. A instalação, sem diálogo com moradores e suas associações, de uma torre blindada no Largo do Samba, em um ponto estratégico da favela Nova Brasília, em 2017, que envolveu cinco dias de tiroteios e quatro mortes, exemplifica a tentativa de constituição de ‘pontos fortes’. “Com seis metros de altura, pesando quatro toneladas e com possibilidade de visão de 360 graus”, possuindo “seteiras para acoplagem de armas longas, como fuzis” (Caldas, 2018, p. 378) fazia parte de um plano de instalação de 26 outras. Além dela, em 2017, já havia “duas cabines blindadas, no Largo da Vivi e no Campo da Torre, e uma estrutura com cimento preparado para absorver grandes impactos, na localidade da Alvorada” (Ouchana; Goulart: 26/04/2017).

Sem desconsiderar a simultaneidade da ampliação da atuação estatal de cunho social no Complexo do Alemão durante a pacificação, o discurso da “segurança como porta de entrada da cidadania” não se verifica. Como vimos, no Complexo do Alemão, ainda que a cobertura populacional, o quadro de pessoal e o número de equipamentos de saúde durante a pacificação tenha aumentado, este já possuía unidades de saúde antes, mais interiorizadas dentro do Complexo inclusive. Da mesma maneira, as obras envolvendo o PAC-favelas já estavam em andamento antes, com destaque para a instalação do teleférico, fortemente associado, territorialmente e por sua infraestrutura, às UPP, conformando um exemplo paradigmático de urbanismo militar, inspirado nas ações também de contrainsurgência realizadas em Medellín (Pereira, 2018). Localmente, o Estado inverteu o padrão espacial de sua atuação entre 2009 e 2016: retira do interior do Complexo equipamentos de saúde instalados em 2003-04, realocados para vias principais (“margens”) ao mesmo tempo que amplia sua quantidade; introduz equipamentos de segurança, articulados à inéditas intervenções urbanísticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação deste trabalho foi a profundidade das transformações ocorridas no período democrático em favelas dentro da estrutura socioespacial metropolitana carioca e na atuação e configuração territorial do Estado em relação a elas. Cabe realizar agora, reunindo as principais conclusões tiradas ao longo do percurso, um esboço de síntese, provisória, a ser desenvolvida em futuros trabalhos.

Procurei situar os complexos de favelas como parte da história da metrópole capitalista dependente, entendida como uma totalidade menor dentro da totalidade maior da formação econômico-social brasileira, com suas estruturas sociais, uma forma capitalista dependente dentro da totalidade do sistema mundial capitalista, compondo-a politicamente como parte de um sistema de Estados, economicamente por seu lugar na divisão internacional do trabalho, ideologicamente, pelo seu tipo e grau de integração cultural.

A metrópole carioca foi situada em sua magnitude mundial, nacional e regional. Tendencialmente caminha para perder seu lugar centenário como uma das vinte e cinco maiores do mundo, de qualquer forma indicando sua urbanização acentuada em relação ao mundo como corolário da participação do desenvolvimento dependente no sistema mundial capitalista, uma vez que o urbano é seu modo de vida por excelência. Parte do núcleo metropolitano bicéfalo brasileiro, sua posição secundária nacional, embora consolidada, perde peso progressivamente diante da constelação metropolitana que cresce, restando bloqueada a formação de uma megarregião. Embora a mancha urbana metropolitana esteja em expansão, com os recentes acréscimos de novos municípios em sua composição formal, sua população estagna e não há sinais de uma melhor articulação político-administrativa interna. O município núcleo, que historicamente perdia importância demográfica na região metropolitana, estabilizou-se na última década.

Neste sentido, em toda a sua história, ou seja, desde surgiram na estrutura socioespacial de um de seus dois principais núcleos urbanos brasileiros no final do século XIX, as favelas cariocas são conformadas numa complexa estruturação, que envolve a transformação capitalista dependente brasileira, com a industrialização como fator motor, assim como a integração subalterna à situação internacional, envolvendo a dependência técnica, comercial, industrial e financeira e política, impulsionada pelas ondas de modernização capitalista do imperialismo e suas transformações. Suas diferentes origens, incluindo, como aponta Coelho,

a permanência de relações pré-capitalistas, como quilombos criados no período do escravismo tardio, como o caso da Vila Cruzeiro, não anula que, como aponta Milton Santos, elas sejam reconfiguradas como um dos circuitos urbanos criados no capitalismo dependente. A enorme e majoritária concentração de favelas cresce nas últimas décadas proporcionalmente em relação ao total da população, em número e complexidade. Neste processo, nas décadas de 1980 e 1990, o aparecimento de complexos de favelas, cujo marco é sua elevação à região administrativa, além de mudanças de escala de pertencimento espacial e de intervenção estatal, permite também melhor perceber sua participação na morfologia urbana como periferias socioeconômicas no núcleo metropolitano, com a dupla significação de uma resistência ao movimento centrífugo e de reprodução de desigualdades que a compõem sob uma estrutura mais complexa, como periferias no núcleo.

As totalidades socioespaciais são compostas por estruturas sociais econômicas, políticas e culturais articuladas e localizadas, retroagindo sobre elas. Na medida que as estruturas socioespaciais são compósitas, as favelas expressam na morfologia e estrutura socioespacial aspectos econômicos, em primeiro lugar a superexploração da força de trabalho, como pagamento abaixo do valor, que redundava, entre outros resultados, na manutenção em níveis infra-históricos de um aspecto fundamental da reprodução social, a moradia.

Embora certamente as favelas não sejam uma exclusividade das cidades e metrópoles do capitalismo dependente, sua abrangência distinta em regiões imperialistas e dependentes serve como um indicador de sua diferenciação capitalista, o que não anula o debate sobre a generalização da superexploração da força de trabalho, incluindo países imperialistas, nas últimas décadas, nem implica que esse indicador, embora importantíssimo, seja suficiente para assinalar sua variação. Assim, a favelização constitui um processo urbano que assinala desigualdades profundas entre países. Embora exista, aparentemente, uma tendência da queda da população urbana em favelas (*slums*), dado a grande diferença existente entre os grupos de países, sem mudanças radicais positivas, o mais provável é essa situação divergente perdurar por um longo período, ainda que com variações, inclusive para mais, dada a crise climática e seus efeitos destrutivos sobre habitações e infraestrutura, bem como a persistência dos limites econômicos autoimpostos e suas crises periódicas. A manutenção da população brasileira favelada, em sentido estrito, na última década, em torno de 6-8%, caminha junto a multiplicação e distribuição nacional delas; sua principal concentração nas duas maiores e mais ricas regiões metropolitanas são o sintoma da extrema desigualdade que as caracteriza.

Além de expressar aspectos estruturais econômicos, e associado a estes, o Estado, como elemento-chave da estrutura política e do sistema de dominação, participa da conformação das favelas, na mesma medida que contribui para a manutenção das leis tendenciais do capitalismo dependente, principalmente a superexploração da força de trabalho. As favelas são um locus de observação privilegiado das particularidades do Estado nos países de capitalismo dependente, determinado pela subcidadania, fortemente associada aos aspectos mais evidentes e pronunciados da superexploração, e subsoberania, o par subordinação internacional e democracia restringida interna. Além de sustentar patamares infra-históricos de moradia, o Estado dependente, em seu processo histórico, pela permanente ligação com as lutas organizadas da sociedade civil, apresenta-se como um processo de ampliação seletiva do Estado, onde as organizações populares são alijadas, via de regra, do direcionamento de sua atuação, incorporando muito parcialmente indicações dos representantes da luta popular quando comparados com aquelas de entidades privadas burguesas, reforçando a função de hegemonia das classes dominantes sobre outras.

A presença estatal em favelas, condicionante e constitutiva, de modo geral excessivamente penal e escassamente social, passa a impressão imediata de uma continuidade histórica de longa duração. Seria tão longeva quanto a conformação das próprias favelas na paisagem da cidade, quaisquer que tenha sido sua origem, em meio a reconfiguração capitalista da forma urbana carioca no quartel final do século XIX, momento também de reformas policiais, sanitárias e urbanas modernizantes, com mudanças importantes com sua normalização em relação a cidade.

Neste longo processo, recaem repetidamente sob a população favelada: as práticas de ‘batidas’, ‘enquadramento geral’, revistas coletivas sem mandatos, cercos, assim como a constituição de redes de informação, envolvendo abusos de poder, execuções sumárias, invasões de propriedade e até mesmo destruição de casas, por forças repressivas estatais e paraestatais, justiceiros e jagunços, e, depois, por esquadrões da morte, visando criminosos e grupos de criminosos, que disputam violentamente o controle de áreas de influência, ou indiscriminadamente contra os moradores, por represália ou pela situação ilegal ou irregular de sua moradia, associando-os a invasores, aproveitadores, criminosos e vagabundos; as remoções ou sua ameaça (da dança das favelas do centro no início do século XX até as remoções com justificativas ‘ecológico-ambientais’ do início do século XXI); a falta de infraestruturas básicas (relativas a cada momento histórico, considerando que os patamares de infraestrutura melhoram progressivamente) e o conservadorismo, classismo, racismo e

moralismo da assistência social e sanitária, tendencialmente mínima, historicamente focalizada e protocolar, associada a estigmatização dos moradores de favelas.

Cabe a ressalva de que, quando se trata da dialética do capitalismo dependente, as rupturas são menos intensas, o que não significa que não existam; assim, frente às permanências históricas, novidades se sobrepõem e ocorrem reconfigurações. Ocorreram ao longo do século e meio, mudanças de escala tanto do urbano, da metrópole, da cidade e das favelas, assim como no contexto socioeconômico e político. Para compreendê-las, foram estabelecidos períodos históricos globais, sistemas temporais, balizados por crises econômicas, epidemias e guerras, definidos pela situação imperialista do sistema mundial e seu condicionamento das estruturas econômicas dependentes, definindo padrões de reprodução do capital na região. A partir dessa dupla articulação, foi possível estabelecer subperiodizações, observando distintos momentos da forma de Estado, e avaliando a emergência de novas formas estatais, associada a mudanças no sistema de dominação, separados por intensificação das lutas de classes, e na estrutura socioespacial, com seu padrões de distribuição espacial.

Um caso que condensa ações estatais, o Complexo do Alemão, permite observar simultaneamente essa dupla determinação e ampliação seletiva estatal. O Estado, pressionado pela organização dos moradores, teve papel central na formação, consolidação e desenvolvimento urbano do Complexo do Alemão.

Primeiramente, podemos contrastar o período atual da história do complexo do Alemão, da década de 1990 à de 2020, com o anterior, entre a formação de suas favelas, principalmente entre as décadas de 1940 e 1980. Seu maior contraste são distintos padrões de reprodução do capital em que se baseia o padrão de distribuição espacial, assim como formas estatais.

Sob o padrão de reprodução do capital industrial-dependente, observam-se dois momentos das favelas na estrutura socioespacial e da ação estatal em relação a elas.

Entre 1940 e 1963, as transformações do imperialismo sob hegemonia estadunidense do pós-guerra, articulado ao desenvolvimento de um padrão de reprodução industrial-dependente amplo, reverbera em um padrão de distribuição espacial marcado pela expansão da metrópole, com o preenchimento de seus vazios intersticiais, e de agravamento da crise habitacional e explosão das favelas.

Constituídas na década de 1940, o nascimento e formação das primeiras favelas do futuro Complexo do Alemão estão associadas ao desenvolvimento urbano-industrial que ocorria, com seu processo de expulsão dos moradores pobres de regiões centrais, em parte moradores de favelas, em direção a periferia, e sua resistência ao movimento de expansão urbana, com forte peso especulativo; ligado a expropriações seculares e integração nacional, a atração da migração interna pela industrialização, em especial do Nordeste, mas também do interior do estado, impactou a região da Leopoldina, e marca até o presente, quando permanece com um dos pólos industriais da região metropolitana; atração esta potencializando sua característica tradicional de cidade terciária, ligado a serviços e burocracia estatal, ponto de contato com o mundo, através do porto, que paradoxalmente vai perdendo importância. O próprio uso de propriedades privadas, muitas associadas a empreendimentos fabris, e públicas, associadas a corporações de trabalhadores, indica essa ligação, conformando um circuito urbano inferior simultaneamente ao circuito superior que caracteriza a estrutura socioespacial urbana do capitalismo dependente. Essa característica perdurará indicado pelo caráter operário-popular que ainda hoje qualifica seu espaço do ponto de vista sócio-ocupacional.

Reforçando essa tendência, o Estado desenvolvimentista atua no sentido do barateamento da força de trabalho, associando o descumprimento da regra vigente desde 1937 de remoção das favelas, através do congelamento urbanístico das favelas, ao congelamento dos aluguéis, entre 1942-1964, resultando em um regime particular de superexploração da força de trabalho. A rigor, a regra que perdurou sobre as favelas, até a década de 1980, ainda era a de sua remoção e todo tipo de violência implicitamente justificada, e, desrespeitando-a, as melhorias, incluindo infraestrutura básica e saúde, eram seu exercício de exceção, apoiado por crescente organização local, em um cenário de intenso contato com o poder político.

O papel do Estado na constituição do Complexo do Alemão é umbilical. A participação de um dos principais IAP em sua produção é determinante para a transformação dos resquícios de meio rural do então Morro da Misericórdia em meio urbano abaixo dos patamares históricos de condições de vida, dada a capacidade, já naquele momento, de limitar ou mesmo resolver a crise urbana. Progressivamente, a luta dos moradores contra os recorrentes despejos, cada vez mais organizada, é acompanhada e incentivada por organismos estatais, promovendo seu encapsulamento jurídico. A ação social, que inclui fins anti-comunistas, de uma entidade internacional religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana, a Fundação leão XIII, articulada ao Estado, indica sua importância geoestratégica.

Neste momento, por um lado, os serviços de saúde, hospitais e centros de saúde a frente, capilarizam-se, acompanhando o desenvolvimento urbano, num movimento das periferias para o centro, enquanto os aparatos de segurança, múltiplos e superpostos, seguem do centro para as periferias, com as fronteiras urbanas no limite de sua abrangência.

Entre 1963 e 1973, em um novo momento, de cooperação antagônica e hierarquizada na situação imperialista articulado a um padrão de reprodução industrial-dependente agora restrito, após a crise econômica e política da primeira metade dos anos 1960.

O município é reorganizado como cidade-estado, a Guanabara, esquadrinhando-se como Regiões Administrativas. Movimentos de expropriação urbana são desencadeados, no sentido da periferização e concentração das favelas, que continuam sua trajetória de crescimento: remoções em massa são promovidas pelo Estado, financiadas por agência governamental estadunidense (USAID) com finalidade explícita de contrainsurgência. Também com base nestes aportes estrangeiros novas ações estatais sociais são desencadeadas, como o reforço e reconfiguração da rede de saúde, que se aproxima das periferias urbanas internas ao núcleo que se formam. A atuação repressiva se intensifica via organizações para-estatais, com a formação de grupos de extermínio recrutados nas forças policiais; novas ações urbanísticas-financeiras, na conexão COHAB-GB e empreiteiras, se espalham pela paisagem, com conjuntos habitacionais, muitos deles próximos a favelas e mesmo destinadas a favelados, incluindo aquelas aqui tratadas.

A luta dos moradores das favelas do futuro Complexo, pela posse do terreno e por redes de luz e de água, que se desenvolviam sobre bases de autoconstrução, converge com interesses de grupos empresariais do setor imobiliário pela existência de favelas “úteis”, para as quais se dirigiria uma lenta e progressiva urbanização, sempre parcial. O Complexo do Alemão expande-se fortemente e, através de acordos do Estado com Associações de Moradores, que se multiplicam com novos incentivos, configurando um controle negociado, constitui-se como conjunto heterogêneo de favelas que absorve removidos e imigrantes, avançando na sua infraestrutura urbana mínima e arrefecendo conflitos fundiários, indenizando seus antigos proprietários, sem garantia total de posse dos terrenos para moradores.

Segue-se um momento de transição, entre 1973 e 1995, tanto do imperialismo, com abertura da crise hegemônica estadunidense, quanto dos padrões econômicos, políticos e socioespaciais.

A cidade torna-se núcleo da metrópole agora reconhecida, deixa de ser uma cidade-estado, tornando-se capital. Aprofunda seu esquadramento, redividindo em grandes áreas, ampliando as regiões administrativas e formalizando bairros. Após um interregno dela no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o Complexo do Alemão prossegue sua segunda expansão, de menor intensidade, consolidando sua posição como uma das quatro maiores favelas do Rio de Janeiro em um momento significativo, quantitativamente, de mudança do patamar demográfico das favelas no Rio, de forte crescimento proporcional e numérico.

A década de 1980 marca seu reconhecimento jurídico-normativo com a qualificação nova de complexo de favelas, mobilizada por atores nacionais e globais, como IBGE, ONU, BID e Banco Mundial, em confluência do processo de maior integração entre associações de moradores e entre grandes favelas, impulsionado politicamente pelo contexto democratizante. Em 1986-1993, essa qualificação reverbera na sua assunção ao *status* de região administrativa com território delimitado. Essa transformação, que reúne internamente favelas e comunidades com perfis diferentes, com tipos e níveis de integração distintos, parte de uma tendência ao aprofundamento técnico-científico de seu entendimento mas também melhor reconhecimento estatístico-administrativo, o associa sua história a de outras favelas: territorialmente, com mesmo *status* territorial, Jacarezinho, Rocinha, Maré, e depois Cidade de Deus e Vigário Geral. Embora a significação dessa transformação seja limitada em algum aspectos, trata-se de um novo capítulo na história das favelas no Rio de Janeiro, com o advento de um tipo específico de favelas próprio deste momento histórico, os ‘complexos de favelas’.

Além de nova expansão e a novidade do reconhecimento, as bases materiais do Complexo prosseguem sua consolidação e elevação de patamar. Mantém-se o histórico relacionamento das associações de moradores, que multiplicam-se, surgem apoiadas e relacionadas com os principais grupos políticos e movimentos sociais em torno das favelas; ao mesmo tempo que as relações de controle negociado com Estado com as associações de moradores se afrouxam-se progressivamente, diminuindo o papel destas últimas na oferta de serviços urbanos essenciais no local.

Reforçando esse afrouxamento, a violência urbana prévia assume qualidades novas, com maior poder de fogo, organização e importância no território, modificando as relações de poder internas ao Complexo, com efeitos na organização das associações de moradores, envolvendo perda de legitimidade considerável; por outro lado, com crescimento da prática de loteamento clandestinos, sua parcial importância neste aspecto mantém-se. Ocorre a emergência de novas lutas, relacionadas à distância e gestão dos serviços de saúde que

cobrem sua área, articulando-se a demandas sanitárias de outras favelas e bairros da região de planejamento, crescentemente endossadas por instâncias de articulação estatais.

Ainda que tudo possa ser visto como mero formalismo diante da dura realidade de pobreza que se arrasta, sempre relativa a cada momento histórico, esse momento de transição é marcado por mudanças profundas socio-jurídicas: a inversão da relação até então estabelecida entre direito e exceção em relação as favelas. A partir da década de 1980, a regra é o direito à moradia, que soma-se a conquista do direito à Saúde; a exceção, a continuidade de práticas anteriores: seja a insuficiência de equipamentos públicos, as remoções, que arrefecem até quase minguar, ou o crescente domínio territorial por grupos armados criminosos, em contato constante com o poder político, por cooptação, corrupção ou força, nas batidas.

Entre 1993 e 2008, a transição, encerrando-se após a violenta crise econômica que envolveu hiperinflação, desemboca em um novo momento entre situação imperialista, a globalização capitalista, parte do longo processo de mundialização, momento de ‘renascimento’ ou *belle époque* da hegemonia estadunidense, e da afirmação de um padrão de reprodução do capital exportador especializado na América Latina e Brasil.

Neste padrão de reprodução, se por um lado a Leopoldina resiste, em meio a perda de milhares de empregos e regressão produtiva, como um polos industriais da região metropolitana na readequação socioespacial que especializa a metrópole carioca-fluminense na petroquímica de baixa incorporação tecnológica, ainda assim o Complexo do Alemão sente os efeitos tanto pro seu aspecto operário, com a perda de milhares de empregos, quanto por seu lado popular, pela crise social que se instaura. Ao nível da metrópole, torna-se, junto aos outros três complexos ‘irmãos’, um dos polos de pobreza no núcleo, entre os anos 1991 e 2000 o mais pobre, posteriormente acima apenas da região portuária e periferias dentro do município.

O Complexo do Alemão se refuncionaliza pressionado por vetores globais. O circuito de acumulação globalizado atual envolve o comércio ilegal de drogas, produzidas em países dependentes exportadores majoritariamente de produtos primários, e de armas, produzidas em complexos industriais-militares de países centrais e semi-periféricos, inclusive brasileiro, formando mercados de consumo em concentrações econômicas em todas partes, tanto mais importantes quanto mais concentram riqueza, condicionado por fronteiras mais fluídas e mediado por um sistema bancário que absorve seus ganhos. Este circuito se assenta localmente em domínios territoriais por grupos criminosos de abrangência e organização

crecente, metropolitana e nacional, impulsionados pela atuação estatal, numa dinâmica que escala o conflito, impactando o processo saúde-doença.

Observa-se a adoção de um Estado de feição neoliberal, caracterizada pela progressiva militarização da segurança e privatização da saúde públicas. Justamente no período do direito à saúde e moradia digna na favela, as ações estatais tornam-se mais militarizadas, envolvendo situações excepcionais recorrentes, produzindo uma ausência intermitente, quando a ação social desliga-se, fecham escolas e serviços de saúde e serviço social, e somente a repressão atua, como na forma anterior, entretanto desta vez atingindo maior divulgação e impacto nacional. As operações policiais tornam-se cada vez maiores, mais frequentes e violentas, envolvendo novas escalas. O Complexo do Alemão se torna na última década e meia o bairro com maior concentração de operações, um dos três com maior concentração de seus resultados fatais, sendo um dos dez onde mais ocorrem chacinas. Além disso, é um dos complexos de favelas onde ocorreram novos tipos de ação estatal, com novos equipamentos, procedimentos e táticas, mas também aumentando a escala em jogo, com participação do nível federal. As recorrentes intervenções militares são uma de suas expressões.

Impulsionado por novas formas de organização estatal nos países capitalistas, práticas do ‘novo gerencialismo’ dentro de serviços públicos são difundidas, promovendo uma reformatação estatal, uma nova modernização, neoliberal. Assim, a expansão de serviços de saúde esperada como correlata a extensão do direito à saúde ocorre mediante uma articulação público-privada, mascarada como “publicização”, por um lado com organizações populares, as associações de moradores que elevam seu grau de organização, enredadas com atores políticos, mas, por outro lado, principalmente com entidades privadas do chamado “terceiro setor”, sob a forma de ONG, sem fins lucrativos em relação a si próprias, mas articulando gastos estatais a atores privados como provedores de serviços de infraestrutura elétrica, informacional etc. O financiamento de entidades internacionais como BID e ONU através do PROESF marca a presença de atores globais em seu financiamento.

As condições da luta dos moradores mudam: antes, elas ganhavam força na luta pelo reconhecimento, canalizadas pelo Estado e partidos políticos; depois, as organizações locais de tipo associação de moradores perdem força, em meio ao enfrentamento/associação entre poderes locais e legítimos, por falta de força de mobilização, pela perda de sua relação privilegiada com o poder público para a administração de serviços, pela sua diluição entre outras formas de associação e mobilização, sejam igrejas, ONGs, meios de comunicação, movimentos sociais, numa relação mais porosa com associações privadas e empresariais.

Entre 2008 e 2023, crises econômicas proeminentes internacional e nacionalmente, com a repercussão regional da desaceleração e fracasso da modernização econômica especializada centrada do pólo petroquímico de Itaboraí, apontam para a abertura do caos sistêmico. Começa o que parece ser uma nova transição no sistema mundial e padrões de reprodução, ainda não estabilizada, sem direção clara, havendo muitas continuidades com o chamado neoliberalismo anterior mas também novidades completas em relação a transições anteriores, a começar pelo contexto sociometabólico da crise ambiental, ecológica e climática em andamento.

A perda de importância demográfica do Rio de Janeiro em relação a constelação metropolitana nacional e internacional, a queda ou estagnação da população metropolitana e carioca, mas também das favelas, são a expressão socioespacial dessa quebra histórica, uma inflexão no padrão de distribuição espacial.

A observação da atuação estatal em favelas reforça a hipótese de emergência de uma nova forma estatal, um Estado de segurança, que normatiza e institucionaliza os processos de militarização e sua privatização anteriores e introduz ações contrainsurgentes endógenas.

Os acúmulos das forças armadas na missão de paz da ONU no Haiti, no sentido de exportar práticas aplicadas nacionalmente mas também de emular e desenvolver práticas de guerra urbana assimétrica contra os “agentes perturbadores da ordem pública”, como as estadunidenses no Iraque, cria as condições para articulação entre duas experiências que ocorriam em paralelo: a atuação em favelas das forças armadas e ações sociais de organizações da chamada sociedade civil, em grande parte financiada com aportes estatais e múltiplas relações políticas e partidárias. Os processos de militarização e privatização se imbricam e se sofisticam: as ações militares passam a ser articuladas de modo sistemático a ações sociais, articulando investimentos federais em infraestrutura, ações sociais de associações privadas de escopo nacional e internacional e ações conjuntas de segurança pública e segurança interna, assumindo uma forma explícita, doutrinária, de ações de contrainsurgência; aumenta a intensidade tanto da coerção, militarizada, quanto do consenso, através principalmente do setor privado, articulando-as.

A articulação é diferente do discurso oficial, de primeiro a pacificação para depois ‘mais social’. Na verdade, o social prepara as ações repressivas que se seguiram: como no caso das obras do PAC prévias e depois articuladas à pacificação, como parte de um urbanismo militar, mas também pela chegada de serviços de saúde privatizados no território.

Por um lado, tendo como catalisador os megaeventos, grandes grupos monopólicos associados ao Estado, como de praxe nos marcos da ‘sagrada aliança’, desencadeiam, antes e em paralelo à pacificação, novas rodadas de remoções em massa de favelas cariocas, numa escala menor que a anterior, mas não menos trágica, desta vez com justificativa socioambiental de contenção do crescimento das favelas, mas igualmente com os removidos deslocados para lugares sem infraestrutura urbana adequada. Enquanto se dá essa retomada das remoções, o Complexo do Alemão recebe vultuosos investimentos em urbanização, federais, via PAC, e municipais, via Morar Carioca, nova marca do Favela-Bairro, com obras de infraestrutura básica, mobilidade e produção de moradias, reeditando, em escala ampliada, o mesmo lugar que o Complexo do Alemão ocupou na rodada anterior, como ‘favela útil’ durante o Estado de contrainsurgência – com a ressalva de que a parte principal das obras de mobilidade do PAC, a instalação de um inédito teleférico, envolveram milhares de removidos, obra diretamente associada ao urbanismo militar, preparando a ocupação que virá a seguir.

A trajetória da associação privada Viva Rio junto à polícia, às forças armadas e à saúde pública, exemplifica a sofisticação de suas práticas: sua capacidade de desenvolver e influenciar políticas públicas e articular setores de intervenção e a internacionalização de suas ações. A qualificação dessa associação privada sem fins lucrativos como organização social representa também o sentido geral da evolução das parcerias público-privadas, abandonando parcialmente, ao menos na saúde, a relação com ONG em prol de OSS, fundamentadas em novas normativas, regulamentando a reforma do Estado ao nível estadual e municipal, envolvendo novas escalas organizacionais. Essas modificações nas formas de organização, incluindo os vínculos trabalhistas e o fortalecimento de novas profissões como os agentes comunitários de saúde e da presença de trabalhadores da saúde, vem acompanhada de modificações nas materialidades das unidades básicas, que retraem do interior e possuem outras formas arquitetônicas.

Em contrapartida, em um contexto de fortalecimento organizacional, fragmentação, com crescimento de milícias, e de diversificação das atividades criminosas dos grupos armados, o Estado realiza ocupações por forças militares federais e polícias estaduais, com o estabelecimento de ‘pontos fortes’ (UPP) no interior de diversos territórios com a política de pacificação. Embora temporariamente tenham ocorrido modificações nas formas de organização, com autonomia relativa, que posteriormente foram revertidas em prol das organizações tradicionais centradas nos batalhões, materialmente, mesmo com os recuos de um

quarto das unidades de polícia pacificadora ocorridos, significam um avanço estatal repressivo dentro dos territórios, que inclui também fortificações e torres blindadas.

A recorrência da contrainsurgência não é portanto uma mera repetição, envolvendo mudanças de qualidade, tornando-se mais sofisticadas as ações. Essas inflexões operam como uma dobradiça de modernizações: realizam reformas estatais pendentes, esgotando assim o projeto de adoção de uma governança neoliberal, marcada por militarização e privatização; ao mesmo tempo, parecem preparar e antecipar uma reforma estatal em andamento, um Estado de Segurança, marcada por novos patamares de militarização, privatização e expropriação de direitos, das quais as reformas ocorridas na condução macroeconômica, sindical, trabalhista, educacional, entre outras, compõe seu conjunto.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, A. E.; KUELE, G.; FOLLY, M.; MACEDO, G. O Brasil e a MINUSTAH: lições a partir da literatura acadêmica. in: HAMANN, E. P; TEIXEIRA, C. A. R. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé e Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). p. 101-111.
- ABREU, M. A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- ABREU, M. A. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, n. 10 , p. 210-234, mai./ago. 2003.
- ALBUQUERQUE, A. L. Gestão Castro acumula 330 mortos em 74 operações policiais no RJ, indica estudo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 mai 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/gestao-castro-acumula-330-mortos-em-74-operacoes-policiais-no-rj-indica-estudo.shtml>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- ALÉM, A. Breve relato sobre a formação das divisões administrativas na Cidade do Rio de Janeiro. **Coleção Estudos cariocas**. n. 20100501. Rio de Janeiro: IPP, 2020.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVARENGA FILHO, J. R. A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 111-117, jan.-abr. 2016.
- AMORIM, E.; BLANCO, M. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na cidade do Rio de Janeiro. **Coleção estudos da cidade**. Rio de Janeiro: IPP/ IUPERJ/ IPEA, 2003.
- ANDRADE, Matheus. Onze anos após tentativa de pacificação do Alemão, saldo com a comunidade ficou no negativo. **Voz das Comunidades**, Rio de Janeiro, 27 nov. 2021. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/casos-de-policia/onze-anos-apos-tentativa-de-pacificacao-do-alemao-saldo-com-a-comunidade-ficou-no-negativo/>; Acesso em: 07 ago. 2023.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B. **Caos e governabilidade no moderno sistema-mundo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- ARUTO, P. C. **Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003–2016):** uma análise em múltiplas dimensões espaciais. 2019. 256f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- AZEVEDO, L.; FAULHABER, L. **SMH 2016:** remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

BALDO, V. S. S.; MATTOS, A. L. C. Notas sobre o capitalismo dependente brasileiro e política de saúde (1988-2020). In: **Serviço social e trabalho profissional na área da saúde**, ed.1. Uberlândia – MG: Navegando Publicações, 2021, p. 27-46.

BAMBIRRA, V. **O Capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular - IELA, 2019.

BASTOS, R. M. C; AMARAL, F. G; DE ALMEIDA, P. M. M; CRUZ, C. B. M. Caracterização espaço-temporal de indicadores de saúde pública dos principais complexos de favelas do município do Rio de Janeiro. **Revista Continentes (UFRRJ)**, v. 8, n. 15, p. 1-28, 2019.

BENEVOLO, L. **Origens da Urbanística Moderna**. Lisboa: Editorial Presença/Rio de Janeiro/Martins Fontes Editora, 1981.

BENFICA, H. Saiba quem são os 13 novos bilionários brasileiros na lista da "Forbes". **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 03 abr. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/04/03/quem-sao-os-13-novos-bilionarios-brasileiros-na-lista-da-forbes.ghtml> Acesso em: 27 set. 2024.

BERGIER, C. O Viva Rio inova há 20 anos, quando juntou intelectuais e lideranças comunitárias contra a violência no Rio. **Projeto Draft**, 18 mai. 2015. Disponível em: <https://www.projtodraft.com/o-viva-rio-inova-ha-20-anos-quando-juntou-intelectuais-e-liderancas-comunitarias-contra-a-violencia-no-rio/>. Acesso em: 6 abr. 2024.

BETIM, F. UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio. **El País**, Rio de Janeiro, 11 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html . Acesso em: 19 abr. 2024.

BICHIR, M. M. **A questão do estado na Teoria Marxista da Dependência**. 2017. 221f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

BINSZTOK, J.; BARBOSA, J. L. **Modernização fracassada: Dossiê Comperj**. Rio de Janeiro: Consequência/FAPERJ, 2018.

BOITO JUNIOR, A. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

BRAVO, M. I. S.; LIMA, J. B.; CORREIA, M. V. C. Privatização e mercantilização da saúde e crise no Rio de Janeiro: o desmonte realizado pelas organizações sociais. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 125-146.

BRETAS, M. L. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

CABRAL, L. O. NASCIMENTO, M.; FAZZIONI, N. Saúde no Complexo do Alemão. **Artigo wikifavelas**. Disponível em:

https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Sa%C3%BAde_no_Complexo_do_Alem%C3%A3o#cite_ref-1 Acesso em: 20 março 2023.

CALDAS, F. **O fim da UPP: 500 dias no front** da pacificação. Rio de Janeiro: Editora Altadena, 2018.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado”** no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAMPOS, C. E. A. **Centros municipais de saúde do Rio de Janeiro: reconstrução da trajetória de uma organização sanitária: 1927-1997**. São Paulo, 1999. 234f. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) — Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CAMPOS, C. E. A.; COHN, A. BRANDÃO, A. L. Trajetória histórica da organização sanitária da Cidade do Rio de Janeiro: 1916- 2015. Cem anos de inovações e conquistas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 5, p. 1351-1364, 2016.

CARDOSO, A. L.; XIMENES, L. A.; PATRÍCIO, N. A.; JAENISCH, S. T. O PAC nas favelas do Rio de Janeiro: Caracterização das intervenções e arranjo institucional. In: CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. (Orgs.) **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 107-138.

CARVALHO; C., FRIDMAN, F; STRAUCH, J. Desigualdade, escala e políticas públicas: uma análise espacial dos equipamentos públicos nas favelas cariocas. **Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, n. 11, 2019.

CASTRO, C.; MARQUES, A.; AZZI, V.; ACÁCIO, I. (Orgs.). **Forças Armadas na segurança pública: a visão militar**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2023.

CASTRO, C.; MARQUES, A. **Missão Haiti: a visão dos force commanders**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

CATALÁ, L.S.; CARMO, R.L. O conceito de aglomerado subnormal do IBGE e a precariedade dos serviços básicos. **R. bras. Est. Pop.**, v. 38, p. 1-24, e0154, 2021.

CAVALLIERI, F. Urbanização de favelas no rio de janeiro: permanência e instabilidade da política pública In: CARDOSO, Adauto L.; LUFT, Rosangela M.; XIMENES, Luciana A. **Urbanização de favelas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. p. 337-376.

CECEÑA, A. E. Ruy Mauro Marini: um construtor de caminhos. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 289-302.

CIEZO. **Sítio oficial**. Disponível em: <http://www.ciezo.org.br/> Acesso em: 19 Abr. 2024.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2015.

CORSINI, I. Em 15 anos, 1,5% de operações policiais no RJ foram eficientes, aponta pesquisa. **CNN Brasil**, Brasília, 25 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/em-15-anos-15-de-operacoes-policiais-no-rj-foram-eficientes-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 23 março 2023.

COSTA, A. T; LIMA, R. S. Segurança pública. In: LIMA, R. S; RATTON, J. L; AZEVEDO, R. G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 482-490.

COSTA, N. R.; SILVA, I. M.; LIMA, P. T.; SILVA, T. S.; COSTA, I. C. M.; FIGUEIREDO, Iara V. O. A implantação em larga escala da Estratégia de Saúde da Família na cidade do Rio de Janeiro, Brasil: evidências e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n.6, p. 2075-2082, 2021.

COUTO, P. B; RODRIGUES, R. I. **A gramática da moradia no Complexo do Alemão: história, documentos e narrativas**.(versão preliminar) IPEA, 2013.

CUETO, M. Los Ciclos de la Erradicación: La Fundación Rockefeller y la Salud Pública Latinoamericana, 1918-1940. In: CUETO, M. (Org.). **Salud, Cultura y Sociedad en América Latina: Nuevas Perspectivas Históricas**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos/OPAS, 1996, v. 1, p. 179-201.

DE SOUZA, P. H. G. F. **Uma história de desigualdade**. A concentração de renda entre os ricos no Brasil 1926-2013. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2018.

DE VRIES, J. **La urbanización de Europa 1500-1800**. Barcelona: Crítica, 1987.
DOS SANTOS JUNIOR, O. A. Governança empreendedorista: a modernização neoliberal. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015. p. 453-483.

DOTA, E. M; FARIAS, L. A. C. Região metropolitana do Rio de Janeiro. In: CUNHA, José M. P. (org.) **Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil metropolitano**, 2018. p. 67-96.

FACULDADE SÃO JOSÉ. **Projeto político pedagógico do curso de engenharia da produção (bacharelado)**. Rio de Janeiro: Faculdade São José, 2016.

LEITE, M.; ROCHA, L.; FARIAS, J.; CARVALHO, M. (Orgs.) **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

FAZZIONI, N. H. **Nascer e Morrer no Complexo do Alemão: políticas de saúde e arranjos de cuidado**. 2018. 213f. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

FELITE, A. V. **História da polícia no Brasil: estado de exceção permanente?** São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** Ensaio de interpretação sociológica, Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FERNANDES, F. Prefácio à edição brasileira. In: NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro.** São Paulo: Perspectivas, 2016. p.17-21.

FERNANDES, N. N. Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI). In: **Scripta Nova. Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XII, n. 270(56), 2008.

FERNANDES, R. C. Carta ao Pessoal do Viva Rio. **Viva Rio**, Rio de Janeiro, 18 mai. 2021. Disponível em: <http://vivario.org.br/carta-ao-pessoal-do-viva-rio/> Acesso em: 12 out 2023.

FERREIRA, C. C. C.; OSORIO, J. S.; LUCE, M. S. (Orgs.) **Padrão de Reprodução do Capital.** Contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

FERREIRA, R. C. M. Polícia Militar do Distrito Federal: Guardiã da Primeira República? **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Saberes e práticas científicas.** 28 de Julho- 1 de agosto de 2014.

FONSECA, C. M. O. Política e saúde: diretrizes nacionais e assistência médica no Distrito Federal no pós-1930. In: PORTO, A.; SANGLARD, G.; FONSECA, M. R. F. **História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958).** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. p. 89-116.

FONTES, V. **Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FONTES, V. **Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FONTES, V. Hegemonismos e política. In: MATTOS, Marcelo B. (org.) **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017a. p. 217-237.

FONTES, V. Prefácio. In: DANTAS, André V. **Do socialismo à democracia: tática e estratégia na Reforma Sanitária Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017b. p. 11-17.

FONTOURA, N. O; RIVERO, P. S.; RODRIGUES, R. I. Segurança pública na Constituição Federal de 1988: continuidades e perspectivas. In: IPEA. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise:** v. 3, n. 17, 2009 Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2009. p. 135-198.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal; 1979. p. 79-98.

FRANCO, M. **UPP: a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GALEANO, D. A. **Criminosos viajantes, vigilantes modernos**. Circulações policiais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930. 2012. 384f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GOIS, D. A.; SÁ, M. B. Viva Rio no Haiti e o ‘modelo brasileiro de pacificação’: securitização via hegemonia? **Pensamento Propio**, v. 25, n. 51, edição especial, enero-junio 2020, p. 159-204.

GONÇALVES, G. L. COSTA, Sergio. **Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Pallas/Ed. PUC-Rio, 2013.

GONZALEZ, L.; RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Orgs.) **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

GRAHAM, S. **Cidades citiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C. **Operações policiais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/ NECVU/ IFCS/ UFRJ / GENI/UFF, 2019.

HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C.; DIRK, R.; LYRA, D. **Operações policiais e violência letal no Rio de Janeiro: Os impactos da ADPF 635 na defesa da vida**. Relatório de pesquisa. Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos – GENI, Universidade Federal Fluminense, 2021a.

HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C.; DIRK, R.; LYRA, Diego. **11 Meses de restrição às operações policiais no Rio de Janeiro**. Relatório síntese. Relatório de pesquisa. Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos – GENI, Universidade Federal Fluminense, 2021b.

HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C.; DIRK, R.; LYRA, D. **Chacinas policiais**. Relatório de pesquisa. Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos – GENI, Universidade Federal Fluminense, 2022.

GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS; INSTITUTO FOGO CRUZADO. **Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2022.

HOBBSAWM, E. **La era del capital: 1848-1875**. Buenos Aires: Crítica, 2005.

HUDSON, M. **Super Imperialism: the economic strategy of American Empire**. Dresden: ISLET-Verlag, 2021.

PORTAL DAS OS. **Instituto de Atenção Básica e Avançada em Saúde** . Disponível em: <https://www.portaldasos.com.br/organizacao-social/instituto-de-atencao-basica-e-avancada-a-saude-iabas/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

INSTITUTO DE ATENÇÃO BÁSICA E AVANÇADA EM SAÚDE. Visão geral. **LinkedIn**. Disponível em: <https://br.linkedin.com/company/institutoiabas/> . Acesso em: 19 abr. 2024.

IASI, M. L. O inventário da estratégia democrática popular e a busca de um caminho para a revolução brasileira. In: IASI, M. L.; FIGUEIREDO, I. M.; NEVES, V. (Org.). **Estratégia democrática popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 431-439.

IASI, M. L. Estado, Ditadura e permanências: sobre a forma política. In: COUTINHO, E. G.; IASI, M. L. (Org.). **Ecos do Golpe: a persistência da Ditadura 50 anos depois**. 1ed. Rio de Janeiro: Morula, 2014. p. 81-106.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais 2019**. Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19. Brasília: Ministério da economia, 2020.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Favelas Cariocas: Variação das Áreas ocupadas no Período 1999/2019. **Notas técnicas IPP-Rio**. n. 38, ago 2021.

LACHMAN, M.-G. Métropolisation et espace urbain. In: MUSSET, A.; PIBOUBÈ, J.-Y. (Orgs.) **Géopolitique des Amériques**. Paris: Nathan, 2017. p. 112-127.

LA ROCQUE, E. O saldo social das UPPs. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2013. Coluna Opinião. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/12/1390938-eduarda-la-rocque-o-saldo-social-das-upps.shtml> . Acesso em: 06 jan. 2024.

LEEDS, A.; LEEDS, E. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

LEMONS, R. L. C. N. O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro. In: MATTOS, M. B. (org.) **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 36-66.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: FERREIRA, A; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 33-68.

LIERNUR, J. F. Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1880-1930. Observações sobre algumas semelhanças e diferenças entre os dois processos e metropolização na América do Sul. In: CICHIRO, M. (Ed.) **Rio de Janeiro-Buenos Aires**. Duas cidades modernas. Fotografias 1900-1930. Buenos Aires: BICI-BNDES, 2003. p. 12-46.

LIMA, D. M. C. **Estratégia Saúde da Família na cidade do Rio de Janeiro: desafios da atenção primária numa grande cidade**. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

LOBO, E. M. L. **História do Rio de Janeiro**. do capital comercial ao capital industrial e financeiro. 2 v. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LOJKINE, J. A análise marxista do Estado. **Espaço & Debates**, v. 1, n. 1, p. 55-60, jan. 1981a.

LOSURDO, D. **A luta de classes**: uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUCE, M. S. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUCE, M. S. Participação na mesa “**O Estado capitalista dependente**”. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2022. Youtube do PPGSC IMS-UERJ, 10 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mdXGf4JQ6YY&t=3311s>>. Acesso em: 5 nov. 2025.

MACHADO DA SILVA, L. A; VALLADARES, L. Habitación popular em rio de Janeiro: políticas y realidad. In: MACHADO DA SILVA, L. A. **Fazendo a cidade**: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Fazendo a cidade**: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

MACHADO, T. Geografia e dependência. o diálogo entre Milton Santos e Ruy Mauro Marini a partir da Teoria do Subimperialismo. **GEOgraphia**, Niterói, UFF, v. 19, n. 40, p. 187-190, mai./ago. 2017.

MANSO, B. P. **A república das milícias**: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

MARICATO, E. Para entender a crise urbana. **CaderNAU - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v.8, n. 1, 2015, p. 11-22.

MARINI, R. M. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, R. M. **América Latina, dependencia y globalización**. México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 247-272

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, C. E. O sistema-mundo capitalista e os novos alinhamentos geopolíticos no século XXI: uma visão prospectiva. In: RIBEIRO, L. C. Q. **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2020. p. 98-118.

MARTINS, C. E. Marxism and World-Systems Analysis in the Transition to the Long Twenty-first Century. In: PAYNE, Corey R; KORZENIEWICZ, Roberto P; SILVER, Beverly J. **World-Systems Analysis at a critical juncture**. Nova Iorque: Londres: Routledge, 2023. p. 81-92.

MARTINS, C. E. Ruy Mauro Marini e a dialética do capitalismo contemporâneo. Dossiê 90 anos de Ruy Mauro Marini, 50 anos de Dialéctica de la dependencia. **Reoriente**. vol.3, n.1 jul/dez 2023. p. 38-73.

MARX, K. Marx letter to Sigfrid Meyer and August Vogt in New York. 9 April 1870. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Selected correspondence**. Londres: Progress Publishers, 1975. p. 220-224. Consultado em: https://www.marxists.org/archive/marx/works/1870/letters/70_04_09.htm Acesso em: 19 fev 2022.

MARX, K. Extractos de un mensaje confidencial. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escogidas**. Volume II. Moscou: edições Progresso, 1981. p.184-187.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATIOLLI, T. O. L. Notas sobre o surgimento do bairro do Complexo do Alemão. In: RODRIGUES, R. I. (Org.) **Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016a. 234p.

MATIOLLI, T. O. L. **O que o Complexo do Alemão nos conta sobre a cidade: poder e conhecimento no Rio de Janeiro no início dos anos 1980**. 2016. 231f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016b.

MATTOS, A. L. C. **Saúde e poder no Rio de Janeiro Olímpico (2007-2015)**. 2016. 162f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MATTOS, M. B. (Org.) **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MENEZES, P. V. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”**: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. 2015. 400f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MISSE, D. G. A pacificação das favelas cariocas e o movimento pendular na segurança pública. **Dilemas**, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. Edição Especial. Rio de Janeiro, n.3, 2019. p. 29-52.

MONET, J.-C. **Polícias e sociedades na Europa**. São Paulo: Edusp, 2001.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.

MOURA, R. Operações policiais são realizadas em mais de 20 favelas do Rio nesta sexta (2). **Voz das Comunidades**, Rio de Janeiro, 02 jun. 2023. Disponível em: [https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/operacoes-policias-sao-realizadas-em-mais-de-20-favelas-do-rio-nesta-sexta02/#:~:text=Voz%20das%20Comunidades-.Operações%20policiais%20s%C3%A3o%20realizadas%20em%20mais%20de,do%20Rio%20nesta%20sexta%20\(02\)&text=A%20favela%20da%20Rocinha%2C%20na,verificar%20constru%C3%A7%C3%B5es%20ilegais%20no%20territ%C3%B3rio](https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/operacoes-policias-sao-realizadas-em-mais-de-20-favelas-do-rio-nesta-sexta02/#:~:text=Voz%20das%20Comunidades-.Operações%20policiais%20s%C3%A3o%20realizadas%20em%20mais%20de,do%20Rio%20nesta%20sexta%20(02)&text=A%20favela%20da%20Rocinha%2C%20na,verificar%20constru%C3%A7%C3%B5es%20ilegais%20no%20territ%C3%B3rio) Acesso em: 07 jun 2023.

MUSUMECI, L.; MUNIZ, J. As instituições de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. In: MUSUMECI, L. (Coord.) **Projeto MARE-CAPEs**: “Reforma do Estado e Proteção Social: Os Setores de Saúde e Segurança Públicas no Rio de Janeiro”. Relatório final. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ; Grupo Rio, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. **World Urbanization Prospects: The 2018 Revision**. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Nova York: Nações Unidas, 2019a. NAÇÕES UNIDAS. **Monitoring SDG Indicator 11.1.1 The Urban SDG Monitoring series**. n.1, Fev. 2019b.

NAÇÕES UNIDAS. **Orders of magnitude of the world's urban population in history**. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Nova York: Nações Unidas, 1977.

NAÇÕES UNIDAS. **Urbanization and Development: Emerging Futures World Cities Report**. Nairobi: United Nations Human Settlements Program (UN-Habitat), 2016.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

O DIA. Prefeitura do Rio reorganiza regiões administrativas e cria novas 17 | regiões administrativas. **O DIA**, Rio de Janeiro, 21 jan. 2021. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/01/6069891-prefeitura-do-rio-reorganiza-regioes-administrativas-e-cria-novas-17.html> . Acesso em: 25 abr. 2024.

OLIVEIRA, C. A. Saúde, cidade e a lógica do capital: o município do Rio de Janeiro em questão in: BRAVO, M. I. ET AL. (org.) **A mercantilização da saúde em debate: as Organizações Sociais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2015. p. 61-67.

OLIVEIRA, D. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OSÓRIO, J. **Sistema mundial, intercambio desigual y renta de la tierra**. Ciudad de Mexico: Ítaca, 2017.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OSÓRIO, J. **La diversidad en el sistema mundial capitalista**. Procesos y relaciones en la heterogeneidad imperante. Ciudad de Mexico: Gedisa, 2020.

OSÓRIO, L. F. **Imperialismo, Estado e relações internacionais**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

OSÓRIO, M. **Rio nacional, Rio local**. Mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

OUCHADA, G.; GOULART, G. Especialistas em segurança dizem que estrutura blindada põe fim à pacificação no Alemão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 abr. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/especialistas-em-seguranca-dizem-que-estrutura-blindada-poe-fim-pacificacao-no-alemao-1-21255732> . Acesso em: 19 abr. 2024.

PEREIRA, L. A. S.; OLIVEIRA, M. P. Da promessa de mobilidade ao controle espacial das favelas. O PAC no Complexo do Alemão. In: OLIVEIRA, M. P.; MARTINS, F. E. S. GIANELLA, L. C. **Dominação e apropriação na luta por espaço urbano**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 107-128.

PERLMAN, J. **The myth of marginality**, urban poverty and politics. University of California Press, 1976.

PESTANA, M. M. **Ampliação seletiva do Estado e remoções de favelas no Rio de Janeiro: embates entre empresariado do setor imobiliário e movimento de favelados (1957- 1973)**. 2018. 373 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PESTANA, M. M. Regimes políticos e remoções de favelas no Rio de Janeiro (1962-1973). In: CAMPOS, P. H. P.; BRANDÃO, R. V. M.; LEMOS, R. L. C. N. (Orgs.). **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020. p. 301-328.

PESTANA, M. M. O que o marxismo tem a dizer sobre as favelas cariocas? Indicações para uma agenda de pesquisas baseada no materialismo histórico. In: GONÇALVES, Rafael S; BRUM, M.; AMOROSO, M. **Pensando as favelas cariocas: memória e outras abordagens teóricas** (volume 2). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2022. p. 255-274.

PILOTO POLICIAL. Grupamento Aeromóvel da Polícia Militar do Rio de Janeiro celebra 21 anos de atividades. **Piloto Policial**. Disponível em: <https://www.pilotopolicial.com.br/grupamento-aeromovel-da-policia-militar-do-rio-de-janeiro-celebra-21-anos-de-atividades/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

PINHEIRO, A. B; DIAS, S. S. (Orgs.) **Plano de Ação Popular do CPX: Agenda 2030**. Rio de Janeiro: Instituto Raízes em Movimento, 2022.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Cidade do Rio volta a ter 70% de cobertura da Atenção Primária à Saúde. **Prefeitura**, Rio de Janeiro, 19 jan. 2024. Disponível em: <https://saude.prefeitura.rio/noticias/cidade-do-rio-volta-a-ter-70-de-cobertura-da-atencao-primaria-a-saude/> Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

PROIBIDÃO "2021" – Borges, Bielzin, MC Rodson, Flacko (prod. Chris Beats Zn). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6nT50nEGINk> Acesso em: 19 abr. 2024
PULICI, A.; TULY, T.; SILVA, V.; SORGE, F.; MACHADO, B. **Índice de Progresso Social no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2022.

REBA, M.; REITSMA, F.; SETO, K. Spatializing 6,000 years of global urbanization from 3700 BC to AD 2000. *Sci Data* 3, 160034, 2016. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/sdata201634> Acesso em: 19 set. 2022.

REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à segurança pública na Maré**. n. 6, 2021. 30p.

RÊGO, S. R. M. **A greve dos trabalhadores terceirizados da saúde pública do município do Rio de Janeiro e sua relação com o ciclo contemporâneo de luta da classe trabalhadora**. 2020. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

REGUEIRA, C. Rio está entre as 10 metrópoles mais desiguais do mundo, diz estudo da Casa Fluminense. **G1**, Rio de Janeiro, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/13/rio-esta-entre-as-10-metropoles-mais-desiguais-do-mundo-diz-estudo-da-casa-fluminense.ghtml> Acesso em: 19 abr. 2024

RIBEIRO, C. R. Paisagem urbana do capitalismo dependente: acumulação no processo produtivo do espaço urbano e o fetiche da mobilidade no Rio de Janeiro. In: Colóquio Internacional Marx e o marxismo 2017, Niterói. *Anais do colóquio internacional Marx e o marxismo 2017*, 2017.

RIBEIRO, L. C. Q. **A metrópole em questão: desafios da transição urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

RIBEIRO, L. C. Q. A ordem urbana na metrópole do Rio de Janeiro: caminhos e síntese. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015. p. 17-42.

RIBEIRO, L. C. Q. **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora; Observatório das Metrópoles, 2020.

RIBEIRO, L. C. Q.; CARVALHO JUNIOR, N. D. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. **Cadernos Metrópole**, v. 19, 2017. p. 351-377.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. Segregação residencial: padrões e evolução. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015. p. 163-192.

RIBEIRO, M. G.; CHETRY, M. As categorias sócio-ocupacionais e a análise social do território. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015. p. 148-159.

RODRIGUES, P. H. A.; MATTOS, A. L. C.; MONTEIRO, N. S. S.; SILVA, R. D. F. C.; BALDO, V. S. S. Estado e acumulação de capital na saúde brasileira sob a ótica da Teoria Marxista da Dependência. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 12, e00082923, 2023. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/8463/18865> Acesso em: 18 mai. 2024.

RODRIGUES, R. I. Os parques proletários e os subúrbios do Rio de Janeiro: aspectos da política governamental para as favelas entre as décadas de 1930 e 1960. **Texto para discussão 2016**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

RODRIGUES, R. I. Uma construção complexa: necessidades básicas, movimentos sociais, governo e mercado. In: RODRIGUES, R. I. (Org.) **Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

SANDRI, A. C. L. Urbanização dependente e colonialidade no Porto Maravilha. Soterramento do passado e do presente pela modernidade do amanhã. **Revista de Arquitetura IMED**, v. 7, n. 2, p. 1-10, 2018.

SANTOS, M. **Economia espacial**. São Paulo: HUCITEC, 1979a.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979b.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec; Editora PUC-SP, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **Espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2008b.

SANTOS, M. SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M. **A pobreza urbana**. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2020.

SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SANTOS, M. Subimperialismo, na visão de um geógrafo. **GEOgraphia**, Niterói, Universidade Federal Fluminense; 19(40), p. 185-190, mai./ago. 2017.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEABRA, R. L. Considerações acerca da ruptura revolucionária em Immanuel Wallerstein e Ruy Mauro Marini. In: MENEZES, R. G.; BRUSSI, A. J. E.; COSTA, J. D. (Orgs.). **Repensando o trabalho, as desigualdades e as hierarquias: o sistema-mundo no século XXI**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2020. p. 399-422.

SILVA, F. P. **A atuação das forças armadas na política pública de segurança no estado do Rio de Janeiro**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

SILVA, R. D. **Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SILVA, V. C.; BARBOSA, P. R.; HORTALE, V. A. Parcerias na saúde: as Organizações Sociais como limites e possibilidades na gerência da Estratégia Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 5, p. 1365-1376, 2016.

SILVEIRA, M. L. Metropolização e circuitos da economia urbana. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 99-124.

SILVEIRA, M. L. Circuitos da economia urbana na globalização. Novas técnicas, novas encruzilhadas. In: LENCIONI, S.; BLANCO, J. (Orgs.) **Argentina e Brasil: Territórios em redefinição**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016. p. 85-107.

SILVER, B.; ARRIGHI, G. O fim do longo século XX. In: VIEIRA, P. A. VIEIRA, R. L. FILOMENO, F. A. (Org.) **Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistema-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 77-96.

SOARES, H. M. Brasil tem 4 das 10 cidades com mais milionários entre os BRICS, diz pesquisa. **Infomoney**, Rio de Janeiro, 11 dez. 2012. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/brasil-tem-4-das-10-cidades-com-mais-milionarios-entre-os-brics-diz-pesquisa/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

SOBRAL, B. L. B. A importância da questão metropolitana para a economia do Estado do Rio de Janeiro: um sistema econômico regional por articular. In: COBOS, E. P. (Org.) **Grandes metrópolis de América Latina: Buenos Aires, Río de Janeiro, São Paulo, Valle de México**. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2017. p. 76-115.

SOTOMAYOR, A. C. **The myth of democratic peacekeeper: civil-military relations and the United Nations**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

SOUZA, M. L. Militarização da questão urbana. **Lutas Sociais** (PUCSP), v. 29, abr. 2012, p. 117-129.

THERBORN, G. **Los campos de exterminio de la desiguald**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

THERY, H.; MELLO-THERY, N. A. **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

TONIN, V. H. In the Labyrinths of Dependent Urbanization. Rescue and Perspectives. *Latin American Perspectives*, Thousand Oaks; 20(30), p. 1–18, 2021.

TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L. C. Q.; PECHMAN, R. (Org.) **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 23-52.

TORRES, S. Exército deixa comando da Operação Rio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jan. 1995. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/31/brasil/36.html> Acesso em: 23 Maio 2023.

TURINO, F. ET AL. Seguindo o dinheiro: análise dos repasses financeiros do Município do Rio de Janeiro, Brasil, para as Organizações Sociais de Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**; v. 38, n.14, e00350020, 2022.

VALENTE, J. **UPPs: governo militarizado e a ideia de pacificação**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VASCONCELOS, P. A. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **Geotextos**, v. 5, n. 2, p. 147-157, 2009. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3791> Acesso em: 17/06/2021.

VIANNA, N. **Dano colateral: a intervenção dos militares na segurança pública**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

VIEIRA, J. P. T. O. **Fragilidades dos mecanismos de controle das Organizações Sociais de Saúde no município do Rio de Janeiro**. 2016. 140f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16060/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Tapioca.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 13 de março de 2024.

VISACRO, A. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.

VIVA RIO. **Saúde em rede**. Disponível em: <https://vivario.org.br/saude-em-rede> Acesso em: 25 jun. 2023.

VIVA RIO. Opiniões do Viva Rio diante da Intervenção Federal na Segurança Pública. **Viva Rio**, 6/3/2018 Disponível em: <https://vivario.org.br/opinioes-do-viva-rio-diante-da-intervencao-federal-na-seguranca-publica/> Acesso em: 27 de março de 2023.

WALLERSTEIN, I. A análise dos sistema-mundo como movimento do saber. In: VIEIRA, P. A. VIEIRA, R. L. FILOMENO, F. A. (Org.) **Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistema-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 17-28.

WORLD BANK. Unemployment, total (% of total labor force) (national estimate) - Brazil. (1972-2019). International Labour Organization, **ILOSTAT database**. Data retrieved on January 29, 2021d. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.NE.ZS?locations=BR>. Acesso em: 19 jun. 2021.

XIMENES, L. A.; JAENISCH, S. T. As favelas do Rio de Janeiro e suas camadas de urbanização. Vinte anos de políticas de intervenção sobre espaços populares da cidade. In: CARDOSO, A.; e D'OTTAVIANO, C. (Orgs.). **Habitação e direito à cidade**: desafios para as metrópoles em tempos de crise (recurso digital). Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2021. p. 449-490.

ZACONNE, O. **Indignos de vida**: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ZAMORA, G. As cidades com mais bilionários em 2023. **Forbes**, 22 abr. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2023/04/as-cidades-com-mais-bilionarios-em-2023/#foto11> Acesso em: 13 abr. 2024.